MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1977

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO

1977

Relatório, 1831 – . Rio de Janeiro, 1831-1969
Brasília, 1970– , Ministério das Relações
Exteriores.
anual

CDU 354.11 (81) (05)
327 (81) (05)

Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
Relatório, 1977. Brasília, 1983.
315p.

1. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
2. Brasil – Relações exteriores. I. Título

CDU 327(81)

ÍNDICE

Páginas

AMÉRICAS

AMÉRICA DO NORTE

Canadá

Atendendo a convite do Governo brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores do Canadá, Senhor Donald Campbell Jamieson, realizou visita oficial ao Brasil, em janeiro de 1977.

O Chanceler Jamieson foi, por duas vezes, recebido, em audiência especial, pelo Senhor Presidente da República.

Na oportunidade da visita, os Chanceleres do Brasil e do Canadá abordaram, com franqueza, todos os temas bilaterais e multilaterais, de interesse dos dois países, constataram a complementaridade entre diferentes setores das duas economias e assinalaram as perspectivas de cooperação existentes em diversos campos, entre os quais os de recursos minerais, agricultura, manufaturados, engenharia, tecnologia e comércio.

Foi assinado, ao final da visita, um Memorando de Entendimento sobre o II Programa Nacional de Cooperação Técnica com o Canadá 1977/1981, dando-se prioridade à cooperação nas áreas de formação profissional, eletricidade, pesca, geologia, telecomunicações, alimentação e informática. Para financiar essas atividades, ambos os países concordaram na utilização, durante o período de 1977/1981, de contribuições totalizando 17,5 milhões de dólares canadenses, pelo Canadá, e 627,4 milhões, pelo Brasil (aproximadamente 62,7 milhões de dólares canadenses).

Um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Tripartite foi também assinado, objetivando a coordenar esforços e recursos de ambos os países com vistas à cooperação

técnica com países em desenvolvimento que manifestarem interesse nessa forma de cooperação.

No que diz respeito ao estabelecimento de atividades econômicas complementares no campo dos recursos minerais, foi assinada uma "Carta de Intenção" entre a Companhia Vale do Rio Doce, do Brasil, e a **Kaiser Resources Limited,** do Canadá, para estabelecer um empreendimento conjunto para desenvolver a produção de carvão metalúrgico no Canadá. Ao mesmo tempo, a SIDERBRÁS e a **Cape Breton Development Corporation** retomaram negociações para o fornecimento de carvão mineral canadense da Costa Leste.

No campo da cooperação financeira, os Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores do Canadá assinaram um contrato de empréstimo de 5 milhões de dólares canadenses, para financiar projetos nas áreas de telecomunicações, capacitação de pessoal no setor de eletricidade, processamento e engenharia mineral, pesquisas de energia elétrica e serviços de consultoria técnica em geral.

Ainda no quadro de maior estreitamento das relações brasileiro-canadenses, verificou-se a visita do Ministro da Agricultura do Brasil, Senhor Alysson Paulinelli, a Ottawa, em outubro de 1977. Na ocasião, foi assinado, pelos Ministros da Agricultura dos dois países, um Memorando de Entendimento, com o objetivo de expandir a cooperação existente no campo da pesquisa agrícola, da ciência veterinária e da tecnologia.

Convencidos de que a crescente cooperação no campo da agricultura facilitará o futuro progresso das relações entre os dois países, os dois Ministros da Agricultura concordaram em estabelecer, no âmbito da Comissão Mista Brasil-Canadá, um Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura.

EUA

Ao longo de 1977, houve freqüentes encontros entre altas autoridades brasileiras e norte-americanas, o que demonstra a disposição do Brasil e dos Estados Unidos da América de sempre buscar, através do diálogo, uma solução para os problemas conjunturais, resultantes da crescente diversidade e complexidade de seu relacionamento.

Dentro desse espírito, visitaram o Brasil, em 1977, o Subsecretário de Estado Warren Christopher (março), o Sub-

secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos Terence A. Todman (maio), a Senhora Rosalynn Carter (junho) e o Secretário de Estado Cyrus Vance (novembro).

Durante a visita do Subsecretário Christopher, o primeiro encontro entre altas autoridades dos dois países após a posse do Presidente Carter, o Brasil deixou patente que, embora estivesse preparado para discutir aspectos genéricos da não-proliferação nuclear, não estava disposto a recuar de seu Acordo Nuclear com a República Federal Alemã.

Durante a visita da Senhora Rosalynn Carter, a qual veio na qualidade de enviado especial de seu marido, o Presidente James Earl Carter Junior, foram, com franqueza e espírito construtivo, passados em revista, com o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, todos os aspectos do relacionamento entre os dois países.

A visita oficial do Secretário de Estado Vance, constituiu o primeiro encontro, na Administração Carter, efetuado sob a égide do Memorando de Entendimento, de fevereiro de 1976, assinado quando da visita do então Secretário de Estado Henry Kissinger, instrumento que instituiu um sistema de consultas periódicas, a nível de Chanceler, entre os sois países.

Anteriormente à visita do Secretário de Estado, o Chanceler Azeredo da Silveira já havia mantido com ele três encontros: em Paris (maio), durante a Conferência Mundial de Energia; em Granada (junho), quando da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, e em Nova Iorque (outubro), por ocasião da Assembléia Geral das Nações Unidas. No primeiro dos citados encontros, o Secretário de Estado afiançou ao Chanceler brasileiro que seu país considerava em pleno vigor o citado Memorando de Entendimento, de fevereiro de 1976. A Parte brasileira nunca havia posto em questão a vigência de tal instrumento.

No decorrer de 1977, visitaram os EUA os Ministros da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento.

Em 4 de março, o Governo brasileiro notificou o Governo norte-americano de que recusa, de antemão, qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame prévio, por órgão de Governo estrangeiro, de matérias que, por sua natureza, são da exclusiva competência do Governo brasileiro. Motivou tal decisão o fato de, em conformidade com nova legislação oriunda do Governo anterior, haver o Executivo norte-americano, como condição para a

aprovação legislativa de programas e créditos, submetido ao Congresso relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil.

Em conseqüência, em 11 de março, o Governo brasileiro efetuou a denúncia do Acordo de Assistência Militar, de 15 de março de 1952. Ao fazê-lo, declarou, na respectiva nota, que tem presentes as alterações introduzidas na legislação norte-americana, as quais consubstanciam modificação inaceitável nas condições de prestações de assistência militar.

Em 19 de setembro, o Governo brasileiro rescinde o Contrato, de 7 de maio de 1942, de constituição da Missão Naval norte-americana e denuncia o Acordo, de 1° de agosto e 20 de setembro de 1955, sobre a reestruturação da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos; o Acordo, de 27 de janeiro de 1967, sobre material cedido pelo Acordo de Assistência Militar de 1952; e o Acordo Cartográfico de 2 de junho de 1952, esclarecendo que as três primeiras denúncias são decorrentes da denúncia do Acordo de Assistência Militar; e que a do Acordo Cartográfico deve-se ao fato de encontrar-se ele superado pela evolução ocorrida nesse setor e por se revelar inadequado às condições em que se realiza a cooperação internacional no presente. Ao efetuar as denúncias, o Governo brasileiro informou o Governo norte-americano da sua disposição de manter em vigor as cláusulas de salvaguarda contidas no Acordo de Assistência Militar e aplicáveis aos materiais cedidos ao Brasil, e de manter o relacionamento entre os dois países sobre as bases tradicionais de respeito mútuo e de não ingerência nos assuntos internos do outro Estado. Reafirmou ainda a sua disposição de cooperar com o Governo norte-americano, seja no plano multilateral, seja no bilateral, na promoção de objetivos que visem ao benefício recíproco.

Além da citada visita do Secretário de Estado Vance, ocorreram, em 1977, nos termos do Memorando de Entendimento, a IV reunião do Subgrupo Consultivo de Comércio (Washington, setembro) e a reunião das equipes de Planejamento Político das duas Chancelarias (Washington, outubro).

México

As relações com o México desenvolveram-se em ambiente de cordialidade e amizade, sendo de ressaltar a progressiva

intensificação do intercâmbio entre os dois países em todos os setores, em particular no econômico-comercial.

Como decorrência da recomendação contida na Ata Final da II Reunião da Comissão Mista, procedeu-se, em maio, na Cidade do México, à instalação do seu Grupo de Mineração e Metalurgia, órgão que tem por finalidades as de, nesse setor específico, avaliar as possibilidades de aumentar o intercâmbio e analisar as perspectivas de complementação.

Após a instalação, efetuou-se a I Reunião do referido Grupo (cidade do México, 23/24 de maio), na qual examinou-se o intercâmbio comercial de minerais (minério de ferro, petróleo e outros), a complementação de bens de capital e serviços de engenharia e o intercâmbio de técnicas siderúrgicas.

No que se refere ao petróleo, a Parte mexicana frisou a excelente colaboração já existente entre os órgãos responsáveis pelo setor nos dois países, deixando as duas delegações registrada sua satisfação pelo bom andamento do Convênio PETROBRÁS-PEMEX/IMP e pelas perspectivas que se abrem em seu contexto.

Quanto ao intercâmbio comercial de minerais, a Delegação brasileira manifestou o interesse do Brasil em fornecer minério de ferro ao México, dando ênfase à segurança de abastecimento, à disponibilidade para embarque e às qualidades técnicas do minério brasileiro, do que tomou a devida nota a Delegação mexicana.

Ficou patente o interesse mútuo do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia do Brasil (CONSIDER), e da Comissão Coordenadora da Indústria Siderúrgica (CCIS), do México, em aprofundar o intercâmbio de informações sobre as técnicas do planejamento siderúrgico nos dois países, quer diretamente entre os dois órgãos, quer no âmbito da Comissão Mista.

No campo tecnológico, o Diretor Geral da CCIS acordou em estudar, com as empresas siderúrgicas mexicanas, a oportunidade de condução de um programa de testes com minério de ferro brasileiro, com o objetivo de obter um melhor conhecimento das características e do comportamento industrial dos minérios da Companhia Vale do Rio Doce.

No campo da complementaridade de bens de capital e serviços de engenharia, a Delegação brasileira ressaltou a existência de firmas brasileiras em condições de fornecer, em diversas áreas, "pacotes" tecnológicos integrados, além de equipamentos soltos.

À I Reunião do Grupo de Mineração e Metalurgia seguiu-se a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-México, que se realizou na cidade do México, de 25 a 27 de maio de 1977, tendo-se acordado que a reunião teria seus trabalhos divididos em duas subcomissões: de Comércio Bilateral e de Complementação Econômica.

No que se refere à Subcomissão de Comércio Bilateral, ambas as delegações concordaram em que os volumes alcançados no intercâmbio ainda não correspondem às possibilidades oferecidas por ambos os mercados, de acordo com a complementaridade de suas economias. Foram assinalados, contudo, como fatores relevantes, a diversificação das correntes de comércio entre os dois países, assim como a significativa participação dos produtos manufaturados nas pautas de exportação de um para outro país.

Quanto à subcomissão de Complementação Econômica, a Parte brasileira deu ênfase especial ao projeto de cooperação no campo da indústria aeronáutica, que inclui desde a comercialização, no México, dos vários tipos de aviões brasileiros, em particular da EMBRAER, até o projeto e desenvolvimento conjunto de novos tipos de avião, conforme as necessidades específicas do México, evidenciadas por condições operacionais e estudos de mercado.

A fim de dar continuidade aos trabalhos da Comissão Mista, reuniram-se, a 28 e 29 de julho, respectivamente, na cidade do México e em Brasília, os Comitês Permanentes da referida Comissão Mista.

De 17 a 21 de outubro, realizou-se, no México, a III Reunião do Grupo Técnico Misto criado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a "Nacional Financeira S.A." (NAFINSA). Na reunião, foram abordadas, no âmbito dos bancos de desenvolvimento dos dois países, as possibilidades de cooperação e de complementação que se oferecem.

O Diretor Geral de **Petróleos Mexicanos S.A. (PEMEX)**, Engenheiro Jorge Díaz Serrano, visitou o Brasil nos dias 3 e 9 de novembro, a convite da PETROBRÁS, acompanhado de uma comitiva de seis altos funcionários daquela companhia estatal.

Nos diversos encontros mantidos, em Brasília e no Rio de Janeiro, com o Ministro das Minas e Energia e com as diretorias da PETROBRÁS e de suas subsidiárias, foram discutidas possibilidades de intercâmbio de petróleo, de produtos

petroquímicos e de produtos industrializados em geral, bem como estabelecidas bases de intercâmbio tecnológico em vários níveis, através de estágios para técnicos de ambas as empresas.

AMÉRICA CENTRAL

O relacionamento do Brasil com os países da América Central e o Panamá desenvolveu-se numa atmosfera de cordialidade e cooperação.

Realizou visita oficial ao Brasil, de 4 a 7 de agosto, uma Missão Especial do Governo guatemalteco, chefiada pelo Vice-Presidente da República, Dr. Mário Sandoval Alarcón, com a finalidade específica de, em nome do Presidente Kjell Eugenio Laugerud García, condecorar o Senhor Presidente da República com o Grão-Colar da Ordem do Quetzal, a mais alta distinção daquele país, em reconhecimento do auxílio prestado pelo Brasil quando dos terremotos que, em 1976, assolaram a Guatemala.

Entrou em vigor, em 5 de janeiro, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, celebrado com Honduras em 11 de junho de 1976.

Quando da cerimônia de assinatura dos novos Tratados do Canal do Panamá, efetuada em Washington, na sede da Organização dos Estados Americanos, no dia 7 de setembro, o Senhor Presidente da República, atendendo a convite formulado pelo Chefe do Governo do Panamá, General Omar Torrijos, e pelo Presidente Carter, fez-se representar pelo Vice-Presidente da República, General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos.

No contexto do programa global de assistência a países amigos, foi oferecido certo número de vagas em escolas militares brasileiras, em diversos graus. Dentre os países aos quais foi efetuado esse oferecimento, contam-se El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá.

CARIBE

A região do Caribe, no ano de 1977, recebeu especial atenção da política externa brasileira.

Em janeiro, foi aberta a Embaixada do Brasil na Jamaica, com sede em Kingston, em substituição à Missão Diplomática de caráter cumulativo que o Brasil mantinha junto àquele país.

O Chanceler Antonio F. Azeredo da Silveira visitou oficialmente Trinidad e Tobago, em outubro, ocasião em que se entrevistou com o Primeiro Ministro, Dr. Eric Williams, e com o Ministro dos Negócios Exteriores, Senador Stanley Donaldson. Na oportunidade, foram reafirmados os laços de amizade entre os povos brasileiro e trinitário e examinados problemas de interesse para os dois governos.

O Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil discutiram, amplamente, os meios e modos de desenvolver a cooperação bilateral, particularmente em certos campos específicos.

Com relação à alimentação e agricultura, discutiu-se a possibilidade de cooperação com vistas a um intercâmbio de conhecimentos e experiência técnica, entre outros nos setores de comercialização e da tecnologia da produção de alimentos.

Na área marítima, os dois países iniciaram contatos com vistas à cooperação no sentido de melhorar o acesso ao porto de Port-of-Spain e a outros portos trinitários.

No campo do intercâmbio cultural, os Governos brasileiro e trinitário convieram em expandir e diversificar o programa de concessão de bolsas, em nível de pós-graduação, a estudantes de Trinidad e Tobago, e em adotar medidas para facilitar contatos interuniversitários.

No Comunicado Conjunto, divulgado ao final da visita, ficou expresso o desejo das duas Partes de intensificar o seu relacionamento, de explorar as oportunidades, de aumentar o intercâmbio e de impulsionar a cooperação recíproca.

Outro fato marcante no conjunto das relações com Trinidad e Tobago foi a visita que o Ministro de Estado das Minas e Energia do Brasil empreendeu àquele país, a convite do Governo trinitário.

No Comunicado Conjunto, então divulgado, são assinaladas, como áreas de possível cooperação, a indústria do ferro e do aço, o fornecimento de minério de ferro brasileiro, o estabelecimento de uma usina de pelotização em Trinidad e Tobago, a comercialização de produtos finais de aço fabricados em Trinidad e Tobago, a eventual prospecção de petróleo, a expansão de refinarias e de instalações de armazenamento de óleo em Trinidad e Tobago e a compra de deri-

vados de petróleo pelo Brasil. Foi ainda examinada, durante a visita do Ministro das Minas e Energia do Brasil, a possibilidade de empreendimentos conjuntos.

Duas missões econômico-comerciais do Governo de Trinidad e Tobago estiveram no Brasil em 1977. Seguiram-se visitas do Ministro do Petróleo e Minas e do Ministro da Agricultura, Terras e Pesca, como conseqüência direta da efetuada pelo Chanceler Azeredo da Silveira.

Durante a visita do Ministro de Petróleo e Minas de Trinidad e Tobago, Errol Mahabir, foram acertados os termos de um entendimento entre a Companhia Vale do Rio Doce e a **Iron and Steel Company of Trinidad and Tobago,** com vistas ao fornecimento de minério de ferro brasileiro.

A visita do Ministro da Agricultura, Terras e Pesca e da Indústria e Comércio, George Chambers, propiciou o início de cooperação entre o Brasil e Trinidad e Tobago, no campo da tecnologia agrícola.

Dentro do quadro de maior estreitamento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Caribe, apresentou credenciais ao Presidente da República o Primeiro Embaixador de Barbados no Brasil, H. Brazane Babb, cuja Missão tem sede em Caracas.

O Governo Brasileiro efetuou ao Governo de Granada a doação de uma ambulância, a qual foi transportada para aquele país por avião da Força Aérea Brasileira.

AMÉRICA DO SUL

PAÍSES DO PACTO ANDINO

Bolívia

As relações Brasil-Bolívia foram assinaladas, de maneira especial, pela visita oficial ao Brasil do Presidente da República da Bolívia, em meados de agosto. A visita representou mais uma evidência da tradicional amizade entre as Nações brasileira e boliviana e deu ocasião aos dois Países de intensificarem e ampliarem a colaboração entre eles existente.

Em Brasília, os Presidentes Ernesto Geisel e Hugo Banzer Suárez efetuaram conversações sobre aspectos fundamentais da política mundial e regional, procederam a um exame das

relações bilaterais, estimuladas a partir do encontro presidencial de Cochabamba, e presidiram à cerimônia de assinatura, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, dos seguintes instrumentos bilaterais:

a) Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, que consagra o quadro global em que se pautarão as iniciativas conjuntas e dá bases novas e dinâmicas ao relacionamento brasileiro-boliviano, a fim de propiciar maior desenvolvimento econômico e social em benefício de ambas as Nações;

b) Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, que atende aos objetivos de ambos os Governos de encetar programas bilaterais, com vistas à maior eficácia de repressão do referido tráfico, mediante uma cooperação articulada e mutuamente conveniente;

c) Convênio de Sanidade Animal para Áreas de Fronteira, que estabelece os princípios e disposições especiais para um programa harmônico de defesa sanitária animal. Prevê a adoção de medidas consideradas necessárias para um melhor controle das enfermidades, assim como a manutenção de intercâmbio técnico e informativo de interesse para tais fins;

d) O Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, referente à Cooperação em Matéria de Telecomunicações e Serviços Postais, que consubstancia as bases de programas bilaterais de intercâmbio e treinamento de pessoal, visando ao aperfeiçoamento das comunicações entre ambos os Países;

e) O Acordo por Troca de Notas, Complementar ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, relativo a aspectos de implementação deste ato internacional, firmado em Cochabamba, em 22 de maio de 1974.

Entrou em vigor, por ocasião da visita Presidencial, o Acordo sobre Cooperação Sanitária, de 8 de junho de 1972, que dispõe sobre a melhor cooperação entre os serviços de saúde dos dois Países, cuja ação harmônica assume singular importância em função dos projetos de desenvolvimento econômico e social em curso em suas regiões fronteiriças e, especialmente, em seus territórios amazônicos.

Cumpre citar, também, a instituição da Comissão Geral de Cooperação Brasileiro-Boliviana, à qual caberá a seleção e o desenvolvimento dos projetos e programas conjuntos mais adequados a contribuir, de forma significativa, para o es-

treitamento ainda maior das relações entre os dois Países, sobretudo nos campos econômico, financeiro, comercial, técnico, cultural, científico, dos transportes e das comunicações.

Realizou-se, em 7 e 8 de fevereiro de 1977, a Primeira Reunião da Comissão Administrativa do Fundo de Desenvolvimento, prevista no Protocolo Adicional do Tratado de Vinculação Ferroviária. Durante o encontro, foram aprovados, por parte do Governo brasileiro, projetos relativos à cooperação nos setores agropecuário, madeireiro e carbonífero, apresentados pelo Comitê de Obras Públicas de Santa Cruz.

Colômbia

O relacionamento do Brasil com a Colômbia, fundado em amizade histórica, se desenvolveu em 1977, num quadro de cordialidade e de cooperação, podendo ser considerado como positivo e dinâmico.

Sobressaem, nesse contexto, as relações de natureza econômico-comercial, havendo o fluxo de comércio entre os dois países mais que duplicado no espaço de um ano, com considerável incremento no saldo do balanço comercial entre os dois países. A pauta dos itens que o Brasil vendeu para a Colômbia foi substancialmente aumentada, em 1977, com o desenvolvimento das exportações de amido de milho, cacau, gasolina, pneus e principalmente maquinaria para indústria e agricultura.

No que se refere à política cafeeira, os dois países mantiveram sua tradicional política de entendimento e colaboração, com vistas à defesa de interesses comuns.

De especial significado para as relações entre os dois países tem sido o prosseguimento, em cumprimento do Acordo Brasileiro-Colombiano sobre Carvão, de 18 de junho de 1976, no âmbito do Comitê Conjunto estabelecido segundo aquele instrumento, dos entendimentos relativos ao cumprimento da parte inicial do programa previsto para prospecção de carvão coqueificável na Colômbia e a viabilidade técnica, econômica e jurídica de sua exploração e comercialização, mediante uma eventual associação binacional de capitais.

Em dezembro, foi efetuada a seleção da área de prospecção de carvão, devendo entrar o Acordo, agora, na fase de perfurações, avaliação de reservas e estudo de viabilidade econômica.

Equador

Dentro do espírito construtivo e cordial que anima as relações entre Brasil e Equador, efetuaram conversações, em Brasília e em Quito, durante os primeiros meses do ano, as delegações da Companhia Equatoriana de Petróleo (CEPE) e da Petrobrás, em prosseguimento às negociações anteriormente mantidas na capital equatoriana.

a) ao examinar a lista de produtos para os quais o Equador havia pedido concessões tarifárias, a delegação do Equador indicou, por solicitação da Parte brasileira, uma escala de prioridades na lista, para que as autoridades brasileiras considerassem, a curto prazo, tratamento especial aos produtos identificados como de maior prioridade, que possam gerar correntes de comércio imediato;

b) as duas Partes aprovaram, em princípio, os termos de referência para a venda à PETROBRÁS de óleo cru excedente da CEPE e para um possível estabelecimento de contratos para exploração e produção de hidrocarbonetos entre BRAS-PETRO e CEPE;

c) as negociações voltaram-se, ainda, para as possibilidades de participação brasileira no mercado de serviços do Equador e para o estímulo à cooperação financeira mediante operações creditícias, a serem facilitadas pela abertura de agência do Banco do Brasil em Quito;

d) a Delegação equatoriana reafirmou interesse na participação brasileira na construção da Via Interoceânica e em outros projetos viários e portuários, bem como a disposição de adquirir equipamentos brasileiros para a manutenção de estradas;

e) foram submetidas à Delegação brasileira, para exame, duas relações de projetos equatorianos de cooperação técnica, referentes, de preferência, à Amazônia;

f) a Delegação brasileira manifestou a intenção de participar, através da INTERBRÁS, do programa de construção e equipamento de centros desportivos em cada uma das províncias equatorianas;

g) ambas as partes concordaram na assistência técnica por parte da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP — no campo de gestão tecnológica, em favor do Fundo Nacional de Pré-Inversão (FONAPRE) e do Centro de Informação em Pré-Inversão (CIP), sob os auspícios do BID, da OEA e do PNUD;

h) a Delegação brasileira manifestou disposição de cooperar com programas equatorianos no setor de Planejamento de Transportes.

No que se refere ao intercâmbio comercial Brasil-Equador, o saldo a nosso favor do balanço comercial duplicou no decorrer do último período, em razão, sobretudo, do incremento das exportações brasileiras.

Os produtos brasileiros impuseram-se, paulatinamente, no mercado equatoriano em função de três fatores básicos: boa qualidade, bom preço e bom prazo de entrega. Graças a isso, o exportador brasileiro mostrou-se capaz de enfrentar, em igualdade de condições, a concorrência dos fornecedores tradicionais do Equador, havendo conseguido deslocar a seu favor considerável parcela das aquisições de equipamento de porte médio e pesado.

Pode-se prever, inclusive, que a participação brasileira nas importações do Equador continue a se diversificar e a crescer consideravelmente nos próximos anos, devido ao aumento da capacidade exportadora de nossas empresas bem como ao acréscimo que a cada ano se verifica nas importações daquele país, que desfruta, há algum tempo, de uma situação econômica excepcionalmente favorável. Os campos que parecem oferecer maiores possibilidades nesse sentido, de acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria do Brasil, são o dos bens de produção, o de maquinaria pesada em geral, veículos e eletrodomésticos.

Convém acrescentar que o interesse das empresas brasileiras no Equador não mais se restringe à venda de mercadorias. O item serviços assumiu importante papel, como se pode depreender da participação de tais empresas nos processos de concorrência para obras de infra-estrutura, tais como a construção de hidrelétricas, estradas, aeroportos e centrais de abastecimento.

Guiana

As relações entre o Brasil e a Guiana desenvolveram-se, normalmente, em 1977, dentro do propósito de ambos os Governos se estabelecerem entre si um processo construtivo de colaboração mutuamente conveniente.

Dentro desse objetivo, o Governo brasileiro deu início a estudos com o Governo guianense, relativos à preparação da reunião da Comissão Mista Brasil-Guiana, a primeira que se

realizará após o estabelecimento das novas bases desse foro bilateral, instituído pelo Acordo por troca de notas, de 13 de julho de 1976.

No quadro da cooperação econômica, assinala-se a concessão, pelo Governo brasileiro, no decorrer de 1977, de crédito financeiro à Guiana de US$ 3 milhões e da abertura de linha de crédito no valor de US$ 5 milhões, destinados à aquisição de bens no Brasil.

Muito contribuiu, também, para o incremento das relações entre os dois países, a visita da missão comercial guianense à Feira "Brasil-Export 77", que proporcionou aos visitantes a oportunidade de apreciar a realidade do desenvolvimento do País e as possibilidades oferecidas pelo mercado exportador brasileiro.

Peru

O impulso positivo por que passaram as relações brasileiro-peruanas nos últimos anos viu-se acentuado, em 1977, por uma série de iniciativas.

Cumpre mencionar, dentre outros eventos, a visita a Brasília do Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador José de la Puente Radbill, a IV Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, a I Reunião da Subcomissão Mista para a Amazônia e o expressivo volume do comércio registrado entre os dois países.

Atendendo a convite do Governo brasileiro, o Chanceler peruano visitou oficialmente o Brasil de 14 a 16 de julho de 1977, havendo sido recebido em audiência especial pelo Presidente Ernesto Geisel, a quem transmitiu a firme intenção do Governo de seu país, coincidente com a do Governo brasileiro, de intensificar cada vez mais as relações entre o Brasil e o Peru, de modo a dar prosseguimento aos entendimentos mantidos no histórico encontro presidencial de 5 de novembrc de 1976.

Ao fim das cordiais conversações que mantiveram, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru assinaram Comunicado Conjunto, no qual se registrou a concordância de posições dos dois Governos em questões de singular importância, tanto no âmbito bilateral, quanto no regional e mundial. Tendo em conta a especial condição de seus países como ribeirinhos do Amazonas, os Ministros examinaram

detidamente as perspectivas que se abrem para o estabelecimento de um sistema de cooperação multilateral na Amazônia e concordaram em que sua implementação poderá contribuir, de modo sensível, para o progresso econômico e social dos territórios amazônicos e para sua total incorporação às respectivas economias nacionais. Nesse sentido, coincidiram no desejo de que a iniciativa do Governo brasileiro, para promover o mencionado sistema, alcance plena concretização entre os países participantes, dentro de um contexto de cordialidade, entendimento mútuo e respeito aos tratados e compromissos internacionais vigentes.

Os dois Chanceleres trocaram os instrumentos de ratificação do Convênio Comercial, assinado em novembro de 1976, e, por troca de notas, puseram definitivamente em vigor o Acordo Sanitário para o Meio Tropical e o Acordo para a Constituição da Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia, celebrados na mesma época.

Encerraram, pessoalmente, os trabalhos da IV Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, cujos resultados refletem as grandes linhas de uma política binacional, a longo prazo, para o desenvolvimento da cooperação econômica entre ambos os países, nos campos do comércio, da infra-estrutura viária, do intercâmbio tecnológico, através de seus programas de investimento, de complementação industrial e da cooperação para o desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos.

A Reunião em apreço realizou-se em Brasília, de 12 a 14 de julho de 1977. Durante seu transcurso, as Delegações brasileira e peruana procederam a amplo inventário das relações entre os dois países, avaliando o andamento das iniciativas acordadas nos domínios econômico, comercial, técnico e científico, e sugerindo, ao final, as medidas tendentes a incrementar o intercâmbio bilateral, bem como a solidificar os vínculos de cooperação existentes.

Dentre as medidas sugeridas, cabe destacar:

a) o estabelecimento de um Grupo Misto de Transporte, a fim de que os Ministérios e demais repartições ligados ao setor viário implementem, diretamente e de imediato, um canal para a troca de informações e execução de estudos para ações conjuntas destinadas a permitir o enlace mais adequado às comunicações terrestres entre ambos os países, com base nos planos elaborados por seus Governos;

b) a criação de um Grupo Misto de Comércio, integrado por elementos das entidades responsáveis pelo comércio internacional de ambos os países. Tal Grupo teria por incumbência incrementar o intercâmbio, tanto de matérias-primas e produtos básicos quanto de semimanufaturados e manufaturas, no quadro do Convênio Comercial, do Convênio de Abastecimento e outros atos bilaterais do gênero, em vigor ou a serem adotados;

c) a instituição de um Grupo Misto de Projetos de Investimentos para o intercâmbio permanente e sistemático de informações sobre seus respectivos programas de investimentos, no intuito de revelar as possibilidades de utilização das tecnologias nacionais nas fases de estudos de viabilidade e de engenharia e com vistas, também, a prover equipamentos e serviços de consultoria na fase de investimento;

d) a formação de um Grupo Misto de Cooperação Industrial, constituído por representantes governamentais, do qual participariam organizações empresariais de ambos os países no campo industrial. A esse Grupo competiria a função de identificar as possibilidades de complementação industrial, em harmonia com a interconexão de sua infra-estrutura física, e de promover as ações pertinentes, no prazo mais rápido possível, tanto a nível público quanto a nível privado, para ensejar investimentos conjuntos;

e) o estabelecimento, no quadro da subcomissão Mista para a Amazônia, de um mecanismo de contato direto entre os organismos de desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos, que lhes permita trocar informações e efetuar estudos conjuntos destinados à identificação e promoção das oportunidades concretas de cooperação entre os dois Governos, para o desenvolvimento de suas respectivas áreas territoriais na Região Amazônica e sua crescente integração às economias nacionais de cada país.

A propósito da Subcomissão Mista para a Amazônia, a Comissão Mista assinalou justamente sua satisfação pelos resultados alcançados na I Reunião, realizada em Iquitos, de 1° a 3 de junho de 1977. Com efeito, a referida Subcomissão cumpriu sua finalidade de promover a cooperação e coadjuvar a dinamização das relações entre as regiões amazônicas do Brasil e do Peru, ao detectar uma ampla e variada série de iniciativas a serem implementadas pelas duas Partes nos campos da navegação fluvial, telecomunicações, turismo, comércio fronteiriço e cooperação técnica, dentre outros. O

êxito dos trabalhos da Subcomissão, em sua I Reunião, constitui clara manifestação do interesse comum que têm os Governos brasileiros e peruano em colaborar mutuamente para o desenvolvimento de seus territórios amazônicos, e permitir antever uma cooperação dinâmica e proveitosa entre ambos no âmbito daquela região.

O intercâmbio comercial brasileiro-peruano, que anteriormente apresentava níveis insatisfatórios em relação ao volume global do comércio de cada um dos dois países, beneficiou-se, nos últimos anos, da melhor exploração recíproca das potencialidades existentes. Assim é que, de 1971 a 1977, o comércio bilateral registrou média de crescimento superior à de todo o comércio exterior brasileiro, havendo o valor total das trocas subido de cerca de 26 milhões de dólares naquele primeiro ano, para mais de 120 milhões no ano passado. O progresso verificado nesse setor é ainda mais flagrante se levarmos em conta que o aumento global registrado pela balança comercial brasileiro-peruana no quadriênio de 1974 a 1977 — aproximadamente 46 milhões de dólares —, só teria resultado comparável, nos períodos anteriores, se fossem considerados pelo menos 5 anos (1969 a 1973). Do lado brasileiro, destacaram-se, em 1977, as exportações de veículos CKD, manufaturados diversos, milho e óleo de soja. Do lado peruano, os principais produtos exportados foram os minerais, com destaque para o petróleo em bruto, zinco e cobre. Cabe ainda assinalar, a par desses resultados expressivos, que persistiu o empenho de ambos os países no sentido de alcançar níveis ainda mais altos de intercâmbio, tanto em volume quanto em diversificação, correspondentes à complementação potencial de suas economias.

Suriname

Brasil e Suriname estabeleceram os contatos iniciais com vistas à realização da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, instituída pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 22 de junho de 1976. Ambos os Governos deram, outrossim, prosseguimento aos programas de intercâmbio e cooperação nos campos comercial, financeiro, cultural, técnico e científico, no quadro do Tratado de Amizade, do Convênio de Intercâmbio Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Cumpre assinalar que, na área cultural, especificamente, efetuou-se em 7 de setembro de 1977, no Ministério das Relações Exteriores, a troca de instrumentos de ratificação do Acordo Cultural, juntamente com a do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, ambos assinados em 22 de junho de 1976.

O ano de 1977 foi extremamente profícuo para o estreitamento e a intensificação do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Suriname. Observou-se um incremento notável das exportações brasileiras para aquele país, sendo que o produto que mais contribuiu para tal aumento foi o gás líquido, seguido por chapas de fibra de madeira e refrigeradores.

Venezuela

No que se refere à Venezuela, as relações demonstraram alto nível de entendimento com a visita oficial do Presidente Carlos Andrés Pérez ao Brasil, entre os dias 16 a 20 de novembro.

Em Brasília, o Presidente Ernesto Geisel e o Presidente Carlos Andrés Pérez mantiveram amplas e amistosas conversações sobre diversos aspectos da atualidade internacional, regional e bilateral, de interesse para os dois países.

Durante a sua estada, o Presidente da Venezuela visitou os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos quais manteve contatos com setores empresariais e com personalidades representativas das coletividades locais e dos órgãos de comunicação social.

Por ocasião da visita, foram assinados os seguintes instrumentos:

a) Convênio de Amizade e Cooperação, no qual o Brasil e a Venezuela se puseram de acordo para instaurar e aperfeiçoar mecanismos de entendimento e cooperação sobre assuntos de interesse comum nos planos bilateral, regional e multilateral;

b) Acordo de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, que atende aos objetivos de ambos os Governos de iniciar programas bilaterais para lograr a eficaz repressão ao tráfico ilícito de drogas, mediante uma cooperação articulada e mutuamente conveniente;

c) Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria Sanitária para o Meio Tropical,

destinado a promover maior coordenação entre os serviços de saúde entre os dois países;

d) Troca de Notas que estabelece a entrada em vigor do Acordo Complementar Básico de Cooperação Técnica, no campo da Ciência e Tecnologia, subscrito pelos Presidentes dos Conselhos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de ambos os países, o qual fixa as bases de cooperação nesta matéria;

e) Troca de Notas que estabelece o quadro operacional para o funcionamento de sucursais bancárias em um e outro país, orientadas no sentido de estimular o intercâmbio comercial e financeiro entre os dois países.

Os dois Presidentes concordaram quanto à conveniência de estimular os investimentos de um país no outro, bem como entre os dois países e outros países da região. Ressaltaram, no campo da cooperação industrial, as possibilidades existentes para o intercâmbio técnico e a celebração de contratos de vendas e iniciativas conjuntas em diversos setores, tais como: o petrolífero, petroquímico, siderúrgico, automotriz, mineral, de indústria naval e aeronáutica, polpa e papel e produtos agrícolas. O Presidente do Brasil manifestou sua intenção de estudar a possibilidade de ampliar as compras de petróleo cru e seus derivados à Venezuela e o Presidente venezuelano, por sua vez, manifestou disposição de aumentar as compras de produtos agrícolas e industriais brasileiros.

Tendo em conta a situação do Brasil e da Venezuela como integrantes da Amazônia, reconheceram os dois Presidentes que existem possibilidades de cooperação regional para o seu desenvolvimento, dentro do respeito aos compromissos internacionais vigentes dos dois países.

A visita, a primeira que realizou ao Brasil um Chefe de Estado venezuelano, significou o propósito dos dois países de estimularem suas relações em um nível de cooperação e entendimento compatível com a dimensão alcançada por ambos os países no cenário internacional.

OUTROS PAÍSES — CONE SUL

Argentina

Durante o ano de 1977, as relações do Brasil com a Argen-

tina mantiveram o seu elevado nível de importância e densidade.

No contexto da aproximação entre os dois países, ocorreram visitas recíprocas de representantes de importantes setores da vida nacional, de um e outro país.

Em julho, visitou oficialmente a Argentina o Almirante-de-Esquadra Gualter Menezes de Magalhães, havendo os resultados de sua viagem contribuído, de forma muito positiva, para o estreitamento do intercâmbio entre as Armadas dos dois países.

Em outubro, coube ao Administrador Geral da "Empresa Nacional de Telecomunicações — ENTEL", da Argentina, General Oscar Corrado, viajar ao Brasil, em uma iniciativa que veio contribuir, de maneira muito favorável, para o incremento das relações bilaterais no campo das telecomunicações. Na oportunidade, foi confirmado o entendimento de que, ainda no primeiro semestre de 1978, deveria estar concluída a interconexão dos sistemas terrestres de microondas dos dois países, dando cumprimento ao convênio neste sentido assinado pela EMBRATEL, do lado brasileiro, e a ENTEL, da parte argentina. A referida medida torna-se mais significativa já que foi assinado, também em 1977, pelas duas empresas, um convênio para a interligação telefônica entre as cidades fronteiriças de Foz de Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazu (Argentina).

Objetivando dar prosseguimento às negociações iniciadas por ocasião da mencionada visita, e visando, ainda, ao incremento das relações bilaterais, visitou a Argentina, no início do mês de novembro, uma missão do Ministério das Comunicações composta, entre outros, pelos Presidentes da EMBRATEL e da TELEBRÁS.

Em novembro, o Secretário de Agricultura e Pecuária da Argentina, Doutor Mario Cardenas Madariaga, esteve em visita ao Brasil, para contatos com as autoridades brasileiras ligadas aos setores da agricultura e pecuária.

No âmbito da cooperação bilateral, realizou-se, no quadro do Acordo Aéreo Bilateral de 1948, em março, no Rio de Janeiro, a VIII Reunião de Consulta das Autoridades Aeronáuticas da República Argentina e da República Federativa do Brasil, ocasião em que foram debatidos assuntos de interesse recíproco relativos ao transporte aéreo comercial. As disposições contidas na Ata Final desta Reunião foram postas em vigor por troca de notas, em dezembro.

Em maio, foi realizada, em Brasília, a VIII Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), tendo sido discutida, entre outros assuntos, a questão do trânsito por terceiros países. Em agosto, realizou-se, em Buenos Aires, a IX Reunião da mesma Subcomissão, dando prosseguimento às conversações estabelecidas na reunião precedente e ampliando as bases para um correto equacionamento daquela questão.

Nesse contexto, e ainda no plano dos transportes, realizou-se, em Mar del Plata, no mês de novembro, a VIII Reunião dos Ministros de Obras Públicas e Transportes do Cone Sul. Na ocasião, foi possível retomar-se, em âmbito multilateral, a discussão dos problemas relativos ao transporte internacional terrestre, incluindo o trânsito por terceiros países. Com relação a este último item, o Brasil procurou contribuir para a adoção de critérios favoráveis ao desenvolvimento do intercâmbio econômico entre os países da região. Na próxima reunião do Cone Sul deverão ser examinados importantes aspectos já levantados na VIII Reunião.

No tocante à intenção de levar-se a cabo o aproveitamento do rio Paraná na região de Corpus, no trecho limítrofe argentino-paraguaio daquele rio, o Governo brasileiro aceitou a sugestão do Governo argentino de, conjuntamente com representantes do Governo paraguaio, realizar uma troca de idéias, a respeito dos aproveitamentos de Itaipu e Corpus, o que deu ensejo às conversações técnicas tripartites, realizadas em Assunção, em setembro e novembro de 1977, bem como às reuniões de assessores técnicos realizadas, no mês de outubro, em Assunção e na sede da "Eletrobrás", no Rio de Janeiro. O Governo brasileiro participou com espírito sempre construtivo de tais conversações, que contribuíram não só para um maior esclarecimento dos dados relativos à obra de Itaipu e do estudo de Corpus, mas também para uma homogeneização das informações de interesse para aqueles aproveitamentos.

Prosseguiram, em 1977, os estudos técnicos referentes ao aproveitamento do trecho limítrofe brasileiro-argentino do rio Uruguai, ao amparo do convênio celebrado, em março de 1972, entre as "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS" e **Agua y Energia Electrica — AYEE.** O Relatório Preliminar foi apresentado aos Governos dos dois países, em 1975, preconizando a construção de um sistema de três aproveitamentos: RONCADOR / PANAMBI (2.700.000

KW); GARABI (1.800.000 KW); e SÃO PEDRO (730.000 KW). Posteriormente, foi selecionado, para desenvolvimento prioritário, o projeto de GARABI que, em sua fase final, poderá alcançar uma capacidade de 2.200.000 KW.

A Argentina permaneceu como principal parceiro comercial do Brasil na América Latina, havendo o volume de trocas totalizado, em 1977, a cifra de US$ 770 milhões nos dois sentidos. A análise do intercâmbio bilateral revela, ainda, que o Brasil figurou como o segundo principal comprador de produtos para a Argentina, e seu terceiro fornecedor.

Chile

Em 1977, as relações do Brasil com o Chile continuaram a se desenvolver dentro de um espírito de cordialidade e cooperação.

Nesse contexto, cabe realçar que foi dada seqüência ao processo iniciado em 1966, data da primeira reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena. Entre 7 e 10 de novembro de 1977, celebrou-se a IV Reunião desse órgão, que tem por finalidade analisar os assuntos de interesse para ambos os países e propor aos respectivos Governos as medidas adequadas para a intensificação do intercâmbio bilateral. Na ocasião foram analisados, por ambas delegações, vários aspectos das relações brasileiro-chilenas, particularmente aqueles relativos às áreas econômica e cultural. A análise foi facilitada pela constituição de cinco grupos de trabalho encarregados da discussão dos temas referentes, respectivamente, ao comércio e cooperação econômica, assuntos financeiros, transportes e turismo, cooperação cultural e científica, e aos aspectos específicos da comercialização de cobre chileno. Os resultados dessa IV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena permitiram identificar novos campos de atuação suscetíveis de incorporação ao quadro das relações entre os dois países.

Assume particular relevo nessas relações a área econômica. O intercâmbio comercial brasileiro-chileno voltou, em 1977, a exemplo de anos anteriores, a se intensificar, acusando uma cifra global apreciavelmente acima de US$ 400 milhões, patamar que não havia sido atingido até então. Os fluxos de exportação de ambas partes também proporcionaram valores sem precedentes nesse comércio. Conquanto situado na vizinhança do valor registrado em 1976, verificou-

se novo déficit contra o Brasil, decorrente das volumosas aquisição de cobre chileno efetuadas pelo nosso país, o que se deve não apenas ao acelerado crescimento da demanda brasileira por aquele metal, mas também à posição que ocupa o Chile como principal fornecedor do produto no quadro da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Em contrapartida, manteve-se o considerável potencial que o mercado chileno apresenta para a colocação de mercadorias brasileiras. Nesse sentido, as autoridades nacionais têm desenvolvido sensíveis esforços promocionais das exportações brasileiras, dentre os quais cabe ressaltar, pela sua magnitude, a presença do Brasil, novamente, na Feira Internacional de Santiago. De 28 de outubro a 15 de novembro de 1977, foi realizada a XV edição do referido certame, ao qual o Brasil concorreu com um amplo pavilhão que contou com a presença de 160 expositores nacionais.

Mormente destinados ao financiamento das exportações brasileiras de bens de capital e de consumo durável, os importantes créditos concedidos pelo Brasil ao Chile mantiveram-se como fator capaz de contribuir eficazmente para ak intensificação de intercâmbio comercial entre os dois países.

No âmbito da cooperação técnica, intensificaram-se as relações bilaterais mantendo as consideráveis perspectivas de atuação que o campo oferece tanto no sentido de prestação dessa cooperação pelo Brasil ao Chile, quanto no sentido inverso. Assinale-se que, nesse contexto, foi celebrado em Santiago, em 2 de novembro, um Convênio de Intercâmbio e Cooperação, Capacitação e Estudos nos Campos da Administração Pública para o Desenvolvimento entre a Fundação Getúlio Vargas e a Comissão Nacional de Reforma Administrativa (CONARA) do Chile. Por ocasião da IV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena, anteriormente mencionada, foram amplamente discutidas questões sobre a situação presente e as possibilidades futuras da cooperação técnica entre os dois países.

Entre as visitas de autoridades brasileiras ao Chile, cabe registrar, inicialmente, a do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Joelmir Campos de Araripe Macedo, Ministro de Estado da Aeronáutica, empreendida no período de 20 a 24 de março.

A fim de participar da 7ª Assembléia Geral da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE), em Santiago, esteve também no Chile, entre 30 de março e 2 de abril, o Doutor Karlos Rischbieter,

Presidente do Banco do Brasil, que ali manteve entendimentos com autoridades locais.

De 17 a 24 de maio, coube ao Almirante-de-Esquadra Gualter Maria Menezes de Magalhães, Chefe do Estado Maior da Armada do Brasil, visitar o país vizinho.

De 16 a 19 de maio, visitou Brasília o Coronel Enrique Valdez Puga, Subsecretário das Relações Exteriores do Chile, bem como o Doutor Simón Figueroa Martínez, Ministro Interino das Obras Públicas, ao ensejo da inauguração da Embaixada do Chile no Brasil, verificada em 17 de maio.

A intensificação, em 1977, das relações brasileiro-chilenas correspondeu, assim, à tradicional amizade entre ambos os países, derivada das afinidades históricas e geográficas existentes entre seus respectivos povos.

Paraguai

As relações brasileiro-paraguaias mantiveram-se, em 1977, em nível de elevado entendimento e colaboração.

Em abril de 1977, o Presidente Ernesto Geisel encontrou-se com o Chefe-de-Estado paraguaio, na base aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Esse encontro, o quinto que o Presidente Ernesto Geisel manteve com o Presidente Alfredo Stroessner, deu ocasião a novas e frutuosas conversações sobre temas de interesse de ambos os países, da atualidade bilateral, regional e internacional.

Além do referido encontro de cúpula, houve também profícuo intercâmbio entre representantes de outros setores nacionais dos dois países. Assim, em maio de 1977, viajou ao Brasil o Comandante da Armada Nacional do Paraguai, Vice-Almirante Cesar Cortese, chefiando comitiva que visitou as instalações do Depósito Franco de Paranaguá. Nesse mesmo mês, foram convidados para assistir aos festejos do 14 de maio, data nacional do Paraguai, os Governadores dos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso, o Superintendente da Administração dos portos de Paranaguá e Antonina, o Secretário dos Transportes e o Capitão-dos-Portos do Estado do Paraná.

O Embaixador Fernando Ramos de Alencar, na qualidade de Embaixador em Missão Especial, restituiu ao Governo paraguaio objetos que haviam pertencido ao Marechal Francisco Solano Lopez, em cerimônia realizada por ocasião da

celebração do sesquicentenário de seu nascimento, em 23 de julho.

Em 26 de julho, viajaram ao Brasil os Ministros paraguaios de Obras Públicas e do Interior, quando dos festejos do aniversário de fundação do Depósito Franco de Paranaguá.

Ainda no plano dos contatos oficiais, visitou o Paraguai, em 2 de agosto, o Chefe de Estado Maior do Exército brasileiro, General Fritz de Azevedo Manso. De 13 a 16 do mesmo mês, visitaram Assunção os Governadores Jaime Canet Júnior, do Estado do Paraná, e José Garcia Neto, do Estado do Mato Grosso.

Em 13 de julho, foi assinado contrato com o consórcio STER-OMEGA para o recapeamento da rodovia nº 7, no trecho Caaguazu-Puerto Presidente Stroessner, mediante empréstimo de 8,5 milhões de dólares. No mesmo mês, de 14 a 24, realizou-se em Assunção a II Exposição Industrial Brasileira, com grande êxito comercial.

Dentro do Programa de Cooperação Técnica para os Estudos Hidrológicos da Região do Chaco Paraguaio, previsto no Tratado de Amizade e Cooperação, visitou o Brasil, no mês de outubro, o Chefe do Departamento de Água para o Chaco, Doutor Horácio Sosa, a convite do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, do Ministério do Interior.

As obras da hidrelétrica de Itaipu, projeto binacional do Brasil e do Paraguai para o aproveitamento do trecho limítrofe do Rio Paraná, prosseguiram dentro do cronograma estabelecido em maio de 1977, foi assinado com a UNICON — consórcio de cinco empresas brasileiras — e com a CONEMPA — consórcio de seis empresas paraguaias —, o segundo grande contrato para execução por empreitada, das obras civis da hidrelétrica, no valor de US$ 1,3 bilhão. Além da barragem principal — 176 metros de altura —, o contrato abrange a construção do vertedouro, barragem lateral direita, estrutura de controle do desvio do rio, casa-de-força e trabalhos correlatos com o canteiro de obras e bem-estar do trabalhador. Em meados do ano, teve início a concretagem do canal de desvio. As obras têm prazo de cinco anos para serem entregues, para que, em 1983, possam entrar em funcionamento as primeiras turbinas.

O comércio bilateral, no ano de 1977, registrou, segundo dados da CACEX, vendas brasileiras da ordem de US$ 166.268.000,00 FOB, e exportações paraguaias estimadas em

US$ 28.725.000,00 FOB, representando estas últimas mais do dobro das cifras do ano anterior.

Cabe ressaltar, no comportamento das exportações brasileiras para o Paraguai, o fato de que o Brasil mantém, pelo quarto ano consecutivo, a posição de principal fornecedor de bens de capital para o país vizinho, sendo também o principal exportador de bens de consumo duráveis e não duráveis, posição tradicionalmente ocupada, até então, pela Argentina.

Uruguai

Em 1977, o relacionamento brasileiro-uruguaio, ativado e diversificado pela celebração dos acordos bilaterais de Rivera, em 12 de junho de 1975, estreitou-se ainda mais, com a visita de Estado, realizada ao Brasil pelo Presidente Aparício Méndez. A presença no território nacional do Chefe do Executivo do país vizinho, constituiu o terceiro encontro entre os primeiros mandatários de ambos os países, desde que o Presidente Ernesto Geisel assumiu o Governo, em março de 1974. Tal fato denota o excelente estado das relações entre as duas Nações, cuja amizade tradicional, proximidade geográfica e complementaridade dos respectivos sistemas produtivos têm sido utilizadas, em benefício mútuo, por ambos os Governos, recorrendo a fórmulas imaginativas e pragmáticas.

Ao ensejo da visita do Presidente Méndez, os esquemas de cooperação assentados em Rivera já haviam trazido resultados altamente positivos para a interação das duas economias. Assim é que a linha de crédito de US$ 50 milhões para a aquisição de bens de capital e equipamentos brasileiros, formalizada em Rivera, em 12 de junho de 1975, estava sendo utilizada, em grande parte, para o reequipamento e modernização do parque fabril uruguaio; o financiamento de US$ 142 milhões para a construção, no Uruguai, da hidrelétrica de Palmar, concedido em 1976, permitia ao Estado Oriental tomar as medidas necessárias para a implementação da obra, dentro do cronograma previsto. O Protocolo de Expansão Comercial, também firmado em Rivera, já contribuía para um maior equilíbrio relativo nas trocas comerciais bilaterais.

De 6 a 7 de julho, permaneceu em visita oficial ao Brasil o Presidente Méndez, ocasião em que, em decorrência do artigo VI do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, os Chan-

celeres Antonio F. Azeredo da Silveira e Alejandro Rovira subscreveram, em Brasília, um Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, um Protocolo para o Aproveitamento do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão, anexo ao Tratado, bem como rubricaram um Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Tais instrumentos, ao haver criado um amplo arcabouço político-jurídico, permitirão a realização de uma cooperação singular entre os dois países, com vistas ao progresso integrado de extensas áreas de um e de outro lado da fronteira, cujas características geo-econômicas comuns desenham o perfil de uma região de 62.250 km^2, dos quais 29.250 km^2 se encontram em território brasileiro e 33.000 km^2 sob jurisdição uruguaia.

O Tratado estabelece que as Partes Contratantes adotarão, em suas respectivas jurisdições, de acordo com seus planos e prioridades, as medidas adequadas para promover o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, bem como concertarão entre si, no contexto da integração nacional de cada Parte, os estudos, planos, programas e projetos necessários à realização de obras comuns destinadas ao melhor aproveitamento dos recursos naturais da área. As iniciativas nacionais e binacionais, com tal objetivo, procurarão atingir, entre outros, os seguintes propósitos: elevação do nível social e econômico dos habitantes da Bacia; abastecimento de água com fins domésticos, urbanos e industriais; regularização das vazões e controle das inundações; estabelecimento de um sistema de irrigação e drenagem para fins agropecuários; defesa e utilização adequada dos recursos minerais, vegetais e animais; produção, transmissão e utilização de energia hidrelétrica; incremento dos meios de transporte e comunicação e, de maneira especial, de navegação; desenvolvimento industrial da região; e desenvolvimento de projetos específicos de interesse mútuo.

Nos termos do referido instrumento, será responsável pela sua execução a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, que terá duas sedes, uma em Porto Alegre e outra na cidade de Trinta-e-Três, na República Oriental.

Pelo Protocolo do Rio Jaguarão, as Partes Contratantes se comprometem a realizar as obras e instalações para o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do trecho

limítrofe do Rio Jaguarão, no Passo do Centurião e no Passo de Talavera, previstas no Projeto Jaguarão. O projeto em apreço, além de uma usina hidrelétrica, prevê a construção de uma barragem de acumulação, melhoramentos de eletrificação, irrigação e dessalinização, com vistas ao progresso industrial e agrário da Bacia da Lagoa Mirim.

Para a realização, operação e manutenção das obras e instalações acima mencionadas, o documento cria a Subcomissão Coordenadora para o Rio Jaguarão. Os projetos dos empreendimentos compreenderão obras comuns e não-comuns, especificada cada qual no texto do Protocolo.

O Estatuto da CLM, entre outros assuntos, estabelece que a referida Comissão se compõe de duas Representações: uma Seção brasileira e uma Delegação uruguaia, cada uma integrada por igual número de membros, que não será superior a cinco; a Presidência e a Vice-Presidência da CLM serão desempenhadas, por períodos anuais e de forma alternada, pelos Chefes de cada Representação; no âmbito da CLM, e dependendo dela diretamente, funcionarão, entre outros, Subcomissões Coordenadoras, Comitês Consultivos e Assessores Especiais.

Durante a estada em Brasília do Presidente uruguaio, os Chanceleres de ambos os países mantiveram úteis conversações sobre temas de ordem bilateral, hemisférica e mundial, procurando sobretudo identificar novas áreas de colaboração binacional. O Ministro da Economia e o Secretário de Planejamento, Coordenação e Difusão do Uruguai, membros da comitiva presidencial, entrevistaram-se, também, com seus colegas brasileiros.

Ao término da cerimônia de assinatura dos atos de integração regional na área da Bacia da Lagoa Mirim, o Presidente Méndez convidou o Presidente Geisel a visitar oficialmente o Uruguai, convite aceito de imediato. Na mesma data, os Presidentes emitiram uma Declaração Conjunta, que salienta a concordância dos dois Governos quanto a diversos temas de ordem bilateral, hemisférica e mundial, ao mesmo tempo que identifica novas áreas de colaboração binacional.

No contexto da Bacia da Lagoa Mirim, em março do ano considerado, o Presidente Geisel inaugurou uma barragem-eclusa sobre o canal São Gonçalo, distante cinco quilômetros a montante da ponte que liga Pelotas a Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Tal obra tem por fim impedir a

intrusão de águas oceânicas no Canal São Gonçalo e na Lagoa Mirim. Seus efeitos altamente positivos se farão sentir, portanto, nos territórios do Brasil e do Uruguai.

Em 1977, prosseguram as obras para a contenção do trecho final e da barra do arroio Chuí, nos termos do "Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio e do Limite Lateral Marítimo", assinado em Montevidéu, em 21 de julho de 1972, e das notas trocadas em Rivera sobre os melhoramentos acima, a 12 de junho de 1975.

Em inícios de junho, a fim de manterem estreitos entendimentos sobre as obras referidas, no arroio Chuí, e sobre outros temas de interesse comum, os Ministros de Transportes do Brasil e do Uruguai, respectivamente General Dyrceu de Araújo Nogueira e Engenheiro Eduardo Sampson, reuniram-se na cidade fronteiriça do Chuí.

Em vista das especiais relações de cooperação entre ambos os países, e atendendo ao interesse da Marinha uruguaia, o Governo brasileiro criou o cargo de Adido Naval, residente, em Montevidéu. Até então, a Adidância naval vinha sendo exercida cumulativamente com Buenos Aires, onde residia o titular da função. Com essa medida, as Armadas dos dois países aumentarão seu entendimento, nos diversos setores que lhes são afetos, em benefício mútuo.

Segundo dados preliminares da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, em 1977, o Brasil exportou US$ 205.200.900 para o mercado uruguaio, dos quais cerca de US$ 100 milhões compreenderam reexportações de petróleo. O Uruguai, por sua vez, vendeu US$ 93.377.400 para o mercado nacional. Mantendo tendência verificada nos últimos anos, o intercâmbio comercial apresentou nível elevado e um relativo equilíbrio. Sem dúvida, contribuiu para esse fato o bom funcionamento do Protocolo de Expansão Comercial, beneficiando, em especial, a manufaturados do país vizinho. Assim é que, conforme os dados uruguaios, no período janeiro-novembro de 1977, as exportações FOB para o Brasil, ao amparo daquele instrumento, atingiram a US$ 18.160.000 e as importações alcançaram US$ 8.266.000, apresentando, portanto, superávit para o Uruguai.

O intercâmbio comercial bilateral se beneficiou também de compras de trigo e carnes realizadas pelo Brasil, produtos de que a República Oriental é tradicional fornecedora do mercado brasileiro. Foram, conseqüentemente, adquiridas pelo Brasil 70 mil toneladas daquele cereal. Por outro lado, em fins de

1977, o Brasil importou uma partida extraordinária de 18 mil toneladas de carne bovina, para consumo na entressafra.

Tornando efetivos os termos dos parágrafos XXV e XXVI da Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e do Uruguai, de 7 de julho de 1977, assinada em Brasília, ao término da visita oficial do Presidente Méndez, ambos os Governos mantiveram entendimentos, com vistas à próxima celebração de um Acordo de Sanidade Animal e de um Acordo sobre Radioamadorismo. Outrossim, as autoridades competentes dos dois países prosseguiram nas tratativas atinentes à conclusão de um Acordo de Previdência Social, que desse, aos trabalhadores uruguaios no Brasil e aos trabalhadores brasileiros no Estado Oriental, os mesmos direitos e obrigações dos nacionais, em cujo território residam. Os atos em apreço ficaram de ser subscritos na oportunidade da troca dos instrumentos de ratificação do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, em cerimônia prevista para fins de janeiro de 1978, em Montevidéu, na presença dos Chefes de Estado do Brasil e do Uruguai, dando-se, assim, cunho solene e significativo à sua conclusão.

FRONTEIRAS

No campo das atividades demarcatórias, transcorreram em clima da maior cordialidade os entendimentos bilaterais internacionais e os trabalhos conjuntos efetuados no decorrer de 1977.

Na fronteira com a Argentina, merece realce a realização, em Brasília, de 23 a 27 de agosto de 1977, da 7ª Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira Brasil-Argentina, no curso da qual foram aprovados os trabalhos executados pela Comissão Mista na campanha de 1976, e programadas as tarefas a serem realizadas em 1977 no divisor de águas dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio. Atualmente, a Comissão Mista se ocupa dos trabalhos de recuperação de marcos ao longo da fronteira seca, e de adensamento da demarcação anterior, tendo já interlacado 21 novos marcos entre os anteriores, de forma a definir com toda a clareza e exatidão o curso da linha divisória. A intercalação desses novos marcos está sendo realizada dentro de rígidos critérios técnicos com base em levantamento moderno de

grande precisão, apoiado em determinações feitas por rastreamento de satélites geodésicos. A campanha de 1977 realizou-se nos meses de outubro e novembro, n a região do divisor de águas entre as nascentes dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio, tendo sido executados os seguintes trabalhos: a) construção de dezoito novos marcos e reparação de cinco outros já existentes, inclusive o marco de referência localizado na desembocadura do rio Peperi-Guaçu; b) o levantamento topográfico do divisor de águas entre o vértice poligonal número 51 e o segundo marco secundário.

Na fronteira com a Bolívia, vale mencionar a realização, em Brasília, de 23 de junho a 30 de junho, da XX Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, no curso da qual foram programados os trabalhos de campo realizados nos meses de agosto, setembro e outubro de 1977. Prosseguiu-se, assim, o cumprimento da agenda da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, com a transposição, para o terreno, do estabelecido pelas Notas Reversais de 20 de março de 1958 (Acordo de Roboré). Da campanha demarcatória com a Bolívia, realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 1977, cumpre destacar os seguintes itens: conclusão da demarcação do Paralelo do Marco Principal do Turvo, mediante a construção de cinco marcos tipo alinhamento; e início dos trabalhos de demarcação da geodésica que, partindo da nascente do Rio Verde 1909 (Serrania de Ricardok Franco), intercepta o paralelo acima referido.

No tocante à fronteira com a Colômbia, merecem destaque os trabalhos de inspeção, recuperação e conservação de marcos realizados, em Comissão Mista, de 12 a 22 de outubro de 1977, na linha geodésica Tabatinga-Apapóris, bem como no trecho fronteiriço entre Letícia e Tabatinga.

No concernente ao Paraguai, foi realizada, em Assunção, de 11 a 17 de outubro de 1977, a 30ª Conferência da Comissão Mista, na qual foi aprovado, em nível técnico, o projeto de traçado da linha limítrofe e de adjudicação de mais de meia centena de ilhas no trecho limítrofe do rio Paraguai. Na verdade, a definição do estatuto jurídico das referidas ilhas corresponde ao cumprimento integral do artigo III do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites, de 21 de maio de 1927, firmado a 4 de dezembro de 1975, quando da visita do Presidente Ernesto Geisel a Assunção. A campanha com o Paraguai, realizada nos meses de maio, junho e julho, constou

do reconhecimento geral do rio Paraguai e da reparação e reconstrução dos marcos do trecho final do II Setor da fronteira seca entre os dois países.

No tocante ao Peru, realizou-se, em Lima, a 22 de abril de 1977, a Segunda Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Peru, no curso da qual foi aprovado o regulamento da referida Comissão, e aprovada a elaboração de um plano de inspeção para a fronteira comum.

No que concerne ao Uruguai, em obediência ao estabelecido na Ata da 40ª Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai, realizada em Montevidéu, em 1976, continuaram em andamento as obras de fixação da Barra do arroio Chuí. As referidas obras foram inspecionadas, em junho de 1977, pelos Ministros dos Transportes do Brasil e do Uruguai, respectivamente General-de-Exército Dyrceu Araújo Nogueira e Engenheiro Eduardo Sampson.

No período de 11 de janeiro a 20 de maio de 1977, foram realizados trabalhos de densificação da linha de fronteira do Brasil com a Venezuela, na serra de Urutani, Cordilheira de Pacaraima. No **divortium aquarum** acima mencionado, que corresponde a cerca de 60 quilômetros, foram intercalados marcos a uma distância média de 1.200 metros. No curso da próxima Conferência, a realizar-se em Brasília, no primeiro semestre de 1978, serão programados os trabalhos de densificação ao longo da Cordilheira de Pacaraima.

Cumpre, finalmente, destacar, dentre as ativ idades da área, no último exercício, os trabalhos preparativos das comemorações do transcurso, a 21 de janeiro de 1978, do quinquagésimo aniversário do Serviço de Fronteiras, cuja tarefa principal consistiu em transpor, para o terreno, o Direito consagrado nos Tratados.

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

Por ocasião da VII Assembléia-Geral Ordinária da OEA, realizada em Granada, em junho de 1977, os Chanceleres dos países do continente tiveram oportunidade de, ao longo das sessões e em contatos informais, examinar vários temas de relevância nos âmbitos regional e mundial. Nesse contexto, a VII Assembléia-Geral aprovou resoluções referentes a direitos humanos e às relações interamericanas, entre outros, bem como deliberou sobre diversas matérias de interesse dos países americanos e da própria Organização.

Renovaram-se em 1977 os esforços dos Estados Membros no sentido de manter a paz e a segurança continentais. Cumpre ressaltar que a OEA cumpriu seu papel de principal foro político interamericano no encaminhamento de uma solução para o conflito surgido, em decorrência de incidentes fronteiriços, entre Nicarágua e Costa Rica.

Cabe registrar a realização, em dezembro, da V Assembléia-Geral Extraordinária da OEA, na qual foi aprovado o orçamento-programa da Organização para o biênio 1978/79. Este novo orçamento foi elaborado de acordo com regras fixadas pelo Conselho Permanente, as quais permitiram fosse conferida maior racionalidade às dotações orçamentárias para a implementação das atividades programadas pela OEA.

No que se refere ao Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), cinco países — Argentina, Costa Rica, Uruguai, Haiti e Chile — ratificaram, em 1977, o Convênio do Panamá, constitutivo do organismo, que entrara em vigor em 7 de junho de 1976. Desta forma, dos vinte e cinco países signa-

tários do Convênio, apenas dois — Colômbia e Paraguai — ainda não o ratificaram.

Realizou-se em Caracas, no mês de março, a III Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, órgão máximo do SELA. Nesta reunião foram adotadas, por consenso, diversas decisões tendentes a consolidar o Sistema como foro latino-americano de cooperação e a expandir suas atividades através de mecanismos operacionais próprios, os Comitês de Ação.

Neste processo de consolidação do SELA, foram instalados, em 1977, cinco Comitês de Ação (Fertilizantes; Complementos Alimentícios de Alto Conteúdo Protéico; Artesanato; Habitações e Edificações de Interesse Social; e Produtos do Mar e Agua Doce), e criados dois outros (Grãos, Sementes, Frutas e Oleaginosas; e Carnes, Laticínios e Derivados de Carnes).

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

VII Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral

O VII Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da OEA realizou-se em Saint Gorge's, Granada, de 14 a 22 de junho de 1977. Foram mantidas, na oportunidade, conversações informais entre Chefes de Delegação, seguindo-se, assim, uma prática que vem sendo adotada desde a V Assembléia-Geral.

Da extensa agenda da reunião, que englobou 33 itens, 10 ficaram reservados àquelas conversações, entre eles negociações entre o Panamá e os Estados Unidos sobre o Canal do Panamá; consideração do Relatório Anual do Conselho Permanente e das recomendações sobre a reforma da Carta da OEA, do Pacto de Bogotá e de outros instrumentos; empresas transnacionais; relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação no Chile e em Cuba; a Lei de Comércio Exterior de 1974 dos Estados Unidos da América e os princípios do Sistema Interamericano; financiamento do orçamento-programa da Organização; e estudo de alguns aspectos do terrorismo.

Dentre as resoluções aprovadas pela VII Assembléia-Geral, cumpre destacar as relacionadas com os temas seguintes:

1 — Direitos humanos em geral e, em particular, a situação dos direitos humanos no Chile, tendo-se reiterado a solicitação feita no sentido de que o Governo chileno continue adotando medidas com vistas a assegurar o respeito àqueles direitos; foram também aprovadas resoluções sobre meios para promover o respeito e a proteção dos direitos humanos;

2 — Convocação do XII Congresso Interamericano de Turismo e da VII Conferência Interamericana de Estatística;

3 — Lei de Comércio Exterior dos Estados Unidos da América, reiterando uma vez mais a solicitação de que as autoridades norte-americanas emendem a referida lei, a fim de eliminar a disposição discriminatória que exclui o Equador e a Venezuela do Sistema Geral de Preferências;

4 — Aceitação do oferecimento do Governo da Bolívia no sentido de que esse país fosse sede do VIII período ordinário de sessões da Assembléia-Geral, a realizar-se em 1978. Contudo, no final de 1977, o Governo boliviano, invocando razões de Estado, declinou da condição de país-sede. Por outro lado, a Bolívia ofereceu-se para abrigar a XI Assembléia-Geral Ordinária, prevista para 1979.

V Período Extraordinário de Sessões da Assembléia-Geral

O V Período Extraordinário de Sessões da Assembléia-Geral realizou-se na sede da Organização, em Washington, de 12 a 15 de dezembro de 1977. Na oportunidade foi aprovado o orçamento-programa da OEA para o biênio 1978-1979.

Foram adotadas duas resoluções: a primeira aprovou o orçamento da Organização e estabeleceu nova estrutura de cargos dentro da OEA; a segunda encarregou a Secretaria-Geral de proceder a um estudo aprofundado das atividades desenvolvidas pelo Centro Interamericano de Promoção das Exportações (CIPE), em sua área de competência.

SEGURANÇA COLETIVA

No que se refere à Segurança Coletiva, cabe registrar em 1977: a ratificação do Protocolo de Reformas do TIAR; a eleição do Brasil para a Comissão de Soluções Pacíficas; a as-

sinatura dos Tratados sobre o Canal do Panamá; e, a participação da OEA na solução da contenda entre Nicarágua e Costa Rica.

Ratificação do Protocolo de Reformas do TIAR

Em 14 de julho de 1977, o Brasil depositou junto à Secretaria-Geral da OEA, em Washington, Carta de Ratificação do Protocolo de Reformas do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O Brasil não fez reserva alguma quando da ratificação do Protocolo firmado, em São José da Costa Rica, em 26 de julho de 1975. Com as modificações aprovadas em 1975 — e agora ratificadas pelo Brasil — foram incorporadas emendas importantes, tais como a definição mais atualizada do conceito de "agressão", baseada em estudos realizados no âmbito das Nações Unidas; e, a inclusão, por iniciativa de que participou o Brasil, de um item específico sobre Segurança Econômica Coletiva para o Desenvolvimento.

Cinco países — Brasil, Costa Rica, Haiti, México e República Dominicana — ratificaram o Protocolo de Reforma do TIAR. O protocolo entrará em vigor quando dois terços dos Estados signatários houverem depositado seus instrumentos de ratificação.

Eleição do Brasil para a Comissão Interamericana de Soluções Pacíficas

Em setembro de 1977, o Brasil foi eleito, por aclamação, para integrar a Comissão Interamericana de Soluções Pacíficas (CISP), em substituição ao Paraguai, cujo mandato se encerrava em agosto.

De acordo com o artigo 82 da Carta da OEA, a Comissão Interamericana de Soluções Pacíficas tem por finalidade auxiliar o Conselho Permanente e velar pela manutenção das relações de amizade entre os Estados-Membros e, com tal objetivo, ajudar, de maneira efetiva, na solução pacífica de controvérsias.

Assinatura dos Tratados sobre o Canal do Panamá

Em 7 de setembro de 1977, foram assinados pelos Governos dos Estados Unidos da América e do Panamá, na sede da

OEA, em Washington, os novos Tratados sobre o Canal do Panamá, pelos quais se transferem a este último país o controle e a soberania sobre a via interoceânica. Os novos instrumentos estabelecem as bases para o funcionamento, a manutenção e a defesa do Canal do Panamá, válidos até 31 de dezembro de 1999, quando o Canal deverá passar à administração e soberania panamenhas. Na mesma oportunidade, foi assinada a Declaração de Washington, na qual os representantes dos Estados Americanos presentes à solenidade registraram a satisfação com que seus povos e Governos recebiam a assinatura dos Tratados. O Brasil foi representado naquelas cerimônias pelo Vice-Presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos.

Participação da OEA na solução da contenda entre Costa Rica e Nicarágua

Em razão de incidentes de fronteira ocorridos entre Costa Rica e Nicarágua, esta solicitou a convocação de uma sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA. Por sua vez, a Costa Rica solicitou também a convocação de uma sessão extraordinária do Conselho Permanente e o envio de uma missão de observadores à Costa Rica para verificar a realidade dos fatos alegados por seu Governo a respeito das acusações da Nicarágua sobre a utilização do território costarricense como base para ações dos guerrilheiros sandinistas.

A missão de observadores foi integrada por representantes do Paraguai, Argentina e Estados Unidos, tendo produzido um relatório no qual expõe os trabalhos por ela desenvolvidos.

Em reunião do Conselho Permanente, realizada em novembro passado, que contou com a participação dos Chanceleres da Nicarágua e da Costa Rica, foi aprovada, por unanimidade, uma resolução que pôs fim ao breve incidente entre os dois países.

Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)

Realizou-se em Washington, entre 11 e 16 de abril de 1977, a XII Reunião Anual do CIES, na qual se discutiram, entre outros assuntos, as relações comerciais entre a América Latina e os Estados Unidos da América, as perspectivas de desenvolvimento econômico e social, a cooperação interamericana e internacional para o desenvolvimento da

América Latina, a convocação de uma reunião extraordinária do CIES para a aprovação do orçamento-programa da área econômico-social para o biênio 1978/1979, e os projetos de modificação do Estatuto do Centro Interamericano de Promoção de Exportações (CIPE) e do Regulamento da Comissão Executiva Permanente do CIES (CEPCIES).

Dentre as decisões mais importantes, cumpre destacar a que solicitou à CEPCIES e à CECON (Comissão Especial de Consulta e Negociação) a adoção de ações concretas destinadas a solucionar os problemas que vêm enfrentando os países latino-americanos nos campos econômico e social. As resoluções anteriores referentes à lei de Comércio Internacional dos Estados Unidos foram reiteradas.

De 8 a 9 de novembro de 1977, realizou-se a XVIII Reunião Extraordinária do CIES, na qual foi aprovado o Projeto de Orçamento-Programa da área econômico-social para 1978/1979.

Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura (CIECC)

Realizou-se em Montevidéu, de 3 a 11 de fevereiro, a VIII Reunião do Conselho Interamericano para a educação, a Ciência e a Cultura.

O Doutor José Dion de Mello Telles, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi eleito para o Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia do CIECC enquanto que a Presidência da Comissão Executiva Permanente continuou a ser exercida pelo representante do Brasil, Professor Lindolpho de Carvalho Dias.

Nessa reunião, foi aprovada, por unanimidade, uma proposta do Brasil referente à nova sistemática para as reuniões do CIECC, no sentido de assegurar atenção prioritária aos temas de alta política educacional e ao fomento do diálogo entre os Ministros de Estado que comparecem aos conclaves.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Realizou-se em Washington, de 31 de janeiro a 11 de fevereiro, o XL período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, durante o qual foi

aprovado o Relatório Anual que descreve as atividades desenvolvidas pela Comissão, em 1976, na defesa e promoção dos direitos humanos. Este relatório obteve a aprovação da VII Assembléia-Geral.

Em seu XLI período de sessões, realizado em Washington, de 11 a 27 de maio, a CIDH dedicou-se à elaboração de relatórios sobre a situação dos direitos humanos no Uruguai e no Paraguai, os quais deverão ser submetidos à VIII Assembléia-Geral da OEA.

Posteriormente, atendendo a convite do Panamá, a Comissão, em seu XLII período de sessões, decidiu enviar três de seus membros àquele país, em missão de observação. A visita da Comissão do Panamá foi realizada durante a primeira semana do mês de novembro. Naquela mesma reunião, a CIDH decidiu também enviar missões de observadores a El Salvador e ao Paraguai no primeiro trimestre de 1978.

Em setembro de 1977, o Secretário-Geral da OEA designou o Doutor Edmundo Vargas Carreño, do Chile, para o cargo de Secretário Executivo da CIDH. Até então, o Doutor Vargas Carreño integrava a Comissão Jurídica Interamericana, havendo renunciado ao mandato para assumir suas novas funções.

No dia 14 de novembro, em sessão conjunta da Comissão de Orçamento-Programa do Conselho Permanente da OEA e da Subcomissão de Orçamento-Programa da Comissão Preparatória da Assembléia-Geral, foi aprovada proposta orçamentária que amplia substancialmente os recursos da CIDH para o biênio 78/79. A proposta, apresentada pelo Secretário-Geral da OEA, atende à solicitação do novo Secretário Executivo de expandir as atividades da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Comissão Jurídica Interamericana (CJI)

A Comissão Jurídica Interamericana, em seu período de sessões realizado no Rio de Janeiro entre 10 de janeiro e 18 de fevereiro de 1977, elegeu, por unanimidade, o jurista colombiano José Joaquín Caicedo Castilla para presidente da Comissão no biênio 77/78. Nessa mesma ocasião, a CJI decidiu realizar o IV Curso de Direito Internacional, que teve lugar no Rio de Janeiro, no período de julho a agosto do mesmo ano.

Em dezembro, foi apresentada pelo Brasil a candidatura do Professor Haroldo Teixeira Valladão à reeleição como membro da CJI, nas eleições que se realizarão durante o VIII período ordinário de sessões da Assembléia-Geral, previsto para meados de 1978.

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA OEA

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)

Realizaram-se, em São Domingos, República Dominicana, no período de 16 a 19 de maio de 1977, a XXII Reunião do Conselho Técnico Consultivo e a XVI Reunião Anual da Junta Diretora do IICA que tiveram por objetivo principal o debate de assuntos relacionados com o desenvolvimento agrícola e rural das Américas. Procedeu-se, na ocasião, à aprovação do orçamento-programa do Instituto para o biênio 77/78, bem como do orçamento do Fundo Simón Bolivar. Na mesma ocasião, foi aprovada resolução em que se propunha que o ano de 1978 fosse declarado "Ano Internacional da Juventude Rural".

Realizou-se em Tegucigualpa, Honduras, de 5 a 10 de setembro, a VII Conferência Interamericana de Agricultura, da qual participaram, entre outras autoridades, Ministros e Vice-Ministros da Agricultura de vários países latino-americanos. A Conferência teve como temas principais a produção, a distribuição e o consumo de alimentos nos países membros da OEA.

Instituto Interamericano da Criança (IIC)

Realizou-se em Montevidéu, de 1° a 4 de julho, a LVII Reunião do Conselho Diretor do IIC, presidido pelo Brasil.

Comemorou-se no dia 9 de junho o cinqüentenário da fundação do Instituto. As comemorações coincidiram com o XV Congresso Pan-Americano da Criança que se realizou em Montevidéu, de 6 a 11 de junho. O Congresso, declarado "Conferência Especializada Interamericana" por decisão da VI Assembléia-Geral da OEA, teve por finalidade promover o intercâmbio de experiências e conhecimentos a respeito dos problemas que estão sob a responsabilidade do IIC e formular

recomendações tendentes a solucioná-los. O tema central do Congresso foi "A Proteção Integral do Menor".

Instituto Indigenista Interamericano (III)

A 4 de abril, na cidade do México, foi realizada Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Instituto.

A VII Assembléia-Geral da OEA, sensível aos problemas enfrentados pelo indígena das Américas aprovou resolução, pela qual o Instituto Indigenista Interamericano ficou incumbido de preparar um plano qüinqüenal de Ação Indigenista Interamericana. Esse plano de ação, que deverá ser apresentado à VIII Assembléia-Geral, tem como objetivo analisar e sugerir soluções para os problemas culturais, políticos, sociais e econômicos que afetam de forma negativa a vida e o progresso das coletividades nativas.

Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)

Realizaram-se, em Quito, de 15 a 31 de agosto de 1977, a XI Assembléia-Geral do IPGH e as reuniões de Consulta conexas.

Coube à Assembléia-Geral do Instituto determinar as diretrizes científicas, administrativas e econômicas do IPGH para o próximo quadriênio. Nessa ocasião, foi outorgado ao geógrafo brasileiro Nilo Bernardes o Prêmio Pan-Americano de Geografia e ao equatoriano Mizael Acosta Solis o prêmio **Arch Gerlach.**

Paralelamente à Assembléia-Geral do IPGH, realizaram-se as Reuniões de Consulta, de caráter técnico-científico, sobre Cartografia, História, Geografia e Geofísica, correspondentes a cada uma das Comissões Técnicas do organismo.

Realizou-se em La Paz, em dezembro, reunião de nove técnicos e executivos do IPGH, com o objetivo de prestar assistência técnica à Bolívia na utilização de solos urbanos e amazônicos, conforme projetos apresentados por aquele país durante a XI Assembléia-Geral do Instituto.

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

A Comissão Interamericana de Mulheres promoveu, durante o ano de 1977, uma série de seminários, dando cum-

primento ao Plano Regional de Ação para o Decênio da Mulher, aprovado pela XVIII Assembléia da Comissão, em 1976. Nesse sentido, foi realizado na República Dominicana o Seminário sobre Meios de Comunicação e a Imagem da Mulher.

Realizou-se em dezembro, na sede da Comissão, em Washington, o I Seminário sobre Planificação para Integração da Mulher ao Desenvolvimento, do qual participaram representantes dos Comitês Nacionais de Cooperação à CIM, bem como representantes dos órgãos de planejamento dos países americanos. O Seminário teve por objetivo dar aos Comitês de Cooperação noções sobre elaboração de projetos que poderiam ser financiados pela CIM, bem como fornecer informações sobre fontes adicionais de financiamento.

Teve início o Laboratório Aplicado Interamericano sobre a Mulher Camponesa, com um Seminário em Honduras.

A VII Assembléia-Geral da OEA aprovou resolução sobre a comemoração, em 1978, do cinqüentenário da CIM.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)

Realizou-se em Washington, de 14 a 17 de março, a X Reunião Interamericana sobre Contrôle da Febre Aftosa e outras Zoonoses, na qual foi aprovada resolução sobre a constituição de um Fundo Especial para Pesquisa em Saúde Animal, com o objetivo de prestar assistência técnica aos países latino-americanos no campo do desenvolvimento do gado bovino. Vale recordar, a propósito, que o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, instituição vinculada à OPAS, tem sede no Brasil.

Também em Washington, nos dias 26 e 27 de setembro, teve lugar a IV Reunião Especial de Ministros da Saúde das Américas, que teve como objetivo analisar os processos de extensão dos serviços de saúde, bem como identificar as áreas que requerem a cooperação da OPAS.

Realizou-se, de 27 de setembro a 7 de outubro, a XXV Reunião do Conselho Diretor da OPAS, ocasião em que o Brasil foi eleito, juntamente com a Venezuela e o Canadá, para o Comitê Executivo da Organização.

Dando prosseguimento à tendência do ano anterior, 1977 foi assinalado por expressiva ampliação das trocas comerciais entre o Brasil e seus parceiros da ALALC, que alcançaram a cifra de dois bilhões e oitocentos milhões de dólares.

O tradicional cumprimento pelo Brasil dos compromissos assumidos na ALALC e a participação ativa em todas as reuniões patrocinadas pela Associação, deram cabal testemunho do empenho em fortalecer as conquistas já assinaladas no processo de integração. Dessa forma, as poucas instâncias em que a posição brasileira contrariou as expectativas comerciais de nossos parceiros, foram por eles compreendidas como resultantes de contingências excepcionais. Tal foi o caso das cláusulas de salvarguarda invocadas para disciplinar a importação de cebolas e de alhos, de pêssegos em calda e de películas radiográficas, bem como da aplicabilidade do recolhimento restituível, criado, em 1975, pelo Banco Central do Brasil, concessão negociada na ALALC. Durante a XVI Conferência, em novembro de 1976, não foi possível a efetivação de novas concessões, devido à recusa de nossos parceiros em negociar produtos sujeitos àquele ônus. Na XVII Conferência, em novembro de 1977, pela primeira vez, registraram-se concessões com a obrigatoriedade do recolhimento restituível, caracterizando-se, dessa forma, a margem de preferência tarifária como o objetivo das negociações da ALALC.

O problema do respeito às margens de preferência negociadas na ALALC ocupou a atenção das autoridades brasileiras, em conseqüência das freqüentes modificações introduzidas por nossos principais parceiros em suas tarifas com a redução e, em alguns casos, a supressão da vantagem anteriormente outorgada à zona. Após prolongadas negociações na XVII Conferência, logrou-se aprovar projeto que encomenda à Secretaria da ALALC a atualização dos estudos sobre margens de preferência; constitui grupo de trabalho para analisar as informações recolhidas; conclama as Partes a iniciarem entendimentos bilaterais e, finalmente, autoriza a convocação de uma Conferência Extraordinária, para analisar a questão e adotar medidas corretivas.

Para que fosse alcançado o consenso sobre essa iniciativa de interesse do Brasil, na medida em que as violações de mar-

gens de preferência inibem muitas exportações nossas para a área, decidiu-se que a Conferência Extraordinária analisaria também o problema da aplicação de restrições não-tarifárias ao comércio. Nos encontros bilaterais, o tema teve tratamento prioritário com nossos principais parceiros comerciais, tendo sido, em cada caso, manifestada a inconformidade do Brasil com a alteração das margens negociadas e a firme intenção de obter-se a reposição do **status quo ante** ou compensações tarifárias adequadas.

Na reunião da Comissão Mista Brasil-México, realizada na cidade do México em abril, além de se afastarem obstáculos menores às transações, e de se prestarem esclarecimentos sobre os mecanismos de controle do comércio exterior, foi institucionalizada a comunicação entre as duas Chancelarias no foro dos Comitês Permanentes da própria Comissão Mista, como meio eficaz de encontrar solução para problemas do comércio bilateral. Tendo em vista a importância das trocas no âmbito da ALALC, no cômputo global do comércio Brasil-México, o maior grau de sintonia alcançado entre os dois países, terá contribuído para o encaminhamento de outras transações comerciais, fora do âmbito da ALALC. Essas transações — na maioria, exportações brasileiras — poderão, a curto prazo, reabsorver o atual saldo negativo do Brasil no balanço comercial.

Com a Argentina, nosso principal parceiro na ALALC, promoveram-se, por iniciativa do Itamaraty, encontros entre os setores responsáveis pelas rotinas do comércio exterior de que resultou um **memorandum** de entendimento que ditou normas para a rápida tramitação das importações, em cada um dos países, de produtos negociados na ALALC.

Aprofundaram-se os entendimentos para a renovação e a ampliação dos principais acordos de complementação setorial. Após as reuniões de empresários, sob o patrocínio da ALALC, e examinadas a nível governamental suas recomendações, foi definida a posição do Brasil na XVII Conferência da ALALC. Dessa forma, foi possível fixar os critérios de renovação dos acordos de complementação de produtos químicos, químico-farmacêuticos, petroquímicos, fotográficos, de corantes e de material para escritório. Ficou assegurada, desse modo, a continuação, por mais um ano, dos mecanismos atualmente mais dinâmicos do sistema da ALALC, ampliados, em alguns casos, de novas concessões.

A ampliação do acordo de complementação nº 10, do setor de máquinas de escritório, negociada no mês de maio, apresentou para a assinatura de seus protocolos adicionais problemas relacionados com a caracterização de certos produtos. Foi possível evitar interpretações abrangentes que ampliariam o alcance das concessões, a ponto de dar cobertura a importações de produtos sensíveis da área de minicomputadores. A negociação foi concluída em novembro, por ocasião da Conferência da ALALC.

No acordo de complementação nº 15, do setor de produtos químico-farmacêuticos, registrou-se prolongada negociação em torno da exigibilidade do recolhimento restituível, em relação a produtos destinados a fabricação de substância farmacêutica. Chegou-se, finalmente, a uma redação satisfatória para o Brasil e que, recusada pela Argentina, foi aceita pelo México, permitindo a troca de novas concessões com esse país enquanto com aquele prorrogaram-se, simplesmente, por um ano, as concessões já existentes, isentas do recolhimento restituível.

Para a renovação do acordo nº 16, do setor petroquímico, houve negociações com a Argentina e com o México. Devido à decisão da Argentina de não aceitar o recolhimento restituível para qualquer nova concessão brasileira, os entendimentos bilaterais resumiram-se na busca de equilíbrio entre as concessões de interesse recíproco. Do México, tendo em vista a existência de avultado saldo negativo brasileiro no balanço do acordo, foi necessário obter compensações mais que proporcionais para as concessões brasileiras. Também nesse acordo houve concessões brasileiras aceitas pelo México, com a obrigatoriedade do recolhimento restituível.

O acordo de complementação nº 18, da indústria fotográfica, assinalava déficit cumulativo contra o Brasil, cuja posição negociadora era prejudicada por não contarmos, a curto prazo, com excedentes exportáveis e por já estarem contemplados com rebaixas tarifárias na lista nacional do Brasil os principais produtos que importamos dentro do acordo. Houve a simples prorrogação por um ano das concessões vigentes, sem desgravação adicional pelo Brasil e com duas concessões mexicanas de caráter compensatório.

Para a renovação do acordo de complementação nº 20, do setor de pigmentos e corantes, no intuito de corrigir o desequilíbrio registrado nas transações, o Brasil obteve de seus parceiros anuência para uma elevação provisória de 2 a

15 por cento no gravame das concessões brasileiras, bem como a confirmação de suas novas concessões, sem qualquer contrapartida de novas ofertas de nossa parte.

O acordo de complementação nº 21, de excedentes e faltantes da indústria química, cujo aproveitamento acusava sensível equilíbrio, foi prorrogado, com o acréscimo de poucas concessões trocadas com a Argentina e o Chile.

A participação do Brasil foi igualmente atuante, em 1977, nas reuniões técnicas realizadas sob a égide da ALALC.

A Comissão Assessora de Origem foi convocada, pela primeira vez, após longo intervalo. Não se chegou a registrar progresso no tratamento dos temas relacionados com a origem das mercadorias, tendo sido prorrogadas as resoluções vigentes de caráter provisório. O Brasil contribuiu com a sugestão de um projeto que estabelece critérios de origem cujo rigor cresce na razão direta do benefício tarifário concedido ao produto.

A Comissão Assessora de Nomenclatura, que se reuniu em novembro e dezembro, preparou alentado trabalho de ajustamento de terminologia e codificação de produtos, e promoveu estudos específicos sobre vários produtos, cuja classificação aduaneira é passível de controvérsia.

Na II Reunião do Grupo de Peritos em Informação de Mercado de Produtos Agropecuários e na VI Reunião de Chefes de Organismos Nacionais de Comercialização de Produtos Agropecuários, realizadas em Montevidéu, em maio e junho, foram examinadas as medidas necessárias para agilizar o sistema regional de informações de mercado de produtos agropecuários.

Foram realizadas em Montevidéu quatro reuniões especializadas do setor alfandegário. A XII Reunião do Grupo de Peritos em Técnica Aduaneira examinou as questões da declaração de trânsito aduaneiro internacional; do despacho de mercadorias por via aérea; do regime de admissão temporária e do regime de depósito aduaneiro de mercadorias.

A IX Reunião do Grupo de Peritos em Valor Aduaneiro ocupou-se de temas como o da adoção generalizada de gravames **ad valorem** e da definição de valor de Bruxelas pelas administrações aduaneiras.

A X Reunião de Diretores de Escolas Aduaneiras desenvolveu em profundidade os temas relacionados com a instrução e o treinamento profissional no campo aduaneiro. A X Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas dedicou-se aos problemas de coordenação entre as direções nacionais.

A VIII Reunião da Comissão Assessora de Transporte fez um levantamento das realizações recentes no âmbito da ALALC em matéria de transporte marítimo, fluvial e lacustre e examinou, entre outras, a questão da regulamentação, normalização e coordenação, em transporte regional terrestre, ferroviário e aéreo.

A XI Reunião da Comissão Assessora de Estatística examinou a aplicação das recomendações sobre a apresentação uniforme dos dados de comércio exterior. Ocupou-se, igualmente, da revisão e atualização do sistema centralizado de estatística de Comércio Exterior da Associação.

A XIV Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Monetários procedeu a uma análise do funcionamento do sistema de pagamentos da ALALC, tendo constatado que as operações conduzidas através do mecanismo das contas dos convênios cobriam oitenta por cento do comércio zonal. A XIV CAM aprovou recomendações concernentes ao aperfeiçoamento do Acordo de São Domingos, para facilitar e ampliar a utilização das linhas de crédito e examinou os motivos que determinaram a falta de colocação no mercado de Nova York dos aceites bancários latino-americanos.

O Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai completou em setembro um ano de efetivo funcionamento, tendo sido constatado um grau de aproveitamento e um índice de diversificação alentadores. A I Reunião da Subcomissão de Expansão Comercial, realizada no Rio de Janeiro, em setembro, não logrou ampliar o número das concessões recíprocas. Entretanto, aquela reunião deu oportunidade a entendimentos para facilitar a tramitação das exportações contempladas pelos benefícios do PEC. Por iniciativa do Itamaraty seria, posteriormente, obtida concordância para que se continuasse dispensando ao Uruguai tratamento excepcional em matéria de recolhimento restituível, abrindo caminho, dessa forma, à ampliação do Protocolo de Expansão Comercial.

III Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano

Realizou-se em Caracas, entre 15 e 24 de março, a III Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, que constou de uma fase preparatória, a nível técnico, seguida da reunião de nível ministerial. Compareceram à Reunião todos os países membros do Sistema, à exceção de Granada.

A Reunião do Conselho dedicou-se sobretudo ao exame da execução do I Programa de Trabalho do SELA, tendo merecido especial atenção a cooperação agropecuária e alimentícia; a análise dos trabalhos para a constituição de Comitês de Ação e consideração de sugestões para o estabelecimento de novos Comitês; a coordenação e consulta latino-americana, especialmente no que diz respeito ao comércio internacional e às relações com terceiros países; e a aprovação do orçamento do SELA para 1977.

Nesta reunião, foram criados pelo Conselho três Comitês de Ação: o de Grãos, Sementes, Frutas Oleaginosas (com sede em Buenos Aires); o de Produtos do Mar e Agua Doce (com sede em Lima); e o de Carnes, Laticínios e Derivados de Carne (com sede em Montevidéu). Na oportunidade foram assinadas as Atas Constitutivas dos Comitês de Ação sobre Complementos Alimentícios de Alto Conteúdo Protéico e para a Promoção e Comercialização do Artesanato.

Foi aprovado na reunião o texto do Convênio entre o SELA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que prevê assistência para a contratação de técnicos e realização de estudos.

Os Estados-membros autorizaram a Secretaria Permanente a prosseguir as conversações com a **CIDA — Canadian International Development Agency**, com vistas a lograr novo projeto de convênio de cooperação técnica e financeira para ser examinado na IV Reunião do Conselho.

Comitê de Ação de Apoio ao Programa de Reconstrução da Guatemala

Encerrou-se a primeira etapa de trabalhos do Comitê de Ação de Apoio ao Programa de Reconstrução da Guatemala.

A participação brasileira no Comitê, que obteve o expresso reconhecimento do Governo da Guatemala, efetivou-se através da prestação de assistência técnica nos campos de sistemas administrativos de crédito supervisionado para habitação, e organização e administração de cooperativas de pesca.

Comitê de Ação de Produtos do Mar e Agua Doce

A instalação do Comitê realizou-se em Lima, em outubro de 1977. Subscreveram a Ata Constitutiva Bolívia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Honduras, Panamá, Peru e Venezuela. Em dezembro de 1977, o México aderiu ao Comitê. O Brasil acompanhou, na qualidade de observador, as reuniões do Comitê.

Comitê de Ação Sobre Fertilizantes e Certas Matérias-Primas Básicas

A Ata Constitutiva do Comitê foi subscrita em março de 1977, na cidade do México, por representantes de Cuba, El Salvador, México, Panamá, Peru e Venezuela. Aderiram ao Comitê, por ocasião da III Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, Costa Rica, Guatemala e Guiana. As reuniões do Comitê contaram com a presença de observadores brasileiros.

Comitê de Ação de Habitações e Edificações de Interesse Social

O Comitê de Ação foi formalmente constituído em maio de 1977, na cidade de Quito. Subscreveram sua Ata Constitutiva: Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá e Peru. O Brasil compareceu, como observador, à reunião de instalação do Comitê.

Código de Conduta para as Empresas Transnacionais

A Secretaria Permanente do SELA celebrou, no transcurso do ano, duas reuniões com o Grupo Latino-Americano de Nova York, relativas à elaboração de um Projeto de Código de Conduta para as Empresas Transnacionais.

Reunião com o Grupo Latino-Americano de Bruxelas

Realizaram-se duas reuniões de trabalho entre o Grupo Latino-Americano de Bruxelas e a Secretaria Permanente, nas quais foram examinadas as possibilidades de cooperação entre ambos para dinamizar o diálogo entre a América Latina e a Comunidade Econômica Européia. Foi igualmente avaliada a possibilidade de eventual colaboração da Comissão das Comunidades Européias ao Programa de Trabalho do SELA, em coordenação com o Grupo Latino-Americano de Bruxelas.

Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional

O SELA esteve presente, na qualidade de Observador Permanente, à Conferência de Paris sobre a Cooperação Econômica Internacional (Diálogo Norte-Sul).

TRATADO DA BACIA DO PRATA

No contexto do Tratado da Bacia do Prata, continuou o Brasil, no decurso de 1977, desenvolvendo seus melhores esforços com vistas a alcançar as metas fixadas naquele instrumento internacional.

Por meio de sua representação no Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) o Brasil acompanhou de perto os trabalhos no âmbito do Tratado.

Convocados pelo CIC, reuniram-se, em 1977, três Grupos de Trabalho, os quais tiveram por incumbência examinar assuntos relativos às áreas básicas de Cooperação em Setores Sociais (Saúde e Educação), Recursos Hídricos e Outros Recursos Naturais e Transportes.

Entre 5 e 8 de setembro, foi realizada em Montevidéu, a III Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica sobre Cooperação em Setores Sociais (Saúde e Educação) dos Países da Bacia do Prata, oportunidade em que foram constituídos dois subgrupos, respectivamente sobre Saúde e Educação.

Precedida de uma reunião de especialistas em qualidade das águas, efetuada de 11 a 14 de outubro, teve lugar em

Brasília, entre 17 e 19 do mesmo mês, a II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Recursos Hídricos e Outros Recursos Naturais dos Países da Bacia do Prata. Aprovaram-se Recomendações que consubstanciam os resultados dos trabalhos dos Subgrupos sobre Poluição, Navegação, Recursos Ictiológicos e Hidrometeorologia.

A última reunião do ano, em nível de Grupo de Trabalho, foi realizada em Buenos Aires entre 14 e 16 de novembro, pelo Grupo de Trabalho sobre Transportes em seus Distintos Meios e Modos.

A IX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata realizou-se entre os dias 6e 8 de dezembro, na cidade de Assunção.

Na Reunião, os Chanceleres tiveram oportunidade de trocar idéias a respeito de variados aspectos das relações entre os países membros do Tratado, havendo conferido especial atenção às conclusões emanadas das reuniões dos três Grupos de Trabalho, antes referidas. Adotaram-se decisões, que versaram sobre assuntos tais como transportes aquáticos e terrestres, navegação, qualidade das águas, pesca, hidrobiologia, hidrometeorologia, investimentos, comércio, tributação, complementação industrial e agrícola, saúde e educação. Cabe destacar, entre estas Resoluções, a de número 116 (IX), mediante a qual os Chanceleres aprovaram o Acordo sobre Imunidades, Isenções e Privilégios do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no Território dos Países Membros.

Paralelamente à IX Reunião de Chanceleres, teve lugar, também em Assunção, a I Reunião Ordinária da Assembléia de Governadores do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, reunião de que o Governo brasileiro participou. A diretoria executiva do organismo promoveu sua quinta reunião também em simultaneidade com a Reunião de Chanceleres. Cabe salientar ainda, que, em março de 1977, teve lugar, em Sucre, a I Assembléia Extraordinária de Governadores do Fundo Financeiro, ocasião em que se aprovou o Regulamento do Fundo.

ÁREA AMAZÔNICA

As relações do Brasil com os países da área amazônica desenvolveram-se de maneira positiva em 1977, dentro dos

objetivos do Governo brasileiro de estabelecer, com seus vizinhos, uma colaboração ampla e mutuamente proveitosa. Cumpre ressaltar, como de especial importância, a visita oficial ao Brasil do Presidente da Bolívia, General Hugo Banzer Suárez, de 15 a 17 de agosto, quando foram assinados os seguintes instrumentos bilaterais: Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio; Convênio de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência; Convênio de Sanidade Animal para Áreas de Fronteiras; Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, referente à Cooperação em Matéria de Telecomunicações e Serviços Postais; e Acordo por Troca de Notas, Complementar ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974. Entrou em vigor, na oportunidade da visita presidencial, o Acordo sobre Cooperação Sanitária, assinado em 8 de junho de 1972.

Igualmente relevante foi a visita oficial ao Brasil do Presidente da Venezuela, Carlos Andréz Pérez, entre os dias 16 e 20 de novembro. Na ocasião, foram assinados os seguintes instrumentos: Convênio de Amizade e Cooperação; Acordo de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência; Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria Sanitária para o Meio Tropical; Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, no campo da ciência e tecnologia; Troca de Notas que estabelecem o quadro operacional para o funcionamento de sucursais bancárias em um e outro país. As conversações mantidas pelos dois Presidentes e os convênios assinados representaram marco da mais alta significação para as relações entre o Brasil e a Venezuela, caracterizando definitivamente um processo de crescente cooperação entre os dois países.

Durante a visita a Brasília, de 14 a 16 de junho, do Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador José de la Puente Radbill, realizou-se a IV Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, cujos resultados refletem as grandes linhas de um política a longo prazo para o desenvolvimento da cooperação entre ambos os países, nos campos do comércio, da infra-estrutura viária, do intercâmbio tecnológico, da complementação industrial, mediante programas de investimentos, e da cooperação para o desenvolvimento dos respectivos territórios amazônicos.

A designação, no mês de dezembro, da área de prospecção, fez com que o Acordo Brasileiro-Colombiano sobre Cooperação Carbonífera ingressasse em fase ativa de implementação.

No quadro da cooperação regional na Amazônia, o Brasil lançou a idéia de que se celebre um acordo-quadro, amplo e flexível, capaz de sistematizar a colaboração existente e de estimular novas áreas de ação conjunta. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil encaminhou, nesse sentido, proposta de um Tratado de Cooperação na Região Amazônica a sete países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname.

Em consonância com essa idéia e a convite do Governo brasileiro, Delegações dos referidos países participaram, em Brasília, de 28 a 30 de novembro, dos trabalhos da 1ª Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica. O encontro constituiu a primeira reunião em nível regional realizada até hoje, com a presença de todos os países amazônicos, e representou demonstração eloqüente da receptividade geral encontrada pela iniciativa brasileira.

A fim de prosseguir e aprofundar a análise da possibilidade de institucionalização do sistema, à luz da proposta brasileira, bem como das sugestões oferecidas no decorrer da I Reunião, os países interessados aceitaram o convite do Governo brasileiro para nova reunião em Brasília, nos primeiros meses de 1978.

ÁFRICA, ORIENTE PRÓXIMO, ÁSIA E OCEANIA

ÁFRICA

África Subsaárica

De conformidade com as diretrizes traçadas, a cooperação do Brasil com os países africanos foi aprofundada em 1977 e abrangeu não somente os campos econômico e técnico, mas também o necessário apoio político à causa da eliminação da discriminação racial e dos remanescentes do colonialismo.

Países de Expressão Portuguesa

Prosseguiu, em 1977, o processo de aproximação do Brasil com o continente africano, em particular com os países de expressão portuguesa.

Para tratar de diversos aspectos das relações de seus respectivos países com o Brasil, visitaram-nos delegações de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Em abril, a convite do Governo brasileiro, visitou-nos Missão de Cabo Verde, chefiada pelo Ministro da Educação, Senhor Carlos Reis, e integrada pelos Senhores Lisboa Ramos, do Ministério da Saúde, Emanuel Pereira, do Ministério do Desenvolvimento Rural, Jorge Custódio, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Humberto Moraes, do Ministério dos Transportes e Comunicações, Senhora Ester Siqueira, do Ministério da Educação e Cultura e Senhor Adão Rocha, da Secretaria de Estado da Cooperação e Planejamento. A Missão caboverdiana teve por objetivo estabelecer contatos com autoridades de diferentes setores da administração

brasileira, a fim de verificar as possibilidades de consolidação e expansão da cooperação entre os dois países em diversas áreas de interesse comum. Nesse sentido, a Missão deu prosseguimento a entendimentos iniciados por ocasião da visita de Missão técnica brasileira a Cabo Verde, em junho de 1976, quando foi assinado um "**Memorandum** de Entendimento" sobre a cooperação entre os dois países.

Em cerimônia no Itamaraty, o Senhor Carlos Reis, Chefe da Missão caboverdiana, recebeu as insígnias da Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, com que foi agraciado pelo Senhor Presidente da República.

Foram iniciados entendimentos com vistas a negociações para a celebração de um Acordo Geral de Amizade, Cooperação e Comércio, que formalizasse as intenções de ambos os países de estreitar os laços de cultura e solidariedade que unem os dois povos e, além disso, que possibilitasse, pela instituição de uma Comissão Mista, o exame periódico dos assuntos de interesse mútuo dos dois países.

Ainda por ocasião da visita da Missão de Cabo Verde, os Ministros Azeredo da Silveira e Carlos Reis assinaram um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, primeiro convênio bilateral entre os dois países. O Acordo em apreço, aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 102, de 23 de novembro de 1977, prevê várias modalidades de cooperação entre o Brasil e Cabo Verde, destacando-se o aperfeiçoamento profissional mediante programas de visitas ou estágios de especialização e através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica.

Durante o ano, deu-se prosseguimento aos programas de cooperação técnica com a Guiné-Bissau em diversas áreas prioritárias para o desenvolvimento sócio-econômico daquele país. Dentre as áreas contempladas, destacam-se hotelaria, medicina tropical e nutrição, agricultura e veterinária, química industrial, formação profissional, ciência e tecnologia, ciências jurídicas, educação, controle de vôo, armazenagem de gêneros alimentícios, produção animal, educação pré-primária, solos e patologia animal, transportes, telecomunicações, fitopatologia e ensaios em sementes e produção de açúcar de cana.

A cooperação técnica nas áreas supracitadas envolveu a concessão de bolsas de estudo de níveis superior e médio, estágios práticos e participação em seminários.

Em novembro, visitou-nos o Secretário de Estado das Pescas da Guiné-Bissau, Senhor Joseph Turpin, que cumpriu extenso programa de visitas por vários Estados, do Ceará ao Rio Grande do Sul. O Governo brasileiro, a fim de colaborar com o Governo guineense para um melhor aproveitamento dos recursos naturais da Guiné-Bissau, concedeu 15 bolsas de estudo de nível superior para diversas especialidades ligadas à pesca. Além disso, ficou acertado o fornecimento, pelo Brasil, de material audiovisual e obras sobre pesca artesanal, bem como o envio a Guiné-Bissau de uma equipe brasileira de peritos, para prestar assistência técnica no setor pesqueiro.

O Ministro Azeredo da Silveira condecorou o Senhor Joseph Turpin com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, expressando o desejo do Senhor Presidente da República de deixar constância do apreço do Brasil pela contribuição do Senhor Turpin em favor do crescente entendimento entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

Em nome de seu Governo, o Secretário de Estado das Pescas de Guiné-Bassau convidou o Senhor Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, a visitar a Guiné-Bissau. O convite foi aceito e a data da visita deverá ser marcada oportunamente.

Em janeiro de 1977, visitou o Brasil a primeira Missão de caráter oficial enviada por Moçambique ao nosso país. O propósito da Missão, que foi chefiada por alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, foi o de receber os primeiros de uma série de barcos pesqueiros exportados para aquele país.

Em março de 1977, o Brasil doou 1.200 kg de medicamentos para auxiliar as vítimas de inundações em Moçambique.

Em maio, dois especialistas do Ministério do Trabalho de Moçambique visitaram órgãos brasileiros ligados à formação profissional, com o objetivo de estudar a possibilidade de um programa de cooperação.

Em outubro de 1977, atendendo a pedido do Ministério da Educação de Moçambique, esteve em visita àquele país a Senhora Maria Violeta Vilas Boas, diretora da Divisão de Formação Profissional do Departamento Nacional do SENAC, para examinar, de comum acordo com as autoridades moçambicanas, a possibilidade da cooperação na criação de uma Escola de Secretariado em Moçambique. No decorrer de 1977, o Brasil doou a Moçambique várias publicações e livros técnicos, que versavam sobre áreas

prioritárias para o desenvolvimento daquele país, tais como agricultura, saúde, hidroeletricidade e formação profissional.

Em 15 de setembro, apresentou credenciais o novo Embaixador brasileiro junto ao Governo moçambicano, Embaixador Italo Zappa.

Em maio de 1977, uma delegação brasileira, sob a chefia do Brigadeiro-do-Ar Alfredo H. de Berenguer César deslocou-se a Luanda para negociar um Acordo de Transportes Aéreos entre o Brasil e Angola. A delegação angolana foi chefiada pelo Senhor Licínio Tavares Ribeiro, Diretor da Aeronáutica Civil. O Acordo negociado trata, em linhas gerais, do direito de embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, carga e correio. Na mesma época, foram iniciados entendimentos com vista à celebração de um Acordo sobre Transportes Marítimos entre os dois países.

No campo cultural, cabe ressaltar a participação de Angola no Primeiro Encontro sobre comercialização de Filmes de Expressão Portuguesa e Espanhola, que se realizou em Brasília, em julho de 1977. Merece igualmente destaque o início das apresentações, em 24 de dezembro, pela televisão estatal de Luanda, da telenovela brasileira "Gabriela, Cravo e Canela".

Em atendimento a pedido do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o Brasil doou alimentos e medicamentos para refugiados em Angola.

No decorrer do segundo semestre de 1977, por solicitação do Governo tomense, iniciaram-se entendimentos entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, com vistas a examinar as possibilidades de cooperação entre os dois países nos setores bancário e de seguros. Também no setor agrícola, registraram-se entendimentos para a cooperação técnica bilateral, ficando acertado o envio a São Tomé e Príncipe de técnicos brasileiros nas áreas do cacau e do café, que, **in loco** e de comum acordo com as autoridades tomenses, estudarão a forma mais efetiva de prestar a assistência solicitada.

Além da cooperação bilateral, o Brasil apoiou, sistematicamente, nos órgãos competentes das Nações Unidas, todas as iniciativas de assistência multilateral aos países africanos de língua portuguesa.

As relações comerciais do Brasil com os países africanos lusófonos continuaram a se intensificar, com as exportações brasileiras para Angola e Moçambique voltando a aprsentar significativas taxas de crescimento. Apoiando essa expansão

do intercâmbio comercial, o Brasil participou da Feira Internacional de Maputo (FACIM), em agosto/setembro. Por outro lado, representantes de empresas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau compareceram à Feira Brasil Export 77, em São Paulo.

África Meridional e Oriental

Desenvolveram-se, também, as relações com outros países da África Meridional e Oriental. A 28 de outubro de 1977, o Embaixador do Brasil junto ao Governo do Quênia, Carlos dos Santos Veras, apresentou credenciais como Embaixador, em caráter cumulativo, junto ao Governo da Zâmbia; a 19 de outubro, o Embaixador Veras apresentou credenciais ao Governo de Maurício e, na mesma época, ao Governo da Tanzânia.

Em novembro de 1977, o Senhor P. J. Madati, funcionário do Ministério da Saúde e Bem-Estar Social da Tanzânia, e o Senhor S. M. Tsalva, do Quênia, participaram do "Seminário Internacional de Química Ambiental e Ecotoxicologia", realizado em São Paulo pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB).

Durante o ano de 1977, freqüentou o 1° ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, a convite do Governo brasileiro, o Senhor Gerald K. Raichenah, do Quênia. Em outubro, chegou a São Paulo o Senhor Glyn B. Zimba, da Zâmbia, que freqüentou curso de português na USP a fim de habilitar-se a cursar, em 1978, o 1° ano do CPCD, do Instituto Rio Branco.

Em setembro de 1977, o Brasil participou da Feira Internacional de Nairóbi. Às cerimônias de inauguração do pavilhão brasileiro compareceram membros do Corpo Diplomático e autoridades locais, dentre as quais o Ministro da Agricultura do Quênia. Além disso, o Brasil participou da Feira de N'dola, na Zâmbia, onde foi montado um estande de informação.

No campo político, o Brasil, prosseguindo na orientação estabelecida, deu firme apoio à causa da eliminacão dos resquícios do colonialismo e do racismo na África. O Brasil participou da Conferência Internacional de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia, em Maputo, e da Conferência Mundial da Ação contra o **Apartheid** (Lagos — agosto de 1977), na qual o chefe da Delegação brasileira reiterou, firmemente, as

posições adotadas pelo Brasil nos foros internacionais na defesa da implementação da Declaração de Outorga de Independência aos Povos e Países Coloniais e da erradicação dos resquícios do colonialismo e da discriminação racial na África Meridional.

Além disso, no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil, falando em nome da América Latina, manifestou sua veemente condenação às agressões praticadas por tropas rodesianas contra Moçambique, demonstrando preocupação pela situação de insegurança, na África Austral, provocada pela intolerância racial.

Internamente, foram tomadas medidas legais e administrativas adicionais para assegurar a mais estrita observância às sanções internacionais contra o regime da Rodésia. Foram igualmente adotadas as medidas necessárias para a aplicação do embargo mandatório de armas e munições à África do Sul, em observância da Resolução nº 418, do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil continuou, assim, a apoiar os esforços pela independência da Namíbia, pelo estabelecimento de um regime de maioria na Rodésia e pela solução do problema do **apartheid**.

África Ocidental e Central

O crescente interesse das nações da África Ocidental e Central pelo Brasil, consubstanciou-se nas inúmeras visitas de autoridades africanas ao país e nos pedidos de colaboração brasileira, em diversos setores, conferindo maior dimensão à política de aproximação com nossos vizinhos de ultramar.

Entre as personalidades africanas que visitaram o Brasil, como convidados oficiais, salientam-se o Presidente do Senegal, que veio acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Industrial, os Chanceleres da Nigéria e do Togo, e o Ministro da Educação Nacional da Costa do Marfim.

O Brasil, em virtude da experiência adquirida nos mais variados campos de atividades, se constituiu em alternativa para os países africanos, desejosos de diversificar seus parceiros comerciais e de buscar novas formas de cooperação com nações que apresentam interesses e posições políticas convergentes.

Sensível a essas considerações, o Governo brasileiro procurou reforçar, em 1977, a presença brasileira na África subsaárica, através da ampliação da representação diplomática e da participação em eventos diversos.

Desse modo, os primeiros Embaixadores do Brasil no Alto-Volta, no Benin e na Guiné apresentaram credenciais em janeiro (Uagadugu e Porto Novo) e em maio (Conacri), passando a exercer suas funções cumulativamente com a chefia das Missões Diplomáticas na Costa do Marfim, na Nigéria e no Senegal, respectivamente.

O Brasil se fez representar, na Nigéria, no "II Festival Mundial de Artes e Cultura Afronegras (II FESTAC)", na "Conferência Mundial de Ação Contra o **Apartheid**" e na "I Feira Internacional de Lagos", na qual o Pavilhão do Brasil contou com cerca de uma centena de expositores brasileiros. Na Costa do Marfim, o país se fez representar no "XVII Congresso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas". Em Bangui, no Império Centro-Africano, enviado especial representou o Governo brasileiro nas cerimônias de coroação do Imperador Bokassa I.

O comércio entre o Brasil e os países da Africa Ocidental e Central (exportação e importação), em 1977, foi superior a 400 milhões de dólares, representando cerca de 39% do volume global do comércio entre o país e o Continente Africano.

Nos Camarões, missão comercial brasileira esteve em Iaundê, em setembro, com vistas a incrementar as trocas comerciais entre os dois países.

Na Costa do Marfim, foi inaugurada em fevereiro, em Abidjan, agência do Banco Real, primeiro banco privado brasileiro a se instalar no Continente Africano. Missão cultural da USP esteve em visita a esse e outros países africanos, com o objetivo de ampliar a cooperação universitária. Como desdobramento dessa visita, visitaram oficialmente o Brasil o Reitor da Universidade Nacional da Costa do Marfim, e o Ministro da Educação Nacional daquele país, Senhor Paul Akoto Yas. Dois artistas marfinianos participaram da XVI Bienal de São Paulo e dois bolsistas daquele país concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os primeiros estudantes africanos a serem formados pelo Instituto Rio Branco. Outros dois estudantes marfinianos e um ganense iniciaram o mesmo curso, de dois anos de duração.

Missão da Costa do Marfim, por oferecimento do Governo brasileiro, esteve em visita ao "Centro de Instrução Almirante Graça Aranha" (CIAGA), cuja experiência no treinamento de pessoal para a Marinha Mercante foi posta à disposição dos países africanos interessados.

Com relação a Gana, caberia ressaltar os esforços pioneiros empreendidos por várias missões oficiais do Governo e do empresariado do Rio Grande do Sul. Entre os resultados desse intercâmbio, destaca-se a implantação de projeto industrial de cerâmica (conhecido, em Gana, como a "revolução do tijolo"). Este projeto representa a transferência de certa tecnologia, que atende os interesses daquele país nesse campo.

Em junho, esteve em visita ao Brasil missão econômica e comercial ganense, chefiada pelo Secretário Geral do Ministério do Comércio e Turismo, com o propósito de examinar medidas para implementar o Acordo Comercial com o Brasil e de ampliar a cooperação bilateral no setor dos transportes marítimos.

Em julho e em novembro, a Seleção Nacional de Futebol de Gana veio ao Brasil cumprir estágios de treinamento no Centro de Educação Física da Marinha, "Almirante Adalberto Nunes", em preparação para o campeonato africano de 1978.

Também em julho veio ao país missão do Banco de Gana, com o objetivo, entre outros, de estudar com as autoridades bancárias brasileiras as condições de financiamento, ou de abertura de linha de crédito, para a aquisição de máquinas e equipamentos.

Seguindo-se à visita oficial a Acra de missão da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, esteve, no Brasil, missão comercial da Confederação Nacional do Comércio de Gana, composta de 22 membros.

Em outubro, missão do **Capital Investment Bank** de Acra veio ao país, com o objetivo de manter entendimentos com representantes da SUDENE.

Por outro lado, dez ganenses cumpriram estágio de treinamento no SENAI e outros três participaram do Seminário de Administração Municipal, promovido pelo IBAM.

Dezesseis bolsistas gaboneses vieram ao Brasil para estagiar na Universidade de Brasília (5), no CIAGA (3) e na Universidade do Rio de Janeiro (8).

O Secretário do Comércio e Indústria do Gabão esteve em visita ao país, com vistas a selecionar produtos e serviços brasileiros, suscetíveis de importação pelo Gabão, de modo a reduzir o crescente **deficit** comercial brasileiro nas trocas bilaterais.

Com a Libéria, foi firmado Acordo Comercial, por ocasião da vinda ao Brasil, em novembro, de missão comercial liberiana, chefiada pelo Ministro do Comércio, Indústria e Transportes, Senhor William E. Dennis Jr. A implementação desse Acordo deverá dar novo impulso ao intercâmbio comercial entre os dois países; a Libéria foi o quarto principal importador de produtos brasileiros da África Subsaárica, em 1977.

As relações comerciais com a Mauritânia estão em franca expansão, graças aos trabalhos rodoviários que estão sendo executados pela Construtora Mendes Júnior naquele país.

Com relação à Nigéria, dois acontecimentos merecem destaque: a inauguração, em junho, da linha aérea regular e direta Rio de Janeiro-Lagos-Rio de Janeiro e a visita oficial ao Brasil, em maio, do Ministro nigeriano das Relações Exteriores, General Joseph N. Garba. Na Declaração Conjunta firmada durante a referida visita, os Chanceleres brasileiro e nigeriano concordaram em acelerar negociações para a conclusão de um Acordo Básico sobre Cooperação Técnica, Científica e Econômica e em ampliar o escopo do Acordo Cultural entre os dois países, de modo a facilitar o ingresso de estudantes nigerianos em instituições de ensino brasileiras.

As inúmeras visitas de missões nigerianas ao Brasil, e de missões brasileiras à Nigéria, em 1977, atestam o grau de entendimento e cooperação existente entre ambos os países, cabendo destacar as seguintes: a do Emir de Kano, chefe religioso tradicional de uma das mais importantes regiões da Nigéria; a de missão comercial da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul a Lagos; a do Diretor do Departamento de Aviação Civil da Nigéria; a do Secretário Geral do Ministério das Comunicações da Nigéria; a de delegação nigeriana do **Board of the Federal Capital Development Authority**, órgão encarregado do planejamento da nova capital nigeriana, que visitou o Brasil pela terceira vez; a de missão da UNICAMP que percorreu todas as universidades nigerianas e manteve contatos no Conselho Nacional nigeriano de Pesquisa e Tecnologia, para avaliar as potencialidades de intercâmbio técnico com o Brasil; a de missão

cultural da USP a Lagos; a da delegação da **Nigerian Railway Corporation**; a do Presidente do **Industrial Training Fund**, órgão nigeriano dedicado ao ensino de artes industriais; e a da missão do Ministério das Comunicações do Brasil, chefiada pelo Secretário Geral daquele Ministério.

A Universidade de Ifê conta agora com um leitor brasileiro.

Um segundo grupo de técnicos nigerianos cumpriu estágio nas firmas brasileiras de telecomunicações que estão operando na Nigéria.

Em junho, o Governo brasileiro doou ao Governo nigeriano 5 mil unidades de vacina contra meningite, para ajudá-lo a debelar o surto epidêmico no norte daquele país.

A Nigéria continua sendo o principal parceiro comercial do Brasil na África Negra, tendo as trocas comerciais entre os dois países atingido, em 1977, o montante de 200 milhões de dólares, aproximadamente.

Quanto ao Senegal, esteve pela segunda vez, em visita oficial ao Brasil, o Presidente Léopold Sédar Senghor, acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros Senhor Assone Seck, e do Desenvolvimento Industrial e Meio Ambiente, Senhor Louis Alexandrenne, tendo inaugurado a nova sede da Embaixada senegalesa em Brasília.

Os Presidentes do Brasil e do Senegal, com o intuito de intensificar a cooperação bilateral, decidiram que a realização da segunda reunião da Comissão Mista de Cooperação entre os dois países se realizará em 1978, em Dacar.

Missão da Universidade de São Paulo esteve, igualmente, em visita ao Senegal, onde manteve discussões com autoridades locais sobre o desenvolvimento do intercâmbio de estudantes, tendo, em seguida, visitado o Togo.

Também esteve em visita oficial ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo, Senhor Edem Kodjo, que apresentou uma série de projetos para os quais a cooperação brasileira poderá ser de grande valia.

Entre outras várias visitas ao Brasil, caberia citar ainda a missão de membros de Bancos Centrais da África Ocidental, que esteve no Brasil em outubro, em viagens de estudos pela América Latina, colhendo dados sobre câmaras de compensação. Tal missão, realizada sob os auspícios da UNCTAD, estava composta por representantes da Nigéria, de Serra Leoa, do Mali, do Senegal e da Libéria.

ORIENTE PRÓXIMO

No plano global, a despeito da evolução ocorrida, as relações comerciais Brasil-Oriente Próximo continuaram a acusar desequilíbrio, em 1977, pois o déficit comercial brasileiro alcançou 2 bilhões e 928 milhões de dólares. Contudo, se comparadas estas cifras às de 1976, pode-se observar que não houve tendência progressiva de nosso déficit com a área, o que se explica pelo aumento gradativo de nossas exportações para os países da região e, por outro lado, pelo grande esforço de racionalização de combustível, ora praticado no país.

Os países que mais exportaram para o Brasil, em 1977, de alguma forma repetiram a mesma **performance** de 1976, com destaque para a Arábia Saudita.

No plano bilateral, os esforços empreendidos para a consolidação de nossas relações com os países do Oriente Próximo apresentaram resultados satisfatórios, sobretudo no campo da cooperação econômica e do comércio. Intensificaram-se os contatos e surgiram perspectivas de maior participação de empresas brasileiras na prestação de serviços.

As relações Brasil-Irã tomaram impulso em junho de 1977, quando se realizou a II Sessão da Comissão Mista Ministerial de Cooperação Econômica e Técnica em Brasília. Ao término dos trabalhos, os respectivos Ministros da Fazenda firmaram um Acordo de Comércio pelo qual, em troca de compras adiconais, pelo Brasil, de petróleo, eram abertas possibilidades de colocação de produtos agrícolas e manufaturados brasileiros no mercado iraniano, bem como à exportação de serviços para aquele país. Em outubro, missão governamental iraniana visitou o Brasil para iniciar conversações com vistas à criação de uma companhia brasileiro-iraniana de navegação.

Outro país do Oriente Próximo com o qual vimos desenvolvendo relações bastante profícuas é o Iraque, nosso segundo maior fornecedor de petróleo nos dois últimos anos. No decorrer de 1977, firmamos dois importantes instrumentos diplomáticos com o Governo iraquiano: o Acordo sobre Transportes Aéreos e o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.

Dado significativo para o estreitamento de nossas relações com os países da área foi a assinatura do decreto presidencial

que aprova a abertura de Embaixada-sede em Abu Dhabi. A nova medida, assim que implementada, deverá facilitar o incremento de nossas relações com os Emirados Árabes Unidos os quais já se destacam entre nossos grandes fornecedores de petróleo e se anunciam como mercado bastante promissor para produtos agrícolas e manufaturados brasileiros.

Prova cabal de nosso bom relacionamento com a Arábia Saudita pode ser expressa na obtenção de um empréstimo de 54 milhões de dólares, através do Fundo Saudita de Desenvolvimento, destinados ao projeto hidrelétrico do Vale do São Francisco.

Como parte do amplo apoio à política de promoção de exportações, foi promovida a participação do Brasil nas Feiras Internacionais de Trípoli, Teerã, Argel, Bagdá e Cairo; foram organizadas uma Exposição Industrial Brasileira no Coveite e uma Exposição Tecnológica Brasileira na Arábia Saudita.

O ano de 1977 caracterizou-se, igualmente, pelo intenso intercâmbio de visitas governamentais e empresariais entre o Brasil e os países do Oriente Próximo.

ÁSIA E OCEANIA

O principal esforço brasileiro em relação à Ásia e a Oceania tem sido o "de superar a barreira das distâncias". Neste sentido, avulta na região o relacionamento já alcançado com o Japão, que iguala em intensidade o que mantemos com as principais nações ocidentais. Este relacionamento vem atingindo níveis cada vez mais altos, não só pela complementaridade das duas economias mas também pela mútua simpatia cultural, realçada pela presença de largo contingente de origem japonesa no Brasil. O Japão é o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, e o terceiro maior investidor no país. Durante o ano de 1977, os projetos decorrentes da visita do Presidente Geisel àquele país, em setembro de 1976, constituíram o núcleo das relações nipo-brasileiras. Tiveram sua implementação continuada os projetos Albrás, Tubarão, Cenibra e da Companhia de Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado.

A maturidade do relacionamento Brasil-Japão como que se irradia por toda a região em que aquele país ocupa posição fundamental. Assim sendo, consolidada a aproximação

efetuada pela diplomacia brasileira junto ao Japão, novas áreas vêm sendo exploradas para benefício do desenvolvimento brasileiro e de um alargamento da atuação do Brasil, como no caso da Austrália e da República Popular da China. Com a primeira, durante 1977, foram desenvolvidas negociações para a conclusão de um importante e amplo Acordo Comercial, a ser assinado no correr de 1978. Com a China, país de crescente importância internacional, foram finalizados os entendimentos para Acordo Comercial, a ser assinado em 1978, com vistas a servir de apoio institucional ao já promissor fluxo de trocas entre os dois países, em que pese a data recente do início de nossas relações diplomáticas.

Com os demais países da área foram incrementados os contatos comerciais, com vistas recíprocas e outras atividades, cabendo notar a importância atribuída ao Brasil, no contexto latino-americano, pelos países asiáticos e da Oceania, fato atestado pelo grande número de Embaixadas da região acreditadas em Brasília, muitas vezes em caráter de quase exclusividade.

A presença brasileira na Ásia e na Oceania se vai, assim, diversificando e consolidando, superando as dificuldades impostas pela distância, através da proximidade gerada pela semelhança nos esforços de desenvolvimento e pela complementaridade das necessidades econômicas que os diversos países daquela parte do mundo oferecem como estímulo à cooperação e ao intercâmbio. O crescente esforço da diplomacia brasileira para ampliar sua presença em todo o mundo parece encontrar na Ásia e na Oceania seu maior desafio. A este se tem respondido pela insistência em buscar pontos de contato e de diálogo na construção de um relacionamento de respeito e de proveito mútuos.

Austrália

Durante 1977, as relações entre Brasil e Austrália ganharam considerável impulso, especialmente no campo comercial: houve intenso intercâmbio de delegações Governamentais e privadas, o qual contribuiu para um conhecimento mais aprofundado da realidade dos dois países. Dessa maneira, as respectivas classes dirigentes e empresariais tornaram-se mais conscientes da convergência de interesses dos dois países, ambos de dimensões continentais e relativamente novos, possuindo, não obstante, uma rica experiência a lastrear a seriedade das perspectivas de desenvolvimento futuro.

Nesse contexto, avultaram os estudos e negociações com vistas à assinatura de um amplo Acordo Comercial para balizar as relações econômicas. Coube à diplomacia brasileira a iniciativa dos contatos relativos à eventual conclusão desse Acordo, à luz da avaliação, realizada em conjunto com os Ministérios responsáveis pela política econômica brasileira, das possibilidades de intensificação do intercâmbio comercial. Com base em estudos realizados desde 1976, chegou-se a um consenso quanto à conveniência de serem encetadas com o Governo australiano negociações com vistas ao estabelecimento de um mecanismo de trocas comerciais envolvendo basicamente a vinculação de dois interesses econômicos:

a) diversificação e garantia para o Brasil do suprimento a longo prazo de carvão coqueificável e de não-ferrosos;

b) obtenção de facilidades para assegurar condições que permitam aos produtos brasileiros competir no mercado australiano, de modo a expandir o comércio bilateral de forma dinâmica.

Do lado brasileiro, as iniciativas em relação à matéria incluíram o envio a Camberra, em junho, de delegação integrada pelos Secretários Gerais da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministério da Indústria e do Comércio. Precedida de missão técnica — integrada por representantes da SIDERBRÁS e do CONSIDER — incumbida de coletar informações e iniciar discussões junto a autoridades australianas sobre eventuais fornecimentos de carvões coqueificáveis e de metais não-ferrosos ao Brasil, aquela delegação manteve contatos com autoridades australianas, de nível federal e estadual, delas obtendo acolhida favorável para as propostas brasileiras. A delegação iniciou, ainda, com base em projeto de acordo-quadro elaborado pela Embaixada em Camberra, a negociação de um instrumento que se constituiria na moldura institucional para reger a expansão do intercâmbio econômico, comercial, financeiro, científico e tecnológico com a Austrália.

Da parte australiana, dado o evidente interesse dos produtores de carvão daquele país nos entendimentos com o Brasil, chegou-se, paulatinamente, a uma posição negociadora compatível com a intenção brasileira. Contribuíram para essa evolução as visitas ao Brasil de duas missões representativas do interesse da indústria do carvão australiano: a primeira, de indústrias do Estado de Queensland — maior

produtor daquele mineral — e chefiada pelo Ministro das Minas e Energia daquela unidade da federação australiana; a segunda, de caráter nacional, constituída por representantes de onze grandes produtores de carvão na Austrália, e integrada pelo Subchefe do Departamento de Recursos Naturais da Austrália. Em contatos com autoridades Governamentais e entidades privadas do setor siderúrgico brasileiro, aquelas delegações verificaram as dimensões dos programas brasileiros e o potencial oferecido para importações de carvão coqueificável, de cujo suprimento a Austrália poderia participar vantajosamente.

Da conjugação dos concretos interesses econômicos envolvidos nas negociações comerciais entre Brasil e Austrália, resultou o envio ao Brasil, em novembro último, de uma Delegação australiana, com a qual foi rubricado — **ad referendum** dos respectivos Governos — um projeto de Acordo Comercial, assinado no início de 1978, juntamente com outros documentos que cobrem o conjunto das relações econômicas entre os dois países.

É de se prever, portanto, uma intensificação das relações comerciais entre Brasil e Austrália, até agora muito aquém do potencial oferecido por suas capacidades econômicas. O Banco do Brasil, que inaugurou em junho último um escritório em Sidney, está estudando como participar eficazmente na concessão de créditos para a expansão das vendas de produtos brasileiros à Austrália. Outro componente de grande peso na viabilização de um fluxo de troca entre os dois países é o transporte marítimo, que mereceu inclusão no temário das discussões relativas ao Acordo-Quadro, e será objeto, no momento oportuno, de negociações específicas entre as autoridades competentes do Brasil e da Austrália.

Citem-se ainda, no campo científico, os contatos entre a Empresa Brasileira de Pesquisas — EMBRAPA e a **Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization — CSIRO**. Registraram-se, nesse particular, visitas recíprocas de representantes das duas entidades de pesquisa e o envio de carta do Presidente da EMBRAPA ao seu homólogo na CSIRO, aflorando a possibilidade da assinatura de um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

No âmbito das relações entre os dois países, verificou-se o término da missão do Embaixador J. R. Kelso à frente da Embaixada australiana em Brasília, havendo o Governo brasileiro concedido **egrément** para o Embaixador R. J. C.

Schneemann, que exercia as funções de Comissário de Comércio australiano no Brasil.

Bangladesh

Três convidados do Governo brasileiro compareceram à **Brasil Export 77**: os Senhores Faizut Rahman, Presidente da **Eximp International Limited**, Kahin Ahmed, representante da **Chittagong Chamber of Commerce and Industry**, e Salaiman Min, representante do Ministério do Comércio de Bangladesh e da **Trading Corporation of Bangladesh.**

Com a assistência da Embaixada do Brasil em Daca, o representante da Interbrás em Tóquio manteve, em julho, contatos com as seguintes autoridades bengalis: Senhores Shafiul Azam, Vice-Ministro do Planejamento, Kazi Azhar Ali, Secretário-Adjunto da Divisão de Recursos Externos do Ministério do Planejamento, Matiur Rahman, Secretário do Comércio. Na ocasião, a **Bangladesh Textile Mills Corporation** mostrou interesse em comprar algodão e maquinaria têxtil no Brasil, e a **Trading Corporation of Bangladesh** em importar cimento, ferro-gusa, aço em lingotes, pneus e câmaras, e exportar papel para imprensa, produtos de couro, seda natural, juta.

Foi proposta por Bangladesh a constituição de empreendimento conjunto sob a forma de firma-laboratório, para o preparo de vacinas e soros obtidos a partir de veneno retirado de ofídios. Tal proposta está em estudos.

Singapura

Os aspectos mais importantes das relações entre Brasil e Singapura, em 1977, foram a negociação para abertura de uma Agência do Banco do Brasil e a criação de um Vice-Consulado naquele país. Ao findar o ano, todos os trâmites legais foram concluídos e a Agência do Banco deverá ser inaugurada em fins de maio de 1978. Para a chefia do Vice-Consulado, estabelecido por um Decreto de 28 de setembro de 1977, através do qual era também extinto o Consulado honorário até então mantido naquela cidade, foi designado o Sr. Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva.

Comercialmente, Singapura é importante parceiro do Brasil. Em 1977, as importações pelo Brasil foram da ordem de 49 milhões de dólares, e nossas exportações da ordem de 50 milhões de dólares.

Filipinas

Verificou-se uma intensificação dos contatos entre o Brasil e as Filipinas no campo econômico-comercial. Em fevereiro foram iniciadas as entregas de minério de ferro brasileiro exportado, pela Cia. Vale do Rio Doce, à **Philippine Sinter Corporation**, subsidiária da **Kawasaki Steel** do Japão, estabelecida na ilha filipina de Mindanao.

Por outro lado, diversas missões de caráter oficial foram enviadas àquele país para implementar as negociações realizadas em novembro de 1976, por ocasião da visita do Ministro das Minas e Energia do Brasil, sobre a eventual colaboração e intercâmbio entre o Brasil e as Filipinas no campo da siderurgia, da indústria do álcool-motor e do comércio de minério de ferro e de cobre.

Do lado filipino, missão chefiada pelo Subsecretário de Indústria visitou o Brasil em outubro último, para contatos relacionados com a cooperação bilateral no setor siderúrgico, estudo do Programa Nacional do Álcool e visita às instalações nucleareas de Angra dos Reis.

Como concretização desses entendimentos, verificou-se, em dezembro, no decorrer de nova visita do Ministro das Minas e Energia do Brasil às Filipinas, a assinatura de acordo de cooperação técnica entre os dois países para a realização de estudos conjuntos com vistas ao estabelecimento eventual, em território filipino, de uma usina siderúrgica à base de carvão vegetal, a qual deverá consumir minério de ferro brasileiro.

Quanto às iniciativas de caráter privado, cabe registrar que o representante da Interbrás em Tóquio visitou as Filipinas em diversas ocasiões, tendo havido também contatos da Lorenzetti S/A e da EUCATEX com importadores filipinos. Empresários filipinos participaram, outrossim, da **Brasil Export 77.**

Índia

Brasil e Índia têm demonstrado grande interesse em aumentar suas áreas de intercâmbio e cooperação. O comércio bilateral, de um total de 24 milhões de dólares, elevou-se em 1976, para 114 milhões de dólares no curso de 1977. Desse total, 112 milhões de dólares corresponderam às exportações brasileiras.

Em 5 de maio, o novo Embaixador da Índia no Brasil Shri H. S. Vhali, apresentou credenciais ao Presidente Ernesto Geisel.

Os Governos da Índia e do Brasil continuaram as negociações para a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica e Científica no Campo da Agricultura e da Biologia Animal e de um Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural de 1968, este a ser assinado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Departamento de Ciência e Tecnologia (DST) daquele país.

Para estudar os métodos brasileiros de processamento do álcool, visitou o Brasil, em novembro, delegação da **All India Distillers Associations**, chefiada pelo Sr. S. P. Singh Mann.

A Embaixada da Índia no Brasil comunicou que o Governo indiano decidiu, em princípio, que a **Shipping Corporation of India** inaugurará uma linha marítima direta, bimestral, para um porto brasileiro. Esta linha deverá entrar em funcionamento em breve.

Indonésia

Em junho e julho, visitou a Indonésia missão da Companhia Vale do Rio Doce, a fim de coletar e adquirir sementes de eucalipto naquele país.

Em setembro, visitou o Brasil Missão do Conselho Consultivo Supremo da Indonésia, órgão de assessoramento de alto nível daquele país. A Missão buscava informar-se sobre o sistema brasileiro de assessoria ao Presidente da República, tendo sido recebida pelo Senhor Doutor João Paulo dos Reis Velloso, Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento, pelo Senhor Doutor Roberto Cavalcanti, Superintendente do IPEA/IPLAN, e pelos Deputados Flávio Marcílio e Hugo Napoleão.

Em outubro, visitou o Brasil missão do Supremo **Audit Board of the Republic of Indonesia**, tendo visitado o Tribunal de Contas da União.

Em dezembro, a **Krakatau Steel**, a siderúrgica estatal indonésia, assinou contrato com o Vale do Rio Doce para a compra de 50 mil toneladas de **pellets** de minério de ferro.

Japão

O Comunicado Conjunto assinado durante a visita do Presidente Geisel ao Japão, em setembro de 1976, constituiu o ponto focal das relações nipo-brasileiras durante o ano de 1977. O documento cobre ampla gama de matérias de caráter político e econômico que mereceram especial atenção das autoridades competentes de ambos os países. As negociações que se sucederam sobre os temas acordados no mencionado documento transcorreram num clima de diálogo franco e aberto, evidenciando o nível de maturidade e o ambiente de mútua compreensão que caracterizam a nova dimensão das relações entre Brasil e Japão.

Dentro desse espírito de perfeito entendimento, o Governo brasileiro decidiu formalizar convite a Suas Altezas Imperiais, o Príncipe Herdeiro do Japão e a Princesa Michiko, para uma visita oficial ao Brasil, durante as comemorações do septuagésimo aniversário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao nosso país. O casal imperial aceitou o convite e deverá comparecer, em companhia do Senhor Presidente da República, às celebrações oficiais, que terão lugar em São Paulo, em junho de 1978.

A visita dos Príncipes Herdeiros do Japão ao Brasil contribuirá para o fortalecimento ainda maior dos laços de amizade nipo-brasileiros.

No campo econômico, prosseguiram os entendimentos com vistas à rápida implementação de grandes empreendimentos conjuntos, como o projeto da Companhia Siderúrgica de Tubarão e o projeto ALBRÁS.

O projeto Tubarão — no Espírito Santo — deverá contar com a participação de capitais italianos e japoneses, sendo estes controlados pela **Kawasaki Steel**, Missão chefiada pelo Doutor Henrique Brandão Cavalcanti, Diretor da Coordenação Industrial da SIDERBRÁS, visitou Tóquio de 25 de setembro a 8 de outubro e manteve contato com as autoridades públicas e privadas japonesas interessadas no empreendimento. A missão Cavalcanti teve resultados satisfatórios que permitiram rápidos progressos nos entendimentos subseqüentes. Naqueles encontros, ficou patente o interesse do Governo japonês no projeto e a intenção da **Kawasaki Steel** de participar do empreendimento.

Da mesma forma, prosseguiram em ritmo acelerado os entendimentos para o estabelecimento do complexo industrial

para a produção de alumina e alumínio — projeto ALBRÁS. As negociações foram conduzidas pelo Doutor Eduardo Pereira de Carvalho, Vice-Presidente da Cia. Vale do Rio Doce, que chefiou, em 1977, diversas missões a Tóquio com esse objetivo. Em dezembro, prosseguiram os entendimentos básicos com vistas à constituição definitiva da ALBRÁS.

Em 30 de setembro de 1977, com a presença do Senhor Presidente da República, foi inaugurada, em Belo Oriente, Estado de Minas Gerais, a CENIBRA, Celulose Nipo-Brasileira S/A. Esse empreendimento conjunto da Companhia Vale do Rio Doce, com 51% das ações, e da **Japan-Brazil Paper and Pulp Resources Development**, com os restantes 49%, deverá produzir 255 mil ton/ano de celulose branqueada, a partir do eucalipto. A produção destina-se ao abastecimento do mercado interno e à exportação, especialmente para o mercado japonês.

O programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento da Agricultura do Cerrado já se encontra em fase de implementação. As negociações realizadas ao longo de 1977 chegaram a bom termo e está prevista a constituição da Companhia de Desenvolvimento do Cerrado (CDA), no primeiro semestre de 1978. Integrarão a Companhia uma **holding** brasileira com 51% das ações e uma **holding** japonesa com os restantes 49%. A CDA tem por objetivo promover, coordenar e apoiar as atividades de produção agrícola e agro-industrial a serem desenvolvidas conjuntamente pela iniciativa privada de ambos países.

No campo comercial, deu-se prosseguimento à política de contratos de suprimento a longo prazo de matérias-primas, especialmente minério de ferro e produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se ampla atividade de promoção comercial, a fim de diversificar a pauta de exportações brasileira. Através de ação política junto às autoridades governamentais japonesas, defenderam-se os interesses dos exportadores brasileiros de produtos manufaturados, como fio de seda e outros.

A política comercial brasileira com relação ao Japão visa a dois objetivos: de um lado, assegurar a expansão contínua das exportações de matérias-primas e produtos agrícolas, de modo a elevar o Brasil à categoria de grande supridor de tais produtos; de outro lado, lograr a diversificação do comércio bilateral, pela abertura do mercado nipônico a produtos não tradicionais e manufaturados.

Na área financeira, o mercado de capitais nipônico constitui-se em fonte importante de recursos financeiros, tendo-se registrado o lançamento de bônus da República e de títulos da Companhia Vale do Rio Doce em 1977. Até junho de 1977, os investimentos japoneses registrados no Banco Central atingiam a cifra de US$ 1.077 milhão.

De 2 a 7 de outubro, realizou-se a visita oficial ao Japão do Doutor Alysson Paulinelli, Ministro de Estado da Agricultura. Durante sua estada em Tóquio, o Ministro Paulinelli entrevistou-se com seu colega, o Ministro da Agricultura Zenko Susuki, com quem debateu possíveis formas de cooperação entre os dois países no campo agrícola, bem como a possibilidade da expansão das exportações de produtos agrícolas e de alimentos brasileiros para o Japão. Entrevistou-se ainda com os Ministros Hatoyama, do Gaimusho (Negócios Estrangeiros), e Tatsuo Tanaka, do MITI (Ministro do Comércio Internacional e Indústria).

Na área privada, o Ministro Paulinelli participou de reunião no Keidanren (Federação das Organizações Econômicas do Japão), entidade que congrega representantes das grandes empresas japonesas, e com os dirigentes de cooperativas de consumo japonesas.

A missão Paulinelli examinou com as autoridades japonesas as novas perspectivas de assistência técnica nipônica à agricultura, especialmente na área do reflorestamento, e à aqüicultura, na represa de Três Marias.

Em conversações no Keidanren e com o Ministro Tanaka, do MITI, o Ministro Paulinelli manifestou o desejo de receber aportes japoneses no setor de agroindústria, sob a forma de tecnologia e de empreendimentos conjuntos. O Ministro Tanaka reagiu favoravelmente a esta sugestão e prometeu estimular empresas japonesas a investir em projetos agroindustriais no Brasil.

Foram igualmente estabelecidos, durante a visita, os critérios para a cooperação nipo-brasileira no desenvolvimento do Cerrado, o que permitiu acelerar as negociações para a constituição da Companhia de Desenvolvimento Agrícola — CDA.

Além das novas perspectivas abertas para a cooperação técnica e econômica na agricultura, a cooperativa de consumo japonesa apresentou, ainda por ocasião da visita do Ministro Paulinelli, proposta concreta de importação de milho, soja e farelo de soja, em escala experimental, em consonância com o

objetivo brasileiro de promover crescente entendimento entre cooperativas de consumo japonesas e cooperativas de produção nacionais.

Em dezembro de 1977, o Ministro das Minas e Energia, Doutor Shigeaki Ueki, realizou visita a Tóquio, a fim de acompanhar as negociações da ALBRÁS e manter contatos com os importadores japoneses de minério de ferro. O Ministro Ueki foi recebido pelo Ministro Komoto, do MITI, participou de reunião no Keidanren e manteve contatos com instituições financeiras japonesas.

Paquistão

Em novembro, visitaram o Brasil os Senhores Muzaffar Ahmed e Azazuddin Ahmeb, do Gabinete do Ministro da Produção do Paquistão, para contatos com a Companhia Vale do Rio Doce, e para visita à **Brasil Export 77.**

República da Coréia

Em 1977, as relações comerciais entre o Brasil e a República da Coréia mantiveram-se a nível apenas discreto, refletido num comércio bilateral da ordem de 13 milhões de dólares (exportações brasileiras de 7,6 milhões de dólares; exportações coreanas de 5,6 milhões de dólares), ou seja, menos de 0,5% do total do comércio exterior dos dois países.

Entretanto, verificaram-se, nesse período, algumas iniciativas de caráter privado, objetivando estimular o intercâmbio entre os dois países. Assim, em março, missão constituída de 20 empresários sul-coreanos, liderados pelo Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Coréia, visitou o Brasil para estudar possibilidades de colocação de produtos e negociar suprimentos de matéria-prima para o parque industrial coreano.

Em novembro, o referido empresário retornou ao Brasil como convidado à **Brasil Export 77**, ocasião em que manteve contatos com a Confederação Nacional do Comércio. Resultaram desses entendimentos a criação de um subcomitê de cooperação econômica brasileiro-coreano, e o convite a que um grupo de associados da Confederação visite a Coréia, em 1978, com vistas a estudar, juntamente com sua congênere daquele país, iniciativas conjuntas tendentes a estimular a cooperação econômico-comercial.

Merece, ainda, registro a visita ao Brasil, em fevereiro, de emissário especial do Presidente Park Chung Hee, Senhor Jong Pil Kim.

República Popular da China

As relações bilaterais com a República Popular da China apresentaram sensível impulso no correr de 1977, refletindo a gradual consolidação e desenvolvimento dos laços estabelecidos em 1974. No âmbito diplomático, cabe assinalar que foram ultimadas, em 1977, as negociações de um Acordo Comercial entre os dois países, cuja assinatura viria a ser efetuada em janeiro de 1978, em Pequim. As negociações, que vinham sendo conduzidas desde 1975, em Brasília, permitiram chegar de um quadro institucional mutuamente satisfatório para o incremento do comércio bilateral, que ultrapassou a cifra de 163 milhões de dólares em 1977.

Paralelamente à negociação do Acordo Comercial, ambos os países deram continuidade às iniciativas tendentes à identificação de novos itens para a diversificação da pauta de intercâmbio, tendo sido registradas inúmeras visitas de empresários brasileiros à República Popular da China e a vinda de uma delegação oficial chinesa à **Brasil Export 77**, realizada em São Paulo, em novembro. Nesse contexto, cabe mencionar, também, a visita àquele país, entre 27 de novembro e 6 de dezembro de 1977, do Senhor Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente da Fundação de Comércio Exterior, a convite do Conselho da China para Promoção do Comércio Internacional.

No campo cultural e científico, foram dignas de nota a participação de uma delegação chinesa no XII Congresso Internacional de Processamento de Minerais, realizado em São Paulo, de 28 de agosto a 3 de setembro, e de duas equipes de voleibol juvenil daquele país no I Campeonato Mundial de Voleibol Juvenil, sediado pelo Brasil, em setembro. Em contrapartida, um grupo brasileiro de médicos visitou a República Popular da China no período de 13 a 24 de junho, a convite da Academia Chinesa de Ciências Médicas, para um profícuo intercâmbio de conhecimentos sobre os progressos realizados nos dois países no campo médico.

Essa intensificação de contatos, em que pese o fato de ser ainda recente o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, atesta a percepção recíproca da crescente im-

portância desfrutada pelo Brasil e pela República Popular da China no cenário mundial. Alicerçado em bases de respeito mútuo e igualdade soberana, o correto relacionamento desenvolvido pelos dois países reflete também a preocupação do Governo brasileiro em expandir o leque de suas relações no cenário internacional.

Tailândia

As relações políticas entre o Brasil e a Tailândia mantiveram-se inalteradas em 1977, prevalecendo o tradicional clima de cordialidade.

No campo econômico, deve ser registrada a visita ao Brasil, em setembro, de missão técnica, chefiada pelo Vice-Subsecretário de Estado para a Indústria da Tailândia, interessada em estudar a produção de álcool-motor a partir de cana-de-açúcar.

Por outro lado, compareceu à **Brasil Export 77**, como representante do Governo tailandês, oficialmente convidado pelas autoridades brasileiras, o Doutor Phisit Pakkagen, posteriormente designado para a função de Diretor do **National Economic and Social Development Board.**

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

No ano de 1977, aprofundaram-se as relações econômicas e políticas do Brasil com a Europa Ocidental. As viagens presidenciais à França e ao Reino Unido, realizadas no ano anterior, inauguraram uma fase de estreita cooperação com aqueles países, havendo sido desenvolvidos, em 1977, diversos projetos iniciados por ocasião daquelas visitas. O financiamento de parte do equipamento destinado à hidrelétrica de Tucuruí, a cooperação no campo dos transportes ferroviários urbanos e suburbanos, a implantação da chamada "plataforma Brasileira no Porto do Havre", constituem alguns dos projetos de cooperação com a França que tiveram bom desenvolvimento em 1977. Com o Reino Unido, merecem destaque os entendimentos relativos à participação britânica nos contratos de risco para prospecção de petróleo no Brasil e ao fornecimento de plataformas de perfuração à Petrobrás. Também prosseguiram os entendimentos relativos à cooperação entre o Brasil e a Grã-Bretanha no campo da siderurgia, transportes marítimos e ferroviários e petroquímica. A Companhia Vale do Rio Doce lançou, com êxito, debêntures no mercado financeiro britânico.

Foram igualmente positivas nossas relações com a República Federal da Alemanha, ampliando-se a cooperação prevista pelos Acordos sobre Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Uso Pacífico da Energia Nuclear. Realizou-se, em Bonn, a IV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.

Registre-se o fato que nossas transações comerciais com a Itália atingiram a significativa cifra de 1 bilhão de dólares, elevou aquele país à condição de segundo mais importante parceiro comercial do Brasil na Europa Ocidental.

Merecem ser destacadas as visitas ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, do Ministro do Comércio da Espanha, do Senhor Michel Poniatowski, na condição de Embaixador Especial do Presidente Giscard d'Estaing, do Presidente da Assembléia Nacional da França, do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda e do Secretário do Comércio do Reino Unido.

Áustria

Em maio, esteve em visita à Áustria, o Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, ocasião em que foi assinado contrato para exportações brasileiras de minério de ferro.

Dinamarca

O Senhor Knud Borge Andersen, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, realizou visita oficial a Brasília, em outubro.

O Ministro Andersen visitou os Presidentes do Senado e da Câmara e foi recebido em audiência pelo Presidente Ernesto Geisel, a quem transmitiu o desejo do Governo dinamarquês de intensificar as relações entre o Brasil e Dinamarca.

Em reunião de trabalho, presidida pelo Ministro interino da Indústria e do Comércio, foi feito exame de questões relativas ao intercâmbio comercial e à cooperação econômica entre os dois países. O Chanceler Andersen manteve entrevista com o Ministro da Fazenda.

Os Ministros de Relações Exteriores do Brasil e da Dinamarca passaram em revista os principais temas multilaterais de interesse mútuo. No plano bilateral, os dois Ministros examinaram a recente evolução do intercâmbio. Concordaram em explorar novos meios de estreitar os laços econômicos e a cooperação Brasil-Dinamarca, com especial menção ao campo da ciência e tecnologia e ao intercâmbio cultural.

Espanha

De 16 a 18 de março, o Ministro do Comércio espanhol, José Lladó Fernandez Urrutia, a convite do Ministro da Indústria e do Comércio, visitou o Brasil, acompanhado do Diretor Geral de Comércio Exterior da Espanha, Javier y Diez de Rivera, e de importante delegação. O Ministro espanhol foi recebido pelos Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda, da Agricultura, das Minas e Energia e pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento. Entrevistou-se igualmente com o Secretário Geral dos Transportes e o Presidente da Siderbrás.

Em reunião de trabalho, presidida pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá, discutiu-se ampla gama de temas de interesse dos países, havendo sido aprofundado o trato daqueles já examinados quando da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, realizada em 1976, em Madri. Trocaram-se informações sobre cooperação nos setores siderúrgico, ferroviário, de construção naval e pesqueiro.

Realizou-se ainda a II Reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Espanha, em Madri, entre 22 e 27 de junho, durante a qual se negociou a aquisição de locomotivas espanholas pelo Brasil.

Em 1977, a Espanha continuou a ser um dos mais importantes clientes de produtos brasileiros na Europa Ocidental, tendo realizado compras de produtos brasileiros que atingiram cifra vizinha a US$ 500 milhões, o que constituiu um marco na história das relações comerciais entre os dois países.

Finlândia

Esteve em Brasília, de 5 a 7 de junho, uma delegação integrada por membros do Comitê Salarial do Parlamento finlandês, encabeçada pelo Deputado Mikko Jokela.

A visita teve por finalidade conhecer as normas e práticas adotadas no Brasil no tocante a salários de servidores públicos civis.

França

O ano de 1977 foi marcado pelo desenvolvimento da cooperação franco-brasileira, sobretudo nos setores que foram

objeto das conversações havidas em Paris por ocasião da visita do Presidente Geisel em 1976.

A 27 de dezembro, foi assinado, em Paris, o Protocolo Financeiro para financiamento do Projeto hidrelétrico de Tucuruí. Segundo os termos do Protocolo, o Governo francês pôs à disposição do Governo brasileiro créditos no montante de 880 milhões de francos destinados a financiar a compra, na França, de parte dos equipamentos a serem instalados em Tucuruí.

Foi igualmente assinado, a 28 de junho de 1977, o contrato de financiamento, no valor de US$ 46 milhões, para a aquisição pela Rede Ferroviária Federal de 40 trens, cujas unidades serão fabricadas no Brasil mediante licença da Francorcil, francesa.

O projeto de instalação de um entreposto comercial no Porto Autônomo do Havre, com o objetivo de facilitar as atividades de trânsito, armazenagem e transformação de produtos semi-acabados de origem brasileira, teve, durante o ano de 1977, desenvolvimento satisfatório. Em maio, missão empresarial brasileira, chefiada pelo Diretor da CACEX visitou a França com a finalidade de verificar as reais possibilidades de implantação da plataforma brasileira. Na ocasião, o Ministro do Comércio Exterior da França, André Rossi, assistiu à assinatura de uma declaração conjunta do Diretor da CACEX e do Presidente do Porto Autônomo do Havre relativa à constituição da chamada "Plataforma Brasileira no Havre".

Como reflexo do estreitamento e da intensificação dos contatos de natureza bilateral, visitaram o Brasil, no ano de 1977, diversas personalidades francesas.

Na qualidade de enviado pessoal do Presidente da França, o Embaixador Michel Poniatowski visitou o Brasil de 26 de outubro a 3 de novembro. Além de ter sido recebido pelo Presidente da República, o Senhor Poniatowski encontrou-se com os Ministros das Relações Exteriores, da Justiça, da Fazenda e das Minas e Energia.

A fim de participar da IV Conferência Internacional de Poupança e Crédito, esteve em Brasília, nos dias 18 e 19 de abril, o Secretário de Estado junto ao Primeiro Ministro da França, Maurice Ligot.

Nos dias 28 e 29 de setembro foi recebida delegação de membros da Comissão de Leis da Assembléia Nacional da França. Os parlamentares franceses mantiveram encontros,

em Brasília, com os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e com os Secretários Gerais das Relações Exteriores e da Justiça.

Registre-se por fim, a presença, no período de 20 a 27 de novembro, do Presidente da Assembléia Nacional da França, Deputado Edgar Faure, atendendo a convite do Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil. O Senhor Edgar Faure foi recebido em audiência pelo Presidente Geisel e manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores.

Itália

No intercâmbio com a Itália, registrou-se excelente desempenho das exportações brasileiras, cuja receita, em termos percentuais, teve um acréscimo superior a 50%. Note-se, por outro lado, que o valor global do intercâmbio ficou próximo a US$ 1 bilhão, elevando a Itália à condição de segundo mais importante parceiro comercial do Brasil na Europa Ocidental.

Na primeira quinzena de setembro esteve em Roma delegação brasileira chefiada pelo Diretor da SIDERBRÁS, que manteve entendimentos com dirigentes da FINSIDER e do Governo italiano sobre a Companhia Siderúrgica de Tubarão.

De 22 a 28 de novembro, visitou o Brasil o Deputado Franco Foschi, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros da Itália, que inaugurou em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro a mostra "Firma Italiana". Em Brasília, o Deputado Foschi foi recebido pelo Secretário Geral das Relações Exteriores.

Países Baixos

Por iniciativa holandesa, realizaram-se diversas consultas entre os dois Governos tendo em vista o compromisso contratual assumido pela empresa trinacional URENCO — em que tomam parte, além dos Países Baixos, a RFA e o Reino Unido — para fornecimento de combustível irradiado às usinas nucleares previstas pelo programa energético do Governo brasileiro.

Com esse objetivo, é de se registrar a visita efetuada a Brasília, no dia 21 de fevereiro, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, Max Van Der Stoel que, na

ocasião, manteve conversações com o Chanceler Azeredo da Silveira e outras autoridades brasileiras.

De 5 a 9 de dezembro, realizou-se, em Haia, a primeira reunião plenária do Grupo de Trabalho Brasileiro-Holandês para Assuntos de Agricultura. Criado por troca de notas, celebrada em Brasília, no dia 6 de julho de 1976, o referido Grupo de Trabalho tem por objetivo facilitar e estimular a cooperação entre os dois países no terreno da agricultura e da agroindústria. Para participar dos trabalhos, viajou àquele país uma delegação presidida pelo Professor Paulo Afonso Romano, Secretário Geral do Ministério da Agricultura.

Portugal

As relações entre Brasil e Portugal em seqüência aos bons resultados auferidos com a visita do Primeiro Ministro Mário Soares em fins de 1976, se desenvolveram em clima de amizade, respeito mútuo e cooperação.

Nesse espírito, certas questões, envolvendo interesses brasileiros decorrentes de investimentos feitos em Portugal, foram examinadas pelo Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal, em reuniões realizadas no decorrer de 1977, duas das quais em Brasília, em fevereiro e março, e uma terceira em Lisboa, em junho.

Em meados do ano, o Banco do Brasil S.A., mediante convênio celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, abriu a Portugal crédito comercial de US$ 50 milhões, para apoiar a exportação de produtos brasileiros.

É de se assinalar que, em 1977, as exportações brasileiras para Portugal ultrapassaram todos os valores do passado, situando-se em torno de US$ 105 milhões. Por outro lado, intensificou-se a presença cultural brasileira em Portugal, através, sobretudo, da televisão e do cinema.

Reino Unido

As relações anglo-brasileiras passam por um período de expansão que se acelerou especialmente desde a visita do Presidente Geisel ao Reino Unido, em maio de 1976.

Evento de relevo para as relações entre os dois países foi a visita do Secretário do Comércio do Reino Unido, Edmund Dell, a convite do Governo brasileiro, ocorrida de 16 a 24 de agosto.

O visitante foi recebido em audiência pelo Presidente Ernesto Geisel e, no quadro do Memorando de Entendimento, manteve conversações com os Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento.

Em reuniões no Itamaraty, foram passados em revista temas políticos e econômicos, tanto de âmbito bilateral quando multilateral. Quanto aos temas econômicos bilaterais, foram examinados projetos de cooperação econômica nos setores da siderurgia, transportes marítimos e ferroviário, indústria química e petroquímica, equipamentos elétricos, telecomunicações e energia nuclear. Quanto aos temas econômicos multilaterais, tratou-se do relacionamento Norte-Sul, de problemas de comércio Internacional em geral e do sistema monetário internacional.

Outras autoridades britânicas, que visitaram o Brasil foram o Subsecretário Adjunto do **Foreign Office**, Hugh Cortazzi, que manteve conversações sobre temas diplomáticos no Itamaraty, e o Subsecretário de Estado Parlamentar do Ministério da Saúde, Erick Deakins, que chefiou missão de firmas britânicas interessadas em promover a venda de equipamentos médico-hospitalares ao Brasil, e de, eventualmente, estabelecer subsidiárias em associação com empresas brasileiras.

Nesse sentido, foram entabulados, em Brasília, entendimentos com os Ministérios da Saúde e da Previdência Social e, ainda, com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Por sua vez, estiveram em visita ao Reino Unido, entre outras autoridades brasileiras, os Ministros da Indústria e do Comércio, e das Minas e Energia.

De 16 a 20 de maio, foi hóspede do Governo britânico o Ministro Shigeaki Ueki. O Ministro das Minas e Energia entrevistou-se com os Ministros Edmund Dell, do Comércio, e Anthony Benn, da Energia, e foi recebido pelo Secretário do Exterior David Owen. O Ministro Ueki esteve presente ao lançamento de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce e celebrou, com consórcio de bancos, uma operação financeira de US$ 90 milhões destinada à PETROBRÁS. Com autoridades e firmas do setor petrolífero examinou questões relacionadas com a participação britânica com contratos de risco e o fornecimento de nova plataforma à PETROBRÁS.

Igualmente foram objeto de conversações durante a estada do Ministro brasileiro, o aumento das compras britânicas de minério de ferro brasileiro, a eventual associação de capitais ingleses ao projeto Carajás e a possibilidade de exploração conjunta de bauxita em Goiás.

Também a convite oficial do Governo britânico, esteve no Reino Unido, de 20 a 23 de junho, o Ministro Ângelo Calmon de Sá, que manteve conversações com seu colega britânico, sobre problemas que afetam o intercâmbio entre os dois países estudando-se fórmulas de estímulo ao crescimento das relações econômicas-comerciais bilaterais, inclusive no campo da transferência de tecnologia.

O Ministro da Indústria e do Comércio representou o Governo brasileiro na cerimônia de assinatura de contrato de financiamento à Açominas, firmado com um grupo de bancos da City.

Coincidindo com a visita, teve lugar, em Londres, um Seminário sobre o Brasil, promovido pela Confederação das Indústrias Britânicas, quando ficou manifesto a grande importância atribuída ao Brasil pelos círculos empresariais e bancários do Reino Unido.

República Federal da Alemanha

As relações com a República Federal da Alemanha estreitaram-se ainda mais, ampliando-se a cooperação nos quadros do Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico e do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Registrou-se uma intensificação dos contatos com a realização de inúmeras visitas por parte de parlamentares e de autoridades federais e estaduais de ambos os países.

Em maio, o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, visitou a República Federal da Alemanha, ocasião em que manteve conversações com o Ministro do Trabalho alemão. De 12 a 15 de dezembro, a convite do Governo da República Federal da Alemanha, o Secretário Geral do Ministério da Agricultura viajou àquele país, onde realizou entendimentos para implementação de um programa de cooperação técnica na área de cooperativismo.

Em abril, esteve no Brasil, o Senhor Oswald Brinkman, Senador para Portos, Navegação e Transportes do Estado de Bremen. No mês de junho, foram recebidos os deputados

Federais Albert Probst — Presidente da Comissão de Pesquisa e Tecnologia do Parlamento alemão — e Albert Schedl, os quais se entrevistaram com o Presidente Geisel e com os Ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Minas e Energia, e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento. Na segunda quinzena de agosto, Eduard Adorno, Ministro-Representante do Estado de Baden-Wurttemberg junto às autoridades federais em Bonn, realizou visita oficial ao Brasil, tendo sido recebido pelos Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio, e das Minas e Energia.

Seguiu-se, no mês de outubro, a vinda do Doutor Rudolf Eberle, Ministro de Economia e Viação de Baden-Wurttemberg, à frente de comitiva composta por parlamentares e empresários. Entrevistou-se, então, com os Ministros das Relações Exteriores e da Indústria e do Comércio.

Também em outubro, esteve no Brasil uma delegação de parlamentares do Estado de Bremen, chefiada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Dieter Klink. Foi recebida pelos Ministros das Relações Exteriores e do Trabalho.

No mês de novembro, registraram-se as visitas do Deputado Federal Peter W. Stommel, recebido em audiência pelo Presidente Geisel e pelo Ministro das Relações Exteriores, e do Deputado Christian Lenzer, que manteve contatos com o Secretário Geral das Minas e Energia, e com o Itamaraty. Ainda no mês de novembro, visitou oficialmente o Brasil uma Missão do Estado de Hamburgo, com vistas a celebrar o Sesquicentenário do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e as Cidades Livres Hanseáticas de Luebeck, Bremen e Hamburgo, firmado em 17 de novembro de 1827. Chefiou a Missão, o Vice-Governador do Estado de Hamburgo, Dieter Biallas.

Teve lugar em Bonn, em 4 e 5 de novembro, a IV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, durante a qual se tratou do financiamento dos investimentos feitos por pequenas e médias empresas alemãs no Brasil e do problema da transferência de tecnologia.

Suécia

No quadro das relações bilaterais, destacou-se a visita realizada, em abril, por missão empresarial sueca, liderada pelo Príncipe Bertil, a qual efetuou contatos em Brasília e outras cidades brasileiras, nas áreas governamentais e

privada merecendo relevo a presença da missão em Curitiba, para marcar o início dos trabalhos de implantação da fábrica de caminhões e ônibus da Volvo.

Em maio, o Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, fez breve visita à Suécia, a fim de tomar conhecimento da tecnologia sueca para transmissão de energia elétrica a longas distâncias.

Na qualidade de emissário especial de seu Governo, esteve em Brasília, nos dias 26 e 27 de outubro, o Embaixador Sverker Astrom, ex-Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, o qual no decurso de entrevistas mantidas com os Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda, transmitiu ao Governo brasileiro o empenho de seu país em ampliar e diversificar as relações com o Brasil.

Ao se encerrar o ano, chegaram ao país, em viagem de caráter privado, com duração de 15 dias, Suas Majestades o Rei Carlos XVI Gustavo e a Rainha Sílvia.

Suíça

Registrou-se, em 1977, o primeiro lançamento de bônus do Governo brasileiro no mercado suíço, a cuja cerimônia de assinatura — no mês de novembro, em Genebra — compareceu o Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen.

EUROPA ORIENTAL

O relacionamento entre o Brasil e os países do leste europeu desenvolveu-se, em 1977, primordialmente, no sentido de ampliar e diversificar o intercâmbio, inclusive através da inclusão gradativa na pauta comercial de produtos manufaturados e semimanufaturados. Procurou o Governo brasileiro, também desenvolver novos mecanismos que possibilitem a implementação de uma política comercial adaptada às peculiaridades do intercâmbio com a Europa Oriental.

A ação comercial brasileira no leste europeu se processa sob a coordenação da Comissão de Comércio com a Europa Oriental — COLESTE, órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério das Relações Exteriores. Para desincumbir-se das novas atribuições que lhe foram conferidas, a

COLESTE foi substancialmente reestruturada. O Decreto 71.509/72, foi alterado pelo Decreto 79.650, de 4 de maio de 1977, que passou a constituir o texto legal regulador da COLESTE.

Nos meses de abril e junho, realizaram-se as reuniões das comissões mistas Brasil — Polônia, Brasil — Romênia, Brasil — Bulgária e Brasil — URSS. Nesses encontros, reforçou-se a cooperação entre os setores público e privado da economia brasileira para o melhor aproveitamento das oportunidades comerciais naqueles países. Em setembro, teve lugar em Varsóvia, a Primeira Sessão do Comitê Misto, criado pelo Acordo de Transporte Marítimo Brasil-Polônia.

Foram negociados e assinados em julho acordos de comércio com a Iugoslávia e Tchecoslováquia, alterando o sistema de pagamentos do intercâmbio comercial, o qual passou de moeda-convênio para o de livre conversibilidade.

Como resultado do apoio governamental às iniciativas de companhias de comércio externo governamentais e privadas, foram assinados, por consórcio de **trading companies** brasileiras, lideradas pela COBEC, e autoridades estatais da Hungria e da Polônia, memorandos de entendimentos que prevêem, em cada caso, um fluxo de comércio da ordem de US$ 500 milhões, em um período de cinco anos.

Missões técnicas e comerciais de países da Europa Oriental estiveram no Brasil em 1977, merecendo destaque o alto nível das delegações que compareceram em novembro à **Brazil Export 77**, em São Paulo. Em visita oficial vieram ao Brasil, em janeiro, o Ministro da Indústria de Fabricação de Máquinas da Romênia; em junho, o Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia; em março, o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia; em novembro, o Vice-Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Internacional da Romênia, o Vice-Ministro do Comércio Exterior dak Bulgária e o Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã.

No tocante à promoção comercial no Leste Europeu, organizou-se a participação do Brasil em quatro feiras (em Leipzig, Poznan, Brno e Budapeste), com auspiciosos resultados para as exportações brasileiras. Participou ainda o Brasil do IV Salão da Indústria de Moscou que permitiu a identificação de novas possibilidades de exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados para o mercado russo.

Bulgária

De 4 a 7 de abril realizou-se, em Sófia, a III Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Bulgária. Na reunião foi analisada a evolução do intercâmbio bilateral e procedeu-se à troca de lista de mercadorias para melhor identificação das possibilidades oferecidas pelos dois mercados.

Por ocasião da citada Reunião da Comissão Mista, discutiram-se as bases de uma operação que envolveria a venda de automóveis à Bulgária no valor aproximado de US$ 5 milhões e a compra de barrilha búlgara, num valor aproximadamente igual.

Em maio, visitou o Brasil uma missão comercial búlgara, chefiada pelo Vice-Diretor da Chimimport, com a finalidade de lançar as bases do intercâmbio comercial nos setores químico e farmacêutico.

Compareceu à **Brazil Export 77** uma delegação da Bulgária, chefiada pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior, Spa Gueorguiev, que deu prosseguimento às negociações com vistas à importação de automóveis e venda de barrilha e manteve conversações com a Interbrás sobre a concorrência para a construção de fábrica de beneficiamento de soja naquele país, bem como acerca de compras búlgaras de minério de ferro para uma siderúrgica no Mar Negro.

De 21 a 30 de setembro o Brasil participou, em Sófia, da 64ª Conferência Interparlamentar.

Hungria

Em janeiro e fevereiro de 1977, missões do Banco Nacional da Hungria e do Banco de Comércio Exterior da Hungria visitaram o Brasil, realizando contatos com a área financeira e com a COLESTE.

Em maio, ocorreu a visita da missão comercial chefiada pelo Diretor Geral do Ministério do Comércio Exterior da Hungria, Otto Herkner, que realizou contatos com empresários brasileiros visando a cooperação nos setores de fabricação de alumínio, tratores e ônibus.

Ainda em setembro, realizou-se a Feira de Bens de Consumo de Budapeste, na qual o Brasil teve participação das mais expressivas entre os países não-socialistas; com a presença de 47 empresas, o pavilhão brasileiro recebeu medalha pela qualidade da amostra. Foram realizados

numerosos contatos e negociações para exportação de manufaturados.

Ainda no campo da promoção comercial, a exposição **Brazil Export 77** contou com a presença de representantes de vários órgãos e empresas estatais húngaros.

Iugoslávia

Em maio de 1977, visitou o Brasil, chefiando uma missão técnico-comercial, o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Iugoslávia, Ranko Radulovic. Na ocasião, foi firmado um protocolo que estabeleceu o sistema de livre-conversibilidade para pagamentos resultantes do intercâmbio comercial bilateral. Ainda durante a visita, foi elaborado projeto de Acordo de Comércio entre os dois países, que foi assinado no decurso da visita que realizou ao Brasil, em julho, o Vice-Presidente da Iugoslávia. Paralelamente à visita do Vice-Ministro do Comércio Exterior iugoslavo, representantes de cerca de dez empresas daquele país mantiveram contatos com a INTERBRÁS e com outras companhias brasileiras para examinar possibilidades de transações comerciais.

Em julho, chefiando uma missão de alto nível, visitou oficialmente o Brasil o Vice-Presidente da Iugoslávia, Lazar Kolisevski. Sua missão teve por finalidade tratar com as autoridades brasileiras de diversos assuntos relativos à política internacional e às relações bilaterais. No decorrer de sua permanência no Brasil, foi firmado, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro sem pasta Radovan Pantovic um Acordo de Comércio o qual, além de consagrar o sistema de livre-conversibilidade para pagamentos decorrentes de trocas comerciais brasileiro-iugoslavas, prevê, conforme os princípios do GATT, o tratamento de nação mais favorecida nas relações comerciais bilaterais e criar uma Comissão Mista.

Em outubro, visitou o Brasil, chefiando missão integrada por altos funcionários da área comercial, o Presidente da Câmara de Economia da Iugoslávia, Senhor Ilija Vakic. Durante a visita, foram empreendidas conversações com vistas à compra, pelo Brasil, de navios e metais não-ferrosos iugoslavos. Nesse sentido, uma missão de DOCENAVE visitou a Iugoslávia, em novembro, para tratar com o estaleiro SPLIT da compra de dois navios graneleiros de 25.000 toneladas cada um.

Em novembro, visitou o Brasil uma missão técnica de funcionários da Central Nuclear de Krsko. A missão teve por objetivo manter conversações com a NUCLEBRÁS acerca do programa nuclear brasileiro e averiguar junto à Central Nuclear de Angra a possibilidade de cooperação naquele campo.

A Iugoslávia participou, com uma Delegação, composta por dez gerentes das principais empresas comerciais daquele país, da **Brazil-Export 77**.

No campo cultural e científico, artistas plásticos participaram, expressivamente, da Bienal de São Paulo. O Brasil compareceu à Exposição Internacional de Belas Artes de Belgrado, realizada de 1° de outubro a 30 de dezembro.

Polônia

O Vice-Ministro do Comércio Exterior da Navegação da Polônia, Senhor Stanislaw Dlugosz, visitou o Brasil, entre 16 e 20 de março. Em Brasília, entrevistou-se com os Secretários Gerais do Itamaraty, do Ministério da Indústria e do Comércio e dos Transportes, e com o Diretor da Área Externa do Banco Central.

Entre os dias 12 e 18 de abril, realizou-se a Reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia, em Varsóvia. O tema principal das conversações foi a prorrogação do Protocolo Ueki-Strzelecki referente a fornecimentos conjugados de minério de ferro brasileiro e carvão polonês. Cabe ainda mencionar a concessão, pelo Brasil, de uma linha de crédito de 60 milhões de dólares, entre 1978 e 1980, destinada a estimular a exportação de produtos manufaturados.

Como resultados dos contatos e entendimentos mantidos paralelamente às conversações oficiais da Comissão Mista, foi assinada, no dia 18 de abril, carta de intenção entre a **DAL — International Trading Company**, representando diversas empresas polonesas, e um consórcio de empresas de comércio exterior brasileiras, pela qual são previstas operações de compra e venda de mercadorias por um valor aproximado de US$ 500 milhões, durante o período 1977-80.

Ainda durante a Reunião da Comissão Mista, a COBEC assinou com a Central de Comércio Exterior polonesa ROLIMPEX, carta de intenção pela qual é delineado compromisso de fornecimento de soja brasileira em volume de 150 mil toneladas anuais durante cinco anos. Deve-se men-

cionar o Acordo sobre fornecimento de café entre o IBC e a AGROS, assinado em fevereiro, que prevê a exportação de 225 mil sacas de café a serem embarcadas no decorrer do ano. A Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e a CENTRONOR firmaram, por sua vez, em 18 de agosto, contrato de afretamento por dois anos, com opção de compra, de dois navios **iceclass** (semicontainers).

No decorrer do mês de setembro, realizou-se, em Varsóvia, a I Reunião do Comitê Misto de Transportes Marítimos Brasil-Polônia, dedicada ao exame de diversos aspectos dos serviços de transportes marítimos entre os dois países.

No campo da promoção comercial, deve-se relacionar a participação brasileira na Feira Internacional de Bens de Consumo de Poznan, no mês de junho.

República Democrática Alemã

Em 29 de janeiro foi aprovado pelo Congresso Nacional o Convênio sobre Transportes Marítimos, assinado entre o Brasil e a República Democrática Alemã em 23 de julho de 1976. O Acordo dispõe sobre os mecanismos que deverão orientar o transporte marítimo entre os dois países, levando sempre em conta o princípio da reciprocidade de tratamento.

De 13 a 20 de março o Brasil participou, com 45 expositores da Feira da Primavera de Leipzig, com a identificação de boas oportunidades de negócios.

Em maio, veio ao Brasil uma missão técnica alemã com o objetivo de verificar as possibilidades de intercâmbio comercial envolvendo, basicamente, transações na área carbonífera.

Durante a **Brazil Export 77**, a Delegação da RDA, chefiada pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior, W. Bastian, prosseguiu as negociações com vários órgãos ministeriais sobre diversas operações comerciais, das quais as mais importantes dizem respeito a linhas de crédito e trocas de produtos brasileiros por manufaturas alemãs.

De 28 de agosto a 3 de setembro, a RDA participou do XII Congresso Internacional de Processamento Mineral, em São Paulo.

Romênia

Em fevereiro de 1977, visitou o Brasil o Ministro da Indústria de Fabricação de Máquinas, Ion Avram. Nessa opor-

tunidade foi decidida a compra de 5.000 toneladas de alumínio metálico romeno pela Companhia Vale do Rio Doce. Examinou-se ainda a possibilidade de cooperação industrial para implantação de duas usinas de peletização de minério de ferro, uma no Brasil e outra na Romênia, com capacidade de processamento de três mil toneladas anuais cada uma.

Ainda em fevereiro, a Romênia concedeu ao Brasil uma linha de crédito no valor de 50 milhões de dólares, para aquisição de equipamentos para perfuração petrolífera. Trata-se da segunda linha de crédito romena destinada àquela área, em que a Romênia vem se tornando regular fornecedora do Brasil.

Em 5 de junho, assinou-se pré-contrato pelo qual a Companhia Vale do Rio Doce adquiriria da Romênia 32 vagões ferroviários de passageiros e componentes de vagões. Em contrapartida ao disposto nesse pré-contrato, firmou-se em 13 de setembro de 1977, o Adendo nº 1, pelo qual a Romênia comprometia-se a adquirir 1.300.000 toneladas de minério de ferro, de setembro de 1977 a março de 1978.

Entre 7 e 14 de junho, realizou-se em Bucareste a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia. Naquela oportunidade, verificou-se considerável progresso nas negociações para produção no Brasil de ácido acetil-salicilico e de sulfamidas, no âmbito do Acordo relativo à transferência de tecnologia no setor farmacêutico, assinado em junho de 1975. Ambas as partes reafirmaram seu desejo de iniciar as negociações referentes ao Protocolo Adicional do Acordo de Transporte Marítimo, assinado entre Brasil e Romênia, em 5 de junho de 1975. Na mesma oportunidade, foi assinado um **aid-mémoire** a nível técnico, referente à realização dos trabalhos preliminares para a construçãoi das duas usinas de peletização de minério de ferro acima referidas.

Tchecoslováquia

Em fevereiro, o Brasil participou da Feira Internacional de Alimentação. Na ocasião, foi firmado contrato de fornecimento de alimentos enlatados no valor de US$ 1 milhão. De 13 a 20 de maio o Brasil participou da Feira Internacional de Bens de Consumo de Brno, com a presença de 36 expositores nacionais, com promissores resultados comerciais.

De 16 a 22 de julho visitou o Brasil o Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia, Andrey Barcak. Durante

sua estada foi assinado Acordo de Comércio entre os dois países. O instrumento dispõe sobre os métodos de aplicação de impostos e gravames, as normas contratuais para a importação e exportação de mercadorias e serviços, bem como o mecanismo de pagamentos (livre conversibilidade) das operações comerciais. Ainda no transcorrer da visita, foram mantidas conversações sobre diversos projetos de cooperação bilateral, entre os quais a abertura de uma linha de crédito de US$ 100 milhões para a importação de equipamentos tchecos.

Em dezembro, visitou o Brasil o Presidente da Kerametal, empresa tcheca importadora de minério de ferro, que assinou com o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, um protocolo de intenções para fornecimento, no período 1977/1990, de 18 milhões de toneladas no valor de US$ 270 milhões.

Durante a **Brazil Export 77**, a Delegação tcheca, chefiada pelo Presidente da Câmara de Comércio, manteve importantes conversações com o setor empresarial brasileiro.

União Soviética

Em fevereiro, visitou o Brasil uma missão soviética para discutir a programação cultural anual com o Itamaraty.

No período de 16 a 23 de junho, realizou-se, em Moscou, a V Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, criada pelo Acordo Comercial e de Pagamentos, de 20 de abril de 1963. A Reunião foi dedicada à revisão de desempenho do comércio bilateral nos anos anteriores e à análise de medidas conducentes ao seu desenvolvimento; ao exame da execução do Acordo Silveira-Manjulo, sobre trocas comerciais, e ao estudo de novas alternativas de operações de comércio.

Vale destacar, como resultado dessas conversações, a concordância de ambas as partes sobre a conveniência de se negociar a prorrogação do prazo estabelecido no Acordo Silveira-Manjulo para a celebração de contratos de compra e venda.

Foram ainda examinadas a questão dos funcionamentos de petróleo soviético ao Brasil, em 1978; a realização da reunião de consulta prevista no Acordo sobre Transporte Marítimo entre os dois Governos e a ida a Moscou de missão brasileira com o propósito de prosseguir os entendimentos para a aquisição da sexta unidade geradora da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, concluídos com a assinatura do contrato entre a

CHESF e a empresa soviética ENERGOMACHEXPORT, em setembro de 1977, no Brasil.

Em julho, visitou a URSS, a convite das autoridades daquele país, o Professor João C. Perrone, do Instituto Nacional de Tecnologia — INT, em missão de estudos da tecnologia soviética da hidrólise da madeira.

Em novembro, seguiu para Moscou missão de empresários e técnicos brasileiros para examinar com o Governo soviético a possibilidade de exportações brasileiras de metais especiais para a tecnologia do aço.

Deve ser registrada, finalmente, a visita que fizeram ao Brasil o Vice-Ministro da Indústria Química da URSS, Anatoli Artemovich Novikov, e o Vice-Ministro da Indústria de Metais Não-Ferrosos do mesmo país, Valentin Semenovich Custinov, para tomar parte do XII Congresso Internacional de Processamento de Minerais, em agosto.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

XXXII Assembléia Geral da ONU

Os trabalhos plenários da XXXII Assembléia Geral foram, como em anos anteriores, dominados pela Questão do Oriente Médio e pelos problemas coloniais. Quanto ao primeiro tema, o quadro parlamentar não apresentou modificações substanciais, tendo em vista as negociações ainda em curso na região, iniciadas pela visita do Presidente Sadat a Israel.

O Plenário aprovou, por ampla maioria, com o endosso do Brasil, resoluções condenatórias da política de implantação de colônias na Cisjordânia e da introdução de legislação israelense nos territórios ocupados. Aprovou-se também resolução conclamando as partes envolvidas no conflito a retomarem negociações com vistas à Conferência de Paz em Genebra, sob os auspícios da ONU.

O Plenário teve oportunidade, ainda, de examinar uma série de projetos de resolução encaminhados pela Comissão de Política Especial que tratavam da Agência de Socorro aos Refugiados Palestinos (UNRWA) e das práticas israelenses que afetam os direitos humanos da população dos territórios ocupados.

O Brasil continuou a prestar seu apoio às legítimas aspirações de países africanos que se traduziram em resoluções sobre a política de **apartheid** da Africa do Sul e as questões da Rodésia (Zimbabwe) e da Namíbia.

A IV Comissão apresentou à consideração do Plenário, além de uma série de projetos relativos aos territórios não-

autônomos, um projeto de resolução, que contou com o apoio do Brasil, referente à implementação da Declaração de Outorga de Independência aos Países Coloniais e Esforços com Vistas à Eliminação da Política de **Apartheid** e de Discriminação Racial".

Outro ponto que mereceu atenção prioritária do plenário foi o da utilização da energia nuclear. O Brasil apoiou a resolução que, entre outros aspectos, ressalta terem todos os Estados o direito, de acordo com o princípio da igualdade soberana, de levar adiante o seu programa de utilização pacífica da energia nuclear em prol do desenvolvimento econômico e social, de acordo com as suas próprias prioridades, interesses e necessidades.

No que diz respeito às questões sociais, humanitárias e culturais, a Assembléia aprovou, com o apoio do Brasil, diversas resoluções sobre proteção à infância, à velhice, à mulher e sobre o combate aos narcóticos.

O Brasil se manifestou, através de vigorosa intervenção, sobre as questões ligadas à discriminação racial, aprovando-se projeto que convoca para agosto de 1978, em Genebra, uma Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação Racial. No tema da Proteção aos Prisioneiros Políticos, foram aprovadas duas resoluções com o voto favorável do Brasil: uma iniciativa sueca, por consenso, e outra de iniciativa bielorrussa, que trata da "proteção de pessoas detidas ou presas em conseqüência de sua luta contra o o **apartheid**,, o racismo, a discriminação racial, o colonialismo, a agressão, a ocupação estrangeira para sua autodeterminação, independência e progresso social de seu povo".

No tocante ao tema dos Direitos Humanos, ressalta-se que, durante o 62° período de sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o Brasil foi eleito, com grande número de votos, para a Comissão de Direitos do Homem, de cujos trabalhos nunca havia, anteriormente participado.

A escala de contribuição aprovada pela XXXII Assembléia Geral mantém a cota do Brasil no índice de 1,04%. O Brasil é o 17° maior contribuinte da Organização e o 1° entre os países em desenvolvimento.

ECOSOC (Comitê Social)

No âmbito do Comitê Social da **62ª Sessão do Conselho Econômico e Social**, foram examinadas questões relativas a

Direitos Humanos, Condição da Mulher, Entorpecentes, Desenvolvimento Social e Organizações não-governamentais.

O fato de maior relevância política para o Brasil na **62ª Sessão do ECOSOC** foi sua eleição para a Comissão de Direitos do Homem.

Conferências Internacionais

O Brasil se fez representar em duas Conferências Internacionais destinadas a examinar questões vinculadas à situação na Africa meridional: a **Conferência em Apoio aos Povos do Zimbabwe e Namíbia**, em Maputo, Moçambique, e a **Conferência Mundial de Ação Contra o Apartheid**, em Lagos, Nigéria. O Brasil participou construtivamente dos debates, tendo tido oportunidade de reiterar suas posições de repúdio a quaisquer formas políticas organizadas com base no racismo e na discriminação racial, e de defesa do direito dos povos à autodeterminação. As conclusões e recomendações das Conferências foram encaminhadas à consideração da XXXII Assembléia Geral onde foram objeto de endosso por ampla maioria.

Com a participação de 18 países latino-americanos, inclusive o Brasil, realizou-se em Havana, de 13 a 17 de junho de 1977, a **Conferência Regional sobre Integração da Mulher ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina,** convocada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em seqüência à Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher (México, 1975).

A Conferência aprovou recomendações que coincidem com a política seguida pelo Governo brasileiro na promoção do papel da mulher na luta pelo desenvolvimento econômico e social.

Reuniu-se, em Genebra, de 10 de janeiro a 4 de fevereiro de 1977, a **Conferência das Nações Unidas sobre Asilo Territorial,** incumbida de adotar uma convenção sobre a matéria.

Realizou-se em Viena, de 4 de abril a 6 de maio de 1977, a **Conferência das Nações Unidas sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados,** incumbida de adotar uma convenção sobre a matéria, com base em projeto preparado pela Comissão de Direito Internacional. A Assembléia Geral das Nações

Unidas autorizou a reconvocação da Conferência para abril de 1978.

A **III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar** realizou, de julho a setembro de 1977, sua sétima sessão, dando prosseguimento aos trabalhos iniciados em 1973, para a elaboração de uma convenção internacional que substituirá as convenções de Genebra de 1958, sobre Alto Mar, Mar Territorial e Zona Contígua, Plataforma Continental, Pesca e Preservação dos Recursos Vivos.

A Delegação brasileira buscou o reforço dos direitos dos Estados costeiros na zona econômica, de modo a que, na prática, incorpore esta os elementos essenciais e definidores do mar territorial. Digno de nota é o consenso que se verificou no VII período de sessões da Conferência sobre princípios e nortearam a condução da pesquisa econômica na zona econômica, tendo sido afinal aceita pelos países industrializados a tese sempre defendida pela maioria das nações em desenvolvimento, inclusive o Brasil, de que a pesquisa científica deve sujeitar-se ao consentimento prévio do Estado costeiro e conduzir-se sob as condições por ele impostas.

Meio Ambiente

Em 1977, o Brasil participou de duas Conferências de âmbito mundial promovidas pelas Nações Unidas para tratarem de temas específicos no campo do meio ambiente. A primeira foi a **Conferência das Nações Unidas sobre a Água**, realizada em Mar del Plata (Argentina), de 14 a 25 de março, que teve como objetivo analisar os diversos aspectos da utilização dos recursos hídricos na promoção do desenvolvimento, bem como debater possibilidades de cooperação internacional sobre a matéria. A segunda, a **Conferência sobre Desertificação,** realizou-se em Nairobi, de 29 de agosto a 9 de setembro, e buscou estimular a adoção de medidas para combater o avanço dos desertos verificado em diversas regiões do globo, sobretudo na Africa setentrional.

O Brasil participou de outras reuniões, relativas ao meio ambiente, sempre com base no respeito à soberania dos Estados sobre seus recursos naturais e no direito de utilizarem tais recursos de acordo com seus planos e programas nacionais.

Neste mesmo espírito, o Brasil esteve presente à V Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações

Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), principal foro de debates das questões internacionais relativas ao meio ambiente.

No âmbito específico do UNEP, participamos dos trabalhos de dois órgãos subsidiários do Conselho de Administração, quais sejam: **O Grupo de Peritos sobre Recursos Naturais compartilhados**, que se reuniu por duas vezes (janeiro e setembro), e o **Grupo de Peritos sobre Direito Ambiental**, criado em 77, cuja primeira reunião ocorreu no mês de agosto.

Ainda em relação ao meio ambiente, o Brasil participou, no mês de maio, da V Sessão Regular do Comitê de Recursos Naturais do Conselho Econômico e Soccal das Nações Unidas, cujas principais recomendações versaram sobre o fortalecimento do papel das Comissões Econômicas Regionais das Nações Unidas na promoção da cooperação nos campos dos recursos naturais, em geral, e dos recursos hídricos, em particular.

CEPAL

No âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Brasil se fez representar no XVII período de sessões, realizado na Guatemala, de 25 de abril a 5 de maio, quando foram analisados diversos aspectos da cooperação regional, sobretudo nos campos da ciência e tecnologia, dos assentamentos humanos e do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

O Brasil continuou a prestar apoio às atividades da Comissão, seja através da participação de representantes brasileiros nas reuniões e encontros por ela promovidos, dos quais cabe destacar a sessão preparatória da Conferência sobre Desertificação, seja através da implementação do convênio de Cooperação entre a Comissão e o Governo brasileiro, cujo órgão executor nacional é o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) da SEPLAN.

Em abril visitou-nos o Senhor Enrique Iglesias, Secretário executivo da Comissão, que entrou em contato com diversos órgãos e instituições, sobretudo aqueles que atuam na área econômico-financeira, a fim de conhecer as possibilidades de ampliar a cooperação entre a CEPAL e o Governo brasileiro.

No mês de novembro, o Brasil participou da XI Reunião Extraordinária do Comitê Plenário da Comissão, na qual foi aprovado o Plano de Ação Regional sobre a Integração da Mulher ao Desenvolvimento.

Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

O dia 21 de março, a exemplo dos anos anteriores, foi comemorado no Brasil, o Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial, aniversário do massacre de Shaperville, na Africa do Sul e símbolo da opressão racial e colonial. O Comitê Especial contra o **Apartheid** da Organização das Nações Unidas convidou todos os Governos e Organizações a observarem a data, demonstrando, assim, sua solidariedade com o povo oprimido da Africa do Sul em sua luta contra a política de **apartheid**.

Em cerimônia realizada no Itamaraty, sob a presidência do Ministro de Estado, discursou como orador principal o Senador Petrônio Portella, Presidente do Senado. Compareceram à cerimônia Chefes de Missões Diplomáticas, Ministros de Estado, membros das Comissões de Diplomacia da Câmara e de Relações Exteriores do Senado e altos funcionários das Nações Unidas no Brasil.

O Presidente da República enviou ao Secretário Geral das Nações Unidas mensagem em que reiterou a solidariedade do Governo e do povo brasileiros com os esforços da Organização no combate à discriminação racial.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, transmitiu ao Embaixador Leslie O. Harriman, Presidente do Comitê Especial contra o **Apartheid**, mensagem que reafirma o apoio solidário do Brasil aos povos africanos na busca de justiça, liberdade e autodeterminação, assinalando que a prática do **apartheid** e de outras formas de discriminação constitui negação dos direitos fundamentais do Homem e barreira ao progresso dos povos.

Desarmamento

O Brasil participou dos trabalhos da **Conferência do Comitê do Desarmamento** (CCD). Esperava-se da CCD um esforço concentrado em duas áreas prioritárias: armas

químicas e Tratado sobre a Proibição Completa de Testes com Armas Nucleares (CTB).

A Conferência deveria examinar dois projetos de convenção sobre tais áreas, um de autoria socialista (CTB) e outro de autoria inglesa (armas químicas). Tal não ocorreu, entretanto, de vez que os Estados Unidos e a União Soviética optaram por negociações bilaterais sobre armas químicas e trilaterais, com a adesão da Grã-Bretanha, sobre CTB.

Descartadas, assim, as negociações prioritárias, o Brasil limitou-se a acompanhar as reuniões plenárias da Conferência e algumas sessões informais sobre armas de destruição em massa, sobre a elaboração de um programa integrado de desarmamento e sobre o estudo de aspectos de armas químicas.

Pela Resolução 31/189B, copatrocinada pelo Brasil, a Assembléia Geral decidiu convocar uma Sessão Especial dedicada ao Desarmamento, a realizar-se em maio/junho de 1978.

O Brasil participou ativamente dos trabalhos preparatórios, além de integrar as reuniões do grupo de países mediadores conhecido como o "Grupo dos 32". A atuação brasileira buscou assegurar que, no corpo de princípios da Declaração sobre Desarmamento, ficassem explícitos, entre outros, os seguintes pontos:

a) equilíbrio de responsabilidades e obrigações entre os Estados;

b) não-proliferação de armas nucleares;

c) acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos, respeitadas salvaguardas padronizadas, universais e não-discriminatórias; e,

d) canalização dos recursos oriundos de medidas de desarmamento em prol do progresso econômico dos países em desenvolvimento.

Já no que se refere ao Programa de Ação, o Brasil adiantou suas opiniões sobre o assunto, as quais podem ser assim sintetizadas:

a) prioridade absoluta ao desarmamento nuclear;

b) esforço negociador redobrado no que concerne as armas químicas;

c) proibição do desenvolvimento e produção de armas de destruição em massa, ou que causem sofrimentos desnecessários; e,

d) redução gradativa e proporcional do armamento convencional, sempre que as grandes potências reconheçam sua primazia neste campo.

Contribuições a Organismos Internacionais

Além da importância paga ao orçamento regular das Nações Unidas, o Brasil ofereceu, em 1977, contribuição financeira aos seguintes órgãos internacionais: Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial; Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Africa Austral; Fundo das Nações Unidas para Namíbia; Instituto das Nações Unidas para a Namíbia; Programa de Educação e Treinamento das Nações Unidas para a Africa Austral; Fundo de Publicidade contra o **Apartheid**; Agência das Nações Unidas para Socorro aos Refugiados Palestinos (UNRWA); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Entorpecentes; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo Voluntário para a Década da Mulher; Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Progresso da Mulher; Fundo Especial para os Países em Desenvolvimento Sem Litoral; Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD; Fundo de Capital das Nações Unidas; Fundo das Nações Unidas para Assistência ao Líbano; e, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

Controle de Entorpecentes

O Ministério das Relações Exteriores está representado na Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CONFEN) do Ministério da Saúde e atua como elemento de coordenação entre os órgãos interessados, responsáveis pelo controle de entorpecentes, e os mecanismos institucionais que exercem a fiscalização internacional e que promovem a cooperação internacional no âmbito da prevenção das toxicomanias e da recuperação de viciados.

O Ministério das Relações Exteriores assessorou a participação brasileira na 27ª Sessão da Comissão de Entorpecentes do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, realizada em Genebra, no período de 7 a 25 de fevereiro.

O Brasil assinou com os Governos da Bolívia e da Venezuela acordos de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência. Foram ainda promulgados o Acordo Sulamericano sobre Entorpecentes (concluído em Buenos Aires, em 1973) e a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (concluída em Viena, em 1971).

Candidaturas do Brasil em 1977

Durante o 62° período de sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o Brasil foi reeleito para os seguintes órgãos:

a) Comissão de Entorpecentes, com mandato de quatro anos que se estende até 31/12/1981;

b) Comissão de Direitos do Homem, com mandato trienal que se estende até 31/12/1980; e,

c) Comitê Consultivo sobre Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento (Professor Carlos Chagas), com mandato trienal que se estende até 31/12/1980.

Durante a XXXII Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil foi reeleito para os seguintes órgãos:

a) Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), com mandato trienal que se estende até 31/12/1980;

b) Junta de Desenvolvimento Industrial da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), com mandato trienal que se estende até 31/12/1980;

c) Comitê de Contribuições, com mandato trienal que se estende até 31/12/1980;

d) Comitê de Programa e Coordenação, com mandato de três anos que se estende até 31/12/1980; e,

e) Comissão do Serviço Público Internacional, com mandato de quatro anos, que se estende até 31/12/1981.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS

Energia Nuclear

O Brasil participou da XXI Sessão Ordinária da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica

— AIEA (Viena, Austria, de 26 de setembro a 1° de outubro), bem como das reuniões regulares da Junta de Governadores, da qual é membro desde a criação da Agência. Nessas reuniões, o Brasil reiterou a disposição de manter seus programas no campo nuclear e contou, nesse sentido, com o apoio dos demais países em desenvolvimento, em especial daqueles que já possuem programa nuclear em fase de implementação.

Cumpre salientar que o interesse do Brasil em estar atualizado e sempre informado dos acontecimentos mundiais em matéria de energia atômica ficou patenteado na sua presença constante em reuniões internacionais a respeito, dentre as quais podem-se indicar a Conferência Internacional sobre Transferência de Tecnologia Nuclear (Xiraz, Irã, em abril de 1977), a Conferência Internacional de Energia Nuclear e seu Ciclo do Combustível (Salzburg, Áustria, de 2 a 13 de maio de 1977) e o Encontro de Representantes Governamentais para Consideração do Projeto de Acordo sobre a Proteção Física de Materiais Nucleares (Viena, Áustria, de 31 de outubro a 4 de novembro).

Depois de longo período de desativação, reuniu-se em Caracas, Venezuela, de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1977, o Comitê Especial Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear, cujo Presidente é o Representante brasileiro.

Agricultura e Alimentação

Realizaram-se, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), as III e IV Sessões da Comissão de Política e Programas de Ajuda Alimentar. Nessa última, foi aprovado o Projeto Brasil 2325 — "Educação Nutricional e Alimentação Suplementar para Pré-Escolares no Norte do Brasil" —, que deverá ser desenvolvido em três anos, atendendo 628 mil crianças nos Estados do Amazonas e do Pará, com inversão de recursos provenientes do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da ordem de oito milhões duzentos e trinta e um mil dólares, o que representa, até o momento, a iniciativa mais vultosa do Programa em relação ao Brasil.

A cooperação a ser prestada pelo PMA, além do fornecimento parcelado de 9.845 toneladas métricas de gêneros alimentícios, abrangerá não só a prestação de serviços de

supervisão e assessoria relativos ao manuseio, armazenagem, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, em coordenação com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação e Cultura, mas também a avaliação do projeto para determinar a eficácia da ajuda alimentar e de seus efeitos na produção interna e nos mercados de cereais, peixe, frutas, leite e derivados.

Ainda no âmbito da FAO, o Brasil participou da IV Sessão do Comitê de Fertilizantes, ocasião em que, acompanhando a tendência do Grupo dos 77, aprovou a manutenção do Esquema Internacional de Suprimento de Fertilizantes e apoiou sua transformação em instituição permanente. Foi favorecido, ainda, o desenvolvimento de medidas de caráter internacional voltadas para a estabilização dos preços dos fertilizantes, bem como a fórmula de troca de produtos agrícolas por fertilizantes, considerados ambos em seu preço real de mercado.

No tocante à pesca, o Brasil se fez representar na XI Sessão do Comitê de Pesca da FAO e na Consulta Técnica sobre Indústrias Latino-Americanas de Merluza, onde se procurou fazer com que as decisões adotadas viessem a atender às necessidades e aos interesses do setor nacional pesqueiro e das indústrias processadoras de alimentos pesqueiros.

Durante a 71ª Sessão do Conselho da FAO, o Brasil manifestou-se favorável ao aumento de recursos para o Programa de Cooperação Técnica e para a redução de perdas durante e após as colheitas. Manifestou-se, também, de acordo com a diretriz, proposta pelo Diretor Geral da Organização, de reorientação das atividades da FAO, com forte ênfase na descentralização e nas atividades em nível de país, mais diretamente relacionadas com o incremento da produção agrícola e alimentar nos países em desenvolvimento.

Na 73ª Sessão do Conselho, o Brasil foi eleito para integrar o Comitê de Programas da FAO, de cujas reuniões participará o Representante Permanente do Brasil junto à FAO.

A 19ª Conferência da FAO, realizada em novembro, contou com a participação do Ministro da Agricultura que, em discurso proferido na fase de abertura dos trabalhos, destacou a prioridade concedida ao setor agrícola, refletida na progressão crescente dos recursos destinados à pesquisa e ao crédito rural.

A Delegação brasileira favoreceu a realização, em Buenos Aires, da próxima Conferência sobre Cooperação Técnica en-

tre Países em Desenvolvimento, na qual a FAO deve desempenhar papel ativo. cooperando, por exemplo, na identificação de oportunidade para aplicação da cooperação.

O Brasil participou da 3ª e 4ª Sessões da Comissão Preparatória do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), cujo acordo constitutivo foi assinado, pelo Brasil, em 13 de abril.

Pesca:

Atum e Baleia

O Brasil se fez representar na reunião do Comitê Permanente de Investigação e Estatísticas e à V Reunião Ordinária da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (CICAA), de grande interesse para o setor pesqueiro nacional tendo uma atuação efetiva nos trabalhos de confecção do Projeto de Inspeção Internacional em Portos, que visava complementar as medidas de preservação do atum atualmente em vigor.

O Brasil participou, ainda, da 29ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, quando foram negociadas a divisão dos limites de captura de baleia cachalote entre os países que operam no Hemisfério Sul, e a alocação de quotas de baleia **mink** entre os países que se dedicam à captura dessa espécie.

Epizootias

O Brasil se fez representar nos trabalhos da XLV Sessão Anual do Comitê do Escritório Internacional das Epizootias (EIE), ocasião em que foram debatidos temas relacionados com a situação sanitária dos rebanhos bovinos e a transmissão de doenças por insetos.

Saúde

Na área da saúde, merecem destaque a eleição do Brasil para o Comitê Executivo da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), e nossa participação na Reunião Especial de Ministros de Saúde das Américas, realizada em Washington, de 27 de setembro a 7 de outubro. O Brasil participou da XX-X Assembléia Mundial de Saúde, de 2 a 20 de maio, em Genebra.

Codex Alimentarius

No âmbito do Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) para Padrões Alimentares do **Codex Alimentarius**, o Brasil participou de várias reuniões, dentre as quais cita-se a 13ª Sessão do Comitê de Frutas e Vegetais, a 12ª Sessão do Comitê de Etiquetagem de Alimentos, a 11ª Sessão do Comitê de Aditivos Alimentares, a 23ª Sessão do Comitê Executivo do **Codex Alimentarius**, a 14ª Sessão do Comitê sobre Higiene Alimentar, a 20ª Sessão do Comitê de Pesca e Produtos Pesqueiros, a 9ª Sessão do Comitê sobre Gorduras e Óleos.

Trabalho

No mês de junho, o Brasil esteve presente à LXIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, através de Delegação chefiada pelo Ministro do Trabalho e composta de representantes do Governo, dos Empregadores e dos Empregados, conforme a composição tripartite da Organização Internacional do Trabalho. Na OIT, o Brasil é Membro Titular Governamental do Conselho de Administração, de cujos trabalhos participou ativamente durante as três reuniões regulares realizadas no correr do ano.

Oceanografia

Nas eleições realizadas durante a X Assembléia Geral da Comissão Oceanográfica Intergovernamental — COI, o Brasil apresentou-se novamente como candidato à reeleição para o Conselho Executivo da Comissão, do qual faz parte desde sua criação. Obteve a excepcional votação de 61 votos, em um total de 71, sendo o segundo país mais votado, depois da India e à frente dos Estados Unidos da América, da União Soviética e, na América Latina, da Argentina e da Venezuela. No âmbito da COI, realizaram-se, entre outras, as VIII e IX Sessões do Conselho Executivo, a II Sessão do Comitê de Trabalho para o Estudo Mundial da Poluição no Meio Ambiente Marinho e a já mencionada X Assembléia Geral, nas quais o Brasil se fez representar.

Meteorologia

De 26 de maio a 16 de junho, realizou-se em Genebra, a 29ª Sessão do Comitê Executivo da Organização promovida pela Organização Meteorológica Mundial — OMM. Na oportunidade, foi efetuada uma avaliação dos Programas de Assistência Técnica da OMM, tendo sido examinados diversos aspectos administrativos e aprovado o orçamento da entidade para o exercício de 1978. Entre as atividades de Assistência Técnica programadas para o Brasil, destacam-se a doação de radares meteorológicos para o Instituto Nacional de Meteorologia e a concessão de Bolsas de Estudo a técnicos brasileiros.

Em julho, a Organização Meteorológica Mundial promoveu em Hamburgo, República Federal da Alemanha, a Conferência Técnica sobre Instrumentos e Métodos de Observação, conjuntamente com a 7ª Reunião da Comissão de Observação da OMM, ocasião em que foram examinados aspectos do Primeiro Experimento Global de Pesquisas Atmosféricas e dos equipamentos a serem utilizados no referido Programa.

Realizou-se em agosto, em Maracay, Venezuela, a Reunião Extraordinária dos Diretores de Serviços de Meteorologia, da América Latina, havendo sido traçadas diretrizes para o entrosamento dos referidos serviços.

O Brasil enviou representante, em agosto de 1977, à IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Telecomunicações das Associações Regionais III (América do Sul) e IV (Américas Central e do Norte), dentro do sistema da OMM.

Ainda no âmbito da Meteorologia, realizou-se em outubro, em Genebra, a II Reunião da Planificação sobre Operações de Navios participantes do Primeiro Experimento Global de Pesquisas Atmosféricas (GARP). Compareceu à mencionada reunião representante da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, órgão encarregado de coordenar, no Brasil, as atividades marítimas do GARP.

Em novembro, a OMM realizou, em Genebra, a IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Meteorologia Marinha, quando se examinaram resultados do Programa Conjunto com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental a propósito de estações meteorológicas marítimas.

Ainda em Genebra, teve lugar a 5ª Reunião do Painel Intergovernamental do Primeiro Experimento Global do GARP,

à qual compareceu representante do Instituto Nacional de Meteorologia. O representante brasileiro procedeu à exposição das atividades brasileiras no GARP, particularmente da Comissão Nacional do Programa, integrada por representantes do Instituto Nacional de Meteorologia, do Instituto de Pesquisas Espaciais, da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo e do Ministério das Relações Exteriores.

Cruz Vermelha Internacional

No âmbito da Cruz Vermelha Internacional, o Brasil participou da XXIII Conferência Internacional, na qual foram debatidos os seguintes temas: programa de ação da Cruz Vermelha como fator de paz, papel da Cruz Vermelha na manutenção da paz mundial, e implementação e disseminação das Convenções de Genebra.

Conferência Diplomática sobre Direito Humanitário

O Brasil fez-se representar no IV Período de Sessões da Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos Conflitos Armados. Na ocasião, foram concluídos os trabalhos de redação do Protocolo Adicional à Convenção de Genebra de 1949, relativo à proteção das vítimas de conflitos armados não-internacionais (Protocolo I).

Assuntos Gerais

A Conferência Hidrográfica Internacional, foi realizada em Mônaco, no mês de abril, promovida pela Organização Hidrográfica Internacional e tendo por objetivo avaliação dos programas realizados no campo da Hidrografia — assunto de grande interesse para o Brasil, em razão de seu enorme potencial hídrico.

A Organização Mundial do Turismo fez realizar sua II Assembléia Mundial em Torremolinos, Espanha, de 23 de maio a 1° de junho, na qual o Brasil esteve representado.

Cumpre registrar, finalmente, a participação do Brasil na Assembléia Geral da Interpol (Estocolmo, Suécia, de 1° a 8 de setembro), no XVII Congresso Internacional de Ciências

Administrativas (Abidjan, Costa do Marfim, de 12 a 16 de setembro), na XIX Assembléia Geral da Associação Internacional de Segurança Social (Madri, Espanha, de 04 a 14 de outubro) e no III Congresso Internacional de Direito Registral (Porto Rico, de 27 de outubro a 2 de novembro).

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA COMERCIAL

GATT

1) Negociações Comerciais Multilaterais (NCMs):

Em 1977, as NCMs esgotaram sua fase preparatória e de pré-negociação que se vinham arrastando desde 1973. Os principais parceiros comerciais concluíram, em meados do ano, acordos de procedimento nas áreas de agricultura e de barreiras não-tarifárias que possibilitaram a apresentação, a partir de novembro, de pedidos específicos de concessão naquelas áreas, preparando, destarte, a fase de negociações efetivas de 1978. Paralelamente, os mesmos acordos de meados de 1977 levaram à intensificação das atividades negociadoras na área normativa da NCMs e, tal como previsto, em dezembro textos de hipóteses de negociação ou, em sua maioria, de projetos de códigos foram circulados aos participantes nas NCMs, com as divergências pendentes já identificadas para solução posterior.

A retomada das NCMs, no curso de 1977, deveu-se primordialmente à iniciativa da Administração Carter, que elegeu publicamente o sucesso das NCMs, a curto prazo, isto é, até meados de 1978, como elemento fundamental no combate ao recrudescimento de tendências protecionistas no mundo desenvolvido. A recuperação das taxas de crescimento nos centros industrializados, embora nitidamente desigual, propiciou as condições econômicas objetivas para o acolhimento desta iniciativa. Apesar da cautela demonstrada por CEE e Japão, os norte-americanos obtiveram, primeiro a nível bilateral com aqueles parceiros e, depois, a nível multilateral

em Genebra, decisões que prepararam o terreno para a fase final das NCMs, que deveriam terminar em 1978.

Em conseqüência, já no segundo semestre de 1977 a atividade negociadora acelerou-se em Genebra, não só no plano formal dos diversos Grupos e Subgrupos do Comitê de Negociações Comerciais, mas sobretudo ao nível de consultas bilaterais e plurilaterais entre delegações. Isto porque as referidas decisões de procedimento que romperam o compasso de espera das NCMs significaram, para desencanto dos países em desenvolvimento, um retorno aos procedimentos ortodoxos e bilateralizantes de negociação do GATT. Com efeito, as negociações na área de barreiras ao comércio das NCMs foram iniciadas, em fins de 1977, com base no procedimento tradicional de confrontação bilateral de pedidos e ofertas, não havendo sido logrado acordo multilateral prévio sobre medidas de tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento. Estes países, no entanto, continuaram a defender suas teses principistas neste sentido, visando a obtenção de benefícios adicionais ao final das negociações. Por outro lado, na área normativa, o quadro negociador, no final do ano, incluia, nas diversas subáreas, as diferentes propostas de regras diferenciadas nos novos códigos em negociação, muitas das quais apresentadas pelo Brasil.

O Brasil, em 1977, continuou a participar de praticamente todos os órgãos do Comitê de Negociações Comerciais e acompanhar de perto toda a atividade negociadora em Genebra. Na área de barreiras ao comércio, a posição brasileira, nesta fase, consistiu na defesa de fórmulas de tratamento diferenciado e de procedimentos especiais de negociação que acautelassem os interesses dos países em desenvolvimento, e do Brasil em particular. Como assinalado, porém, a intransigência dos países desenvolvidos mais uma vez levou à tomada de decisões que significam um processo negociador ortodoxo, praticamente despido de elementos multilateralizantes. É bem verdade que certos condicionantes políticos entre os próprios países desenvolvidos tiveram importante papel para a definição do rumo que tomaram em 1977 as negociações. Cumpre observar, por exemplo, que no campo das negociações tarifárias, os países desenvolvidos, por razões internas várias, não conseguiram lograr acordo sobre uma fórmula global, formal, de corte automático, como havia sido o caso na rodada de negociações anterior. Como conseqüência, as decisões processuais, tomadas em 1977, obedeceram a

métodos informais de manifestações de intenção de cada parceiro de realizar determinados cortes tarifários, não havendo lugar, assim, para a adoção de regras diferenciadas de negociação para os países em desenvolvimento.

Na área normativa, por seu lado, a delegação brasileira também se fez presente em quase todos os foros. Nessa área das negociações, as NCMs apresentam progressos desiguais, dependendo da subárea de que se tratar. Assim, as negociações sobre um eventual código de subsídios e direitos compensatórios não ultrapassaram o estágio inicial de discussão de hipóteses de negociação entre os grandes parceiros. Já a elaboração de um código de normas técnicas avançou sobremaneira, restando para sua conclusão a solução de uns poucos tópicos pendentes, embora centrais. Por outro lado, a delegação brasileira dedicou especial atenção aos trabalhos do Grupo de Reforma GATT, criado, em fins de 1976, por iniciativa brasileira. No curso de 1977, as atividades nessa subárea progrediram penosamente, dada a resistência dos países desenvolvidos em aceitar sequer a discussão de reformas do Acordo Geral em favor dos países em desenvolvimento. Por insistência do Brasil, com o apoio dos demais países em desenvolvimento, logrou-se chegar, no entanto, em fins de 1977, a um quadro negociador mais definido sobre o elenco de propostas e de obstáculos à sua execução, elevando-se, assim, a atividade negociadora sobre reforma do GATT ao mesmo nível de avanço substantivo das demais subáreas normativas das CNMs.

2) Outras atividades do GATT:

Acentuando tendências já manifestas nos anos anteriores, as atividades dos órgãos permanentes do GATT sofreram retração, em virtude da aceleração das NCMs. Não obstante, o Brasil seguiu acompanhando os trabalhos de praticamente todos aqueles órgãos, em particular do Conselho de Representantes, órgão central de debate sobre as questões correntes de comércio internacional, e encarregado principal de administrar e executar o Acordo Geral.

Em março, o Conselho prorrogou por mais um ano, isto é, até 31 de março de 1978, a vigência do **waiver** (derrogação de obrigações), concedido ao Brasil em fins de 1975, para cobrir certas retiradas da lista de concessões tarifárias consolidadas do Brasil no GATT — Lista-III — efetuadas através do

Decreto nº 75.772, de 26 de maio de 1975 e de legislação subseqüente. No segundo semestre de 1977 a delegação brasileira iniciou, em Genebra, contatos exploratórios com os principais parceiros afetados pelas retiradas, visando à renegociação destas concessões.

O Brasil acompanhou igualmente as atividades do Comitê de Países Participantes do Protocolo de Negociações Comerciais e entre Países em Desenvolvimento, do qual é parte original. Em 1977, o Comitê prosseguiu esforços para ampliação do Protocolo e efetivou a adesão do Paraguai, sem negociações, com o apoio do Brasil. Por outro lado, seguiu um compasso de espera a possibilidade de realização de uma nova rodada de negociações comerciais entre países em desenvolvimento, membros ou não-membros do Protocolo, em virtude da prioridade atribuída às NCMs. Esta possibilidade permanece na agenda do Comitê, para consideração futura, havendo já o secretariado do GATT sido encarregado de iniciar estudos preparatórios com tal fim.

Assinale-se, ainda, que o Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, Embaixador George Álvares Maciel, exerceu no curso do ano e até a sessão anual das Partes Contratantes do GATT, em novembro, a Presidência das Partes Contratantes, cargo a que tinha ascendido em novembro de 1976.

XXXII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas — II Comissão

A Comissão Econômica e Financeira — II Comissão — da Assembléia Geral das Nações Unidas, adotou elevado número de resoluções e decisões (65 resoluções, das quais 17 aprovadas por voto, e 8 decisões). A principal resolução adotada — resolução 32/174, aprovada por consenso — estabeleceu um Comitê, aberto a todos os membros das Nações Unidas, que terá como mandato:

(a) supervisionar a implementação das decisões e acordos alcançados nas negociações relativas ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional nos foros apropriados do sistema das Nações Unidas;

(b) dar o necessário ímpeto para resolver dificuldades nas negociações e estimular a continuidade de trabalho daqueles órgãos;

(c) servir, quando necessário, como foro para facilitar e agilizar acordos com vistas à solução de problemas importantes; e

(d) explorar e trocar ponto de vista sobre problemas econômicos globais e prioridades.

A referida resolução 32/174, além da criação daquele Comitê, decidiu a convocação de uma Sessão Especial da Assembléia Geral em 1980, com vistas a avaliar os progressos alcançados nos vários foros das Nações Unidas no sentido do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. O principal objetivo da resolução 32/174 foi recolocar o chamado Diálogo Norte-Sul no âmbito universal das Nações Unidas, ao que os países em desenvolvimento — Grupo dos 77 — atribuem alta importância, particularmente face o antecedente recente da Conferência de Paris, quando as referidas negociações transcorreram fora das Nações Unidas e com participação efetiva de apenas 27 países (18 países em desenvolvimento e 9 países desenvolvidos; os países socialistas não participaram da Conferência, sob a principal alegação de não se realizar a mesma no quadro da ONU).

Além da resolução 32/174 e de outras resoluções, bem como das decisões sobre itens que já constam tradicionalmente da agenda da II Comissão foram aprovadas resoluções sobre:

(a) preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia, que se realizará, em Viena, em 1979 — resolução 32/115;

(b) resultados da Conferência de Mar Del Plata sobre Recursos Hídricos, resolução 32/158;

(c) III Conferência das Nações Unidas sobre Industrialização, a se realizar em Nova Delhi, em 1980 — resolução 32/164;

(d) Conferência de Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento, convocada para Buenos Aires, na segunda metade de 1978;

(e) V Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a realizar em Manila, em maio de 1979; e,

(f) Reestruturação dos setores econômico e social das Nações Unidas — resolução 32/197. Por esta resolução, além de medidas voltadas para a reorganização interna daqueles setores, foi criado o cargo de Diretor Geral de Desenvolvimento e Cooperação Econômica Internacional, cuja importância vale acentuar, pois seu ocupante será o funcionário mais

importante nas Nações Unidas após o Secretário Geral. É de se esperar que tal cargo seja ocupado por representante de país em desenvolvimento, provavelmente do continente africano.

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)

O ECOSOC conservou-se praticamente dentro da muito criticada função de mero encaminhamento à Assembléia-Geral das Nações Unidas de decisões submetidas pelos órgãos subsidiários. A única novidade foi a aprovação por consenso, na 63ª sessão do Conselho, de resolução sobre práticas de corrupção, de iniciativa norte-americana, que objetiva a negociação e adoção pelas Nações Unidas de um instrumento internacional na matéria. Tal tarefa deverá desenvolver-se ao longo de 1978, no âmbito do respectivo Grupo de Trabalho do ECOSOC, aberto à participação de todos os Estados-membros das Nações Unidas, com exceção dos países do grupo socialista, que justificam sua ausência como decorrência de "sua falta de responsabilidade" por tais práticas, que atribuem às empresas transnacionais e ao sistema capitalista.

No tocante às atividades em curso nas Nações Unidas sobre a elaboração de um código de conduta para Empresas Transnacionais, prosseguiram os trabalhos a respeito no quadro do Grupo de Trabalho encarregado do assunto e da Comissão de Empresas Transnacionais. Esses trabalhos permaneceram, pela inerente complexidade do exercício, num plano ainda bastante incipiente, não havendo, ainda, um texto de base, ou seja um projeto de código. Acordou-se, apenas, um esboço dos temas principais que um tal instrumento internacional devia abranger, a saber: (1) preâmbulo; (2) definições; (3) princípios relacionados às atividades das Empresas Transnacionais; (4) tratamento dispensado às Empresas Transnacionais; (5) natureza jurídica e alcance do código; e, (6) aplicação. Em 1978, o assunto deverá ser retomado em duas reuniões do referido Grupo de Trabalho e uma sessão daquela Comissão. Espera-se que essas três reuniões resultem em progresso objetivo e produzam um texto básico que dê início às negociações efetivas sobre a questão.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento — UNCTAD

As principais atividades da UNCTAD se relacionaram às

negociações sobre o chamado Fundo Comum vinculado ao Programa Integrado de Produtos de Base, tema que será tratado em outra parte deste relatório.

No tocante a problemas no comércio de produtos manufaturados e semi-manufaturados, a UNCTAD se ocupou de forma relevante das questões do sistema geral de preferências (SGP), das práticas restritivas aos negócios e da elaboração de um código de conduta internacional sobre transferência de tecnologia.

Por ocasião da VII Sessão do Comitê Especial de Preferências, o Brasil fez abrangente intervenção crítica sobre os problemas e deficiências do SGP dos principais países doadores (EUA, CEE e Japão). Quanto às práticas restritivas ao Comércio, prosseguiram os trabalhos do Grupo de Peritos que está negociando um conjunto de diretrizes na matéria, os quais devem ser retomados de forma mais acelerada em 1978.

Finalmente, no tocante à elaboração de um código de conduta sobre transferência de tecnologia, o Grupo de Peritos encarregado dessa questão se reuniu por três vezes, tendo logrado produzir texto consolidando as diferentes posições dos grupos de países participantes para determinados capítulos do projeto de código. No entanto, para outros capítulos não se lograram textos consolidados. De toda forma, apesar do progresso havido, permanecem numerosos pontos em aberto. Para 1978, estão previstas duas outras sessões do Grupo de Trabalho, que objetivarão aplainar as dificuldades existentes e submeter à pertinente Conferência negociadora das Nações Unidas (de 16 de outubro a 10 de novembro de 1978) um texto com o menor número possível de questões controvertidas.

UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

A UNIDO teria como principal tarefa a conclusão dos trabalhos do Comitê **Ad-Hoc** encarregado da elaboração de seus Estatutos como agência especializada das Nações Unidas, o que deveria culminar pela adoção de tais Estatutos por uma Conferência Plenipotenciária das Nações Unidas. Não foi, entretanto, possível concluir tal tarefa, pois, não chegando o Comitê **Ad-Hoc** a um texto acordado, a Conferência foi adiada para fevereiro de 1978. O principal problema, que será examinado diretamente na Conferência, diz respeito

à gestão financeira da UNIDO como agência especializada das Nações Unidas. Insistem os países industrializados que o controle sobre a aplicação dos recursos decorrentes de contribuições nacionais seja exercido pelos países que contribuam com 5% ou mais do orçamento da UNIDO, com o que discordam os países em desenvolvimento, inclusive porque criaria, no sistema das Nações Unidas, precedente indesejável de sérias repercussões.

2. Como de praxe, a UNIDO realizou uma série de reuniões e seminários sobre questões específicas no campo do desenvolvimento industrial, que se inserem, por sua própria natureza, no campo da assistência e cooperação técnica.

O Acordo Multibras do Gatt

Assinado, em dezembro de 1973, e destinado a vigorar por 4 anos, o Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordos Multifibras-AMF) se constituiu em uma vitória dos países exportadores de produtos têxteis, que não eram favoráveis ao trato quase que unilateral, pelos países importadores, das questões referentes às restrições ao comércio de têxteis, dentro do até então vigente Acordo a Longo Prazo sobre o Comércio de Têxteis de Algodão.

Durante os três primeiros anos de vigência, o acordo revelou-se relativamente eficaz, sofrendo evidentemente críticas de lado a lado no que se refere à sua operacionalidade e igualdade de tratamento. O Brasil que, em princípio, não é favorável à existência de acordos limitativos do comércio internacional, aceitou o Acordo Multifibras como uma alternativa às práticas unilaterais eventualmente adotadas pelos grandes importadores do produto.

Foi dentro do quadro geral desse acordo que o Brasil assinou, em 1976, os acordos sobre o comércio de têxteis com a Comunidade Econômica Européia e com os Estados Unidos da América, analisados em outra parte deste relatório.

No mês de dezembro de 1976, de acordo com o previsto no próprio têxto do acordo, procedeu-se, em Genebra, a uma avaliação de seu funcionamento e analisou-se a oportunidade de sua recondução por outro lapso de tempo.

Observou-se, no entanto, forte oposição da CEE à recondução do Multifibras, caso não lhe fosse facultado lançar mão de "afastamentos razoáveis" de alguns dos princípios fundamentais desse instrumento internacional. Tais afastamen-

tos, alegava a CEE, lhe dariam elementos para enfrentar a crise que atravessa o seu setor têxtil, mediante a aplicação de restrições mais severas às importações do que as até então permitidas pelo AMF.

As negociações sobre o futuro do AMF duraram todo o ano de 1977, havendo o Brasil, à frente dos países em desenvolvimento de têxteis, promovido movimento em prol da prorrogação pura e simples do Acordo, sem modificações ou reinterpretações.

Em agosto, em reunião do Comitê Têxtil do GATT, os Estados Unidos da América, até então favoráveis à tese dos países em desenvolvimento exportadores, passaram a apoiar a CEE. Os motivos dessa mudança foram: 1) as crescentes pressões protecionistas internas nos próprios Estados Unidos da América, por parte da indústria e dos sindicatos têxteis; 2) o compromisso com o AMF é elemento importante para que o Governo norte-americano possa evitar ceder a essas pressões; 3) caso insatisfeita, a CEE denunciaria o AMF ou não aderiria à sua prorrogação; 4) isso tiraria força à resistência governamental nos EUA à aplicação de maiores restrições a suas importações e, fechado o mercado comunitário por restrições unilaterais que a CEE passaria a aplicar, as exportações dos países em desenvolvimento se redirecionariam para o mercado norte-americano, e reforçariam os setores protecionistas nos EUA; 5) assim, seria melhor manter vigente o AMF, ainda que com exceção de aplicação de alguns dos seus princípios à CEE. Essa atitude levou a um total impasse no Comitê Têxtil, havendo os EUA e a CEE ameaçado ultrapassar esse Comitê e levar às Partes Contratantes do GATT, diretamente, um Protocolo de Prorrogação que contemplasse os reclamos da CEE.

Terminadas as negociações em Bruxelas entre a CEE e os trinta e dois países em desenvolvimento que lhe fornecem têxteis, voltou a reunir-se o Comitê Têxtil do GATT. Nessa ocasião, o Brasil, assegurado de que seus interesses bilaterais com a CEE no comércio de têxteis estavam cobertos e ante a necessidade simultânea de evitar o Protocolo norte-americano e de manter vivo o AMF, desenvolveu intenso trabalho diplomático que culminou da seguinte maneira: 1) restaurou-se a competência do Comitê Têxtil do GATT para decidir sobre o futuro do AMF; 2) adotou-se, por consenso, no seio desse Comitê, Protocolo de Extensão do AMF que permite aos países importadores os "afastamentos razoáveis" citados

pela CEE, mas que indica claramente que tais países devem evitar tais exceções, que têm estas caráter temporário e que a volta aos princípios tradicionais do AMF deve ser promovida sem demora além de reiterar a competência dos órgãos do AMF, particularmente do Órgão de Vigilância de Têxteis, no julgamento das controvérsias entre países importadores e exportadores de têxteis. O Acordo Multifibras assim prorrogado tem vigência até 31 de dezembro de 1981.

Estados Unidos da América

O Governo brasileiro buscou, em 1977, atenuar o impacto de medidas protecionistas norte-americanas sobre nossas exportações, através de intensa atividade diplomática de acompanhamento, análise e negociação, ao longo dos diversos níveis de formulação daquelas medidas nos órgãos legislativos e executivos norte-americanos. Em particular, procurou-se dar solução a tais questões em reuniões com os responsáveis pela política comercial norte-americana, tal como a IV reunião do Subgrupo Consultivo de Comércio instituído como desdobramento do Memorando de Entendimento Brasil-EUA, realizada em Washington em setembro.

Nesse quadro, pode-se mencionar:

(a) As investigações pela Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos, de queixas de indústria norte-americana, contra a penetração de exportações estrangeiras. A principal decisão nesse setor — negociação com Formosa e Coréia do Sul de acordo com "Organização de mercados" sobre importação norte-americana de calçados — não afetou o Brasil. Por outro lado, a investigação, que inclui o Brasil, sobre os efeitos de exportações de ferrocromo, resultou no encerramento da questão pelo Executivo norte-americano, sem qualquer sanção aos exportadores; e

(b) imposição de direitos compensatórios a exportações brasileiras. Foram aplicadas sobretaxas a nossas exportações de fios de algodão (19,6%) e de tesouras (15,8%).

Ainda no contexto dos problemas bilaterais de comércio, cumpre registrar os esforços permanentes do Governo brasileiro no sentido de obter melhorias no Sistema Geral de Preferências Tarifárias norte-americano. Tanto em gestões bilaterais, quanto nos foros internacionais que se ocupam da matéria (UNCTAD e OEA), o Governo brasileiro manteve estreito contato com autoridades norte-americanas, com vistas

a reduzir as atuais limitações daquele Sistema, no tocante não só à lista de produtos beneficiados, mas também à administração do mesmo.

Outros Países

Com o objetivo permanente de aumentar e diversificar as exportações brasileiras para outros mercados — além dos EUA e CEE —, o Governo brasileiro promoveu gestões e contatos visando atenuar ou eliminar medidas de política comercial adotadas por nossos parceiros comerciais e consideradas prejudiciais aos interesses exportadores brasileiros.

No caso das exportações brasileiras de fios de seda para o Japão, prosseguiram tais gestões e contatos com vistas a uma solução mais eqüitativa e satisfatória. É de esperar que, em 1978 se encontre denominador comum que permita um maior acesso desse produto ao mercado japonês.

Com relação ao **Canadá**, apesar dos esforços brasileiros, foram impostas às exportações brasileiras do produto "ácido hidroxisteárico doze" sobretaxa da ordem de 25%, que, na prática, torna proibitivas as vendas para aquele país. No tocante às exportações de calçados, decisão canadense impôs, a partir de 1° de dezembro, com duração de 3 anos, quota global às mesmas cujo nível correspondeu à média das importações canadenses de calçados no período 1974-76. As autoridades canadenses prosseguem no exame da situação particular das exportações brasileiras do produto para aquele mercado, em especial no tocante a preços. Espera-se que uma decisão final a respeito seja tomada no início de 1978.

Relações Brasil-CEE

As relações Brasil-CEE caracterizaram-se por um acirramento do protecionismo comunitário em relação a produtos importados do Brasil. Destes, vale ressaltar, pela gravidade das medidas visadas, o farelo de soja e os têxteis.

1) **Farelo de soja:** a CEE abriu, no mês de maio, processo de investigação anti-**dumping**/subsídios contra as importações de farelo de soja brasileiro, alegando que os incentivos concedidos pelo governo à exportação desse produto deixam os esmagadores europeus de soja em situação de nítida desvantagem. Apos um longo processo negociador, iniciado em junho, com o envio a Bruxelas de Delegação composta de

representantes do Itamaraty, Fazenda e Agricultura, assessorados por representantes das indústrias brasileiras de derivados de soja, e de uma segunda Delegação de alto nível, foi possível chegar, em novembro, a um acordo com a CEE. Nessas negociações, o Brasil provou que o nível de incentivos era inferior ao alegado pela CEE e que o impacto negativo sobre o esmagador europeu era bem menos importante que o indicado. Todavia, ante a existência real de elementos distorsivos e ante a existência na CEE de dispositivo legal específico que lhe permite adotar medidas defensivas (preenchendo vazio legal deixado nesse campo pelo GATT), o Governo brasileiro optou por uma solução negociada que, no prazo de um ano e em três etapas, elevará o tratamento tributário concedido ao farelo de soja ao nível do que se aplica à soja em grão. Assim, deixou-se de abrir precedente indesejável de aplicação externa de gravames à nossa exportação de farelo, que poderia ser copiada por outros países e estender-se a outros produtos nossos. Adotou-se procedimento que debateu, ao longo de doze meses, por etapas, o incremento tributário, evitando-se impacto súbito sobre o setor.

2) **Têxteis:** desde dezembro de 1976, vinha a CEE indicando, já nas reuniões do GATT sobre o futuro Acordo Multifibras do GATT, que não poderia ater-se aos princípios desse instrumento internacional, porquanto seu setor têxtil vinha enfrentando séria crise. Essa atitude, além de nos afetar em termos de comércio bilateral com a CEE, criou sérias dificuldades na negociação acima mencionada, relativa ao futuro do Acordo Multifibras, indicada em dezembro de 1976 e só terminada, depois de várias rodadas em Genebra, em 14 de dezembro de 1977.

Em agosto, realizou-se reunião, em Brasília, com Representante Especial da Comissão das Comunidades para Negociações Têxteis, com o objetivo de se esclarecerem as reais intenções da CEE. Ficaram claras as posições a que estavam sendo levados alguns Governos europeus, sobretudo os do Reino Unido, França e Itália, em decorrência da insatisfação dos respectivos setores têxteis e sindicatos operários, conduziria a CEE a medidas unilaterais de restrição às importações. Tais restrições se dirigiriam, como sempre, aos países de baixo custo de produção, aos quais a CEE pediria que limitassem suas exportações nos níveis dos respectivos desempenhos em 1976. O Brasil, apesar de globalmente pouco

expressivo em termos de exportações de têxteis em geral para a CEE, está entre seus três maiores fornecedores de fios e tecidos de algodão, justamente os dois produtos de maior sensibilidade na Comunidade.

No encontro exploratório de agosto, a manifestação brasileira ao negociador comunitário foi de que, caso o Governo brasileiro decidisse cooperar e chegar a negociar com a CEE, o resultado final estaria condicionado à contrapartida que o Brasil recebesse em termos de oferta.

Em outubro e novembro, iniciaram-se, em Bruxelas, as negociações definitivas que se estenderam até dezembro, multiplicando-se as dificuldades para um acordo. O Brasil conseguiu fazer prevalecer argumentos de peso, mostrando à Comunidade que uma excessiva limitação afetaria nossa capacidade de importar equipamentos para as indústrias têxteis, balança setorial hoje altamente favorável à CEE, e que 1976, por razões conjunturais brasileiras, fora ano de baixo desempenho, em que não consequíramos preencher as quotas de que dispúnhamos para a maioria dos produtos contingenciados pelo Acordo Brasil-CEE sobre têxteis.

O resultado dessa negociação foi um acordo abrangente, que cobre número maior de produtos do que o anterior, mas a nível globalmente satisfatórios, com as quotas para fios e tecidos de algodão ligeiramente inferiores, para 1978, às que tinha o Brasil em 1977. O novo Acordo tem duração de cinco anos, a partir de 1° de janeiro de 1978.

Acordo de Comércio Brasil-CEE

Assinado em 1973, o Acordo de Comércio Brasil-CEE teria sua vigência terminada em 31 de julho de 1977. Por suas limitações originais, porquanto se destinou a compensar o Brasil por prejuízos decorrentes da adesão do Reino Unido à CEE, esse instrumento, apesar de ter constituído elemento útil de aproximação e diálogo, deixou de ter, com o tempo, qualquer significação maior. Tratava-se, por conseguinte, de buscar acordo mais amplo e ambicioso, inspirado em outros, firmados em data posterior pela própria CEE com alguns países em desenvolvimento como a Índia, a Iugoslávia e o México, e mesmo com um país desenvolvido, o Canadá. Esses acordos adentram já o campo da cooperação econômica, ainda que, em conseqüência das limitações de competência da CEE vinculadas às trocas comerciais.

A busca desse novo instrumento viu-se, no entanto, prejudicada pelos problemas específicos surgidos no campo dos direitos compensatórios e das restrições quantitativas (soja e têxteis particularmente); optou-se, assim, pelo funcionamento automático de cláusula de prorrogação do Acordo de 1973, adiando-se para 1978 sua renegociação em bases novas.

Quanto aos produtos especificamente arrolados no Acordo de 1973 (café solúvel e manteiga de cacau), a atitude brasileira foi de tentar obter, fora do contexto da renegociação do acordo, uma melhoria de tratamento tarifário e de buscar uma reclassificação tarifária para o "chocolate liquor", ainda não produzido por nós na época da negociação do Acordo, em 1973, e hoje de crescente importância como produto de exportação. As sondagens e gestões efetuadas para tais fins não obtiveram maior êxito e nossas reivindicações sobre esses produtos foram transferidas para a área das Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, em Genebra.

Acordo Brasil-EUA sobre têxteis

No mês de março de 1976, foi negociado com os Estados Unidos da América acordo para regular o comércio de têxteis entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Tratou-se antes de adequar o acordo já existente, assinado em 1970, às características de Acordo Multifibras, do que propriamente de estabelecer novas bases para regular o comércio existente. Ainda assim, foi possível obter um incremento global de 19% nas quotas alocadas ao Brasil, as quais, ademais, nunca haviam sido preenchidas em sua totalidade; a maior parte desse aumento global foi alocada às quotas de confecções, que puderam assim, ser elevadas em 42% para o ano acordo 1976/77. Finalmente, atendendo ao eventual crescimento das exportações brasileiras de fios, tecidos e confecções com fibras artificiais, o Brasil obteve compromisso de que nenhuma forma de limitação seria composta, durante a vigência do novo acordo, às exportações brasileiras desses produtos.

Em 1977, a aplicação desse acordo transcorreu sem problemas. Diante da adoção, nesse mesmo ano do novo sistema norte-americano de classificação para os produtos têxteis, fazia-se necessária, no entanto, uma adaptação do Acordo bilateral a tal sistema, obteve, o Governo brasileiro com-

promisso expresso e formal de que tal adaptação teria caráter técnico, sem que qualquer alteração fosse tentada nos níveis do nosso acesso ao mercado dos EUA. Em virtude da intensa ocupação dos setores governamentais e privados brasileiros com as negociações sobre têxteis com a CEE e sobre o futuro do Acordo Multifibras do GATT, aceitaram os EUA proposta no sentido de adiar as consultas para adaptação do acordo para fevereiro de 1978. Nesse sentido, as emendas entrariam em vigor apenas em 1° de abril de 1978, ou seja, no primeiro dia do último ano de vigência do Acordo bilateral, apesar de o novo sistema de classificação norte-americano já entrar em aplicação em 1° de janeiro de 1978 para todos os demais países.

POLÍTICA FINANCEIRA

POLÍTICA FINANCEIRA MULTILATERAL

Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Por ocasião das XXXII Reuniões Anuais das Assembléias de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (Washington, outubro), das quais participou o Brasil, passaram-se em revista as políticas de ajustamento da economia mundial, dando-se nesse contexto, especial ênfase à necessidade de se manterem ritmos de crescimento econômico compatíveis com o controle da inflação. Examinou-se, ainda, a contribuição que as entidades monetário-financeiras internacionais poderiam prestar àquele processo de ajustamento, sobretudo no caso dos países em desenvolvimento.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Participou o Brasil da XVIII Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Guatemala, maio). A presença, pela primeira vez, dos países-membros extra-regionais, admitidos, com apoio do Brasil, por decisão da XVII Reunião Anual (Cancún, México, maio, 1976), indica a possibilidade concreta de maiores disponibilidades de recursos.

Fundo Africano de Desenvolvimento

O Governo brasileiro enviou Delegação à IV Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento (Mauritius, maio, 1977), organismo regional de financiamento ao desenvolvimento dos países africanos, do qual o Brasil é membro-fundador. Na oportunidade, a instituição de crédito examinou as alternativas para aumento dos seus recursos financeiros, com vistas à ampliação de seus programas de assistência ao desenvolvimento. O Brasil indicou sua disposição de cooperar nesse sentido.

Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional

A Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional (CCEI), que contou com a participação brasileira em todas as fases, encerrou seus trabalhos, em julho de 1977, em Paris, em encontro de nível ministerial. A CCEI examinou diversos esquemas de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nos campos de produtos de base, comércio, desenvolvimento e finanças.

Grupo de Coordenação da Cooperação Econômica ao Caribe

A Conferência sobre a constituição de um grupo de Coordenação da Cooperação Econômica ao Caribe (Washington, dezembro), contou com a participação brasileira, foi promovida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). Foram examinados aspectos institucionais e operativos para melhor coordenação e maior eficiência dos aportes financeiros e técnicos ao desenvolvimento dos países do Caribe.

POLÍTICA FINANCEIRA BILATERAL

Cooperação Econômica com o Irã

O estreitamento e diversificação das relações econômico-comerciais do Brasil com o Irã teve apreciável impulso durante o ano, com o início da implementação de um programa de cooperação delineado no âmbito da Comissão Mista Minis-

terial de Cooperação Econômica e Técnica, o qual cobre os setores agrícola, industrial, comercial, de serviços e financeiros. Segundo tal programa, como contrapartida ao aumento das aquisições brasileiras de petróleo no Irã, este país adquirirá bens e serviços nacionais, além de investir no Brasil montantes expressivos. Um Acordo Comercial, concluído entre os dois Governos, em Brasília, a 22 de junho de 1977, deverá compor o quadro institucional em que processará o incremento do intercâmbio brasileiro-iraniano.

Fundo Saudita de Desenvolvimento

Foram estabelecidos entendimentos com o Fundo Saudita de Desenvolvimento, que conduziram, em iniciativa pioneira, a canalização de recursos para o financiamento de projetos de desenvolvimento sócio-econômico considerados prioritários pelo Governo brasileiro.

Rede bancária brasileira no exterior

Foram tomadas diversas iniciativas conducentes à expansão, no exterior, da rede bancária brasileira, fator de dinamização das relações entre o Brasil e diversos países.

Dupla Tributação

Negociações com os Governos do Canadá, da Itália e Noruega culminaram na elaboração dos textos definitivos, rubricados a nível técnico, das Convenções a serem concluídas com aqueles países para evitar a dupla tributação da renda. No caso da Noruega, um novo texto irá substituir o Acordo existente.

Com o Governo do Reino Unido, nova rodada de negociações logrou criar condições para que as partes prossigam entendimentos com vistas à conclusão de Acordo sobre a mesma matéria.

PRODUTOS DE BASE

Café

Permaneceram favoráveis as condições do mercado e não foi necessário durante o ano implementar as cláusulas eco-

nômicas do III Acordo Internacional do Café. Não obstante, a Organização Internacional do Café continuou a servir como foro precípuo para a troca de opiniões entre os países produtores e consumidores, tendo também o cuidado de aprimorar o sistema de Certificados de Origem e os mecanismos de coleta e divulgação de informações estatísticas. Iniciou-se, ainda, a consideração do estabelecimento de um estoque regulador internacional do produto, e da revisão dos preços que acionarão a imposição das quotas, caso as condições do mercado o exijam, no futuro.

No mês de dezembro, como parte dos festejos comemorativos dos 250 anos de introdução do café no País, a Junta Executiva da Organização reuniu-se no Brasil, ocasião em que os representantes estrangeiros puderam verificar, **in loco,** os esforços realizados pelo Governo brasileiro para recuperar as áreas atingidas pelas geadas de 1975.

Durante o ano, foram igualmente mantidos entendimentos regulares com outras nações produtoras, de que é exemplo o Acordo de Manaus, celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café e a Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia, com vistas à comercialização ordenada dos cafés de ambos os países.

Açúcar

Sob os auspícios da UNCTAD, foi concluído em outubro, com a participação do Brasil, o Acordo Internacional do Açúcar, após intensas negociações que envolveram dezenas de países exportadores e importadores. Esse Acordo, com vigência de cinco anos, baseia-se num sistema de quotas de exportação e tem por objetivo estabilizar as cotações do produto numa faixa de 11 a 21 centavos de dólar por libra-peso. Com relação ao convênio de 1968, o novo instrumento apresenta importantes inovações, dentre as quais se destaca a criação de um fundo para o financiamento de estoques a serem mantidos pelos países exportadores.

Em nível regional, prosseguiram os esforços de cooperação no seio do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), com especial ênfase nos campos de comercialização externa e do intercâmbio tecnológico.

Cacau

Após negociações entre países produtores e consumidores, foi revista e alterada, conforme prevê o artigo 29 do Acordo Internacional do Cacau, a faixa de preços de referência de 39 a 55 para 65-81 centavos de dólar a libra peso. A atuação brasileira muito contribuiu para a fixação da nova faixa. Após essa revisão, os Governos de países que ainda não ratificaram o Acordo deverão fazê-lo de forma a permitir que o mesmo entre em vigor de forma definitiva. No seio da Aliança dos Produtores de Cacau, o Brasil, a exemplo do que tem ocorrido em anos anteriores, marcou sua presença por uma participação sempre voltada para a coesão entre os países produtores.

Prevaleceram altos preços no mercado internacional durante todo o ano de 1977, o que, por um lado favoreceu a posição negociadora dos países produtores no sentido de elevar a faixa de preços e, por outro lado, colocou esses países em situação confortável em relação aos mecanismos econômicos do Acordo.

Pesca

Os quatro acordos sobre pesca de camarão que o Brasil mantinha com Trinidad-e-Tobago, Suriname, Barbados e Estados Unidos da América, foram renovados, em 1977, e expiraram em 31 de dezembro desse mesmo ano. Eram acordos do tipo "cessão de área de pesca", previam autorizações, a título oneroso, para embarcações daqueles países operarem nas águas territoriais do Brasil para a pesca de camarão. Segundo novas normas e diretrizes fixadas pelo Governo brasileiro, esses acordos não serão renovados nem prorrogados, mas substituídos por outros, que prevejam o estabelecimento de empreendimentos conjuntos entre o Brasil e os países interessados. O Itamaraty notificou disso os Governos dos países acima mencionados e propôs o estabelecimento de negociações para a conclusão de convênios do novo tipo.

Algodão

Realizaram-se, em Seul, em outubro de 1977, a XXXVI Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Al-

godão e a XXXI Assembléia-Geral do Instituto Internacional do Algodão. Nessas reuniões, que contaram com a participação do Brasil, além dos assuntos ligados à administração daqueles organismos e do exame da conjuntura internacional do algodão, foi discutida a idéia de criação do **Cotton Development International** (CDI).

Realizou-se, em Genebra, a I Reunião Preparatória sobre Algodão do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD. Nessa reunião, foram examinadas medidas passíveis de serem adotadas em âmbito multilateral, relativas, entre outros aspectos, à estabilização do curso do algodão no mercado internacional. O CDI foi também um dos temas discutidos nesse foro.

Carne

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura realizou em Roma, de 5 a 8 de dezembro, a VII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carnes, em prosseguimento à tarefa de avaliação das disponibilidades e necessidades do mercado internacional do produto.

Os resultados dessa reunião se materializaram em um documento que descreve a situação geral do mercado em termos de um modesto incremento tanto na produção quanto ao consumo de carnes, com um aumento de aproximadamente 2%, em cada caso, sobre as cifras correspondentes a 1976.

Trata-se, no entanto, de quantitativos globais, de vez que houve uma ligeira redução na produção de carnes bovina e ovina, redução mais do que compensada pelo substancial aumento na produção de carne suína e de aves.

A conjuntura internacional refletiu-se no Brasil que, em 1976, exportou cerca de 77.000 toneladas e, em 1977, aproximadamente 110.000 toneladas de carnes, em decorrência do aumento do consumo e da ligeira recuperação dos preços.

Trigo

Em virtude de prejuízos causados por adversidades climáticas, a safra brasileira teve seu volume diminuído para 2 milhões de toneladas. O Conselho Internacional do Trigo prevê que as importações brasileiras, para 1978, deverão elevar-se a 4.4 milhões de toneladas comparadas com 3.1 milhões neste ano.

Realizou-se em Londres, em julho, a 80ª Sessão do Conselho Internacional do Trigo. Na ocasião, foi apresentado um documento com previsões referentes às disponibilidades e demanda mundiais de trigo, tendo ficado decidida a realização de mais duas reuniões do Grupo Preparatório com vistas a um novo Acordo Internacional do Trigo.

Oleaginosas

Realizou-se em Roma, em março, a XI Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Na reunião, discutiu-se a situação do mercado de Oleaginosas, com ênfase na problemática da soja, de maneira a permitir a identificação de tendências para o período de comercialização de 1977/78, bem como a formulação de recomendações para os países produtores e consumidores, com vistas à estabilização do mercado.

Outros Produtos

Com referência a outros produtos primários, o Brasil participou de várias reuniões no âmbito da FAO e da UNCTAD sobre fibra duras, madeiras tropicais e borracha.

Fundo Comum de Produtos de Base

Pela Resolução nº 39 (IV) da UNCTAD, adotada na Reunião de Nairobi, em maio de 1976, foi decidido, no quadro do Programa Integrado de Produto de Base, tomar medidas para a negociação de um Fundo Comum — cujo principal objetivo seria, em princípio, financiar a constituição de estoques reguladores e, ou outras medidas. Para esse fim, foram realizadas, em Genebra, respectivamente em março e novembro de 1977, a 1ª e a 2ª Sessões de Conferência Negociadora, abertas a todos os membros da UNCTAD. O Brasil participou das duas reuniões, nas quais ainda não foi possível chegar a qualquer acordo quanto à própria concepção do Fundo.

Energia nuclear

O evento internacional mais significativo, durante o ano

de 1977, foi a Conferência sobre Energia Nuclear e seu Ciclo do Combustível, realizada em Salzburgo, de 2 a 15 de maio, sob os auspícios da Agência Internacional de Energia Atômica. Numerosos países enviaram representantes, inclusive o Brasil. Todos os aspectos importantes do emprego da energia nuclear foram aí discutidos por especialistas no assunto, entre os quais cientistas, homens de negócio e representantes governamentais.

Por iniciativa dos Estados Unidos, foi iniciado um estudo denominado Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear (INFCE), cuja conferência organizadora foi realizada em Washington, em outubro. Um total de 43 países, inclusive o Brasil, participa do INFCE, cujo programa de trabalhos deverá estender-se dois anos. As principais condições de participação, refletidas no comunicado final da Conferência, foram as seguintes: 1) os programas nucleares nacionais não seriam afetados; 2) tampouco o seriam os acordos e convênios internacionais em vigor sobre cooperação nuclear; e, 3) não haveria compromissos com os resultados do estudo.

No plano bilateral, continuou a se desenvolver normalmente a cooperação entre o Brasil e a RFA, com a execução dos contratos comerciais assinados em decorrência do acordo bilateral.

A inauguração da primeira unidade da Central Nuclear de Angra dos Reis (comparada à Wastinghouse norte-americana) foi adiada para 1978. Para o suprimento de combustível nuclear para os três reatores dessa central, a situação é a seguinte: I) a primeira unidade operará com elementos combustíveis contendo urânio enriquecido pela Administração de Pesquisa e Energia norte-americana (ERDA), em virtude do acordo de cooperação nuclear Brasil — EEUU de 1972 — em novembro, o Governo norte-americano comunicou ao Governo brasileiro ter feito recomendação favorável à Comissão Reguladora Nacional (NRC — entidade independente do Executivo) no sentido de ser autorizada a exportação dos mencionados elementos combustíveis; II) quanto às unidades II e III, o Brasil desistiu de obter combustível dos Estados Unidos da América, devido a delongas, incertezas e mudanças de legislação sobre assuntos nucleares ocorridos naquele país. Em setembro de 1976, a NUCLEBRÁS assinou contrato de fornecimento de serviços de enriquecimento de urânio com a companhia trinacional URENCO (integrada por Grã-Bretanha, Países Baixos e RFA) e no correr do ano, foram

mantidos diversos entendimentos entre o Brasil e esses países sobre as condições para a efetivação dos referidos serviços.

Petróleo

Durante o primeiro semestre de 1977, os produtores de petróleo integrantes da OPEP não conseguiram superar as divergências ocorridas na conferência geral de Doha, em dezembro de 1976, de modo que continuaram a vigorar dois preços, sendo o mais baixo praticado pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes Unidos e o mais alto pelos demais integrantes daquela Organização. Em julho, os preços foram novamente unificados, o primeiro preço foi elevado de 5% para 8% e o segundo reduzido de 10% para 8% em relação ao preço da OPEP de dezembro de 1976. Na conferência geral da Organização, realizada em dezembro de 1977, em Caracas, prevaleceu a opinião da Arábia Saudita no sentido de não ser tomada, temporariamente, qualquer decisão sobre o novo aumento de preços.

No plano bilateral, a Petrobrás assinou novos contratos de risco com várias companhias estrangeiras e continuou a negociar com países exportadores, com vistas a obter diversificação das fontes de suprimento do produto.

Minérios

As atividades relacionadas com minérios devem ser encaradas, no âmbito multilateral, dentro da perspectiva global do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, criado por ocasião da IV UNCTAD em Nairobi, cuja meta é alcançar acordos internacionais sobre os dezoito produtos de maior peso nas exportações dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, no setor de minérios, realizaram-se em 1977, com a participação brasileira reuniões sobre cobre, minério de ferro, manganês e fosfatos. No que se refere ao cobre, após 8 reuniões intergovernamentais (Grupo de Peritos e Reuniões Preparatórias), decidiu-se a criação de um foro intergovernamental de consultas consumidor-produtor. O grupo deverá realizar estudos que permitam um melhor conhecimento do mercado mundial de cobre, bem como outros relativos a uma possível negociação de um acordo internacional sobre o produto.

Quanto as reuniões referentes a minério de ferro, fosfatos e manganês, decidiu-se a continuação dos estudos a nível técnico sobre a factibilidade de arranjos internacionais sobre os produtos em apreço, baseados em estoques reguladores e em uma faixa de preços máximo e mínimo.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transporte Terrestre

Foram as seguintes as atividades relativas ao transporte internacional terrestre:

8ª. Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC). (Brasília, 9 a 12 de maio). No encontro foram examinados os seguintes assuntos: Habilitação de Dionísio Cerqueira-Bernardo Igrigoyen como ponto de fronteira; identificação e análise dos problemas resultantes da não-coincidência das respectivas legislações sobre preços e dimensões de veículos; tráfego entre o Brasil e terceiros países, em trânsito pelo território argentino; projeto brasileiro de acordo sobre assistência médico-hospitalar para tripulantes; transferência de divisas; estabelecimento de linhas para o transporte de passageiros e aspectos operacionais.

9ª. Reunião de Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (Buenos Aires, 23 a 25 de agosto). Foram adotadas decisões sobre tráfego bilateral em trânsito por terceiros países e utilização de freteiros no sistema.

I Reunião dos Organismos de Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre Brasil-Chile (Rio de Janeiro, 4 a 5 de julho). As decisões mais importantes foram relativas ao transporte em trânsito por terceiros países.

VIII. Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transportes dos Países do Cone Sul (Mar del Plata, 10 a 12 de novembro). As principais decisões versaram sobre modificações ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre. Foram, outrossim, examinadas questões relativas ao transporte multimodal internacional. No encontro foram exa-

minados os seguintes assuntos: Habilitação de Dionísio Cerqueira-Bernardo Irigoyen como ponto de fronteira; identificação e análise dos problemas resultantes da não-coincidência das respectivas legislações sobre pesos e dimensões de veículos; tráfego entre o Brasil e terceiros países, em trânsito pelo território argentino; projeto brasileiro de acordo sobre assistência médico-hospitalar para tripulantes; transferência de divisas; estabelecimento de linhas para o transporte de passageiros e aspectos operacionais.

IIª. Reunião dos Organismos de Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre Brasil-Paraguai (São Paulo, 15 e 17 de junho). Foi adotado um documento único para veículos de empresas habilitadas, e examinada proposta de criação de um Comitê Permanente de Fronteira Foz do Iguaçu-Presidente Stroessner.

Reunião de Consulta sobre Transporte Internacional Terrestre em Trânsito por Terceiros Países. (Brasília, 19 a 21 de outubro). Participaram da Reunião delegações dos países signatários do Convênio de 1966 (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai). No encontro foram discutidos os seguintes temas: transporte em trânsito por terceiros países justa compensação; fixação de percursos e itinerários no transporte internacional; emprego de veículos de terceiros no sistema.

Transportes Aéreos

No âmbito aeronáutico, destacou-se a realização da XXII Seção da Assembléia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), durante a qual o Brasil foi reeleito para o Conselho da Organização, no Grupo I, com 108 votos dos 119 Estados presentes. O Brasil foi, ainda, eleito para a Comissão de Navegação Aérea — a mais importante da OACI — por votação unânime dos membros do Conselho.

No plano bilateral, foram negociados acordos sobre transportes aéreos com a República Popular de Angola e a República Federal da Nigéria, bem como realizadas conversações informais e reuniões de consulta entre autoridades aeronáuticas, para rever e atualizar diversas normas operativas do intercâmbio com alguns países com os quais mantemos acordos sobre transportes aéreos.

Realizaram-se em Buenos Aires, em fevereiro, comemorações aeronáuticas informais com a Argentina, com a finalidade de estudar aspectos do transporte aéreo de interesse

comum, e preparar subsídios às delegações dos dois países à Reunião de Consulta programada para o mês de março seguinte.

VIII Reunião de Consulta sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Argentina.

Realizada no Rio de Janeiro, em março, teve por objetivo a revisão do Anexo e do Quadro de Rotas previstos no Acordo assinado em 1948. Foi assinado memorando de entendimento atualizando diversos pontos relacionados com sobrevôo, freqüências e capacidade, escalas, prolongamento de serviços, tráfico acessório, direitos de tráfico e serviços não regulares de transporte de carga.

IV Reunião de Consulta Brasil-Portugal.

Realizada no Rio de Janeiro, em maio, a IV Reunião de Consulta Brasil — Portugal reafirmou a inteira validade da política estabelecida no campo das relações aeronáuticas entre os dois países e, em conseqüência, estabeleceu um memorando de entendimento consolidando diversos itens de interesse comum, entre os quais: bases para exploração do tráfico luso-brasileiro; tráfico com destino a, ou proveniente de, terceiros países; cooperação entre empresas e revisão do Anexo e do Quadro de Rotas previstos no Acordo assinado em 1946.

V Reunião de Consultas Aeronáuticas entre o Brasil e o Peru

Delegações dos dois países reuniram-se no Rio de Janeiro em agosto e, após examinarem diversos itens relacionados com a execução do Acordo sobre Transporte Aéreo que rege as relações aeronáuticas entre os dois países, concordaram em estimular as iniciativas e entendimentos por parte das respectivas empresas transportadoras.

Transportes Marítimos

De conformidade com o Decreto nº 78.986, de 21 de dezembro de 1976, foram estendidos aos exportadores brasileiros, que embarcam suas mercadorias em navios de países com os quais o Brasil mantém Acordo sobre Transporte

Marítimo, com cláusula de divisão de carga, os incentivos já outorgados pelo Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969, aos exportadores brasileiros que embarcam suas mercadorias em navios de bandeira brasileira — sob a condição de que a empresa de navegação estrangeira seja autorizada pelas Partes Contratantes a operar naquele tráfego.

Como a República Federal da Alemanha não havia assinado Acordo sobre Transporte Marítimo com o Brasil, as autoridades marítimas daquele país manifestaram o propósito de obter os benefícios concedidos pelo Decreto 78.986. Foram assim realizadas negociações e em 28 de abril, em Brasília, foi assinado um Acordo sobre Transportes Marítimos, em nível técnico. Por sugestão da Delegação alemã, foi realizada nova reunião em Hamburgo, em setembro, na qual se prosseguiu no exame da matéria.

Com os Estados Unidos, o único documento regulador das relações de transporte marítimo com o Brasil é o **Equal Access Agreement**, assinado em 7 de março de 1970 e renovado em janeiro de 1971, março de 1972 e maio de 1973. A Superintendência Nacional de Marinha Mercante — SUNAMAM — baseada nesse documento estendeu, aos exportadores brasileiros que transportam suas mercadorias nos navios das companhas norte-americanas **Delta Steamship Lines Inc.**, **Moore Mc Cormack Lines Incorporated** e **Prudential Lines Inc.**, os benefícios fiscais do Decreto 78.986. Em 31 de dezembro de 1977, expirou o prazo de validade do referido ajuste e, portanto, já em outubro, era apresentado à Embaixada norte-americana em Brasília projeto de acordo sobre transporte marítimo a ser assinado entre os dois países, a fim de que as companhias de navegação norte-americanas citadas pudessem continuar a beneficiar-se da Resolução 5.216 da SUNAMAM. Nessas condições, uma Delegação do Governo brasileiro viajou a Washington em novembro, com o objetivo de negociar o mencionado Acordo. O Governo estava ainda preparado para discutir o assunto e ajuste então em vigor até 31 de dezembro de 1980. A SUNAMAM concordou com a prorrogação até aquela data.

Entraram em vigor os Acordos sobre Transporte Marítimo com a Polônia e com a Romênia.

De acordo com o item 3 do artigo XIV do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e a França, foi realizada a segunda reunião informal de sua Comissão Mista, em Paris, no mês de outubro.

Realizou-se, em Brasília, em julho, a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru.

Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — IMCO

No âmbito da IMCO, o Brasil participou da Conferência Internacional Sobre Segurança de Pesqueiros, realizada em março, em Torremolinos. Foi elaborada Convenção Internacional sobre a matéria, assinada pelo representante do Brasil, **ad referendum** do Congresso Nacional.

Quanto às convenções de que a IMCO é a depositária, o Brasil ratificou, no ano de 1977 a de Facilitação para o Transporte Marítimo Internacional, e adotou as emendas à Convenção Constitutiva da Organização constantes da Resolução 358, assim como as emendas à Convenção Internacional Sobre Linhas de Carga adotadas em novembro de 1975 pela OMCI. Finalmente, foi promulgada, por decreto de agosto, a Convenção sobre o Regulamento Internacional para evitar Abalroamentos no Mar, de 1972.

Comunicações

Realizou-se, no Rio de Janeiro, em dezembro, a VII Reunião do Comitê Diretivo permanente da Conferência Interamericana de Telecomunicações (COM/CITEL), que decidiu o adiamento, **sine die**, da transformação da CITEL em organismo especializado da OEA, tendo em vista, sobretudo, problemas financeiros da Organização. O Brasil participou da 32a. Sessão do Conselho de Administração da União Internacional de Telecomunicações (UIT), tendo sido o Delegado do Brasil eleito para a presidência do órgão, em um mandato que se prolonga até a próxima reunião, em maio de 1978. Nessa Sessão do Conselho, ademais da preparação para a Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações, de 1979, decidiu-se destinar os "Fundos de Intervenção a disposição do Conselho" para as necessidades de Cooperação Técnica, o que significou uma vitória dos países em desenvolvimento, uma vez que a cooperação técnica não é prevista como finalidades dos fundos da UIT. O Brasil participou, também, da Sessão de 1977 do Conselho Executivo da União Postal Universal (UPU).

Foi promulgada, pelo Decreto nº 79.159, de 24 de janeiro de 1977, a Convenção Internacional de Telecomunicações de Málaga-Torremolinos, de 1973, da UIT.

Foram denunciados o Acordo Luso-Brasileiro sobre normas específicas de tarifação para a correspondência postal permutada entre os dois países, e o Convênio Especial de Tráfego Mútuo Telegráfico e Radiotelegráfico entre o Brasil e a Bolívia.

Foi adotado novo texto-padrão para os acordos a serem firmados pelo Brasil de conformidade com o Regulamento de Radioamadorismo da Convenção Internacional de Telecomunicações. Já com essa nova redação, foi firmado acordo com o Uruguai, estando em tramitação acordos com a Argentina, França, Japão e Itália.

PROMOÇÃO COMERCIAL

SUBPROGRAMAS

Informação Comercial

O Subprograma de Informação comercial tem por objetivo divulgar, no Brasil e no exterior, informações de apoio à expansão das exportações brasileiras. Em 1977, esse Subprograma continuou a ser estruturado em 4 (quatro) Projetos, que visam a fornecer ao exportador brasileiro, atual ou potencial, informações sobre os diversos fatores intervenientes nas operações de exportação, bem como a informar o importador, atual ou potencial, sobre as oportunidades de negócios no Brasil. São eles:

1. Projeto Sistema de Informações Comerciais;
2. Projeto Publicações;
3. Projeto Documentação Comercial;
4. Projeto Levantamento de Informações de Mercado.

O Sistema de Informações Comerciais (SIC) tem como veículos, **nos postos no exterior — DPR,** os Boletins de Oportunidade Comercial (BOC), de Oportunidade em outros países — que não os de localização dos postos seus emissores (BOP), de Concorrência Pública (BCP), de Informação de Projeto (BIP), de Reclamação Comercial (BRC), de Informação Comercial (BIC), de Pedido de Informação Cadastral (PCA), de Informação de Mercado (BIM), de Envio de Publicações (BEP), de Regulamentação de Comércio Exterior (BRE). **No sentido DPR/Postos,** são empregados os Boletins de Pedido de Informação Comercial (PIC), de Pedido de Informação Cadastral (PCA), Pedido de Regulamentação de Comércio Exterior (PRE), Pedido de Informação sobre Reclamação

Comercial (PRC), Pedido de Envio de Publicação (PEP) e Guia de Remessa de Publicação (GRP).

No que se refere ao Projeto de Publicações, em 1977, foram publicados os números 34 a 39 da revista "Comércio Exterior", com uma tiragem total de 120.500 exemplares.

A lista de seus destinatários está sofrendo profunda revisão, a fim de dirigi-la, cada vez mais, a leitores com real capacidade de promover exportações. Além da tiragem mencionada, vem sendo implantado, gradativamente, a partir de 1977, sistema de assinaturas para parte da edição da revista "Comércio Exterior" e seu Boletim.

O Boletim da revista "Comércio Exterior", lançado em abril de 1976, visa divulgar, quinzenalmente, informações de primeira mão recebidas diariamente dos postos no exterior.

A partir de 30 de novembro de 1977, o Boletim da revista "Comércio Exterior" passou a ter, como encarte, um "Caderno de Projetos", que resultou da necessidade de divulgarem projetos de investimentos futuros em outros países, ainda em estágio de maturação e que, por isso, carecem dos elementos específicos que permitam a emissão de Boletins de Concorrência pública.

Com relação à coleção "Estudos e Documentos de Comércio Exterior", em 1977, foram publicados 130 títulos, com tiragem global de 116.000 exemplares, distribuídos nas seguintes séries: "Mercado para o Brasil — Estudos Especiais", 128 títulos e 109.000 exemplares; "Diversos", 02 títulos e 7.000 exemplares. Também em 1977, foi criada a versão da revista "Brasil Comércio e Indústria" em língua espanhola. Essa versão, editada no Brasil, já conta com seis números naquele ano, com uma tiragem de 20 mil exemplares por edição.

Em 1977, o Centro de Documentação Comercial (CDC), da Secretaria de Estado, recebe um total de 8.612 publicações especializadas, das quais 112 livros, 493 folhetos, 100 obras de referência, 7.907 periódicos. O Registro dessas publicações foi publicado em 52 números do Boletim Bibliográfico, que circulou em firmas exportadoras, repartições no exterior e diversos setores da SERE.

Intensificou-se a remessa de publicações aos postos, a fim de provê-los dos documentos indispensáveis à sua permanente atualização em matéria de economia e comércio exterior brasileiro. Foram remetidas, no total, 153.997 publicações às Unidades no exterior.

Deu-se ênfase especial ao Setor de Legislação de Comércio Exterior, o qual conta atualmente com relações atualizadas de tarifas aduaneiras de cerca de 80 países, além de preparar também matérias bimestrais sobre o assunto para a revista "Comércio Exterior".

Quanto ao Projeto Levantamento de Informações de Mercado, em 1977, entrou em execução o **Subprojeto de Organização e Reestruturação da Seção de Informação de Mercado**, cujos objetivos são aperfeiçoar e agilizar os métodos de trabalho da Seção de Informação de Mercado. Foram implementados, no ano que passou, o aperfeiçoamento do sistema de padronização da correspondência da Seção, a unificação das informações de produtos e a racionalização do sistema de arquivamento.

Mostras e Turismo

O Subprograma de Mostras e Turismo tem por objetivos promover o contacto direto de potenciais consumidores e importadores estrangeiros com os bens e serviços e respectivos fornecedores brasileiros, a fim de induzi-los a efetuar compras no Brasil, e apoiar esforços de intensificação dos fluxos de turismo para o País.

Em 1977, foram realizadas um total de 85 mostras em 40 países, entre feiras e exposições. A distinção entre **feiras** (mostras com participação de mais de um país), e **exposições** (mostras exclusivamente de produtos brasileiros) é convencional e foi adotada no MRE por imperativos de ordem prática.

Os princípios que nortearam a elaboração do programa de mostras para 1977 foram os seguintes:

a) continuidade de esforços promocionais em áreas de comércio tradicional com o Brasil;

b) concentração de recursos em áreas de maior potencialidade comercial;

c) tentativa de penetração comercial em áreas não tradicionais; e

e) experiência, no que tange a feiras e exposições, adquirida através de participações anteriores.

Segue-se a relação de mostras em que houve participação oficial brasileira:

I — Feiras e Exposições a Cargo da Secretaria de Estado, com exibição de produtos

— Mostras Gerais

• Nas Américas

Exposição Industrial Brasileira em Montevidéu
Exposição Industrial Brasileira em Paramaribo
Feira Internacional do Equador (Guaiaquil)
Feira Internacional de Cochabamba
Feira Internacional de Santiago
Feira Internacional da Guatemala
Exposição Industrial Brasileira em Assunção
Feira Internacional do Pacífico (Lima)

• Na África e no Oriente Médio

Feira Internacional de Maputo
Feira Internacional de Nairóbi
Feira Internacional de Trípoli
Feira Internacional de Teerã
Feira Internacional de Argel
Feira Internacional de Bagdá

Mostras Especializadas

• Nas Américas

Feira de Ferragens de Toronto
Feira de Calçados de Montreal

• Na Europa

Exposição Brasileira de Bens de Consumo Duráveis (Colônia)

Mercado Mundial da Alimentação — ANUGA (Colônia)
Semana Internacional do Couro (Paris)
Feira da Construção Naval — NOR-SHIPPING (Oslo)

II — Feiras e Exposições a cargo dos postos com exibição de produtos

Mostras Especializadas

• Na América do Norte

Salão Internacional do Brinquedo	SECOM Nova Iorque
Salão **Premium Show**	SECOM Nova Iorque
Salão Internacional de Artigos de Couro	SECOM Nova Iorque
Salão de Roupas de Cama, Mesa, Banho e Cozinha	SECOM Nova Iorque
Salão da Confecção Feminina	SECOM Nova Iorque
Salão Nacional de Mercadorias	SECOM Nova Iorque
Salão Internacional de Artigos Esportivos	SECOM Nova Iorque
Salão Internacional de Hotelaria	SECOM Nova Iorque
Salão da Moda p/ Boutique	SECOM Los Ângeles
Salão de Artigos do Lar	SECOM Los Ângeles
Salão Auto-Expo 77	SECOM Los Ângeles
Salão de Presentes da Califórnia	SECOM Los Ângeles
"Booth-o-Rama 77"	SECOM Los Ângeles
Salão Nacional dos Artigos Esportivos	SECOM Los Ângeles
Feira de Comércio Internacional	SECOM Atlanta
Salão de Artigos Esportivos do Sudeste	SECOM Atlanta

• Na Europa

Salão da Indústria de Móveis — ITERZUM	SECOM Colônia
Salão de Artigos Esportivos e Móveis para jardim — SPOGA	SECOM Colônia
Salão da Moda Feminina — IGEDO	SECOM Colônia
Salão da Indústria Brasileira (junho)	SECOM Moscou
Salão da Indústria Brasileira (dezembro)	SECOM Moscou
Salão Nacional e Internacional do Calçado	SECOM Estocolmo
Salão do Calçado	SECOM Oslo

Salão Internacional de Iguarias Finas — DELEX 77	SECOM Londres
Salão Internacional da Decoração — DECOR 77	SECOM Londres
Salão Internacional da Moda Masculina — MAB 77	SECOM Londres
Exposição do Esporte e Lazer — ISLE 77	SECOM Londres
Exposição de Têxteis de Uso no Lar — DACTEX 77	SECOM Londres

• No Extremo Oriente

Exposição de Calçados Brasileiros	SECOM Hong Kong

III — Estandes de Informações

Mostras Gerais

• Na América do Norte

Feira do Comércio Internacional (Gulfport)	SECOM Nova Orleans

• Na Europa

Feira de Hanover	SECOM Colônia
Feira Internacional de Frankfurt	SECOM Colônia
Feira Internacional de Milão	SECOM Milão
Feira Internacional do Levante (Bari)	SECOM Roma
Feira Internacional de Barcelona	SECOM Barcelona
Feira de Saint Erik	SECOM Estocolmo
Feira de Graz	SECOM Viena

•Na África e no Extremo Oriente

Feira Internacional do Cairo	SECOM Cairo
Feira Internacional de Zâmbia (Ndola)	SECOM Nairóbi
Feira Internacional de Malta (La Valletta)	SECOM Trípoli
Feira Internacional de Tóquio	SECOM Tóquio

Mostras Especializadas

• Na América do Sul

Feira Internacional do Brinquedo (Valência)	SECOM Caracas

• Na América do Norte

Salão Nacional de Confeitaria	SECOM Atlanta
Salão de Mercadorias Diversas do Sudeste	SECOM Atlanta
Salão Internacional de Varejistas	SECOM Nova Iorque

•Na Europa

Exposição de Máquinas-Ferramenta — EMO (Hanover)	SECOM Colônia
Salão Internacional de Camping (Essen)	SECOM Colônia
Feira Internacional da Alimentação	SECOM Copenhague
Feira de Calçados e Couro (Florença)	SECOM Roma
Feira Internacional de Mármores e Máquinas (Sant'Ambrogio)	SECOM Milão
Feira Index — Equipamentos Mecânicos	SECOM Atenas

No que se refere ao Projeto Turismo, foram, a exemplo dos anos anteriores, utilizados os instrumentos de promoção comercial do Itamaraty, no sentido de contribuir para intensificar o fluxo de turismo para o Brasil, procurando identificar técnicas utilizadas por países que dispõem de sistema eficiente de promoção turística, com vistas a fornecer subsídios para a formulação e execução da política nacional do setor.

Além de sua permanente participação nos trabalhos do Conselho Nacional de Turismo, o Itamaraty fez-se representar na II Reunião do Sistema Nacional de Turismo e prestou apoio às participações da EMBRATUR no XIII Congresso Interamericano de Turismo, em Caracas, na II Assembléia da Organização Mundial de Turismo, em Torremolinos, na Bolsa

Internacional de Turismo de Berlim, na Semana Mundial de Turismo de Paris, na Convenção Mundial da ASTA, em Nova Orleans e no Congresso da COTAL, em La Paz.

Caberia, por fim, acentuar, no que se refere às atividades do Subprograma de Mostras e Turismo, o trabalho de apoio desenvolvido pelo Itamaraty antes, durante e após a realização da "Brasil Export 77", em São Paulo.

Organização e Modernização

O Subprograma de Organização e Modernização tem como objetivos urbanizar e manter sob processo de permanente regeneração e aperfeiçoamento a estrutura e os métodos operacionais do Sistema de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Visa também a prover as unidades do Sistema dos recursos institucionais, humanos e orçamentários do que necessitem para o desempenho de suas funções.

O Projeto Planejamento compreendeu, em 1977, atividades em três campos distintos:

— preparação de estudos técnicos de planejamento, com vistas a superar obstáculos à evolução do Sistema ou a introduzir aperfeiçoamentos em sua estrutura e operação;

— coleta, seleção e sistematização de informações relacionadas com a economia brasileira e o comércio internacional, a fim de identificar e atualizar permanentemente os objetivos da promoção comercial no exterior;

— à luz das informações recolhidas, dos resultados dos estudos levados a cabo no contexto do Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado (SPEP), do acompanhamento da execução do Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE) do ano anterior e da avaliação do desempenho das Unidades do Sistema, determinar a estrutura, critérios de prioridades e métodos de execução do PPCE.

Também no âmbito do Projeto se inseriu a tarefa de produzir o PPCE-78, no qual serão consolidados os resultados da análise e harmonização das propostas de programas de atividades das Unidades do Sistema, e fixadas as metas a serem alcançadas em 1978, e as diretrizes a serem observadas para sua consecução. O Projeto inclui, ainda, a prestação de assistência técnica específica de programação aos postos, a fim de possibilitar-lhes melhor desempenho de suas atri-

buições e perfeita sintonia com os objetivos e prioridades do PPCE.

Em 1977, realizou-se o V CTA/SECOM (Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial), durante o qual foi analisado o projeto de Manual de Operações, de modo a adequá-lo às necessidades mais gerais dos Setores.

Como resultado, foi elaborado o novo Manual de Operações no Exterior (MOP/SECOM), que cobre amplamente o espectro das atividades de promoção comercial no exterior. Mantendo o grau de generalidade necessário para que seja aplicável a todos os SECOM, apresenta orientação e recomendações sobre os métodos de trabalho que devem ser empregados e sugere princípios e formas de organização que permitirão maior uniformidade nos serviços prestados pelos setores e conseqüente aumento de sua eficiência operacional.

Operações de Promoção Comercial

Desdobra-se o Subprograma de Operações de Promoção Comercial em cinco Projetos:

1. Apoio a Exportadores e Importadores
2. Missões Comerciais
3. Visitas de Importadores
4. Apoio à Captação de Investimentos
5. Operações Especiais

No Projeto Apoio a Exportadores e Importadores, as atividades permitiram fornecer ao exportador brasileiro informações básicas sobre os mercados para os quais se propõe exportar ou que se deseje visitar.

O sistema de Promoção Comercial do Itamaraty encontra-se capacitado, no que concerne ao presente Projeto, a prover os interessados dos seguintes tipos de apoio:

a) assessoramento para o contacto com os principais importadores e/ou representantes;

b) assistência aos exportadores brasileiros nos seus encontros com importadores e/ou seus agentes;

c) divulgação de ofertas de exportação, através de contatos diretos, câmaras de comércio, publicações especializadas, etc.

As atividades de apoio a importadores, reais ou potenciais, complementam aquelas de assistência ao exportador brasileiro

já referidas. Esse apoio compreende um ou mais dos seguintes aspectos:

a) fornecimento de listas de exportadores brasileiros dos produtos de interesse do importador; de informações gerais sobre a economia brasileira, tais como potencialidade de exportação, capacidade de oferta, etc.;

b) assessoramento em contatos de importador com os principais exportadores brasileiros;

c) fornecimento de informações sobre a legislação brasileira;

d) orientação quanto às questões relativas a transporte, documentação necessária, e despacho alfandegário.

Quanto ao Projeto Missões Comerciais, o Itamaraty teve participação em 38 missões oficiais e empresariais ao exterior e 26 visitas ao Brasil de missões estrangeiras interessadas em produtos e serviços brasileiros.

Nesse quadro, promoveu-se, por exemplo, a vinda de uma missão técnica equatoriana para observação e análise da tecnologia empregada pelo Brasil no levantamento aéreo por sensores remotos, e de uma missão da **Nigerian Railways Corporation**, para examinar os métodos de construção ferroviária no Brasil.

Foram organizados, ademais, programas de contatos a nível governamental e empresarial, para os Ministros da Indústria e Comércio do Iraque, dos Transportes da Mauritânia, do Comércio e Turismo de Gana e da Indústria, Comércio e Transportes da Libéria.

O Projeto Visitas de Importadores prevê que, no exterior, os postos, em coordenação com o DPR, efetuem a identificação, seleção, orientação de importadores estrangeiros, com vistas à organização de visitas ao Brasil, bem como informem sobre visitantes que se dirigem, por conta própria, ao país. Em colaboração com a CACEX, PROMOEXPORTs e entidades de classe interessadas, provê-se o visitante da necessária assistência no Brasil, para a realização dos contatos e visitas pertinentes.

No que se refere ao Projeto Apoio à Captação de Investimentos, em atendimento e consultas de potenciais investidores, no quadro do Projeto Operações Especiais foram desenvolvidas, entre outras, atividades nos seguintes campos:

— Participação em mesas-redondas, conferências, seminários de interesses para o comércio exterior brasileiro;

— apoio a entendimentos econômicos e comerciais a nível bilateral;

— apoio à participação brasileira em foros econômicos e comerciais internacionais;

— participação em reuniões de Comissões Mistas encarregadas de relações bilaterais;

— apoio cabível a remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias, em plano internacional ou bilateral;

— apoio à preparação da oferta brasileira em circunstâncias específicas e com vistas a oportunidades também específicas de comercialização;

— apoio à comercialização integrada de bens e, ou serviços;

— apoio à formação e operação de consórcios de exportadores, quando necessário;

— apoio à participação de empresas brasileiras em concorrências públicas no exterior;

— orientação às empresas em seus contatos com órgãos da área financeira ligados à exportação;

— apoio à instalação de filiais de empresas brasileiras no exterior;

— processamento de reclamações comerciais envolvendo interesses de empresas brasileiras exportadoras;

— apoio a outros órgãos e agências governamentais com atividades no campo das exportações;

— contato com as comunidades econômicas locais nos países de atuação do Sistema.

De particular relevo foi a presença do Itamaraty, no contexto do Projeto,

— no apoio à participação de firmas brasileiras em concorrências públicas internacionais;

— na formação de "pacotes" de venda de bens e serviços;

— na exploração do poder aquisitivo internacional do Brasil como instrumento de apoio a novas vendas;

— na abertura de mercados para itens de exportação que representam significativa elevação dos patamares qualitativos da pauta brasileira de exportação.

Estudos e Pesquisas de Mercado

O Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado abrangeu dois Projetos:

1. Projeto Estudos Estratégicos

2. Projeto Pesquisas Correntes

O Projeto Estudos Estratégicos compreendeu cinco subprojetos:

1. Subprojeto Diretor
2. Subprojeto Estudos Específicos
3. Subprojeto Análise de Planos de Desenvolvimento
4. Subprojeto Exportação de Serviços Técnicos
5. Subprojeto Estudos Especiais Conjunturais.

O Subprojeto Diretor (DIR) constituiu a base metodológica de todo o programa de pesquisas de mercado, com vistas a identificar e selecionar produtos e/ou grupos de produtos brasileiros de exportação efetiva ou potencial não-tradicionais (primários, semimanufaturados ou manufaturados), bem como a estabelecer, a partir do levantamento da oferta brasileira desses produtos e da demanda respectiva em mercados internacionais, uma dupla matriz: (a) de produtos prioritários, em mercados selecionados; e (b) dos mercados prioritários, para cada um dos produtos e, ou grupos de produtos identificados na oferta brasileira.

A partir da tabela básica de produtos e, ou grupos de produtos brasileiros não-tradicionais de exportação e das tabelas de demanda dos principais mercados mundiais para esses produtos, foi elaborada uma tabela cruzada oferta brasileira-demanda nos principais mercados externos.

Publicaram-se 230 monografias relativas ao Projeto Estudos Estratégicos de Mercado, abrangendo dados em profundidade sobre as condições de acesso de produtos brasileiros prioritários aos principais mercados mundiais.

O **Subprojeto Estudos Específicos** (ESP) teve por finalidade a elaboração de estudos em profundidade, com elevado nível de detalhamento técnico e econômico, dos principais mercados mundiais para alguns produtos brasileiros, considerados prioritários em termos de exportação.

Foram preparados para publicação quase todos os estudos "ESP" da primeira série (contratados em 1975 e elaborados em 1976), referentes a 13 países (Reino Unido, França, RFA, Países Baixos, Suíça, Suécia, EUA, Japão, Nigéria, Arábia Saudita, Coveite, Emirados Árabes Unidos e México), num total aproximado de 200 monografias setoriais. Praticamente a totalidade desses estudos foi também distribuída ao setor exportador nacional. Foram igualmente concluídas as pesquisas da segunda série dos "ESP", contratadas no exterior e

relativas aos mercados do Canadá, Bélgica-Luxemburgo, Irã e Venezuela, atualmente em processo de análise para publicação em 1978.

No que se refere ao Subprojeto Análise de Planos de Desenvolvimento (PD), que se destina a identificar, através da análise dos planos de desenvolvimento, setoriais ou nacionais, de países selecionados em áreas de menor desenvolvimento relativo (América Latina, Caribe, África e Oriente Médio), oportunidades para prestação de serviços de consultoria e de engenharia de projetos, e fornecimento de bens de capital destinados a obras de infra-estrutura por parte de empresas brasileiras — foi iniciado o trabalho preparatório de definição metodológica de termos de referência para os estudos, e de identificação das áreas de atividades de prestação de serviços em que a oferta brasileira apresenta vantagens comparativas.

Quanto ao Subprojeto Estudos Especiais Conjunturais, foram elaborados "perfis econômico-comerciais" sobre Reino Unido, França, EUA, China, Nigéria, Bélgica-Luxemburgo, Iraque, Áustria, Coveite, Malta, Zaire, Bangladesh, Gabão, Angola, Israel, Dinamarca, RFA, México, Portugal, África do Sul, Bahamas, África Subsaárica, África Negra, ALALC, América Latina e Brasil, num total de 37 países.

O segundo projeto do SPEP é o Projeto Pesquisas Correntes, que visa a fornecer ao setor exportador nacional informações gerais sobre o acesso a mercados de países pré-selecionados, perfis de mercado e estudos sobre temas gerais de comércio exterior. No âmbito desse Projeto, foram elaboradas outras monografias que fazem parte da "Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior", incluídas na série "Diversos" (hoje denominada "Especiais"). Foram preparadas monografias referentes aos mercados de Dallas e sua área de influência econômica, e do Japão. Também foi concluída a reformulação da metodologia destinada a orientar a realização dos estudos da série "Como Exportar". Na verdade foram elaboradas duas metodologias distintas para o preparo de estudos visando a: (1) países socialistas, e (2) países de economia de mercado. Foi iniciada a realização de 27 estudos "Como Exportar" já sob os termos de referência reformulados.

ASSUNTOS CULTURAIS

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Centro de Estudos Brasileiros

Os Centros de Estudos Brasileiros, que fazem parte de uma rede de quinze unidades, sediadas em Montevidéu, México, Assunção, Buenos Aires, Rosário, Santiago, Lima, Bogotá, Quito, La Paz, Caracas, São José da Costa Rica, Georgetown, Barcelona e Washington, ampliaram o número de matrículas que chegaram a cerca de 4.000, e intensificaram tarefas extracurriculares, de difusão cultural. Tornaram-se, assim, os Centros Brasileiros pólos de difusão de informações sobre o Brasil, alargando seu raio de ação, antes limitado em muitos casos, ao ensino de português. Nessa mesma linha de ação, passaram os Centros a constituir em 1977 ponto de apoio para cursos existentes em Universidades locais, relacionados com o Brasil ou com a América Latina, oferecendo conferencistas e elementos didáticos para a realização de seminários.

Em 1978, deverão ser concluídos os trabalhos de instalação de um novo centro no Panamá e iniciados os trabalhos de abertura de uma unidade em Lagos, na Nigéria.

Leitorados

Em 1977, procurou-se dinamizar a atuação dos leitorados brasileiros no exterior, através da renovação de leitores e da criação de novos leitorados, principalmente em países africanos. Foram abertas cátedras na Universidade de Nairóbi e de Abidjan e iniciados entendimentos para o funcionamento

de outros leitorados, em 1978, na Nigéria e no Togo. Por outro lado, foi preenchido o leitorado em Colônia, na República Federal da Alemanha, e reestruturada a rede de leitorados na França.

Criaram-se, igualmente, leitorados em Trinidad-e-Tobago e se estuda a possibilidade de se estabelecer uma cátedra de estudos brasileiros em Kingston.

Casas do Brasil

A Casa do Brasil em Madri, com o reforço das dotações do Itamaraty e do Ministério da Educação e Cultura, pôde realizar sensíveis melhoramentos em sua estrutura, visando a atender maior número de estudantes em condições mais adequadas.

A Casa do Brasil em Londres, uma das unidades operativas do acordo cultural entre o Brasil e a Grã Bretanha, continuou a proporcionar a estudantes de pós-graduação o apoio necessário e promoveu, ainda, a realização de seminários e palestras sobre o Brasil, nos campos da literatura, ciências e economia.

Bolsas de Estudo

Foram concedidas, em 1977, 110 bolsas de pós-graduação destinadas a estudantes estrangeiros, das quais 70% beneficiaram estudantes latino-americanos e africanos, interessados na elaboração de pesquisas e, ou na realização de cursos diversos de Mestrado e Doutorado. Foram, ainda, renovadas 25 bolsas inicialmente concedidas em 1976.

Acrescentem-se à programação três estudantes sul-americanos (Chile, Peru e Equador) que freqüentam o Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), voltado para a problemática amazônica e ministrado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

A partir de convênio entre o Itamaraty e a Universidade de Brasília, compuseram também o programa de bolsas de estudos outros cinco estudantes latino-americanos (Costa Rica e Bolívia), selecionados através de concurso internacional, para o curso de Mestrado em Economia daquela universidade.

Inseridos no convênio MEC-MRE-UnB-CNES, receberam subvenções do Itamaraty oito bolsistas bolivianos, sendo três

de pós-graduação e seis de cursos de graduação, nas áreas de educação e física.

Em 1977, iniciou-se, com bolsistas na USP, programa destinado a familiarizar o estudante estrangeiro com a realidade brasileira em geral.

Assim, o Itamaraty patrocinou viagens, no período de férias, a pontos de interesse em outros Estados e, sob a orientação da CODAC da USP, incentivou a participação de estudantes em eventos sociais e culturais promovidos por entidades de classe ou por organizações de caráter beneficente, com excelentes resultados. Tal experiência deverá ser estendida, progressivamente, a outros Estados, cujas universidades e associações classistas mostram-se amplamente receptivas à idéia.

Programa de Estudantes-Convênio

De acordo com o que dispõem os Convênios Culturais celebrados com países da América Latina e os programas de cooperação estabelecidos com alguns países africanos, freqüentam universidades brasileiras, gozando de dispensa de revalidação do curso de 2° grau, isenção de exames vestibulares e do pagamento de quaisquer taxas e emolumentos escolares, estudantes estrangeiros procedentes de vários países das Américas e da África.

Gestões efetuadas pelo Itamaraty junto ao Ministério da Educação e Cultura e instituições de ensino resultaram em aumento de 15% em relação ao ano anterior, do número de vagas destinadas ao programa. Em 1977, foram oferecidas 2.794 vagas a estudantes estrangeiros beneficiários de Acordos Culturais, assim discriminadas:

Instituições Federais — 1.906
Instituições Estaduais e Municipais — 466
Instituições Particulares — 422

O programa abrangeu estudantes procedentes dos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e Uruguai, no continente americano, e Cabo Verde, Guiné Bissau e Nigéria, na África. De tais países, os maiores contingentes procederam da Bolívia, Paraguai, El Salvador, Panamá e Peru.

Continuou predominando entre os interessados, a exemplo dos anos anteriores, acentuada preferência pelos cursos de

medicina, engenharia e arquitetura, seguindo-se agronomia e veterinária, particularmente entre os centro-americanos, e, logo após, odontologia, ciências econômicas e farmácia. Elevou-se a 91 o número das carreiras abrangidas pelo programa de estudante-convênio.

Unesco

O Itamaraty coordenou um Grupo de Trabalho, integrado por representantes do Ministério da Educação e Cultura, Ministério das Comunicações e da Fundação Nacional de Arte, que preparou a participação brasileira na Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para a América Latina e o Caribe (Bogotá, 10 a 20 de janeiro de 1978).

Elaborou instruções, com a colaboração da Divisão das Nações Unidas, para o representante brasileiro no Conselho Executivo da Organização, com respeito a várias questões políticas que figuram na agenda das reuniões do Conselho, ocorridas em 1977.

Elaborou também instruções para o representante brasileiro na 2ª. Sessão Ordinária do Comitê Intergovernamental sobre Direitos do Autor e do Comitê de Berna, com o propósito de obter facilidades, no âmbito das Convenções Internacionais do Direito do Autor e de Berna, a fim de estimular a produção e livre circulação de material educacional e cultural destinado a cegos, dando seguimento ao trabalho que, nesse sentido, foi executado pela Fundação para o Bem-Estar dos Cegos no Brasil e pelo Conselho Mundial de Bem-Estar dos Cegos.

Colaborou, ainda, na participação brasileira nas seguintes conferências ou reuniões, realizadas em 1977, sob os auspícios da UNESCO:

— Conferência Internacional de Educação;

— Conselho Consultivo do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios;

— Colóquio sobre a Circulação Livre e Equilibrada da Informação; e

— Comitê Intergovernamental para a Educação Física e o Esporte.

Convenções

O Brasil aderiu, em 1977, às seguintes Convenções patrocinadas pela UNESCO:

— Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;

— Convenção Regional sobre Revalidação de Estudos, Títulos e Diplomas Para a América Latina e o Caribe.

Programas e Projetos

O Itamaraty tem prestado assistência ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura na coordenação dos projetos para o Brasil, dentro do Programa de Participação da Organização, no biênio 1977-1978.

As atividades previstas no Programa são as seguintes:

— Seminário de Estudo e de Análise dos Deslizamentos das Colinas de Olinda e Recife (com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional);

— Consultores para Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (com o IPHAN);

— Inventário de Bens Móveis (id.);

— Assistência à Bienal de São Paulo;

— Estágio no setor de Comunicações da UNESCO (para a Assessoria do Ministério das Comunicações);

— Bolsas de estudo em Política Científica e tecnológica; e,

— Reforma do Sistema de Arquivo do Estado de São Paulo (com a Secretaria de Educação e Cultura do Governo Estadual).

O Brasil participou, ainda, da coordenação de outros projetos da UNESCO, dentre os quais merece destaque o Projeto de Cooperação Internacional no campo da TV Educativa — UNESCO — Costa do Marfim (com o PRONTEL/MEC).

Centro Latino-americano de Física e Centro Latino-americano de Ciências Sociais

O Ministério tem participado dos trabalhos de reestruturação desses dois Centros, criados, no país, sob os auspícios da UNESCO

Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

O Itamaraty participou das atividades realizadas pelo IBECC, Comissão Nacional da UNESCO, bem como continuou o estudo sobre sua reestruturação.

Missões

Verificou-se a visita de várias missões de peritos da UNESCO ao Brasil, nas áreas de educação, ciência, tecnologia, cultura, comunicação e ciências sociais, com a cooperação do Escritório da UNESCO no país.

Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos

O Itamaraty coordenou, com o Ministério da Educação e Cultura e com o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, os preparativos para a participação brasileira na 8ª Sessão do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos, realizada em Montevidéu, de 3 a 11 de fevereiro de 1977.

Coordenou, ainda, com os dois órgãos do Governo, vários assuntos relacionados com a Comissão Executiva Permanente do Conselho e seus órgãos técnicos: Comitê Interamericano de Educação, Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia e Comitê Interamericano de Cultura.

Na 8a. reunião ordinária do CIECC, uma das quatro vagas do CIE e do CICYT coube, por eleição, a brasileiros, os Doutores Edson Machado de Souza, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, e José Dion de Melo Telles, Presidente do CNPq, respectivamente.

Programa de Intercâmbio

Executou-se o programa de intercâmbio cultural através de apoio a delegações brasileiras no exterior também através de organização de visitas de especialistas e autoridades ao Brasil. Cumpre salientar como iniciativa particularmente bem sucedida, a missão cultural à África, patrocinada pelo Itamaraty e pela Universidade de São Paulo, nos termos do Convênio existente com essa entidade de ensino. Chefiada pelo Reitor da USP, a referida missão, integrada pelo Prefeito da Universidade e pelo Diretor do Centro de Estudos Africanos, visitou o Senegal, Gana, Costa do Marfim, Togo, Nigéria, Egito, Argélia e Guiné-Bissau. O objetivo da missão era estabelecer contatos diretos com as universidades locais, com vistas a identificar áreas em que pudessem ser desenvol-

vidos projetos a curto e médio prazos, com participação brasileira, especificamente com a colaboração da Universidade de São Paulo. Assim, foram criados e preenchidos dois leitorados em Abidjan, já em pleno funcionamento, e foram lançadas as bases, em Guiné-Bissau, para o estabelecimento de um "campus" avançado da USP naquele país. Na Nigéria, as conversações possibilitaram a matrícula de cerca de sessenta estudantes de graduação em cursos regulares da USP e de outras instituições de ensino em São Paulo.

Os Colóquios Ibero-Luso-Latino-Americanos de Língua Portuguesa, realizados, no Rio de Janeiro, em julho, constituíram outra oportunidade para incentivar o intercâmbio cultural com a África, tendo-se propiciado o comparecimento ao referido evento de delegações provenientes dos países africanos de expressão portuguesa. Aproveitou-se a presença desses representantes para atendimentos sobre permuta e informações relativas ao desenvolvimento de ensino nesses países e às possibilidades de cooperação de organismos governamentais brasileiros.

Foi patrocinada a vinda de professores estrangeiros para diversos congressos e seminários no Brasil, ao mesmo tempo em que se colaborou para o comparecimento de especialistas brasileiros em eventos científicos e educacionais no exterior, principalmente daqueles realizados no continente latino-americano, onde se constatou o maior volume de convites a professores brasileiros para curso e estágios de nível superior.

Realizaram-se, no Itamaraty, as reuniões das Comissões Mistas com a Grã-Bretanha e com Portugal, nos termos dos acordos culturais em vigor com esses países.

DIFUSÃO CULTURAL

Música

Na área de música, as atividades de difusão cultural do Itamaraty se concentraram, primeiramente, no incentivo a manifestações musicais no exterior. Dentro dessa rubrica, foram promovidos recitais e apresentações de artistas brasileiros no exterior e apoiadas outras manifestações, também realizadas no exterior, em que a música brasileira desempenhou papel de destaque. Nesse campo, a manifestação mais

importante ocorrida em 1977, foi a realização do VIII Festival Pan-Americano, em Washington, no mês de maio, quando foram comemorados os 90 anos de nascimento de Heitor Villa-Lobos.

Por ocasião do Festival, o Itamaraty enviou à capital americana o regente Mário Tavares, o violoncelista Antônio Jerônimo Meneses, o compositor Francisco Mignone, que esteve presente à estréia mundial de seu Concerto para Violão e Orquestra, tendo como solista o violonista brasileiro Antonio Carlos Barbosa Lima, além do Quarteto de Cordas da Universidade de Brasília e do Trio Música Viva (piano, flauta e oboé).

O M.R.E. ainda auxiliou a apresentação, no exterior, dos seguintes músicos e conjuntos brasileiros: Belkiss Carneiro de Mendonça, Joel Bello Soares, Nelson Freire, Antonio Guedes Barbosa, Jacques Klein, Maria Lúcia Godoy, Madrigal Renascentista, Luis Cláudio de Moura Castro, Heitor Alimonda, Mariluce Baete, Neyde Tomás, Cristina Ortiz, Miguel Proença, Henrique Morelenbaum, Dagoberto Linhares, Arthur Moreira Lima, Roberto Szidon, John Luciano Neschling, Santiago Sabino, Ballet Stagium, Ballet "O Corpo" (que apresenta o espetáculo "Maria, Maria") e Associação de Canto Coral, na realização de concertos e apresentações em todos os países da América Latina, nos Estados Unidos e em diversos países europeus.

O apoio a manifestações artísticas estrangeiras no Brasil se materializou com os auxílios prestados ao Coral Harmonie, de Paramaribo, e ao Ballet Folclórico da Universidade de Amadou Bello, da Nigéria.

Em 1977 o M.R.E. auxiliou a outras realizações do Concurso Internacional Villa-Lobos, para Quarteto de Cordas; o III Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro; o Concurso Jovens Instrumentistas do Brasil, em Piracicaba; o III Curso Internacional de Verão de Brasília; o Festival de Inverno de Campos do Jordão; e a II Bienal de Música Brasileira Contemporânea da Sala Cecília Meirelles, no Rio de Janeiro.

Foram adquiridos, para distribuição às Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior, cerca de 8.000 discos de música erudita brasileira, dando assim incentivo à produção de discos de música brasileira, além de fornecer às repartições brasileiras material para divulgação da produção musical de nosso país.

O M.R.E. ofereceu os seguintes prêmios em Concursos Internacionais: 2° Prêmio do Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro; Prêmio Villa-Lobos no Concurso Internacional de Guitarra Clássica de Milão; e, Prêmio Villa-Lobos do Concurso Internacional de Genebra.

Foram editados no mesmo ano catálogo de obras de quinze compositores brasileiros, em tiragens de mil exemplares, que foram distribuídos às representações diplomáticas e consulares do Brasil no exterior, bibliotecas, escolas de música, universidades, emissoras de rádio, musicólogo e outros interessados.

A Sociedade brasileira de Música Contemporânea, Seção brasileira da Sociedade Internacional de Música Contemporânea, foi auxiliada pelo Itamaraty através do pagamento da contribuição anual brasileira àquele organismo internacional e através do envio de representante do Brasil à Assembléia Geral da Sociedade internacional do compositor José Antonio de Almeida Prado ao júri internacional encarregado de escolher as peças que serão apresentadas durante a Assembléia Geral da Sociedade Internacional de Música Contemporânea, que será realizada no ano de 1978. Por ocasião dessa viagem, que favoreceu a seleção de obras de três compositores brasileiros, Almeida Prado realizou em Helsinque, Estocolmo e várias cidades alemãs uma série de concertos com obras brasileiras.

Música Popular.

Os recursos disponíveis no setor foram canalizados principalmente para a compra de material de divulgação. A penetração que hoje possui a música popular brasileira no exterior, tornou inadiável um esforço no sentido de dotar todas as Embaixadas e Consulados de discos, dedicados às figuras mais expressivas da música popular no Brasil. Assim, foram adquiridas e enviadas coleções às repartições no exterior, visando à difusão cultural nesta área.

Foram, ainda, iniciados contatos com a Rádio MEC e a Radiobrás no sentido de elaborar, conjuntamente, programas especiais, gravados em fita, sobre música popular brasileira com vistas à divulgação no exterior. A execução desses programas deverá ser iniciada em 1978.

Livros e Literatura

Entre as mostras de Livros de que o Brasil participou em 1977, merecem destaque pelo sucesso alcançado, FEIRA DO LIVRO INFANTIL de Âncara e Feira Internacional do Livro de Buenos Aires. Esta última, realizada de 26 de fevereiro a 16 de março, foi coordenada pelo Itamaraty, a Câmara Brasileira do Livro, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Embaixada do Brasil em Buenos Aires.

Foi atribuída importância especial ao programa do coedições, encetado por várias das Missões no exterior, para a difusão da literatura brasileira. Na Argentina, deu-se prosseguimento ao convênio de co-edições de literatura brasileira contemporânea. Foram traduzidos os contos que formarão a coletânea **Quince Cuentistas Brasileños de Hoy, As meninas,** de Lygia Fagundes Telles; **Poder Jovem**, de Carlos Drummond de Andrade e **Um Cão Uivado para a lua,** de Antonio Torres, a serem publicados pela Editora SUDAMERICANA. Em convênio com a Editora MACONDO, estava em fase de finalização **A Muralha** de Dinah Silveira de Queiroz e com a EL ATENEO, **A Bagaceira** de José Américo de Almeida. De grande alcance foi a celebração do contrato com a Editora CALICANTO para o lançamento, em 1978, de uma série de obras de poetas brasileiros.

A Embaixada em Buenos Aires publicou a Revista "Brasil/Cultura" cuja tiragem mensal é, no momento, de três mil exemplares, estando previsto, para 1978, um aumento para cinco mil.

O setor cultural da Embaixada do Brasil em Lima dedicou-se a um amplo programa de difusão da literatura brasileira. Ressalta o lançamento bilíngüe, português-espanhol, das **plaquettes** intituladas "Três Poetas Modernistas: MARIO/OSVALD/CASSIANO" e "João Cabral de Melo Neto — POEMAS". Registra-se, ainda, o lançamento do "Caderno sobre Modernismo", com seleção de textos e estudo da Senhora Hilda Scarabotolo de Codina.

O "Brazilian — American Cultural Institute" (BACI), de Washington, publicou a tradução, em inglês, de poemas de Cecília Meirelles. O lançamento oficial do livro está programado para o início de 78, com a presença da atriz Maria Fernanda, filha da autora.

A Embaixada em Londres, dando prosseguimento a um já tradicional programa de co-edições, tratou, em 1977, da tradução, para posterior publicação, das obras **A Bagaceira** de José Américo de Almeida e **Memorial de Cristo** de Dinah Silveira de Queiroz, foi também acertada, para lançamento, em 1978, a tradução de "Infância" de Graciliano Ramos.

O setor cultural da Embaixada em Madrid levou a cabo um eficiente programa de divulgação da literatura brasileira, inclusive através da já tradicional **Revista de Cultura Brasileña.** Foi editado em número especial (43) — réplica do primeiro — em março de 1977, comemorativo aos 15 anos de criação.

Foi lançada, ainda, a tradução espanhola do romance de Clarice Lispector, **Perto do Coração Selvagem**, pela Editora Alfagarra de Madrid.

Em Roma, deu-se o lançamento de **Ipotesi** de Murilo Mendes, sob a orientação da Professora Luciana Stegagno Picchio. A Embaixada promoveu um acordo, junto a cinco dos mais importantes editores da Itália, como um primeiro passo para um plano maior de divulgação de cultura brasileira na Itália.

Está previsto o lançamento de cinco títulos, de cinco autores diferentes, no decorrer de 1978. O setor cultural da Embaixada também participou dos projetos referentes aos livros de arte sobre **Via Crucis** do Aleijadinho, da Editora Franco Maria Ricci, lançado em italiano e português, e sobre a pintora primitiva Maria Auxiliadora da Silva.

A constituição de um fundo junto ao Secretariado da Unesco, para o programa de traduções e co-edições, na Coleção de Obras Representativas da Literatura Mundial, organizada por aquela Entidade, poderá vir a conferir uma nova dimensão à difusão da literatura brasileira.

Foram feitas várias doações de livros a universidades e centros estrangeiros, tendo sido iniciado o programa de constituição de uma "biblioteca-amostra" de literatura brasileira, com pouco mais de cem títulos, a ser implementado no decorrer de 1978.

Artes Cênicas

Neste campo, vale ressaltar a atuação do Grupo de Balé Dança "Corpo", de Belo Horizonte, que levou a Buenos Aires e Santiago, com apoio do Itamaraty, a encenação "Maria,

Maria". O referido balé obteve grande êxito junto ao público e crítica em ambas as capitais. Em Santiago, o referido grupo chegou a receber prêmio, outorgado pelo Círculo de Críticos de Artes do Chile, como "espetáculo do ano".

Difusão cinematográfica

O M.R.E. divide com a EMBRAFILME, empresa vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, a responsabilidade de divulgação do cinema comercial brasileiro no exterior. A contribuição do Itamaraty centralizou-se em três pontos principais: fornecimento de subsídios materiais e de infra-estrutura à participação brasileira em Festivais Internacionais de Cinema, promoção de Mostras de Cinema brasileiro no exterior e estruturação e ampliação dos acervos cinematográficos das Missões diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras.

Durante o ano de 1977, o Brasil teve participação destacada nos Festivais Internacionais da Índia (Nova Delhi, de 3 a 16 de janeiro), Los Angeles (FILMEX, de 15 a 31 de março), Cannes (de 12 a 27 de maio, onde o curta-metragem "Di Cavalcanti", de Glauber Rocha, conquistou o Prêmio Especial do júri), Oberhausen (Alemanha Ocidental, de 25 a 30 de maio), Annecy (França, de 14 a 28 de junho), Berlim (de 25 de junho a 5 de julho), Taormina (Itália, de 25 a 30 de julho), Locarno (Suíça, de 4 a 14 de agosto), Montreal (Canadá, de 19 a 28 de agosto), Figueira da Foz (Portugal, de 1° a 11 de setembro), San Sebastian (Espanha, de 10 a 21 de setembro), Nova Iorque (de 23 de setembro a 9 de outubro), Benaumadena (Espanha, de 14 a 23 de outubro), Manheim (Alemanha Federal, de 4 a 9 de outubro), Lyon (França, de 15 a 22 de outubro), Chicago (de 4 a 17 de novembro), Leipzig RDA, de 20 a 27 de novembro) e Teerã (Irã, de 15 a 27 de novembro). O Brasil teve também participação destacada na Mostra Internacional do Filme de Autor de Bergamo (Itália, de 25 a 31 de março), na **Mostra del Cine de México** (de 16 a 21 de março), no Festival de Curta-Metragem de Costa Rica (de 19 a 26 de novembro), no Certame Internacional de Filme Documental de Bilbao (Espanha, de 28 de novembro a 3 de dezembro) e na III Semana de Cine Ibero-Americano de Huelva (Espanha, de 5 a 11 de dezembro).

A realização de Mostras de Cinema Brasileiro, com a exibição de títulos recentes, representativos da evolução da

cinematografia nacional, iniciou-se no 2° semestre de 1977, quando teve lugar a **I Muestra del Nuevo Cine Brasileño** em Buenos Aires. Cerca de 20.000 pessoas assistiram, nas dependências do Cine Libertador, às projeções dos filmes "Ajuricaba" de Oswaldo Caldeira, "Dona Flor e Seus Dois Maridos" de Bruno Barreto, "Xica da Silva", de Cars Diegues, "Liberação do Amor", de Eduardo Escorel, "Tenda dos Milagres", de Nelson Pereira dos Santos, "Vai trabalhar, Vagabundo", de Hugo Carvana, e "Guerra Conjugal", de Joaquim Pedro de Andrade.

A promoção em apreço deu início a um ciclo de mostras especiais em capitais da América Latina e da África lusófona, que terá continuidade, no decorrer de 1978, com promoções semelhantes em Santiago, Assunção, Montevidéu, Lima, Caracas, México, Costa Rica, São Salvador, Bissau, Maputo, Luanda e Cabo Verde.

Durante o ano de 1976, o Itamaraty produziu os documentários "Folclore do Brasil" e "Arte Barroca no Brasil", dos quais serão confeccionadas versões em inglês, francês, espanhol e alemão, para distribuição no exterior

Foram doados aos Governos de Guiné-Bissau e Cabo Verde coleções de curtas-metragens brasileiros de interesse artístico, social, educacional e comunitário. A rrestruturação dos acervos cinematográficos das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras terá lugar no decorrer do ano de 1978, a partir do amplo levantamento e coleta de dados levado a efeito em 1977.

Material informativo:

No ano de 1977, foi iniciada uma reavaliação do material informativo distribuído pela Secretaria de Estado e pelas Missões, com vistas a uma utilização mais racional dos recursos e maior padronização do material, especialmente dos folhetos, evitando-se a multiplicação de tipos que não se dirigiram a públicos diversos. Um segundo passo foi — tendo em vista que vários setores do Ministério fazem uso dos folhetos de divulgação ou mesmo publicam material desse tipo — tentar coordenar os esforços que se desenvolvem nesse campo, para evitar duplicações e maximizar os benefícios que se podem retirar dessas edições.

No intuito de renovar o estoque do material de divulgação — de maneira menos onerosa possível —, o Itamaraty tam-

bém contatou outros Ministérios e as diversas Secretarias de Turismo dos Governos estaduais, tendo logrado especial apoio de vários órgãos. Exemplo dessa cooperação é o folheto, destinado à ampla divulgação, editado em conjunto com o IBGE.

Esportes.

Tendo em vista a política brasileira de aproximação com a África, foi dada, na área dos esportes, especial atenção ao intercâmbio com países desse continente. Foi fornecido a Luanda material especialmente selecionado para servir de apoio ao desenvolvimento do futebol em Angola.

Cabe ressaltar, ainda, o apoio dispensado ao Selecionado Nacional de Gana, cujos atletas foram alojados no moderno Centro de Educação Física da Marinha Adalberto de Barros Nunes, tendo-lhes sido prestada toda a assistência possível. O fato alcançou boa repercussão nos meios esportivos ganenses, que fizeram uma segunda solicitação no sentido de abrigarmos novamente a seleção nacional desse país. Os responsáveis pela organização do esporte em Gana consideraram que no Brasil, seus jogadores encontraram o campo ideal de treinamento, com vistas à preparação do time para a disputa da Taça Africana de Futebol.

No âmbito do desporto militar, a cooperação do Brasil também se expressou no voto brasileiro à eleição do General R.E.A. Kotei, comandante do Exército de Gana e Presidente da Junta de Controle dos Esportes das Forças Armadas, a uma das vagas no Comitê Executivo do Conselho Internacional dos Esportes Militares (CISM).

Assuntos Filatélicos.

No setor de Filatelia, o Itamaraty esteve presente, através de seu representante, às duas reuniões de junho e novembro de 1977 da Comissão Filatélica, órgão de caráter interministerial, coordenado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

2. Em dezembro, durante a inauguração da Agência Filatélica, foi lançado o selo "Diplomacia — Paz e Desenvolvimento".

Artes Plásticas

No ano de 1977, a XIV Bienal de São Paulo foi auxiliada de maneira bastante efetiva pelo Itamaraty. Além do auxílio anual concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, conforme convênio assinado entre o Departamento de Cooperação Cultural Científica e Tecnológica do MRE e a Fundação Bienal de São Paulo, o Itamaraty forneceu passagens aéreas para que o júri e importantes figuras do meio artístico mundial pudessem comparecer à mostra e assim, posteriormente, contribuir, no exterior, para a divulgação das manifestações artísticas brasileiras.

Além da sua contribuição à XIV Bienal de São Paulo o Itamaraty exerceu intensa atividade em duas áreas importantes: a participação do Brasil, ou de artistas brasileiros em mostras no exterior e a organização de exposições de artistas brasileiros, através da rede diplomática e consular, em vários centros culturais no exterior.

Através do apoio do MRE, artistas brasileiros participaram das seguintes exposições internacionais de artes plásticas: Bienal de Paris, Bienal Latino-Americana de Gravura de Valparaíso e V Exposição Internacional de Arte Infantil de Seul.

Durante o ano de 1977, os seguintes artistas plásticos brasileiros expuseram suas obras no exterior, em mostras organizadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores e missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras: João Frank da Costa, Rossini Perez, Fayga Ostrower, Regina Vater, Luiz Áquila da Rocha Miranda, Carlos Morais, Domenico Calabroni, Eduardo Iglesias, Roberto Motvan, Osni Branco, Antonio Peticov, Anísio Dantas, Fúlvia Gonçalves, Arthur Luis Piza, Almir Mavignier, Arcangelo Ianelli, Edith Behring, Marcelo Grassman, Nicolas Vlavianos, Siron Franco, Cleber Gouvea, Nazareno Confaloni, Vanda Pinheiro Dias, Naura Tim de Lima, D.J. Oliveira, José Paulo Moreira da Fonseca, Glenio Bianchetti, Carlos Bracher, Ione Saldanha, Iolanda Rodrigues, entre outros.

II Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana

Entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977 realizou-se, em Lagos, Nigéria, o 2° Festival Mundial de Artes e Cultura Negra Africana (FESTAC).

Para o evento o Itamaraty preparou cuidadosamente uma visão geral da influência africana na cultura brasileira. Além de uma série de monografias, preparadas por especialistas sobre diversos aspectos da presença africana no Brasil, através da influência na língua, literatura, folclore, religião e em outros aspectos da vida brasileira nossa participação no evento constou de exposições, recitais, espetáculos de dança e outras atividades.

No setor de artes plásticas, foram preparadas duas exposições, uma com os escultores Francisco Biquiba y Lafuente Guarany, Geraldo Telles de Oliveira, Boaventura Silva Filho, Maurino de Araujo, Miguel dos Santos, Juarez Paraiso e Waldeloir Rego, e outra com os pintores e gravadores Manoel Araujo, José de Dome, Hélio de Souza Oliveira, Rubem Valentim e Octávio de Araújo.

Participaram também, como dançarinos e coreógrafos, Olga de Alaketo e Clyde Morgan. Estiveram, também, presentes os músicos Gilberto Gil e Paulo Moura, acompanhados de seus respectivos conjuntos.

Além disso, foram exibidos 3 filmes: um sobre Pelé, outro sobre as Escolas de Samba e um terceiro sobre Partido Alto.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 1977, intensificaram-se, de maneira expressiva, as atividades do Itamaraty como órgão setorial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT).

Em estreito contato com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, em cumprimento às diretrizes constantes do II Plano Básico para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), deu o MRE especial ênfase às atividades tendentes à implementação de uma política de transferência de tecnologia, tendo participado da coordenação e execução de numerosas providências, de âmbito internacional, na área de ciência e tecnologia.

Nesse sentido, acelerou-se a execução de diversos projetos que, para sua melhor descrição, poderiam ser agrupados nos seguintes setores:

1. SICTEX
2. Cooperação bilateral
3. Cooperação multilateral

Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior (SICTEX)

O SICTEX tem como objetivo básico estabelecer um mecanismo de captação sistemática da informação sobre ciência e tecnologia divulgada no exterior e disseminá-la entre órgãos da comunidade científica brasileira.

Operado pela Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC) e integrado pelas Embaixadas do Brasil na Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Japão, México e República Federal da Alemanha, o SICTEX está, precipuamente, orientado para a coleta de informações que não puderem ser obtidas, no país ou no exterior, através dos canais regulares.

Finalmente, quanto à coordenação e planejamento das atividades do SICTEX, foram estabelecidas, em 1977, as "Normas Gerais de Operações dos Setores de Ciência e Tecnologia das Embaixadas no Exterior" (SECTEC), bem como elaborado e amplamente distribuído folhetos de divulgação do sistema.

Cooperação bilateral

A cooperação bilateral teve por objetivo desenvolver, com alguns países selecionados, programas de interesse de setores prioritários da economia brasileira, tais como energia nuclear, metalurgia e siderurgia, oceanografia, pesquisa aero-espacial, documentação científica e processamento de dados.

Nesse contexto, adquire especial relevância a realização, em outubro de 1977, da VII Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, ocasião em que foram revistos os programas conjuntos com aquele país em vários daqueles campos.

Dignos de registro foram também os entendimentos que se mantiveram, em 1977, com vistas à negociação de um acordo de cooperação científica e tecnológica com o Japão. Desses entendimentos resultou cooperação, já em curso, entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC e a sua congênere japonesa nos campos da utilização do álcool anidro e do nióbio.

Com a França, foram também intensificados, em 1977, os contatos na área de ciência e tecnologia conducentes à implementação do Acordo concluído, no ano anterior, entre o CNPq e o **Centre National de La Recherche Scientifique.** Em contato estreito com o Ministério das Minas e Energia, o Itamaraty procurou, sobretudo, criar condições para a intensificação das pesquisas relativas à utilização de energia solar, campo em que os resultados parecem promissores.

Coube também ao Itamaraty, coordenar a negociação, em 1977, de diversos convênios entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e entidades estrangeiras similares. Assim, assinou-se em novembro daquele ano, acordo com o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Venezuela (CONICIT) e adiantou-se substancialmente a negociação de documentos semelhantes com a Itália, Chile, Colômbia, Índia e Austrália.

Cooperação Multilateral

No que se refere à Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, foram iniciadas, já em 1977, as providências relativas à participação brasileira nesse evento internacional, programado para realizar-se em Viena, em agosto de 1979.

Nesse sentido, coordenou o Itamaraty a participação do Brasil, em janeiro de 1977, na Iª Reunião Preparatória do Comitê de Ciência e Tecnologia da ONU, ocasião em que foram aprovadas as diretrizes pelas quais se pautarão tanto os trabalhos da conferência quanto os da fase preparatória à sua realização.

Em atendimento a Resoluções aprovadas durante a mencionada Reunião — pelas quais ficou decidida, dentre outras tarefas, a elaboração por parte dos países membros, de uma monografia nacional sobre a utilização da ciência e tecnologia para o desenvolvimento — criou-se um Grupo de Trabalho encarregado de sua elaboração. O referido Grupo, constituído por funcionários do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Itamaraty, já em dezembro de 1977, apresentava uma primeira versão do Documento Nacional.

Ainda no campo multilateral, pode ser mencionada a participação do Itamaraty na formulação de posição brasileira nas duas reuniões sobre direitos do autor, realizadas, em 1977,

e convocadas pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e pela UNESCO.

Sob o patrocínio dessa última organização, realizou-se em Caracas, dentro do quadro do Programa Hidrológico Internacional, reunião de coordenação para a elaboração do Mapa Hidrogeológico da América do Sul, projeto que vem sendo coordenado pelo Brasil, através do Itamaraty e ELETROBRÁS.

Também no âmbito da UNESCO, coordenou o Itamaraty a participação brasileira na I Reunião do Conselho Intergovernamental do Programa Geral de Informação (novembro) que objetiva à coordenação dos sistemas internacionais de informação científica e tecnológica e ao estabelecimento de sua compatibilização com os sistemas de informação nacionais dos países membros. A importância da representação do Brasil no citado programa resulta do interesse nacional em buscar orientações precisas que possibilitem a racionalização de seu próprio sistema informativo e o seu entrosamento com os sistemas internacionais existentes.

Dentro do Programa da UNESCO, "O Homem e a Biosfera", realizou-se em Viena, em outubro de 1977, reunião do Conselho Internacional de Coordenação, do qual o Brasil é um dos 25 membros. Tendo em vista o escopo amplo do Programa e a crescente importância da temática — tanto em nível internacional quanto em nível nacional — tem o Itamaraty, acompanhado, com especial cuidado e atenção, o desenvolvimento dos referidos trabalhos.

Finalmente, em 1977, realizaram-se duas reuniões do Comitê Preparatório da Conferência Intergovernamental sobre Estratégias e Políticas de Informática, cuja realização decorre de aprovação de proposta apresentada pelo Brasil.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação Técnica Multilateral

A cooperação técnica multilateral resultou em 1977, num aumento dos recursos destinados aos programas já institucionalizados numa sistematização da cooperação que vinha sendo implementada segundo critérios **ad hoc.**

Vale ressaltar que, neste ano, teve início o II Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que sendo qüinqüenal, inclui um total de 62 projetos com custo externo estimado em US$ 37.8 milhões. A contrapartida nacional em cruzeiros é nove vezes maior do que a contribuição da PNUD para esses projetos. Os dispêndios anuais dos projetos realizados em colaboração com o PNUD concentram-se no setor de ciência e tecnologia e são voltados para a organização da pesquisa e do ensino no Brasil para a entrada de conhecimentos não disponíveis no país e para a estruturação de instituições de pesquisa. Os gastos anuais com aqueles projetos sobem a cerca de US$ 60 milhões por ano.

Ainda no âmbito do PNUD, o Brasil participou ativamente da preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento (TCD-C), a realizar-se em agosto/setembro de 1978.

Nesse sentido, elaborou-se o Documento Nacional do Brasil para a mencionada Conferência e lista de 92 ofertas brasileiras, de entidades e organizações que encaminharam, devidamente preenchidos, os formulários distribuídos, que constarão do segundo volume do Diretório de Serviços para TCDC, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Cooperação Técnica Bilateral Recebida

Embora os recursos externos destinados ao Brasil pelos países desenvolvidos se tenham mantido estáveis, o programa de cooperação não somente se ampliou, em virtude do aumento da contrapartida nacional, mas também se tornou mais efetivo, através da negociação de bases mais regulares e maior organicidade da cooperação com os mencionados países.

Nessas condições, deu-se prosseguimento à execução ou elaboração de novos Programas Nacionais de Cooperação Técnica, que contêm o elenco de projetos implementados com a colaboração de cada país. Com relação a alguns países, em que a cooperação se desenvolve dentro de uma sistemática bastante orgânica e objetiva, a cada projeto correspondeu um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Esse foi o caso da cooperação com a República Federal da Alemanha, que constitui a mais expressiva fonte de assistên-

cia bilateral do Brasil. De fato, em 1977, a RFA destinou cerca de 16 milhões de marcos, para uma contrapartida brasileira de aproximadamente 50 milhões de marcos, a 24 projetos de grande porte.

Deve-se ainda mencionar a colaboração do Japão, que envolveu a implementação de 23 projetos nas áreas de ciência e tecnologia, educação e agricultura, bem como a assistência oferecida pela França, Canadá e Grã-Bretanha, nos seguintes campos principais:

— tecnologia industrial;
— ciência e tecnologia;
— agropecuária;
— Recursos hídricos;
— administração pública e fazendária;
— saúde;
— desenvolvimento regional e urbano;
— transportes; e,
— educação.

Igualmente importante foi a cooperação que se iniciou com a Itália, no campo de formação e aperfeiçoamento profissional, com os projetos. "Instalação de um Centro Ítalo-Brasileiro de Formação no Campo de Mecânica de Precisão no Rio de Janeiro" e "Ampliação dos Cursos de Artes Gráficas" — SENAI.

A cooperação com os referidos países concentrou-se no intercâmbio de peritos de alto nível e, também, na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, setor em que se obteve a colaboração dos Estados Unidos, Bélgica, Espanha, Suíça, Portugal e outras nações. A Cooperação envolveu somente fornecimento de equipamentos imprescindíveis para a execução de projetos que não se produzem no Brasil.

Essa orientação visa não só a organizar nossa pesquisa e ensino, mas também a proporcionar a transferência real de conhecimentos não disponíveis no país e a contribuir para a estruturação de instituições e conseqüente multiplicação de Know-how e tecnologia.

Cooperação Técnica Bilateral Concedida

A cooperação técnica bilateral concedida tomou impulso considerável em 1977. O Brasil expandiu a cooperação tanto do ponto de vista financeiro quanto geográfico e, principal-

mente, consolidou a programação com os países com os quais vem desenvolvendo cooperação regular.

A política de cooperação bilateral concedida em virtude de afinidades geográficas, culturais e históricas, continuou a dar ênfase aos programas com os países latino-americanos e africanos de expressão portuguesa.

Na América Latina, destacaram-se os programas com o Paraguai, nos setores de formação de mão-de-obra especializada, dentro do Projeto de Itaipu, hidrologia geral e aplicada, abastecimento, administração pública e serviços, bolsas de pós-graduação; com o Chile, nas áreas de telecomunicações, tecnologia do leite, matemática e engenharia naval, administração pública e bancária; e com a Bolívia, nos campos da administração municipal, agricultura, industrialização e formação de mão-de-obra especializada em diversos domínios.

Igualmente importante foi a cooperação com o Peru, com a realização da I Reunião da Subcomissão Mista para a Amazônia Brasileiro-Peruana e com o desenvolvimento de sete projetos adicionais em agropecuária, piscicultura, desenvolvimento regional e florestal.

A cooperação técnica com os países africanos de expressão portuguesa atribuiu grande ênfase à formação de recursos humanos no Brasil, com o recebimento de cerca de cem bolsistas e o envio àqueles países de missões técnicas de curta duração, nos setores de saúde, piscicultura, agropecuária, administração financeira, transportes e formação profissional. Ademais, doaram-se àqueles países medicamentos, sementes e material didático e técnico.

Além da cooperação específica com cada país, que se concentrou no intercâmbio de missões técnicas e na concessão de bolsas de estudo para formação e aperfeiçoamento de recursos humanos no Brasil, organizaram-se dezoito seminários e cursos de curta duração, para participantes da América do Sul, Central e África, nas seguintes áreas: administração municipal, financeira e tributária; desenvolvimento urbano; planejamento de transportes; comunicações; engenharia econômica; saneamento ambiental e medicina tropical.

ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

ASSUNTOS CONSULARES

Organização e Controle dos Serviços Consulares Brasileiros

Foram reorganizados, em 1977, estrutural e funcionalmente, os serviços consulares brasileiros. Parte dos recursos para essa reorganização originou-se de convênio celebrado, neste ano, entre o MRE e a SEPLAN.

Procedeu-se, ainda, à reorganização e atualização do quadro de jurisdição das unidades consulares brasileiras, consolidados através da Portaria nº 449, de 28.02.77.

O declínio de certas Repartições, e a necessidade de economia de realocação de recursos justificaram a extinção dos Consulados Gerais em Capetown, Cobe e Dublin, dos Consulados Honorários em Aalborg, Calcutá, Singapura, Madras e Melbourne. Em Cobe e Singapura, bem como em Valetta, áreas de relativo interesse consular e comercial, foram estabelecidos Vice-Consulados. Novos Consulados Honorários foram criados em locais de recente expansão econômica e comercial de interesse para o Brasil, como Aarhuns, na Dinamarca; Cleveland, nos EUA; e seis cidades no Japão (Fucuoca, Hroxima, Nagasaque, Nagoia, Haha, Quioto e Sapporo). Dessa forma, a rede consular brasileira passou a contar com 243 unidades: 71 serviços consulares em Embaixadas, 28 Consulados-Gerais, 17 Consulados, 28 Vice-Consulados e 99 Consulados Honorários.

Para permitir uma avaliação mais completa das atividades das unidades consulares. foi organizado um sistema de classificação de atividades e, a título experimental, as unidades consulares no cone sul do continente foram instruídas a

apresentar informações obedecendo a esse sistema, cujo objetivo principal consiste na identificação da presença de brasileiros na jurisdição de cada unidade, suas características e suas necessidades de apoio consular, procuraram-se os meios necessários para que aquelas unidades consulares possam prestar referido apoio de maneira mais adequada possível. Esse novo sistema vem, além disso, fornecendo elementos para as atividades diplomáticas do Brasil na região, e está sendo examinada sua ampliação para toda a rede consular.

Um Grupo de Trabalho **ad hoc** elaborou um novo Manual de Serviço Consular e Jurídico, que consolida as normas de serviço. Esse manual foi aprovado e distribuído a todos os postos no exterior.

II — Assistência a brasileiros no exterior

Deu-se ênfase à assistência a brasileiros na América do Sul, em especial nas regiões fronteiriças, em vista de contingentes que se deslocam para os países vizinhos, como trabalhadores temporários, ou para se fixarem em regiões economicamente promissoras. Particular atenção receberam os brasileiros nas regiões fronteiriças do Paraguai, no Suriname e no Departamento da Guiana. Deve ser registrado alto grau de cooperação, obtido pelas Repartições consulares brasileiras junto às autoridades dos países vizinhos.

As despesas com repatriações, assistência judicial ou legal e pequenos auxílios alcançaram US$ 50.000,00. Para maior eficácia da assistência consular na área policial, realizaram-se gestões através das Missões diplomáticas brasileiras e junto às Embaixadas em Brasília, para fiel cumprimento do Art. 36 da citada Convenção de Viena sobre relações consulares.

Foram criadas Guias Consulares especiais para o processamento de certidões de nascimento, casamento e óbito, da documentação de serviço militar, de procurações, de documentos de navios e tripulantes, dos mapas estatísticos do IBGE, bem como dos boletins epidemiológicos e epizotiológicos de todos os países, o que acelerou o envio aos Ministérios da Justiça, Exército, Marinha e Saúde e desobstruiu o funcionamento rotineiro da Divisão, diminuindo-se de 16 para 4 o número de funcionários ocupados nessas atividades. Por outro lado, procedeu-se a 500 reconhecimentos de firmas consulares e à expedição de 825 Certificados de Dispensa de Reconhecimento.

Renda Consular

Racionalizou-se o recolhimento da renda consular, em cooperação com a IGF e com o Banco do Brasil, reduzindo-a de 60 para 15 dias o período entre a remessa, o recolhimento ao Tesouro Nacional e a prestação de contas à Inspetoria Geral de Finanças.

No exercício de 1977, a Divisão Consular recolheu ao Tesouro Nacional 83 DARFS, no valor total de Cr$ 26.172.767,88 e submeteu à IGF as 2.157 prestações de contas correspondentes.

O estoque de estampilhas da DCN, no início do exercício de 1977, acusava Cr$ 5.823.325,00 e, no fim do exercício, Cr$ 7.139.100,00. Foram recebidas do Ministério da Fazenda estampilhas no valor de Cr$-ouro 3.150.000,00. A Divisão distribuiu aos postos, mediante requisições, Cr$-ouro 1.835.550,00. Recolheram-se e incineraram-se por serem desnecessárias as estampilhas de 50 e 100 cruzeiros-ouro, num valor de Cr$-ouro 1.029.583,00.

A meação consular dos Cônsules Honorários cessou passar a ser considerada inconstitucional, mediante recolhimento das estampilhas consulares de que dispunham. No exercício de 1977, dispenderam-se US$ 50.000,00 como complemento da meação.

Serviços consulares estrangeiros no Brasil

Organizou-se um sistema de controle do quadro jurisdicional, por país, das repartições consulares estrangeiras e das Carteiras consulares. Receberam reconhecimento provisório e **Exequatur** 44 chefes de Repartições consulares, 24 Cônsules Gerais, 11 Cônsules, 1 Vice-Cônsul e 8 Cônsules Honorários. Foram expedidas 335 carteiras consulares em todos os níveis.

Concedeu-se anuência à criação de 13 Repartições consulares: Consulado-Geral do Uruguai em São Paulo; Consulado da Costa Rica em Belo Horizonte; Agências Consulares da Colômbia em Tabatinga, e da França em Florianópolis e Pelotas; Consulados Honorários de Cabo Verde, da Jordânia e da Islândia no Rio de Janeiro, da Costa Rica em Belém, das Filipinas e da Índia em São Paulo, da Grécia em Salvador, e do Peru em Recife.

Passaportes

Em 1977, a principal ocorrência verificada no âmbito de passaportes foi o esforço despendido no sentido de modernizar e racionalizar as rotinas aplicáveis ao grande número de atividades de responsabilidade da Divisão, de modo a obter-se um sistema, mais dinâmico de processamento de expedientes. Para tanto, foi celebrado Convênio com a SEPLAN, pelo qual se deu início a primeira fase de operação do Sistema de Informação Consular e Jurídica.

No âmbito do programa de modernização e racionalização das rotinas do Departamento Consular e Jurídico, foi elaborado formulário de "Controle de Estoque e Concessão de Passaportes — CECP", concebido com vistas a possibilitar a sistematização dos dados em forma adequada à sua utilização por computador, em futuro próximo.

No ano de 1977, foi celebrado, ainda, o Segundo Termo Aditivo ao contrato firmado com a Casa da Moeda do Brasil, em 2 de outubro de 1975, para a produção de cadernetas de passaportes, anteriormente fabricadas por empresa estrangeira. Por esse Termo Aditivo, no valor global de Cr$ 5.635.000,00, foram produzidas:

a) 10.000 (dez mil) cadernetas de passaportes diplomáticos; b) 25.000 (vinte e cinco mil) cadernetas de passaporte de serviço; c) 300.000 (trezentos mil) cadernetas de passaporte comum; d) 10.000 (dez mil) cadernetas de passaporte para estrangeiros; e, e) 5.000 (cinco mil) cadernetas de passaporte de "Laissez-Passer".

No âmbito do processamento do expediente de rotina, foram concedidos, na Secretaria de Estado, 1.268 vistos oficiais, 573 vistos diplomáticos, e prorrogados 144 vistos; foram concedidas ou prorrogadas 875 Carteiras de Identidade Especial para Estrangeiros; concederam-se 4.065 Passaportes de Serviço e prorrogaram-se 1.935; foram concedidos 1.151 Passaportes diplomáticos e prorrogados 132.

Imigração

Neste setor, imprimiu-se ênfase especial à coordenação com os demais órgãos federais competentes na matéria, particularmente os Ministérios do Trabalho e da Justiça.

O Departamento Consular e Jurídico, a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, as Divisões de

Permanência de Estrangeiros e de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Ministério da Justiça, e a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional estabeleceram uma coordenação intersetorial, montando, em caráter permanente, um sistema triangular de troca de informações. Foi estabelecido um mecanismo que permite o funcionamento integrado dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Trabalho, em matéria de controle da entrada de estrangeiros no Brasil.

Desenvolveram-se esforços conjuntos no sentido de disciplinar o fluxo imigratório em direção ao Brasil, adequando-o às necessidades reais do mercado brasileiro de mão-de-obra, e aperfeiçoando os mecanismos internos de encaminhamento e colocação dos imigrantes nos diversos setores da produção.

Paralelamente, reorganizou-se o sistema de seleção de imigrantes no exterior, de maneira a compatibilizá-lo com os critérios vigentes de absorção e colocação de mão-de-obra estrangeira no Brasil, tendo sido também estabelecidas diretrizes operacionais para o processamento dinâmico da imigração.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Assistência Judiciária Internacional

Extradição: Durante todo o ano de 1977, só ocorreu um caso de pedido de extradição a Governo estrangeiro.

Em contrapartida, foram encaminhados ao Ministério da Justiça, 14 requerimentos de extradição feitos por Estados estrangeiros, a saber: 3 pela República Federal da Alemanha; 3 por Portugal; 2 pela Argentina; 1 pela Bélgica; 1 pela Espanha; 1 pela França; 1 pela Itália; 1 pela Suíça e 1 pelo Uruguai.

Cartas Rogatórias: Foram encaminhadas aos Chefes de Missão Diplomática brasileira 161 cartas rogatórias expedidas pela Justiça do Brasil, além de 6 a Chefes de Repartições Consulares na República Federal da Alemanha.

Remeteu, também, a Divisão Jurídica ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, 220 cartas rogatórias expedidas por Justiças estrangeiras.

Ações contra Estados Estrangeiros

Aos Procuradores Chefes de Procuradoria da República em alguns Estados da União foi comunicado o entendimento de que convinha ao Poder Executivo que em processos decorrentes de ações movidas contra Estados estrangeiros, fossem levados em conta os princípios de imunidade estabelecidos em convenção internacional.

Problemas de Nacionalidade

Em 1977, a Divisão Jurídica informou ao Diretor Geral do Departamento Federal de Justiça do Ministério da Justiça toda naturalização hábil a fundamentar processo de perda de nacionalidade brasileira, de acordo com a alínea I do artigo 146 da Constituição da República.

ATOS INTERNACIONAIS

ATOS ASSINADOS E/OU APROVADOS PELO LEGISLATIVO E/OU RATIFICADOS E/OU PROMULGADOS EM 1977

Açúcar

— Nova Prorrogação do Convênio Internacional do Açúcar de 1973 (Resolução Nº 3). 30 de junho de 1976.

— Instrumento de Aceitação Provisória depositado a 10 de novembro de 1977.

— Acordo Internacional do Açúcar de 1977. Genebra, 7 de outubro de 1977.

Assinado a 13 de dezembro de 1977.

Agricultura

— Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Roma, 13 de junho de 1976.

Assinado a 13 de abril de 1977.

— Primeiro Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 10, sobre o Setor de Máquinas de Escritório. (Modificação de Requisitos de Origem)., Montevidéu, 10 de dezembro de 1975.

Promulgado pelo Decreto nº 79.169, de 26 de janeiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 31 de janeiro de 1977.

— Segundo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Química (Ampliação do Setor Industrial). Montevidéu, 26 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.197, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Quinto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 20, sobre a Indústria de Matérias Corantes e Pigmentos (Revisão do Programa de Liberação). Montevidéu, 26 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.198, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Sétimo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica. Montevidéu, 26 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.199, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Sexto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação Nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica. Montevidéu, 26 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.200, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Sétimo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica (Ampliação do Programa de Liberação). Montevidéu, 30 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.201, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Oitavo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 15, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica (Ampliação do Setor Industrial). Montevidéu, 30 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.202, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Décimo-Primeiro Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas do Petróleo (Revisão do Programa de Liberação). Montevidéu, 26 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.203, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Resultado da Décima-Sexta Série de Negociações Anuais para a Formação da Zona de Livre Comércio, Instituída pelo Tratado de Montevidéu, no tocante à Lista Especial de Vantagens não Extensivas que o Brasil outorga ao Equador. Montevidéu, 26 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.204, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

— Emendas a serem introduzidas na Lista Nacional e nas Listas de Vantagens não Extensivas à Bolívia, ao Equador, ao Paraguai e ao Uruguai, Decorrentes de Modificações Incorporadas à Nabalalc pela Ata Final de Negociações do XVI Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu. Montevidéu, 26 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.229, de 9 de fevereiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 11 de fevereiro de 1977.

— Terceiro Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 10, sobre o Setor de Máquinas de Escritório (Ampliação do Setor Industrial abrangido pelo Ajuste). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Segundo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 10, sobre o Setor de Máquinas de Escritório (Revisão do Programa de Liberação e Modificação do Artigo 1º do Ajuste). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Quarto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Química (Revisão do Programa de Liberação). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Décimo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Fotográfica (Revisão do Programa de Liberação e Modificação do Artigo 1º do Ajuste). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Décimo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica (Revisão do Programa de Liberação e Modificação do Artigo 1º do Ajuste). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado, a 28 de novembro de 1977.

— Décimo-Segundo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica (Revisão do Programa de Liberação do Ajuste). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Sétimo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 20, sobre a Indústria de Matérias Corantes e Pigmentos (Revisão do Programa de Liberação do Ajuste). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Quinto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Química (Ampliação do Setor Industrial abrangido pelo Ajuste). Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Décimo-Quinto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas do Petróleo. Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Décimo-Sexto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas do Petróleo. Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Quarto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 10, sobre o Setor de Máquinas de Escritório. Montevidéu, 28 de novembro de 1977.

Assinado a 28 de novembro de 1977.

— Décimo-Segundo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 15, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica (Revisão do Programa de Liberação do Ajuste). Montevidéu, 30 de novembro de 1977.

Assinado a 30 de novembro de 1977.

— Nono Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 15, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica. Montevidéu, 30 de novembro de 1977.

Assinado a 30 de novembro de 1977.

— Décimo-Quarto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas e Derivadas do Petróleo. Montevidéu, 30 de novembro de 1977.

Assinado a 30 de novembro de 1977.

— Décimo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação nº 15, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica. Montevidéu, 30 de novembro de 1977.

Assinado a 30 de novembro de 1977.

Assistência Recíproca

— Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). São José da Costa Rica, 26 de julho de 1975.

Assinado a 26 de julho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 58, de 15 de junho de 1977.

Instrumento de Ratificação depositado junto à OEA a 14 de julho de 1977.

Café

— Convênio Internacional do Café de 1976. Londres, 3 de dezembro de 1975. Aberto à assinatura de 31 de janeiro a 31 de julho de 1976.

Assinado a 17 de fevereiro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 14 de setembro de 1976.

Instrumento de Ratificação depositado na Sede da ONU, a 28 de setembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto nº 79.186, de 31 de janeiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 4 de fevereiro de 1977 (Suplemento).

Cultura

— Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Paris, 16 de novembro de 1972.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977.

Instrumento de Adesão depositado na Sede da UNESCO a 2 de setembro de 1977.

Promulgado pelo Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 14 de dezembro de 1977.

Ensino

— Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe. Cidade do México, 19 de julho de 1974.

Assinado a 19 de julho de 1974.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 23 de junho de 1977.

Instrumento de Ratificação depositado na Sede da UNESCO em 18 de agosto de 1977.

Promulgado pelo Decreto nº 80.419, de 27 de setembro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1977.

Entorpecentes

— Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Viena, 21 de fevereiro de 1971.

Assinado a 21 de fevereiro de 1971.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 90, de 5 de dezembro de 1972.

Instrumento de Ratificação depositado na Sede da ONU a 14 de fevereiro de 1973.

Promulgado pelo Decreto nº 79.383, de 14 de março de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 23 de março de 1977.

— Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos. Buenos Aires, 27 de abril de 1973.

Assinado a 27 de abril de 1973.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 78, de 5 de dezembro de 1973.

Instrumento de Ratificação depositado em Buenos Aires a 29 de janeiro de 1974.

Promulgado pelo Decreto nº 79.455, de 30 de março de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 31 de março de 1977.

GATT

— Ata que Prorroga a Declaração de Adesão Provisória das Filipinas ao GATT. Genebra, 21 de novembro de 1975.

Assinado a 11 de agosto de 1977.

— Décima Ata que Prorroga a Declaração de Adesão Provisória da Tunísia ao GATT. Genebra, 21 de novembro de 1975.

Assinado a 11 de agosto de 1977.

— Ata de Prorrogação de Adesão Provisória da Colômbia ao GATT. Genebra, 22 de novembro de 1976.

Assinado a 11 de agosto de 1977.

Meio Ambiente

— Convenção para a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental. Nova Iorque, 10 de dezembro de 1976. Aberto à assinatura em Genebra a partir de 1 de junho de 1977.

Assinado a 9 de novembro de 1977.

Navegação Aérea

— Protocolo Relativo a uma Emenda (Art. 48, a) à Convenção de Aviação Civil Internacional. Roma, 15 de setembro de 1962.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 1º de dezembro de 1964.

Instrumento de Adesão depositado em Montreal a 6 de março de 1969.

Promulgado pelo Decreto nº 80.487, de 4 de outubro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 5 de outubro de 1977.

— Protocolo Relativo a uma Emenda ao Artigo 56 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional. Viena, 7 de julho de 1971.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 78, de 12 de novembro de 1971.

Instrumento de Adesão depositado em Montreal a 17 de dezembro de 1971.

Promulgado pelo Decreto n° 80.486, de 4 de outubro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 5 de outubro de 1977.

Navegação Marítima

— Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional. Londres, 9 de abril de 1965.

Assinado a 9 de abril de 1965.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 73, de 29 de junho de 1977.

Instrumento de Ratificação depositado em Londres a 22 de agosto de 1977.

Promulgado pelo Decreto n° 80.672, de 7 de novembro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 9 de novembro de 1977.

— Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969. Bruxelas, 29 de novembro de 1969.

Assinado a 30 de dezembro de 1969.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 74, de 30 de setembro de 197(...)

Instrumento de Ratificação depositado em Londres a 17 de dezembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto n° 79.437, de 28 de março de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 29 de março de 1977.

— Emenda à Convenção Internacional de Linhas de Carga, de 1966 (Resolução A-319 (IX)). Londres, 12 de novembro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 69, de 28 de junho de 1977.

Instrumento de Adesão depositado em Londres a 18 de agosto de 1977.

— Emendas à Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. Londres, 14 de novembro de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 53, de 7 de junho de 1977.

Instrumento de Adesão depositado em Londres a 1° de agosto de 1977.

— Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no mar, 1972. Londres, 20 de outubro de 1972.

Assinado a 23 de maio de 1972.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 77, de 31 de outubro de 1974.

Instrumento de Ratificação depositado em Londres a 26 de novembro de 1974.

Promulgado pelo Decreto n° 80.068, de 2 de agosto de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 1° de setembro de 1977.

Propriedade Industrial

— Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes. Washington, 19 de junho de 1970.

Assinado a 19 de junho de 1970.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 110, de 30 de novembro de 1977.

Telecomunicações

— Convenção Internacional de Telecomunicações. Málaga-Torremolinos, 25 de outubro de 1973.

Assinado a 25 de outubro de 1973.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 81, de 29 de outubro de 1976.

Instrumento de Ratificação depositado em Berna a 30 de novembro de 1976.

Promulgado pelo Decreto n° 79.159, de 24 de janeiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 1° de março de 1977.

— Protocolo Adicional Facultativo à Convenção Internacional de Telecomunicações de Málaga-Torremolinos (1973) Relativo à Solução Obrigatória de Controvérsias. Málaga-Torremolinos, 25 de outubro de 1973.

Assinado a 25 de outubro de 1973.

Promulgado pelo Decreto n° 79.159, de 24 de janeiro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 1° de março de 1977.

Agricultura

— Convenção que Institui a Comissão Sericícola Internacional. Alés (França), 17 a 19 de maio de 1955.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 83, de 9 de setembro de 1977.
Instrumento de Adesão depositado em Paris a 18 de outubro de 1977.

ATOS BILATERAIS

I — ATOS ASSINADOS EM 1977

A — PAÍSES

Alemanha, República Federal da

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo à Prorrogação das Atividades de Orientadores Alemães para Jovens Agricultores Brasileiros.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, para a Continuação do Fomento à Universidade Federal de Santa Maria, R.S.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Convênio sobre Cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a **Rheinisch-Westfalische Technische Hochschule.**
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo à Colaboração entre o Instituto Bernard Hocht, de Hamburgo, e a Fundação Osvaldo Cruz, do Rio de Janeiro.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo à Prorrogação das Ativi-

dades do Perito em Laticínios junto à Associação de Crédito e Assistência Rural — ACAR — de Minas Gerais.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 28 de fevereiro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao envio de um grupo de Assessores à Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU).
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 14 de março de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de três Técnicos alemães para o aperfeiçoamento da capacitação de Consultores Empresariais para Pequenas e Médias Empresas, os quais atuarão junto ao Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE).
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 24 de maio de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de um Especialista em Prospecção de Carvão, para assessorar o Departamento Nacional de Prospecção Mineral (DNPM) do Ministério das Minas e Energia.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 27 de maio de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, para promover a Experimentação, Divulgação e Aplicação de Medidas para o controle da erosão do solo do Estado do Paraná, através do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR).
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 15 de junho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, relativo à promoção do Desenvolvimento Cooperativista nos Perímetros Irrigados do Polígono das Secas.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 15 de junho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, sobre a Cooperação ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT).
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 16 de junho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de um Perito em

Radiodifusão, na qualidade de Assessor do Ministério das Comunicações.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 16 de junho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de uma Missão Hidrogeológica Alemã, e de Peritos, para a Execução de Tarefas Específicas Geofísicas, Hidráulicas e Hidrológicas.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 24 de junho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Prosseguimento da Cooperação Iniciada em 1973, em Benefício da Pesquisa Agropecuária na Região Amazônica.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 11 de julho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, visando a fomentar o Planejamento Regional Integrado da Região Sul do Estado de Minas Gerais.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 24 de novembro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, prorrogando a Atuação do Especialista em Prospecção de Carvão junto ao Departamento Nacional de Prospecção de Carvão junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) do Ministério das Minas e Energia.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 12 de dezembro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Referente ao Desenvolvimento da Cooperativa Agropecuária de Petrópolis, RS.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 7 de dezembro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, sobre a Cooperação ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Metalurgia e Materiais.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 30 de dezembro de 1977.

Angola

— Memorando de Acordo de Transporte Aéreo.
Celebrado em Luanda a 13 de maio de 1977.

Argentina

— Troca de Notas Colocando em Vigor as Disposições Contidas na Ata Final da VIII Reunião de Consulta sobre Transporte Aéreo, Realizada no Rio de Janeiro de 20 a 29 de março de 1977.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 9 de dezembro de 1977.

Bolívia

— Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.
Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

— Convênio de Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.
Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

— Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência.
Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

— Troca de Notas Estabelecendo um Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974.
Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

— Troca de Notas estabelecendo um Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 10.07.1973, através da entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica em Telecomunicações e Serviços Postais, de 30.08.1976.
Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

— Declaração Conjunta.
Celebrada em Brasília a 17 de agosto de 1977.

Cabo Verde

— Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.
Celebrado em Brasília a 28 de abril de 1977.

— Memorando de Entendimento Relativo à Educação, Agricultura e Pecuária, Saúde, Transportes e Comunicações, Previdência Social e Urbanização.
Celebrado em Brasília a 28 de abril de 1977.

Canadá

— Memorando de Entendimento Relativo à Cooperação Tripartite com Países em Desenvolvimento.
Celebrado em Brasília a 13 de janeiro de 1977.

— Memorando de Entendimento sobre o Segundo Programa Nacional de Cooperação Técnica com o Canadá 1977/1981.
Celebrado em Brasília a 13 de janeiro de 1977.

— Acordo de Empréstimo.
Celebrado em Brasília a 13 de janeiro de 1977.

— Comunicado Conjunto Brasil-Canadá.
Celebrado em Brasília a 13 de janeiro de 1977.

— Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura do Canadá e o Ministério da Agricultura do Brasil.
Celebrado em Ottawa a 10 de outubro de 1977.

Chile

— Acordo Relativo ao Quadro de Rotas Aprovado na IV Reunião de Consulta Aeronáutica.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 8 de março de 1977.

Espanha

— Ajuste Complementar ao Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta contra as Secas, de 23.10.1974.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 8 de fevereiro e 12 de maio de 1977.

Estados Unidos da América

— Ajuste Provisório, prorrogando por um Período de 60 Dias, o Acordo sobre Pesca de Camarão, de 14.03.1975.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 1° de março de 1977.
— Acordo sobre Camarão.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 1° de maio de 1977.

— Acordo sobre a Regulamentação do Comércio de Cromo e Derivados.
Celebrado em Washington, p.t.n. de 18 de julho de 1977.

França

— Troca de Notas modificando o quadro de rotas constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 29.10.1965, Modificado por Trocas de Notas de 08.01 e 22.04.1976.
Celebrado em Brasília a 22 de março de 1977.

— Troca de Notas Modificando o quadro de rotas constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 29.10.1965, Modificado por Troca de Notas de 08.01 e 22.04.1976.
Celebrado em Brasília a 22 de março de 1977.

Grã-Bretanha

— Troca de Notas anulando a validade de documentos relacionados com o Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31.10.1946.
Celebrado em Brasília a 5 de janeiro de 1977.

— Troca de Notas substituindo o anexo e os quadros de rotas I e II do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31.10.1946, Anulando o seu Protocolo de Assinaturas e a Troca de Notas de 27.06.1952.
Celebrado em Brasília a 5 de janeiro de 1977.

— Ajuste emendando a Troca de Notas de 07.09.1974, no Quadro do Contrato de Empréstimo Brasil-Reino Unido, de 1973, para a Execução do Projeto de Eletrificação do Jequitinhonha.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de maio de 1977.

Irã

— Acordo Comercial.
Celebrado em Brasília a 22 de junho de 1977.

Iraque

— Acordo sobre Transporte Aéreo.
Celebrado em Brasília a 21 de janeiro de 1977.

— Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.
Celebrado em Bagdad a 11 de maio de 1977.

Itália

— Ajuste Interpretativo dos Artigos VI e VIII do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.10.1972.

Iugoslávia

— Protocolo entre o Brasil e a Iugoslávia Relativo à Mudança do Sistema de Pagamentos Aplicável às Trocas entre os Dois Países para Moeda Conversível.
Celebrado em Brasília a 27 de maio de 1977.

— Acordo de Comércio e Pagamentos.
Celebrado em Brasília a 8 de junho de 1977.

Japão

— Ajuste Relativo à Cooperação no Campo da Pesquisa Agrícola no Brasil.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 30 de setembro de 1977.

Libéria

— Acordo Comercial.
Celebrado em Brasília a 21 de novembro de 1977.

Nigéria

— Memorando de Entendimentos sobre Transportes Aéreos.
Celebrado em Lagos a 20 de maio de 1977.

Polônia

— Comissão Mista Brasil-Polônia — **Agreed Minutes.**
Celebrado em Varsóvia a 18 de abril de 1977.

Tchecoslováquia

— Acordo de Comércio.
Celebrado em Brasília a 19 de julho de 1977.

Uruguai

— Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim).
Celebrado em Brasília a 7 de julho de 1977.

— Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão, Anexo ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão).
Celebrado em Brasília a 7 de julho de 1977.

— Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM).
Celebrado em Brasília a 7 de julho de 1977.

— Troca de Notas estabelecendo isenções de impostos relativos a aquisições de materiais e prestações de serviços para as construções da nova chancelaria da Embaixada do Brasil em Montevidéu e da Embaixada do Uruguai em Brasília.

Venezuela

— Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o CNPq e o CONICIT.
Celebrado em Brasília a 16 de novembro de 1977.

— Tratado de Amizade e Cooperação.
Celebrado em Brasília a 17 de novembro de 1977.

— Acordo de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência.
Celebrado em Brasília a 17 de novembro de 1977.

— Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical.
Celebrado em Brasília a 17 de novembro de 1977.

— Acordo para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 17 de novembro de 1977.

B — ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Agência Espacial Européia (A.E.E.)

— Acordo para o Estabelecimento e Utilização de Meios de Rastreamento e de Telemedida a serem instalados em Território Brasileiro.
Celebrado em Brasília a 20 de junho de 1977.

— Protocolo Relativo à Formação de Pessoal Brasileiro no Campo da Tecnologia de Lançadores.
Celebrado em Brasília a 19 de setembro de 1977.

— Protocolo Relativo à Instalação de Equipamentos no Campo de Lançamento de Natal e à Utilização dos Meios desse Campo de Lançamento para o Programa do Lançador Ariane.
Celebrado em Brasília a 19 de setembro de 1977.

Comunidade Econômica Européia (C.E.E.)

— Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis.
Celebrado em Bruxelas a 13 de janeiro de 1977.

II — ATOS BILATERAIS APROVADOS PELO LEGISLATIVO, E/OU RATIFICADOS E/OU PROMULGADOS EM 1977

A — PAÍSES

Alemanha, República Federal da

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo à Prorrogação das Ativi-

dades de Orientadores Alemães para Jovens Agricultores Brasileiros.

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.
Entrou em vigor a 18 de fevereiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 26 de maio de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, para a Continuação do Fomento à Universidade Federal de Santa Maria, R.S.

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.
Entrou em vigor a 18 de fevereiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 26 de maio de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Convênio sobre Cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a **Rheinisch-Westfalische Teschnische Hochschule.**

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.
Entrou em vigor a 18 de fevereiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 26 de maio de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo à Colaboração entre o Instituto Bernard Hocht, de Hamburgo, e a Fundação Osvaldo Cruz, do Rio de Janeiro.

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de fevereiro de 1977.
Entrou em vigor a 18 de fevereiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 11 de julho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo à Prorrogação das Atividades do Perito em Laticínios junto à Associação de Crédito e Assistência Rural — ACAR — de Minas Gerais.

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 28 de fevereiro de 1977.
Entrou em vigor a 28 de fevereiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 26 de maio de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de um Grupo de Assessores à Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU).

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 14 de março de 1977.

Entrou em vigor a 14 de março de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 11 de julho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de um Especialista em Prospecção de Carvão, para assessorar o Departamento Nacional de Prospecção Mineral (DNPM) do Ministério das Minas e Energia.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 27 de maio de 1977.
Entrou em vigor a 27 de maio de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 11 de julho de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30.11.1963, sobre a Cooperação ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT).
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 16 de junho de 1977.
Entrou em vigor a 16 de junho de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 18 de agosto de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de um Perito em Radiodifusão, na qualidade de Assessor do Ministério das Comunicações.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 16 de junho de 1977.
Entrou em vigor a 16 de junho de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 16 de agosto de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Envio de uma Missão Hidrogeológica Alemã e de Peritos, para a Execução de Tarefas Específicas Geofísicas, Hidráulicas e Hidrológicas.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 24 de junho de 1977.
Entrou em vigor a 24 de junho de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 17 de agosto de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, Relativo ao Prosseguimento da Cooperação Iniciada em 1973, em Benefício da Pesquisa Agropecuária na Região Amazônica.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 11 de julho de 1977.
Entrou em vigor a 11 de julho de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 16 de agosto de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, visando a fomentar o Planejamento Regional Integrado da Região Sul do Estado de Minas Gerais.

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 24 de novembro de 1977.

Entrou em vigor a 24 de novembro de 1977.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30.11.1963, prorrogando a Atuação do Especialista em Prospecção de Carvão junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia.

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 12 de dezembro de 1977.

Entrou em vigor a 12 de dezembro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 4 de janeiro de 1978.

Argentina

— Troca de Notas colocando em vigor as disposições contidas na Ata Final da VIII Reunião de Consulta sobre Transporte Aéreo, realizada no Rio de Janeiro de 20 a 29 de março de 1977.

Celebrado em Brasília a 9 de dezembro de 1977.

Entrou em vigor a 9 de dezembro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 2 de janeiro de 1978.

Bolívia

— Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 1º de dezembro de 1977.

— Convênio de Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.

Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 115, de 2 de dezembro de 1977.

— Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência.

Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.

Entrou em vigor provisório a 17 de agosto de 1977.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 107, de 25 de novembro de 1977.

— Troca de Notas estabelecendo um Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22.05.1974.
Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.
Entrou em vigor a 17 de agosto de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977.

— Troca de Notas estabelecendo um Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 10.07.1973.
Celebrado em Brasília a 17 de agosto de 1977.
Entrou em vigor a 17 de agosto de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 30 de agosto de 1977.

Cabo Verde

— Acordo Básico de Cooperação Técnica.
Celebrado em Brasília a 28 de abril de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 102, de 23 de novembro de 1977.

Canadá

— Memorando de Entendimento relativo à cooperação tripartite com países em desenvolvimento.
Celebrado em Brasília a 13 de janeiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 27 de janeiro de 1977.

— Memorando de Entendimento sobre o Segundo Programa Nacional de Cooperação Técnica com o Canadá 1977/1981.
Celebrado em Brasília a 13 de janeiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 27 de janeiro de 1977.

Chile

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, referente à Cooperação no Campo das Telecomunicações e Serviços Postais.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 23 de dezembro de 1976.
Entrou em vigor a 23 de dezembro de 1976.
Publicado no Diário Oficial de 12 de janeiro de 1977.

— Convênio de Cooperação Cultural e Científica.
Celebrado em Brasília a 23 de dezembro de 1976.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 59, de 15 de junho de 1977.

— Acordo Relativo ao Quadro de Rotas Aprovado na IV Reunião de Consulta Aeronáutica.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 8 de março de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 30 de novembro de 1977.

Colômbia

— Acordo para a Reconstituição da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana.
Celebrado em Bogotá, p.t.n. de 5 de agosto de 1976.
Entrou em vigor a 5 de agosto de 1976.
Publicado no Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1977.

Costa Rica

— Acordo Complementar ao Acordo Cultural de 19.11.1964, para o Intercâmbio de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia (entre o CNPq e o CONICIT).
Celebrado em Brasília a 11 de outubro de 1976.
Entrou em vigor a 3 de janeiro de 1977.

Espanha

— Ajuste Complementar ao Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta contra as Secas, de 23.10.1974.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 8 de fevereiro e 12 de maio de 1977.
Entrou em vigor a 12 de maio de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 27 de junho de 1977.

Estados Unidos da América

— Troca de Notas prorrogando a vigência e ampliando o objeto do Acordo para um Programa de Cooperação Científica, de 01.12.1971.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 27 e 28 de dezembro de 1976.

Entrou em vigor a 28 de dezembro de 1976.
Publicado no Diário Oficial de 13 de janeiro de 1977.

— Acordo sobre Camarão.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 1° de maio de 1977.
Entrou em vigor a 1° de maio de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 27 de junho de 1977.

Grã-Bretanha

— Convênio Cultural.
Celebrado em Londres a 14 de outubro de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo n° 54, de 8 de junho de 1977.

— Troca de Notas anulando a validade de documentos relacionados com o Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31.10.1946.
Celebrado em Brasília a 5 de janeiro de 1977.
Entrou em vigor a 5 de janeiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 17 de janeiro de 1977.

— Troca de Notas substituindo o anexo e os quadros de rotas I e II do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31.10.1946, Anulando o seu Protocolo de Assinaturas e a Troca de Notas de 27.06.1952.
Celebrado em Brasília a 5 de janeiro de 1977.
Entrou em vigor a 5 de janeiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 17 de janeiro de 1977.

— Ajuste, emendando a Troca de Notas de 7 de setembro de 1974 e 14 de julho de 1975, no Quadro do Contrato de Empréstimo Brasil-Reino Unido, de 1973, para a Execução do Projeto de Eletrificação do Jequitinhonha.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 18 de maio de 1977.
Entrou em vigor a 18 de maio de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 8 de junho de 1977. Retificado no D.O. de 23 de junho de 1977.

Honduras

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.
Celebrado em Brasília a 11 de junho de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 76, de 11 de outubro de 1976.
Entrou em vigor a 5 de janeiro de 1977.
Promulgado pelo Decreto nº 79.185, de 31 de janeiro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1977.

Irã

— Acordo Comercial.
Celebrado em Brasília a 22 de junho de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 116, de 2 de dezembro de 1977.

Iraque

— Acordo sobre Transporte Aéreo.
Celebrado em Brasília a 21 de janeiro de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 76, de 30 de junho de 1976.

— Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.
Celebrado em Bagdad a 11 de maio de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 117, de 2 de dezembro de 1977.
Entrou em vigor a 9 de dezembro de 1977, por troca de notas.

Iugoslávia

— Protocolo entre o Brasil e a Iugoslávia relativo à mudança do sistema de pagamento aplicável às trocas entre os dois Países para moeda conversível.
Celebrado em Brasília a 27 de maio de 1977.
Entrou em vigor a 9 de setembro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 4 de outubro de 1977. Retificado no Diário Oficial de 17 de outubro de 1977.

— Acordo de Comércio e Pagamentos.
Celebrado em Brasília a 8 de julho de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 108, de 25 de novembro de 1977.
Entrou em vigor a 23 de dezembro de 1977, por troca de notas.

Japão

— Protocolo que modifica e complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos.

Celebrado em Tóquio a 23 de março de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 14 de setembro de 1976.

Instrumentos de Ratificação trocados em Brasília a 29 de novembro de 1977.

Entrou em vigor a 29 de dezembro de 1977.

— Ajuste Relativo à Cooperação no Campo da Pesquisa Agrícola no Brasil.

Celebrado em Brasília, p.t.n. de 30 de setembro de 1977.

Entrou em vigor a 30 de setembro de 1977.

Países Baixos

— Acordo sobre Transportes Aéreos.

Celebrado em Brasília a 6 de julho de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 82, de 29 de outubro de 1976.

Entrou em vigor a 30 de novembro de 1977, por troca de notas.

Promulgado pelo Decreto nº 80.977, de 12 de dezembro de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 14 de dezembro de 1977.

Peru

— Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos.

Celebrado a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na linha de fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 62, de 21 de junho de 1977.

— Convênio Comercial.

Celebrado a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na linha de fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 71, de 29 de junho de 1977.

Instrumentos de Ratificação trocados em Brasília a 15 de julho de 1977.

Entrou em vigor a 15 de julho de 1977.

Promulgado pelo Decreto nº 80.069, de 2 de agosto de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 3 de agosto de 1977.

— Acordo para Utilização de Estações Costeiras e Navios na Região Amazônica.

Celebrado a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na linha de fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 57, de 15 de junho de 1977.

— Convênio sobre Transportes Fluviais.

Celebrado no navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na linha de fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 15 de junho de 1977.

— Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência.

Celebrado a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na linha de fronteira brasileiro-peruana a 5 de novembro de 1976.

Entrou em vigor provisório a 5 de novembro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 63, de 22 de junho de 1977.

— Acordo Sanitário para o Meio Tropical.

Celebrado a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na linha de fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 52, de 7 de junho de 1977.

Entrou em vigor a 15 de julho de 1977, por troca de notas.

Promulgado pelo Decreto nº 80.067, de 2 de agosto de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 3 de agosto de 1977.

— Acordo para a Constituição de uma Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia.

Celebrado a bordo do navio peruano "Ucayali", no Rio Amazonas, na linha de fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976.

Entrou em vigor provisório a 5 de novembro de 1976.

Entrou em vigor definitivo a 15 de julho de 1977, por troca de notas.

Polônia

— Acordo sobre Transporte Marítimo.

Celebrado em Varsóvia a 26 de novembro de 1976.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 28 de junho de 1977.

Entrou em vigor a 21 de julho de 1977, por troca de notas.

Promulgado pelo Decreto nº 80.106, de 9 de agosto de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 10 de agosto de 1977.

Romênia

— Convênio sobre Transporte Marítimo.

Celebrado em Brasília a 5 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 67, de 3 de setembro de 1976.

Entrou em vigor a 28 de junho de 1977, por troca de notas.

Promulgado pelo Decreto nº 79.951, de 13 de julho de 1977.

Publicado no Diário Oficial de 15 de julho de 1977.

— Acordo de Comércio e Pagamentos.

Celebrado em Brasília a 5 de junho de 1975.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 84, de 30 de novembro de 1976.

Entrou em vigor a 20 de dezembro de 1976, por troca de notas.

Promulgado pelo Decreto nº 79.196, de 3 de fevereiro de 1977.

Publicado no Suplemento ao Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1977.

Suriname

— Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.
Celebrado em Brasília a 22 de junho de 1976.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 71, de 24 de setembro de 1976.
Instrumentos de Ratificação trocados em Paramaribo a 7 de setembro de 1977.
Entrou em vigor a 7 de setembro de 1977.
Promulgado pelo Decreto nº 80.399, de 26 de setembro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 27 de setembro de 1977.

— Acordo Cultural.
Celebrado em Brasília a 22 de junho de 1976.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 38, de 12 de maio de 1977.
Instrumentos de Ratificação trocados em Paramaribo a 7 de setembro de 1977.
Entrou em vigor a 7 de outubro de 1977.

Uruguai

— Protocolo de Expansão Comercial.
Celebrado em Rivera a 12 de junho de 1975.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 67, de 22 de agosto de 1975.
Entrou em vigor a 8 de agosto de 1976, por troca de notas.
Promulgado pelo Decreto nº 80.369, de 21 de setembro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 22 de setembro de 1977.

— Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim).
Celebrado em Brasília a 7 de julho de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 109, de 25 de novembro de 1977.

— Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão, Anexo ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão).

Celebrado em Brasília a 7 de julho de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 109, de 25 de novembro de 1977.

— Troca de Notas estabelecendo isenções de impostos relativos a aquisições de materiais e prestações de serviços para as construções da nova chancelaria da Embaixada do Brasil em Montevidéu e da Embaixada do Uruguai em Brasília.
Celebrado em Brasília a 7 de julho de 1977.
Entrou em vigor a 7 de julho de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 21 de julho de 1977.

Venezuela

— Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o CNPq e o CONICIT (Venezuela).
Celebrado em Brasília a 16 de novembro de 1977.
Instrumentos de Ratificação trocados em 17 de novembro de 1977.
Entrou em vigor a 17 de novembro de 1977, por troca de notas.
Publicado no Diário Oficial de 5 de dezembro de 1977.

— Acordo para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil.
Celebrado em Brasília, p.t.n. de 17 de novembro de 1977.
Entrou em vigor a 17 de novembro de 1977.
Publicado no Diário Oficial de 1º de dezembro de 1977.

B — ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Comunidade Econômica Européia (C.E.E.)

— Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis.
Celebrado em Bruxelas a 13 de janeiro de 1977.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 68, de 28 de junho de 1977.

ADMINISTRAÇÃO

PESSOAL

Durante o ano de 1977, prosseguiu "o Itamaraty" na aplicação de normas operativas, anteriormente elaboradas e testadas, no sentido de dar maior operacionalidade às atividades da administração de pessoal.

Novos sistemas foram aplicados no processamento da movimentação de pessoal do Ministério, que se caracteriza por intensa mobilização de recursos humanos e de recursos financeiros.

Foram, ademais, tomadas as providências finais para a conclusão da implantação, no Itamaraty, no Plano de Classificação de Cargos. Os trabalhos de preparação dos dados relativos ao processo final de inclusão das clientelas remanescentes tiveram de aguardar a expedição de normas específicas pelo órgão central do Sistema de Pessoal.

Em cooperação com o DASP e a ESAF, realizaram-se cursos de aperfeiçoamento para os servidores titulares de funções DAI. Baixado o decreto n°. 80.602, que regulamentou a progressão funcional dos servidores públicos (exceto o Grupo Diplomacia), o setor de pessoal providenciou sua aplicação nos Quadros e Tabelas do Itamaraty.

ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Do ponto de vista orçamentário, 1977 foi um ano de difícil execução, uma vez que, no contexto do combate à inflação e ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, o Governo deter-

minou severas medidas de contenção de despesas, cujas conseqüências, para o Itamaraty, significaram reduzida expansão nominal de seus recursos em cruzeiros (apenas 18%, em relação a 1976) e o efetivo congelamento, a nível do ano anterior, de seus recursos em dólares.

2. Assim sendo, em termos reais, essa política acarretou substancial diminuição dos recursos do Ministério das Relações Exteriores despendidos no País (cerca de 30% do total), em face da taxa inflacionária interna, e uma sensível redução dos recursos em dólares (70% do total), em virtude da inflação norte-americana e de muitos outros países, aliada à desvalorização do dólar frente a diversas moedas da área da OCDE.

3. O Orçamento do Itamaraty subiu a um total geral de Cr$ 1.372.956.000,00 — o que representou somente 0,8% do Orçamento do Poder Executivo (Cr$ 170.858.185.000,00, incluindo recursos do Tesouro e de outras fontes).

4. Os recursos do MRE destinados a **pessoal** — Cr$ 538.540.000,00 — subiram a aproximadamente 39% do total, sendo que os restantes Cr$ 834.416.900,00 se destinaram a outros custeios e capital.

5. A esses quantitativos do Orçamento próprio, há que se acrescentar os incluídos em Encargos Gerais da União, vinculados ao pagamento de contribuições brasileiras a Organismos internacionais e cujo total montou a Cr$ 230.600.000,00 (ou US$ 19.216.666,00).

6. Foram encaminhados à SEPLAN, em todo o exercício de 1977, apenas 4 pedidos de Créditos Suplementares, fato que demonstra a correta gestão dos recursos orçamentários do Ministério.

PATRIMÔNIO

Em 1977, a Divisão do Patrimônio contou com US$ 1.172.500.00, alocados à dotação "Instalação e Reequipamento", para cobrir despesas com reforma de Missões e Repartições brasileiras no exterior instaladas em prédios alugados; com US$ 1.504.197,67, à conta da verba "Obras Públicas", para atender a gastos com reformas e com construção de Próprios Nacionais; e com US$ 174.166,67, relativos à dotação "Aquisição de Imóveis", destinados ao pagamento de parcela devida pela compra da Residência da Embaixada em Lisboa e à aquisição de casa contígua à Nova Chancelaria em Montevidéu.

A fim de possibilitar a reinstalação em locais mais adequados ao bom desempenho do serviço, foram autorizadas mudanças para novos imóveis dos Consulados Gerais em Montevidéu e Nova York, dos Consulados em Houston e em Sydney e da Residência do Consulado em Santa Cruz de La Sierra.

Dentro do critério de prioridade imprescindível à distribuição dos exíguos recursos atribuídos à dotação adequada, foram destinadas somas significativas à Embaixada em Assunção (para a instalação e aparelhamento da Nova Chancelaria), à Embaixada em Budapeste, à Embaixada em Londres (para ampliação da Chancelaria), à recém-instalada Embaixada em Luanda, ao Consulado Geral em Nova York, ao Consulado em São Francisco, ao Consulado em Sydney e aos Vice-Consulados em Bridgetown, em Valparaiso e Caiena.

Dando prosseguimento à política de fornecer material padronizado nacional às Missões no Exterior, foram fornecidas pela Secretaria de Estado máquinas de escrever, serviços de porcelana, de cristais e faqueiros de fabricação nacional.

Em 1977, foi implementado o novo sistema de prover os Postos com material de expediente padronizado, de fabricação nacional, em substituição ao tradicionalmente fornecido pela Casa Harrison & Sons.

Os recursos atribuídos à dotação "Construção de Imóveis" foram, primordialmente, concentrados na reforma da Nova Chancelaria em Assunção, obra concluída em 8 de dezembro, e na construção da Nova Chancelaria em Montevidéu. Foi concluído o projeto de construção do Consulado em Presidente Stroessner e decidida a abertura de licitação para que a obra fosse implementada no início de 1978. Foram igualmente realizadas inspeções técnicas no terreno do Próprio Nacional em La Paz, tendentes a debelar a erosão do solo. Prosseguiram os trabalhos de construção da Nova Chancelaria em Buenos Aires, tendo sido edificados 5.000 m2, decorrentes aos 3 subsolos, além de obras várias nas Embaixadas em Bissau, em Camberra, em Georgetown, na Haia, em Paris, em Roma, em Santiago, em Washington, em Beirute, em São Salvador, em Bruxelas, em Nairobi e em Lima e o Consulado Geral no Porto.

Para conservação do Patrimônio na Secretaria de Estado, o Itamaraty contou, em 1977, com recursos, em cruzeiros, no montante de Cr$ 82.976.036,00, totalmente dispendidos na

cobertura de despesas com aquisições em geral e com execução de obras no Bloco Administrativo e no Representativo, na residência oficial do Ministro de Estado, na sala Itamaraty do aeroporto internacional de Brasília e no ERERIO.

Prosseguiram-se com os trabalhos de atualização do cadastro dos bens móveis, pertencentes à União, existente nas Missões diplomáticas e Repartições Consulares no Exterior.

A execução da tarefa referida revestiu-se de especial relevância, já que, desde 1970, fazia-se necessário arrolar e remover o material fora de uso das dependências do Prédio Administrativo.

Deu-se prosseguimento ao trabalho de reformulação e dinamização do Serviço de Compras.

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

TRANSMISSÕES INTERNACIONAIS

Mantida a tendência registrada em anos anteriores, observou-se, em 1977, o acréscimo no volume de mensagens de política externa processadas por via telegráfica, estabilizando-se a média, por dia útil, em torno de 1200, entre expedidas e recebidas.

Com vistas ao atendimento do aumento das comunicações entre a Secretaria de Estado e as Repartições no exterior, e diante da necessidade de assegurar maior rapidez no diálogo, acelerou-se o programa de reequipamento dos postos de maior tráfego: treze na Europa, quinze na América Latina, três na América do Norte, um no Oriente Médio, no total de 32.

Como complemento ao processo de modernização, foram ministrados cursos em operação e manutenção aos funcionários encarregados de comunicações nos postos, e de aperfeiçoamento e especialização aos funcionários da Divisão de Transmissões Internacionais.

Foi concluída, dentro do Projeto de Modernização do Sistema de Comunicações do MRE, a fase de estudos técnicos e iniciou-se a implementação do STACOM, Sistema Automático de Tratamento e Comutação de Mensagens, na Secretaria de Estado, que permitirá, já em 1978, a superação dos atuais pontos de estrangulamento causados pelo aumento do fluxo telegráfico.

Concomitantemente, foi aprovada a criação de um quadro de especialistas em Operação, Manutenção e Assistência Téc-

nica, tendo sido iniciados os estudos para implementação do processo de seleção de pessoal.

Encontra-se em fase de conclusão a instalação, com a TELEBRASÍLIA, da rota alterna da rede externa de interligação direta com a EMBRATEL, o que permitirá maior segurança de acesso à rede internacional em caso de danificação na rede primária.

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A área de Sistematização da Informação passou, em 1977, por um período de transição. Procedeu-se à simplificação do serviço, ao reequipamento das instalações e ao aperfeiçoamento de pessoal e com vistas a sua adequação aos novos métodos e instrumentos que se inaugurarão ao final dos projetos de modernização em curso. Todo esforço foi portanto desenvolvido no sentido de assegurar a manutenção dos atuais serviços a nível satisfatório, enquanto avançam os projetos iniciados e entram em operação alguns novos procedimentos e rotinas.

Os serviços de microfilmagem foram intensificados com registro, em microformas dos telegramas e despachos — telegráficos de 1975 a 1976, e das Circulares Postais e Telegráficas do período de 1944 a 1977. Concluiu-se a instalação do equipamento especializado na Secretaria de Estado e foram dotados de máquinas leitoras de microformas os postos no exterior. Reduziu-se dessa forma, a pressão por novas áreas geradas pelo crescimento de arquivos em papel, na Secretaria de Estado, bem como no exterior. Ao mesmo tempo, iniciou-se a remessa em microformas de parte da documentação volumosa destinada aos postos, em conseqüente economia de transporte nos serviços de malas.

O Sistema de Recuperação de Documentos, parte do programa de modernização em curso, teve vencidas suas etapas preliminares do desenho do futuro sistema e elaboração do projeto lógico. A entrada em operação do sistema, que se destina ao tratamento, guarda e recuperação da correspondência oficial hoje arquivada nas seções de originais e antecedentes, possibilitará sejam ampliados os graus de eficácia e rapidez dos serviços.

Paralelamente, começaram os estudos para elaboração e adoção de linguagem de indexação adequada ao sistema projetado. Os novos métodos, que substituirão o atual sis-

tema de classificação decimal, foram definidos e desenvolvida sua primeira etapa com a criação de uma versão preliminar (índices padronizados).

DIVULGAÇÃO DOCUMENTAL

Com vistas a cumprir, com rapidez e economia de recursos, o programa de publicação e distribuição de documentos de política externa, o Itamaraty procedeu à ampliação do parque gráfico, cuja produção, no exercício, foi de mais de 2 milhões de páginas, distribuídas entre 7 títulos periódicos, no interesse de todas as unidades do Ministério.

Teve prosseguimento a publicação trimestral da revista "Resenha de Política Exterior" (números 12 a 15 e a edição da série "Coleção de Atos Internacionais", com 33 números, além do Anuário da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Deu-se início ao desenvolvimento do sistema de endereçamento de publicações por computador a ser posto em execução em 1978.

DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

Graças à implantação de medidas de simplificação operacional, foi possível, em 1977, obter um bom resultado no Arquivo Histórico, na Biblioteca, na Iconografia e na Mapoteca, bem como dar andamento a novos planos no âmbito da Seção de Planejamento e Exposições.

De todas essas áreas, aquela que mais se beneficiou da dinamização geral foi o Arquivo Histórico. Teve plena execução o Convênio com a Associação de Arquivistas do Brasil, de que resultou a primeira fase da revisão geral do acervo, obra que se prolongará por mais alguns períodos. Daí pode-se partir para a execução de um programa de reordenação documental graças ao qual se estão confeccionando catálogos de documentações julgadas importantes e oportunas, a começar pela correspondência oficial de Joaquim Nabuco e Domício da Gama, os primeiros Embaixadores em Washington. Os tomos respectivos ultrapassarão de quinhentas páginas cada um.

A maior instrumentalização do Arquivo Histórico produziu um outro fruto: a instituição de um programa editorial dinâmico, com o qual se espera alcançar grande penetração nos círculos devotados à História do Brasil. Com a Câmara dos Deputados foi firmado um convênio destinado a dar a

lume as consultas endereçadas à Seção dos Estrangeiros do Conselho de Estado Imperial. São mais de trinta volumes de minutas, votos e anexos que vêm sendo cuidadosamente transcritos e editados e que deverão ser publicados ao longo de um programa multianual.

Além das "Atas do Conselho de Estado, Seção de Estrangeiros", outras publicações estão surgindo, animadas tanto pela própria dinâmica do trabalho em desenvolvimento no Arquivo Histórico, quanto por órgãos assessores, como a Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil e mesmo de fora, de que é exemplo o mencionado convênio com a Câmara dos Deputados.

A Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil ademais prosseguiu com mais atividades, regulares, em início a um projeto, através do qual se está procedendo com a colaboração da UNESCO à cópia de documentação de interesse para o Brasil existente no exterior. Com a elaboração da UNESCO, teve início o trabalho de microfilmagem de documentação do Arquivo do Ministério do Exterior da França relativo aos primeiros cinqüenta anos do século passado.

A Mapoteca enriqueceu razoavelmente suas coleções, conforme atesta a publicação de um catálogo das últimas aquisições. Sob o título **Bibliografia Cartográfica**, a obra relaciona as últimas peças incorporadas.

CERIMONIAL

A intensificação do esforço diplomático brasileiro em 1977 bem pode ser avaliada pelo grande aumento dos serviços prestados pelo Cerimonial, em todos os seus setores. Para cobrir o déficit resultante do aumento das despesas durante o exercício, foi obtido da SEPLAN um crédito suplementar de Cr$ 1.500.000,00.

Foi instituída a placa Consular para automóveis dos funcionários consulares estrangeiros de carreira em exercício no Brasil, disciplinando, assim, a identificação dos veículos consulares nas capitais dos Estados. O Decreto nº 79.761, de 1 de junho de 1977 alterou, para esse efeito, dispositivos do Regulamento do Código Nacional de Trânsito e a Resolução nº 518177 do CONTRAN estabeleceu os modelos de placas especiais e certificados de registro para os veículos consulares.

Depois de 2 anos de negociações com órgãos competentes, foi outorgada, pela Portaria nº 62, de 4 de fevereiro de 1977, a instalação de um entreposto aduaneiro, em Brasília, para venda de mercadorias estrangeiras, mediante pagamento em divisas, às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares estrangeiras de Carreira e aos seus integrantes, bem como às Representações de órgãos internacionais e regionais e a seus funcionários.

Como resultado de concorrência pública para administração do Entreposto, saiu vencedora a Companhia Brasileira de Entreposto e Comércio — COBEC — que alugou amplo armazém para estocagem das mercadorias importadas no Setor de Indústria e Abastecimento — trecho e, nº 440.

A inauguração do Entreposto foi realizada no dia 21 de novembro com a presença dos Ministros da Fazenda e das Relações Exteriores, Chefes de Missão Diplomática, Membros do Corpo diplomático e altas autoridades.

1 — Concessão de autorização para escala de Navios de Guerra brasileiros a portos estrangeiros.

Foram enviados às Embaixadas do Brasil e ao Comando de Operações Navais do Ministério da Marinha 122 expedientes relativos à concessão de autorização, por governos estrangeiros, para escala de 20 navios da Marinha de Guerra do Brasil em portos da América do Sul, Caribe, África e Europa.

2 — Concessão de autorização para escala de Navios de Guerra estrangeiros em portos brasileiros.

Foram enviados ao Comando de Operações Navais do Ministério da Marinha e às Missões Diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro 112 expedientes relativos à concessão de autorização do Governo brasileiro para que 57 Navios de Guerra estrangeiros realizassem escalas em portos brasileiros.

3 — Festas Nacionais.

Foram remetidos 208 telegramas de congratulações do Presidente da República e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ocasião das Festas Nacionais dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

4 — Sete de Setembro

Foram respondidas 156 mensagens de congratulações recebidas em nome do Presidente da República e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ocasião do Aniversário de Independência do Brasil.

5 — Correspondência Protocolar do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.

Foram enviados 63 expedientes relativos à correspondência protocolar oficial do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.

6 — Visitas oficiais de Chefes de Missão Diplomática aos Estados da União e Territórios Federais.

Foram enviados aos Governadores dos Estados da União e Territórios Federais e às Missões Diplomáticas 316 expedientes referentes a 145 visitas oficiais de Chefes de Missões Diplomáticas àquelas unidades da Federação.

7 — Concessão de Beneplácito a Adidos Militares estrangeiros.

Foram enviados 112 expedientes aos Estados-Maiores das três Forças Armadas e às Missões Diplomáticas referentes à concessão de beneplácito a 56 Adidos Militares e Adidos Militares Adjuntos acreditados junto às respectivas Embaixadas de seus países, em Brasília.

8 — Encarregaturas de Negócios.

Foram expedidos 14 telegramas, em nome do Ministro de Estado das Relações Exteriores acreditando 14 Encarregados de Negócios brasileiros, interinos, junto aos Ministérios de Negócios Estrangeiros dos países em cujas Embaixadas estão lotados.

9 — Acesso a áreas restritas do Aeroporto Internacional de Brasília.

Foram enviados 16 expedientes à Administração do Aeroporto Internacional de Brasília para a concessão de carteiras de acesso a áreas restritas do referido Aeroporto a funcionários das Embaixadas encarregados das Malas Diplomáticas.

10 — Urbanização de Terrenos de Embaixadas.

Foram enviados à TERRACAP 8 expedientes relativos à urbanização dos Terrenos das Missões Diplomáticas, em Brasília.

II — Protocolo e Visitas

O Itamaraty organizou as visitas do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores aos seguintes países:

FRANÇA

Reunião Ministerial da CEI 25/05 a 01/06

GRANADA

7ª. Assembléia da OEA 11 a 16/6

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

12ª Assembléia Geral das Nações Unidas 23/9 a 02/10

TRINIDAD E TOBAGO

Visita Oficial

— Colaborou ainda o Itamaraty nas visitas das seguintes personalidades:

PAÍSES BAIXOS

Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos, Doutor M. Van der Stoel;

F.A.O.

Presidente do Conselho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Gonzalo Bula Hoyos;

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Subsecretário de Estado dos Estados Unidos da América, Warren Christopher; Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Embaixador Terence A. Todman;

TCHECOSLOVÁQUIA

Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia, Andrej Barcak;

GRÃ-BRETANHA

Ministro do Comércio Exterior, Edmund Dell;

COSTA DO MARFIM

Ministro da Educação Nacional da Costa do Marfim, Akoto Yao;

SUÉCIA

Embaixador Sverker Astrom;

FRANÇA

Embaixador Poniatowski;

LIBÉRIA

Ministro da Indústria, Comércio e Transporte da Libéria William Dennis.

Organizou as seguintes cerimônias:

Comemorações do "Dia do Diplomata", com a presença de Sua Excelêndia o Senhor Presidente da República, no dia 20 de abril de 1977. As comemorações constaram da entrega das insígnias e diplomas correspondentes aos agraciados com a Ordem do Rio-Branco, entrega de diplomas aos formandos da turma de 1977 e coquetel oferecido aos agraciados, formandos e seus convidados.

Concerto da Escola de Música de Brasília por ocasião do Sete de Setembro.

Organizou a executou as visitas oficiais ao Brasil, das seguintes personalidades:

CANADÁ

Ministro das Relações Exteriores do Canadá e a Senhora Donald Jamieson, de 10 a 18 de janeiro;

NIGÉRIA

Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Nigéria, General-de-Brigada Joseph N. Garba, de 22 a 27 de maio;

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Senhora Rosalynn Carter, de 6 a 8 de junho;

URUGUAI

Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Aparício Mendez, de 6 a 8 de julho;

IUGOSLÁVIA:

Vice-Presidente da República Socialista Federativa da Iugoslávia, de 7 a 10 de julho;

PERU

Ministro das Relações Exteriores do Peru e a Senhora José da la Puente Radbill, de 13 a 16 de julho;

GUATEMALA

Vice-Presidente da Guatemala, Licenciado Mario Sandoval Alarcón, de 3 a 5 de agosto;

BOLIVIA

Presidente da República da Bolívia e a Senhora Hugo Banzer Suarez, de 12 a 17 de agosto;

TOGO:

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Togo, Senhor Edem Kodjo, de 21 a 28 de agosto;

DINAMARCA

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca e a Senhora K. B. Andersen, de 22 a 26 de outubro;

SENEGAL

Presidente da República do Senegal, Léopold Sédar Senghor, de 4 a 7 de novembro;

VENEZUELA

Presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, de 16 a 19 de novembro;

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e a Senhora Cyrus Vance, de 22 a 23 de novembro;

Almoços

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador da Grã-Bretanha e Lady Dodson (despedida). Dia 05.01.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Donald Jamieson, Ministro das Relações Exteriores do Canadá. Dia 12.01.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro Guy M. de Castro Brandão, Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete a jornalistas canadenses. Dia 12.01.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa à Delegação de Deputados Franceses (membros da "Comissão de Defesa Nacional e das Forças Armadas" da Assembléia Nacional da França). Dia 17.01.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Sua Excelência a Senhora Francisca Fernandez Hall Zuñiga, Embaixatriz da Guatemala (despedida). Dia 25.01.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Ítalo Zappa, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania à Missão de Moçambique. Dia 03.02.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 12 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Luis Augusto Pereira Souto Maior, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Delegação Inglesa. Dia 04.02.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 12 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores e a Senhora Ramiro Saraiva Guerreiro a Suas Excelências o Senhor Embaixador da Índia e a

Senhora Narendra Singh (despedida). Dia 04.02.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Cabral de Mello, Chefe do Departamento Econômico a Sua Excelência o Senhor Smail Mahroug. Dia 10.02.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 16 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa ao Senhor Ministro Olivier Giscard D'Estaing. Dia 17.02.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Doutor M. Van der Stoel, Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos. Dia 21.02.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 18 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Cabral de Mello, Chefe do Departamento Econômico aos Membros da Delegação Americana às Conversações sobre Pesca de Camarões. Dia 24.02.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 16 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Luis Augusto Pereira Souto Maior, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Gonzalo Bula Hoyos, Presidente do Conselho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Dia 28.02.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 14 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Warren Christopher, Subsecretário de Estado dos Estados Unidos da América. Dia 01.03.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa ao Senhor Hugh Cortazzi, Vice-Subsecretário de Estado do Commomwea lth. Dia 09.03.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 14 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores a sua Excelência o Senhor Mustafá Tolba, Diretor Executivo do PNUD. Dia 10.03.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 14 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores ao Senhoı Bradford Morse, Ad-

ministrador do PNUD. Dia 14.03.77, às 13:30 horas, Sala Rio de Janeiro, 16 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti, Assessor Especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Conselheiro H. D. Dieckmann. Dia 17.03.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Alteza o Príncipe Jean Louis de Faucigny Lucinge et Coligny, Embaixador da Ordem Soberana e Militar de Malta (despedida). Dia 24.03.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 18 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador do Paraguai e a Senhora Wenceslao Benites E. (despedida). Dia 29.03.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Hélio A. Scarabôtolo, Chefe do Cerimonial a Sua Excelência o Senhor Rafael Gonzales, Chefe do Cerimonial das Filipinas. Dia 30.03.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 8 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas à Delegação Uruguaia. Dia 18.04.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 14 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Luis Augusto Pereira Souto Maior, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Henrique Iglésias, Secretário Executivo da CEPAL. Dia 19.04.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 16 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República aos formandos de 1977 do Instituto Rio-Branco, Dia 20.04.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 120 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador de Trinidad e Tobago e a Senhora Albert Gerard Montano (despedida). Dia 22.04.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Cabral de Mello, Chefe do Departamento Econômico à De-

legação Alemã. Dia 25.04.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Francisco de Assis Grieco, Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica a Sua Excelência o Senhor Winfried Boel, Chefe do Departamento de Cooperação Bilateral, Técnica e Financeira do Ministério de Cooperação Econômica da República Federal da Alemanha. Dia 26.04.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 18 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em homenagem à Missão de Cabo Verde. Dia 27.04.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Embaixador de Portugal e a Senhora Vasco Luiz Caldeira Coelho Futscher Pereira (despedida). Dia 28.04.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa a jornalistas franceses. Dia 02.05.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 18 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Francisco de Assis Grieco, Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica à Comissão Cultural Belga. Dia 03.05.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 18 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador da Coréia e a Senhora Chan-Ho Song (despedida). Dia 03.05.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Embaixador Terence A. Todman, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos. Dia 13.05.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 20 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Cabral de Mello, Chefe do Departamento Econômico ao Senhor Doutor Arpad Bogsch, Diretor Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Dia 24.05.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Joseph N. Garba, Ministro das Relações Exteriores da Nigéria. Dia 24.05.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa à Missão da Iugoslávia. Dia 26.05.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 16 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores e a Senhora Ramiro Saraiva Guerreiro a Suas Excelências o Senhor Embaixador da Polônia e a Senhora Edward Wichowaniec (despedida). Dia 27.05.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Francisco de Assis Grieco, Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica à Comissão Mista Brasil-Grã-Bretanha. Dia 01.06.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Ítalo Zappa, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania aos Membros da Delegação de Gana. Dia 02.06.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 20 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores aos membros do BRASILINVEST. Dia 06.06.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 128 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores por ocasião da Assinatura do Acordo Brasil-Agência Espacial Européia. Dia 20.06.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores à Delegação Boliviana à XX Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana. Dia 24.06.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Oferecido pelo Ministro Álvaro da Costa Franco, Chefe da Divisão de Política Financeira à Delegação de Barbados. Dia 29.06.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Cabral de Mello, Chefe do Departamento Econômico ao Consultor Jurídico do Departamento de Estado dos Estados

Unidos da América. Dia 04.07.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 8 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos, Vice-Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Lazar Kolisevski, Vice-Presidente da Iugoslávia. Dia 08.07.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 100 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador da República Federal da Alemanha e a Senhora Horts Roding (despedida). Dia 12.07.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 62 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores por ocasião da "Noite de Integração Nacional". Dia 18.07.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 14 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Andrej Barcak, Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia. Dia 19.07.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 20 pessoas.

Oferecido pelo Ministro Sérgio F. Guarishi Bath, Diretor do Instituto Rio Branco ao Professor Riordan Roett. Dia 19.07.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 16 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador do Coveite e a Senhora Talib Al-Deen (despedida). Dia 21.07.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Oferecido pelo Conselheiro Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete aos jornalistas creditados junto ao Itamaraty. Dia 22.07.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Ministro Guy M. de Castro Brandão, Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica ao Senhor Reinhart Helmke, Representante Residente do PNUD (despedida). Dia 27.07.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos, Vice-Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Mário Sandoval Alar-

cón, Vice-Presidente da Guatemala. Dia 04.08.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 102 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro Carlos Augusto Proença Rosa, Chefe do Departamento Econômico aos Membros da Associação de Produtores de Minério de Ferro. Dia 12.08.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 8 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Edmund Dell, Ministro do Comércio do Reino Unido. Dia 18.08.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores à Missão de Queensland. Dia 19.08.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 20 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores à Diretoria da Itaipu Binacional. Dia 23.08.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 128 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Edem Kodjo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Togolesa. Dia 24.08.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 112 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas à Delegação Boliviana. Dia 25.08.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro Luis Paulo Lindenberg Sette, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais a Sua Excelência o Senhor Embaixador George Dalley. Dia 26.08.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 12 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores por ocasião da 7ª Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina. Dia 26.08.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido pelo Ministro Sérgio F. Guarischi Bath, Diretor do Instituto Rio Branco ao Senhor Doutor B. Sen. Dia 30.08.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 12 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador da França e a Senhora Michel Legendre (despedida). Dia 30.08.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido pelo Conselheiro Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete aos jornalistas creditados junto ao Itamaraty. Dia 09.09.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador do Uruguai e a Senhora Carlos Manini-Rios (despedida). Dia 14.09.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação ao Senhor Professor Manoel Luiz Leão. Dia 22.09.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa à Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira. Dia 26.09.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro Marcelo Raffaelli, Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania aos Membros da Missão Indonésia do Conselho Assessor Supremo. Dia 29.09.77, às 13:00 horas, Sala Bahia, 10 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Jihad Karam, Embaixador do Iraque (despedida). Dia 11.10.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional da Costa do Marfim. Dia 13.10.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 20 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador da Costa do Marfim e a Senhora Seydou Diarra (despedida). Dia 18.10.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Embaixador Sverker Astrom. Dia 26.10.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Em-

baixador Poniatowski. Dia 27.10.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro Guy M. de Castro Brandão, Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica a um grupo de norte-americanos interessados em arte brasileira. Dia 03.11.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 40 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Léopold Sédar Senghor, Presidente da República do Senegal, Dia 04.11.77, às 13:00 horas, Sala Brasília, 174 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Embaixador da Austrália e a Senhora John Robert Kelson (despedida). Dia 08.11.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 26 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro Guy M. de Castro Brandão, Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica ao Senhor Representante da UNESCO. Dia 09.11.77, às 13:00 horas, Clube das Nações, 12 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas a um grupo venezuelano. Dia 10.11.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 18 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa a Sua Excelência o Senhor Dieter Bialas, Vice-Governador do Estado de Hamburgo (RDA). Dia 17.11.77, às 13:00 horas, Hotel Nacional, 6 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores à Missão Australiana. Dia 18.11.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Angelo Calmon de Sá, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio a Sua Excelência o Senhor William Dennis, Ministro da Indústria, Comércio e Transporte da Libéria. Dia 21.11.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 24 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Joseph Turpin, Secretário de Pescas de Bissau. Dia 28.11.77, às 13:00 horas, Sala Rio de Janeiro, 22 pessoas.

Jantares:

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Canadá e a Senhora Donald Jamieson. Dia 12.01.77, às 21:00 horas, Sala Brasília, 136 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Joseph N. Garba, Ministro das Relações Exteriores da Nigéria. Dia 23.05.77, às 20:30 horas, Sala Brasília, 110 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Aparício Mendez, Presidente da República Oriental do Uruguai. Dia 06.07.77, às 21:00 horas, Sala Brasília, 144 pessoas

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Peru e a Senhora José da la Puente Radbill. Dia 14.07.77, às 21:00 horas, Sala Brasília, 114 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Presidente da República e a Senhora Ernesto Geisel a Suas Excelências o Senhor Presidente da República da Bolívia e a Senhora Hugo Banzer Suarez. Dia 15.08.77, às 21:00 horas, Sala Brasília, 184 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Ministro do Comércio do Reino Unido e a Senhora Edmund Dell. Dia 17.08.77, às 21:00 horas, Sala Brasília, 80 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca e a Senhora K. B. Andersen. Dia 24.10.77, às 20:45 horas, Sala Brasília, 114 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Carlos Andrés Perez, Presidente da República da Venezuela. Dia 16.11.77, às 20:00 horas, Sala Brasília, 172 pessoas.

Oferecido por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antônio F. Azeredo da Silveira a Suas Excelências o Senhor Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e a Senhora Cyrus Vance. Dia 22.11.77, às 20:30 horas, Sala Brasília, 140 pessoas.

Coquetéis:

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores por Ocasião do IV Seminário Interamericano de Orçamento. Dia 07.02.77, às 19:30 horas, 3° andar do Palácio, 500 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Paulo do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa aos Embaixadores finlandeses sediados na América Latina e aos altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores da Finlândia. Dia 08.02.77, às 19:00 horas, 3° andar do Palácio, 50 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores aos Membros da Delegação do Equador. Dia 15.02.77, às 19:00 horas, 3° andar do Palácio, 70 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores por ocasião do Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial. Dia 05.04.77, às 18:00 horas, sala contígua aok Auditório, 80 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República aos familiares dos Formandos de 1977 do Instituto Rio Branco. Dia 20.04.77, às 11:30 horas, sala contígua ao Auditório, 150 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores por ocasião do Dia do Diplomata. Dia 20.04.77, às 12:30 horas, Mezzanino, 500 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Cabral de Mello, Chefe do Departamento Econômico aos participantes da VIIIª Reunião da Subcomissão de Transportes da CEBAC. Dia 09.05.77, às 19:00 horas, 3° andar do Palácio, 50 pessoas.

Oferecido pelo Ministro Joaquim Ignácio Amazonas MacDowell, Chefe da Divisão da América Meridional-II por ocasião da IV Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Coo-

peração Econômica e Técnica. Dia 13.07.77, às 19:00 horas, 3° andar do Palácio, 60 pessoas.

Oferecido por sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores a Sua Excelência o Senhor Eduard Adorno, Ministro de Estado de Baden-Wuertemberg (RFA). Dia 23.08.77, às 19:30 horas, 3° andar do Palácio, 50 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos, Vice-Presidente da República por ocasião da inauguração da exposição do artista austríaco Hundertwasser. Dia 19.09.77, às 19:00 horas, sala contígua ao Auditório, 200 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas por ocasião da Reunião do Grupo de Trabalho sobre Recursos Hídricos e outros Recursos dos Países da Bacia do Prata. Dia 17.10.77, às 19:00 horas, 3° andar do Palácio, 100 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Ministro Carlos Augusto Proença Rosa, Chefe do Departamento Econômico por ocasião da Reunião Multilateral sobre Transporte Terrestre em Trânsito por Terceiros Países. Dia 21.10.77, às 17:00 horas, 3° andar do Palácio, 60 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas por ocasião da IV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira. Dia 07.11.77, às 19:00 horas, 3° andar do Palácio, 80 pessoas.

Oferecido por Sua Excelência o Senhor Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas aos Membros da Reunião Técnica de Cooperação Multilateral entre os Países Amazônicos. Dia 28.11.77, às 19:00 horas, 3° andar do Palácio, 100 pessoas.

Recepção:

Oferecida por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores por ocasião do Sete de Setembro (presença de Suas Excelências o Senhor Presidente da República e a Senhora Ernesto Geisel). Concerto da Escola de Música de Brasília. Dia 07.09.77, às 10:00 horas, Sala Brasília, 600 pessoas.

Cartas credenciais

Em 1977, foram feitas Cartas acreditando os seguintes Chefes de Missão Brasileiros:

— Senhor Ronald Leslie Moraes Small, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Reino do Lesoto.

— Senhor Raymundo Nonnato Loyola de Castro, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Coréia.

— Senhor João Cabral de Mello Neto, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Guiné.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República de Zâmbia.

— Senhor Ovídio de Andrade Melo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República de Cingapura.

— Senhor Ovídio de Andrade Melo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da Malásia.

— Senhor Sérgio Luiz Portella de Aguiar, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo de Granada.

— Senhor Jorge Carvalho e Silva, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Federal da Alemanha.

— Senhor Quintino Symphoroso Deseta, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Nicarágua.

— Senhor Espedito de Freitas Resende, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à Santa Sé.

— Senhor Mário Gibson Barbosa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Italiana.

— Senhor Roberto Luiz Assumpção de Araújo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Reino do Nepal.

— Senhor Antonio Borges Leal Castello Branco Filho, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Helênica.

— Senhor David Silveira da Motta Júnior, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Venezuela.

— Senhor Armindo Branco Mendes Cadaxa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da Jamaica.

— Senhor Antonio Carlos Diniz de Andrada, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Islâmica do Paquistão.

— Senhor Raul Henrique Castro e Silva De Vincenzi, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República do Chile.

— Senhor Ronaldo Costa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo do Japão.

— Senhor Espedito de Freitas Resende, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

— Senhor Paulo da Costa Franco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Libanesa.

— Senhor Geraldo de Heráclito Lima, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República do Níger.

— Senhor André Teixeira de Mesquita, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Noruega.

— Senhor Paulo Cabral de Mello, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Áustria.

— Senhor Jorge de Sá Almeida, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Indonésia.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo de Maurício.

— Senhor Jorge D'Escragnolle Taunay, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República do Panamá.

— Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Reino da Bélgica.

— Senhor Francisco de Assis Grieco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Popular da Hungria.

— Senhor Aldo de Freitas, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Popular de Bangladesh.

— Senhor Italo Zappa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Popular de Moçambique.

— Senhor Ronald Leslie Moraes Small, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Argelina Democrática e Popular.

— Senhor José Oswaldo de Meira Penna, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República do Equador.

— Senhor Lauro Soutello Alves, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República das Filipinas.

— Senhor Luiz Augusto Pereira Souto Maior, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Conselho e à Comissão das Comunidades Européias.

— Senhor Octávio Luiz de Berenguer Cesar, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República de Honduras.

— Senhor José Augusto de Macedo Soares, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Finlândia.

— Senhor Amaury Bier, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo de Trinidad e Tobago.

— Senhor Celso Diniz, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Dominicana.

— Senhor Vasco Mariz, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo do Estado de Israel.

— Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

— Senhor Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia.

— Senhor Italo Zappa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Reino do Lesoto.

— Senhor Fernando Paulo Simas Magalhães, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Costa Rica.

— Senhor Luiz Augusto Pereira Souto Maior, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da Irlanda.

— Senhor Hélio Antonio Scarabôtolo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Reino da Dinamarca.

— Senhor André Teixeira de Mesquita, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Islândia.

Cartas revocatórias

Em 1977, foram feitas Cartas Revocatórias dos seguintes Chefes de Missão Brasileiros:

— Senhor Joaquim de Almeida Serra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Coréia.

— Senhor Franck Henri Teixeira de Mesquita, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Zâmbia.

— Senhor Jorge de Oliveira Maia, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Cingapura.

— Senhor Jorge de Oliveira Maia, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na Malásia.

— Senhor Egberto da Silva Mafra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Federal da Alemanha.

— Senhor Milton Faria, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Nicarágua.

— Senhor Antonio Borges Leal Castello Branco Filho, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na Santa Sé.

— Senhor Jorge Carvalho e Silva, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Italiana.

— Senhor Mário Gibson Barbosa, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Helênica.

— Senhor Lucillo Haddock Lobo, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Venezuela.

— Senhor Quintino Symphroso Deseta, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Islâmica do Paquistão.

— Senhor Espedito de Freitas Resende, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República do Chile.

— Senhor Hélio de Burgos Cabal, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Japão.

— Senhor Antonio Borges Leal Castello Branco Filho, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

— Senhor Jorge D'Escragnolle Taunay, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Libanesa.

— Senhor José Oswaldo de Meira Penna, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Reino da Noruega.

— Senhor André Teixeira de Mesquita, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Áustria.

— Senhor Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Indonésia.

— Senhor Franck Henri Teixeira de Mesquita, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Governo de Maurício.

— Senhor Jorge de Sá Almeida, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República do Panamá.

— Senhor Raul Henrique Castro e Silva De Vincenzi, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Reino da Bélgica.

— Senhor Mário Vieira de Mello, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Popular da Hungria.

— Senhor Paulo da Costa Franco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Popular de Bangladesh.

— Senhor Ronald Leslie Moraes Small, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Popular de Moçambique.

— Senhor David Silveira da Motta Júnior, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Argelina Democrática e Popular.

— Senhor Alarico Silveira Júnior, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República do Equador.

— Senhor Carlos Alfredo Bernardes, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República das Filipinas.

— Senhor Arnaldo Vasconcellos, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Conselho e à Comissão das Comunidades Européias.

— Senhor Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Honduras.

— Senhor Alberto Raposo Lopes, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Finlândia.

— Senhor Sérgio Luiz Portella de Aguiar, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, em Trinidad e Tobago.

— Senhor Osiris de Oliveira Correia, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Dominicana.

— Senhor Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Estado de Israel.

— Senhor Raul Henrique Castro e Silva De Vincenzi, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

— Senhor Franck Henri Teixeira de Mesquita, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Socialista Federativa da Iugoslávia.

— Senhor Ronald Leslie Moraes Small, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Reino do Lesoto.

— Senhora Maria de Lourdes Castro e Silva De Vincenzi, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Costa Rica.

— Senhor João Gracie Lampreia, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Reino da Dinamarca.

— Senhor José Oswaldo de Meira Penna, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Islândia.

Respostas:

Em 1977, foram respondidas as Credenciais e as Revocatórias dos seguintes Chefes de Missão Estrangeiros:

ITÁLIA:

Resposta à Credencial do Senhor Maurizio Bucci
Resposta à Revocatória do Senhor Carlo Enrico Giglioli

ISRAEL:
Resposta à Credencial do Senhor Moshe Erell
Resposta à Revocatória do Senhor Mordechai Shneerson

EQUADOR:
Resposta à Credencial do Senhor Rogelio Valdivieso Eguiguren
Resposta à Revocatória do Senhor Doutor Alfredo Luna Tobar

TURQUIA:
Resposta à Credencial do Senhor Berduck Olgaçay
Resposta à Revocatória do Senhor Veysel Versan

CANADÁ:
Resposta à Credencial do Senhor James Howard Stone
Resposta à Revocatória do Senhor Barry Connell Steers.

HUNGRIA:
Resposta à Credencial do Senhor Egon Forgács
Resposta à Revocatória do Senhor Janos Beck

PAÍSES BAIXOS:
Resposta à Credencial do Barão Gerhard Wolter Bentinck

Resposta à Revocatória do Senhor Jonkheer L. Quarles von Ufford

DINAMARCA:
Resposta à Credencial do Senhor Richard Wagner Hansen

TAILÂNDIA:
Resposta à Credencial do Senhor Chamnong Phahulrat
Resposta à Revocatória do Senhor Colonel Arsh Boongrapu

BANGLADESH:
Resposta à Credencial do Senhor Ali Kaiser Hasan Morshed
Resposta à Revocatória do Senhor Mustafa Kamal

MARROCOS:
Resposta à Credencial do Senhor Abdellatif El Khatib
Resposta à Revocatória do Senhor Aíssa Benchekroun

GRÉCIA:
Resposta à Credencial do Senhor Antonios N. Protonotarios
Resposta à Revocatória do Senhor Aristotelis Hatzoudis

ZAIRE:
Resposta à Credencial do Senhor Mulamba Nyunyu wa Kadima
Resposta à Revocatória do Senhor Idzumbuir B. Asal

MÉXICO:
Resposta à Credencial do Senhor León Roberto Garcia Cruz

GUATEMALA:
Resposta à Credencial do Senhor Licenciado Manuel Villacorta Vielmann
Resposta à Revocatória da Senhora Francisca Fernándes Hall Zúñiga

GRÃ-BRETANHA:
Resposta à Credencial do Senhor Norman Statham
Resposta à Revocatória de Sir Derek Sherborne Lindsell Dodson

BOLÍVIA:
Resposta à Credencial do Senhor Ambrosio Garcia Rivera
Resposta à Revocatória do Senhor Marcelos Tarceros Banzer

IRLANDA:
Resposta à Credencial do Senhor Patrick Francis Power

NEPAL:
Resposta à Credencial do Senhor Shailendra Kumar Upadhyay

INDIA:
Resposta à Credencial do Senhor Hitindar Singh Vahali
Resposta à Revocatória do Senhor Narendra Singh

SUÍÇA:
Resposta à Credencial do Senhor Max Feller
Resposta à Revocatória do Senhor Emil Stadelhofer

INDONÉSIA:
Resposta à Credencial do Senhor Adiwoso Abubakar
Resposta à Revocatória do Senhor Doutor Sjarif Thajeb

MALÁSIA:
Resposta à Credencial do Senhor Zain Azraai bin Zainal Abidin
Resposta à Revocatória do Senhor Mohd Khir Johari

TRINIDAD E TOBAGO:
Resposta à Credencial do Senhor Harrison Elbert Major
Resposta à Revocatória do Senhor Albert Gerard Montano

CORÉIA:

Resposta à Credencial do Senhor Myung Shin Shae
Resposta à Revocatória do Senhor Chan Ho Song

SÍRIA:
Resposta à Credencial do Senhor Zouheir Al-Mourabet
Resposta à Revocatória do Senhor Abou El-Nour Tayara

PORTUGAL:
Resposta à Credencial do Senhor José Eduardo de Menezes Rosa
Resposta à Revocatória do Senhor Doutor Vasco Luis Caldeira Coelho Futscher Pereira

NIGÉRIA:
Resposta à Credencial do Senhor Alfred Babalola Ayodele
Resposta à Revocatória do Senhor Olajjide Alo

COVEITE:
Resposta à Credencial do Senhor Jassim Mohammed Boursli
Resposta à Revocatória do Senhor Taleb Jalal Alnaqib

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:
Resposta à Credencial do Senhor Hansjorg Kastl
Resposta à Revocatória do Senhor Horst Roding

BULGÁRIA:
Resposta à Credencial do Senhor Parvan Alexandrov Tchernev
Resposta à Revocatória do Senhor Marin Todorov Ivanov

FRANÇA:
Resposta à Credencial do Senhor Jean Béliard
Resposta à Revocatória do Senhor Michel Legendre

POLÔNIA:
Resposta à Credencial do Senhor Jan Kinast
Resposta à Revocatória do Senhor Edward Wychowaniec

BARBADOS:
Resposta à Credencial do Senhor Hafford Philmore Brazane Babb
Resposta à Revocatória do Senhor Valerie Theodore McComie

URUGUAI:
Resposta à Credencial do Senhor General Eduardo M. Zubia
Resposta à Revocatória do Senhor Carlos Manini Rios

Apresentação de credenciais de chefes de Missões brasileiras

Em 1977, foram feitas Circulares comunicando que apresentaram Credenciais os seguintes Embaixadores brasileiros:

— Embaixador Carlos dos Santos Veras junto ao Governo da República de Uganda, em 18 de novembro de 1976;

— Embaixador Carlos dos Santos Veras junto ao Governo da República da Tanzânia, em 26 de novembro de 1976;

— Embaixador Marcos Antonio de Salvo Coimbra junto ao Governo da República do Alto Volta, em 28 de janeiro de 1977;

— Embaixador Joaquim de Almeida Serra junto ao Governo da República do Zaire, em 04 de março de 1977;

— Embaixador Raymundo Nonnato Loyola de Castro junto ao Governo da República da Coréia, em 22 de abril de 1977;

— Embaixador João Cabral de Mello Neto junto ao Governo da República da Guiné, em 16 de maio de 1977;

— Embaixador Jorge Carvalho e Silva junto ao Governo da República Federal da Alemanha, em 25 de maio de 1977;

— Embaixador Quintino Symphoroso Deseta junto ao Governo da República da Nicarágua, em 01 de junho de 1977;

— Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo junto ao Governo do Reino do Nepal, em 03 de junho de 1977;

— Embaixador Armindo Branco Mendes Cadaxa junto ao Governo da Jamaica, em 10 de junho de 1977;

— Embaixador Murillo Gurgel Valente junto ao Governo dos Emirados Árabes Unidos, em 29 de junho de 1977;

— Embaixador Espedito de Freitas Resende junto à Santa Sé, em 04 de julho de 1977;

— Embaixador Antonio Borges Leal Castello Branco Filho junto ao Governo da República Helênica, em 05 de julho de 1977;

— Embaixador Ovídio de Andrade Melo junto ao Governo da Malásia, em 13 de agosto de 1977;

— Embaixador David Silveira da Motta Júnior junto ao Governo da República da Venezuela, em 02 de setembro de 1977;

— Embaixador Ronaldo Costa junto ao Governo do Japão, em 05 de setembro de 1977;

— Embaixador Francisco de Assis Grieco junto ao Governo da República Popular da Hungria, em 12 de setembro de 1977;

— Embaixador Italo Zappa junto ao Governo da República Popular de Moçambique, em 15 de setembro de 1977;

— Embaixador Raul Henrique Castro e Silva De Vincenzi junto ao Governo da República do Chile, em 16 de setembro de 1977;

— Embaixador Luiz Augusto Pereira Souto Maior junto à Comissão das Comunidades Européias, em 19 de setembro de

1977 e junto ao Conselho das Comunidades Européias, em 20 de setembro de 1977;

— Embaixador Paulo Cabral de Mello junto ao Governo da República da Áustria, em 29 de setembro de 1977;

— Embaixador Antonio Carlos Diniz de Andrada junto ao Governo da República Islâmica do Paquistão, em 29 de setembro de 1977;

— Embaixador Paulo da Costa Franco junto ao Governo da República Libanesa, em 06 de outubro de 1977;

— Embaixador Carlos dos Santos Veras junto ao Governo de Maurício, em 19 de outubro de 1977;

— Embaixador Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha junto ao Reino da Bélgica, em 21 de outubro de 1977;

— Embaixador Carlos dos Santos Veras junto ao Governo da República de Zâmbia, em 07 de novembro de 1977;

— Embaixador José Oswaldo de Meira Penna junto ao Governo da República do Equador, em 07 de novembro de 1977;

— Embaixador Jorge de Sá Almeida junto ao Governo da República da Indonésia, em 09 de novembro de 1977,

— Embaixador André Teixeira de Mesquita junto ao Reino da Noruega, em 25 de outubro de 1977.

Missões especiais

Em 1977, foram acreditados em Missão Especial:

— Senhor Renato Bayma Denys, Embaixador do Brasil na República de El Salvador, como Enviado Especial às solenidades de posse de Sua Excelência o Senhor General Carlos Humberto Romeró Menna no cargo de Presidente da República de El Salvador;

— Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra, Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim, como Enviado Especial às solenidades de coroação de Sua Majestade Imperial Bokassa I, Imperador de Centro-África.

Condecorações
Ordem de Rio Branco - 1977

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Mário Soares, Primeiro-Ministro da República Portuguesa:

— No grau de Grã-Cruz — 10
— No grau de Grande-Oficial — 9
— No grau de Comendador — 11
— No grau de Oficial — 1
— No Grau de Cavaleiro — 2

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Carlos Reis, Ministro da Educação da República de Cabo Verde:
— No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião do Encontro Presidencial Brasil-Peru:
— No grau de Grã-Cruz — 4
— No grau de Grande-Oficial — 5
— No grau de Comendador — 6
— No grau de Oficial — 10
— No grau de Cavaleiro — 3

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Lazar Kolisevski:
— No grau de Grã-Cruz — 2
— No grau de Grande-Oficial — 2
— No grau de Comendador — 2

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Aparício Mendez, Presidente da República Oriental do Uruguai:
— No grau de Grã-Cruz — 7
— No grau de Grande-Oficial — 1
— No grau de Comendador — 11
— No grau de Oficial — 2
— No grau de Cavaleiro — 2

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Edem Kodjo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Togolesa:
— No grau de Comendador — 6

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor José de la Puente Radbill, Ministro das Relações Exteriores da República do Peru:
— No grau de Grã-Cruz — 1
— No grau de Oficial — 1

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Paul Akoto Yao, Ministro da Educação Nacional da República da Costa do Marfim:
— No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Leopold Senghor, Presidente da República do Senegal:
— No grau de Grã-Cruz — 4
— No grau de comendador — 5
— No grau de Oficial —2

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Embaixador José Ayala Lasso:
— No grau de Grã-Cruz — 2

Condecorações Outorgadas Ad Referendum:

No grau de Comendador ao Senhor Lazlo Pataky-Frommer, jornalista, de nacionalidade nicaraguense.

Foi realizada a Reunião da Ordem de Rio Branco, sendo admitidas e promovidas as seguintes personalidades, assim distribuídas nos diversos graus:

No Quadro Ordinário:
No grau de GRÃ-CRUZ — 9
No grau de GRANDE-OFICIAL — 11
No grau de COMENDADOR — 9
No grau de OFICIAL — 7
No grau de CAVALEIRO — 3

No Quadro Suplementar:
No grau de GRÃ-CRUZ — 9
No grau de GRANDE-OFICIAL — 16
No grau de COMENDADOR — 70
No grau de OFICIAL — 115
No grau de CAVALEIRO — 27

Medalhas — 18
Insígnia — 3

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Johseph Turpin, Secretário de Pescas de Guiné-Bissau:
— No grau de Grã-Cruz — 1

Total de Insígnias em todos os Graus:

No grau de Grã-Cruz — 51
No grau de Grande-Oficial — 44
No grau de Comendador — 120
No grau de Oficial — 138
No grau de Cavaleiro — 37
Medalhas — 18
Insígnias — 3

TOTAL-GERAL — 411 insígnias concedidas

Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul - 1977

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Mário Soares, Primeiro-Ministro da República Portuguesa:
— No grau de Grã-Cruz — 5
— No grau de Grande-Oficial — 2
— No grau de Comendador — 33

Por ocasião do Encontro Presidencial Brasil-Peru:
— No grau de Grã-Cruz — 6

Por ocasião da Visita de Sua Excelência o Senhor Aparício Mendez ao Brasil:
— Grande-Colar — 1
— No grau de Grã-Cruz — 2

Por ocasião da Visita Oficial do Senhor Lazar Kolisevski, Vice-Presidente da República Federativa da Iugoslávia:
— No grau de Grã-Cruz — 1

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Leopold Senghor, Presidente da República do Senegal:
— No grau de Grande-Oficial — 2
— No grau de Oficial — 6

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência, o Senhor Carlos Andrés Pérez, Presidente da República da Venezuela:
— Grande-Colar — 1

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Edem Kodjo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da

Cooperação da República Togolesa:
— No grau de Grã-Cruz — 1

RECIPROCIDADE: membros do Corpo Diplomático estrangeiro:
— No grau de Grã-Cruz — 10
— No grau de Grande Oficial — 7
— No grau de Comendador — 8
— No grau de Oficial — 5
— No grau de Cavaleiro — 2

Condecorações Outorgadas Ad Referendum:
— No grau de Grã-Cruz a Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Guy André Mery, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas da República Francesa.
— No grau de Grande-Oficial ao Tenente-Brigadeiro Angel Maria Zuloaga, de nacionalidade argentina.
— No grau de Comendador ao Senhor Bouziane Otmane, Diretor da ONACO, de nacionalidade argelina.

Foi realizada a reunião do Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, sendo admitidas e promovidas as seguintes personalidades, assim distribuidas nos diversos graus:
— No grau de Grã-Cruz — 9
— No grau de Grande-Oficial — 7
— No grau de Comendador — 28
— No grau de Oficial — 23
— No grau de Cavaleiro — 3

Total de Insígnias em todos os graus:
Grande-Colar — 3
No grau de Grã-Cruz — 33
No grau de Grande-Oficial — 19
No grau de Comendador — 40
No grau de Oficial — 34
No grau de Cavaleiro — 5

Total-Geral — 99 insígnias concedidas

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

Convenções, Resoluções, Tratados aprovados pelo Congresso Nacional

— Texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, celebrado em São José da Costa Rica em 26.07.77. — Em 14.06.77;

— Texto da Convenção para a facilitação do tráfego marítimo internacional celebrado em Londres em 09.04.65 — Em 03.06.77.

— Resolução A.319 (IX) aprovada pela IX Assembléia de Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (INCO) em 12.11.75, que contém Emenda à Convenção Internacional de 1966 sobre Linhas de Carga — Em 27.06.77;

— Texto da Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, em sua XVII Sessão realizada em Paris, de 17.10 a 21.11.72 — Em 29.06.77;

— Texto da Convenção que estabelece a Comissão Sericícola Internacional, celebrado em Ales, França, a 19.05.55 — Em 18.08.77;

— Texto do Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Lagoa Mirim) e o Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho limítrofe do Rio Jaguarão, anexo ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão) concluídos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em Brasília a 07.07.77 — Em 24.11.77;

— Texto do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes, celebrado em Washington em 19.06.70 — Em 10.11.77;

— Tratado de Amizade, cooperação e comércio entre o Brasil e a Bolívia, assinado em Brasília, em 17.08.77 — Em 30.11.77;

— Texto da Resolução 358 da IX Assembléia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI) que aprovou Emenda à Convenção da Organização — em 06.06.77.

O acompanhamento das atividades do Congresso Nacional no decorrer de 1977, reafirmou, de forma clara, o elevado interesse em torno de política externa, notadamente das iniciativas político-diplomáticas levadas a cabo pelo Ministério das Relações Exteriores. O número expressivo de discursos e a própria natureza dos assuntos tratados, de acentuada sensibilidade política, constituiram indicadores seguros da maneira atenta e criteriosa pela qual o Congresso acompanha a atuação do Itamaraty.

3. As intervenções e debates dos parlamentares se concentraram em torno dos seguintes tópicos principais: relacionamento Brasil-Estados Unidos, envolvendo a questão dos Direitos Humanos e do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha; a política externa brasileira no Prata, na qual se inclui a iniciativa brasileiro-paraguaia de construção da barragem de Itaipu; a proposta brasileira em favor da assinatura de acordo de âmbito regional, o "Pacto Amazônico"; e, as relações Brasil-África, com destaque para o relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa.

As atividades do Congresso em torno de matérias do interesse do Itamaraty não se limitaram, no entanto, às intervenções e debates. Foram submetidas e aprovadas 41 Mensagens de indicação de Chefes de Missões Diplomáticas e cerca de 30 Acordos Internacionais (lista anexa).

Em conseqüência do crescente interesse e atuação do Congresso no tratamento de assuntos de política externa, intensificaram-se as relações com o Itamaraty, exigindo-se dele presença mais atuante. Além do habitual acompanhamento da tramitação no Congresso de atos firmados pelo Brasil e de aprovação pelo Senado de novos Chefes de Missões Diplomáticas, o órgão competente do MRE prestou assistência aos Congressistas em assuntos diretamente relacionados com a atividade diplomática, proporcionando-lhe facilidades em seus contatos com as Embaixadas em suas Missões no exterior.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores compareceu em três ocasiões ao Congresso Nacional. Em maio, a convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado, quando tratou de temas relacionados com proposta brasileira da asnatura do Pacto amazônico. Em outubro, inaugurou, na Câmara dos Deputados o "Painel de Assuntos Internacionais" organizado pela Comissão de Relações Exteriores no qual foram abordados por altos funcionários do MRE diversos temas sobre política externa brasileira. Finalmente, em dezembro, esteve presente no Congresso Nacional por ocasião da cerimônia de encerramento do Seminário sobre Ciência e Tecnologia, promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

MENSAGENS APROVADAS EM 1977

Mensagens aprovadas durante o ano de 1977 no Congresso Nacional

Diplomata	País	Data de Aprovação
Jorge de Carvalho e Silva	R.F. da Alemanha	10.03.77
Sergio Luiz Portella de Aguiar	Granada (c)	16.03.77
Espedito de Freitas Resende	Santa Sé	16.03.77
Mário Gibson Alves Barboza	Itália	17.03.77
Roberto Luiz Assumpção de Araujo	Nepal (c)	22.03.77
Antonio Borges Leal Castello Branco	República Helênica	23.03.77
Quintino Symphoroso Deseta	Nicaraguá	25.03.77
Ovídio de Andrade Mello	Malásia (c)	31.03.77
Armindo Branco Mendes Cadaxa	Jamaica	31.03.77
Antonio Carlos Diniz de Andrada	Paquistão	27.04.77
Raul Henrique C. Silva de Vincenzi	Chile	04.05.77

David Silveira da Motta Junior	Venezuela	11.05.77
Ronaldo Costa	Japão	11.05.77
Francisco de Assis Grieco	Hungria	18.05.77
Geraldo de Heráclito Lima	Níger	19.05.77
Jorge de Sá Almeida	Indonésia	01.06.77
Paulo da Costa Franco	Líbano	16.06.77
Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha	Bélgica	22.06.77
Aldo de Freitas	Bangladesh	25.08.77
José Oswaldo de Meira Penna	Equador	10.08.77
Jorge D'Escragnolle Taunay	Panamá	08.06.77
André Teixeira de Mesquita	Noruega	22.06.77
Paulo Cabral de Mello	Áustria	21.06.77
Ítalo Zappa	Moçambique	23.06.77
Ronald Leslie de Moraes Small	Argélia	29.06.77
Luiz Augusto Pereira Souto Maior	Comunidades Econômicas Européias	29.06.77
Lauro Soutello Alves	Filipinas	24.08.77
Octávio Luiz de Berenguer Cesar	Honduras	25.08.77
José Augusto de Macedo Soares	Finlândia	02.09.77
Amaury Bier	Trinidad-Tobago	21.09.77
Celso Diniz	Rep. Dominicana	21.09.77
Vasco Mariz	Israel	05.10.77
Miguel P.J.M. da Silva P. do Rio Branco	Iugoslávia	05.10.77
Espedito de Freitas Resende	Malta (c)	05.10.77
Carlos Frederico Duarte G. da Rocha	Luxemburgo (c)	19.10.77
Luiz Augusto Pereira Souto Maior	Irlanda (c)	19.10.77
Fernando Paulo Simas Magalhães	Costa Rica	26.10.77
Hélio Scarabôtolo	Dinamarca	26.10.77
André Mesquita	Islândia (c)	09.11.77
Ítalo Zappa	Lesoto (c)	09.11.77
Geraldo Egídio da Costa H. Cavalcanti	UNESCO	01.12.77

(c) — cumulativa

Acordos aprovados durante o ano de 1977 pelo Congresso Nacional

— Acordo de Transporte Marítimo Brasil-Polônia — Em 03.05.77;

— Acordo Cultural Brasil-Suriname — Em 09.05.77;

— Acordo Sanitário Brasil-Peru — Em 07.06.77;

— Acordo de Cooperação Cultural e Científica Brasil-Chile — Em 25.05.77;

— Acordo para utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica Brasil-Peru — Em 15.06.77;

— Texto do Acordo sobre Transporte Aéreo, celebrado em Brasília a 21.02.77 entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque — Em 28.06.77;

— Texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, em Bruxelas — Em 27.06.77;

— Texto do Acordo de Comércio e Pagamentos celebrado em Brasília em 08.07.77;

— Texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e Cabo Verde, celebrado em Brasília em 28.04.77 — Em 23.11.77;

— Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e o Iraque, celebrado em Brasília a 22.06.77 — Em 02.12.77;

— Texto do Acordo Comercial entre o Brasil e o Império do Irã, celebrado em Brasília, em 22.06.77 — Em 01.12.77;

— Texto do Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia, em Varsóvia, a 20.11.76 — Em 28.06.77;

Convênios aprovados pelo Congresso Nacional no ano de 1977

— Convênio Cultural Brasil-Reino Unido — Em 25.05.77;

— Texto do Convênio sobre Transportes Fluviais, entre a República do Peru e a República Federativa do Brasil em 05.11.76 — Em 15.06.77;

— Texto do Convênio Comercial, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, em 05.11.76 — Em 28.06.77;

— Texto do Convênio de Assistência Recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, em 05.11.76 — Em 22.06.77;

— Texto do Convênio Regional de Reconhecimento de Estudos e Diplomas de Ensino Superior, na América Latina e no Caribe aprovado pela Conferência Intergovernamental sobre o reconhecimento de Estudos e Diplomas de Ensino Superior realizada na Cidade do México sob os auspícios da UNESCO — Em 22.06.77;

— Texto do Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do tráfico ilícito de drogas, que produzem dependência, entre o Brasil e Bolívia, celebrado em Brasília, em 17.08.77 — Em 22.11.77;

— Texto do Convênio dek Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em Brasília a 17.08.77 — Em 23.11.77.

— Texto do Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em Londres a 14.10.77 — Em 25.05.77;

— Texto do Convênio de Cooperação Cultural e Científica, celebrado em Brasília a 23.12.76 entre Brasil e Chile — Em 25.05.77;

— Texto do Convênio de Abastecimento a médio prazo de produtos, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru — Em 20.06.77:

IMPRENSA

Subsídios da SEI

Na recapitulação das atividades da SEI durante o ano de 1977, é necessário indicar inicialmente que a Secretaria orienta suas atividades em função de dois objetivos básicos: em primeiro lugar, trata de veicular pelos meios de comunicação de massa nacionais e estrangeiros as principais iniciativas da política externa brasileira; em segundo lugar, procura servir como instrumento para a adequada apresentação da realidade brasileira aos órgãos responsáveis pela formação da opinião pública internacional. Aos dois objetivos correspondem naturalmente atividades distintas, que serão resumidamente indicadas a seguir.

No primeiro caso, a preocupação fundamental da SEI foi a de procurar fornecer, de modo amplo e abrangente, material que servisse para informar claramente os meios de comunicação de massa dos movimentos do cotidiano diplomático brasileiro. Com isto, pôde-se mostrar o sentido de continuidade da política externa, e as iniciativas foram "explicadas" à medida mesmo em que se desdobravam em fatos diplomáticos.

O instrumento natural para esse feitio cotidiano de divulgação é o encontro diário do Secretário de Informações com os jornalistas credenciados junto ao MRE, o briefing. O encontro tornou-se o foco da atividade de informar e de explicar a política externa, e foi completado com a divulgação de textos de discursos, conferências, atos internacionais, e outros documentos que podem servir de matéria para os meios de

comunicação de massa. Numa palavra, procurou-se servir, da forma mais completa, ao interesse crescente que têm manifestado esses meios e a própria opinião pública pelos acontecimentos de política externa.

Descritos os objetivos e o instrumental, faltaria uma palavra sobre a avaliação do trabalho. É especialmente difícil fazê-la, dado exatamente ao caráter cotidiano das informações que são transmitidas. Além disto, ter-se-ia que pensar num critério de avaliação, que poderia se confundir com a própria forma pela qual os meios de comunicação "cobrem" a diplomacia e avaliam a atividade de política exterior. Para evitar entrar neste tipo de avaliação, poder-se-ia simplesmente assinalar que a difusão do que se tem assinalado e mostrado nos encontros com a imprensa tem sido ampla, o que indica um quase completo aproveitamento do material que temos fornecido.

A segunda linha de atuação da SEI diz respeito à correta apresentação da realidade brasileira no exterior. Nesse sentido a sistemática de trabalho adotada em anos recentes não sofreu alterações substanciais. Pode-se indicar que duas são as atividades básicas, e a primeira é relacionada com os jornalistas e correspondentes estrangeiros, que, afinal, contribuem de forma decisiva na formação da imagem brasileira no exterior. Em relação aos jornalistas estrangeiros, procurou-se assisti-los em suas visitas ao Brasil, através de várias iniciativas específicas (facilitar entrevistas com autoridades, ajuda em deslocamento, articulação de programas, etc.). No ano de 1977, predominaram jornalistas europeus, japoneses e americanos, embora seja importante registrar a presença de jornalistas e equipes de países em desenvolvimento, com que o interesse de incrementar relações é alto. Entre esses, vale notar a presença das equipes que acompanharam os Presidentes do Senegal e da Venezuela ao Brasil. O caso da visita do Presidente Carlos Andrés Perez, que veio acompanhado de uma comitiva de mais de trinta jornalistas, de imprensa e televisão, é especialmente significativo pelo que propiciou para a divulgação da imagem brasileira na Venezuela, com repercussões que certamente transcendem o momento da visita.

Paralelamente, procurou-se ampliar o relacionamento com os correspondentes estrangeiros no Brasil, e, para tanto, várias iniciativas foram tomadas, além de medidas burocráticas, tomadas com o intuito de facilitar o trabalho dos

correspondentes no Brasil. Procurou-se igualmente, manter contatos periódicos com o Clube de Correspondentes, e dar a eles elementos para um conhecimento mais profundo da realidade nacional. Duas iniciativas são significativas deste esforço: a viagem dos correspondentes a Itaipu e a Tucuruí, onde puderam conhecer momentos especialmente importantes da construção do desenvolvimento econômico nacional, que puderam, então, ser adequada e corretamente explicados pelos órgãos que representam.

Cabe aqui uma menção especial ao papel que a SEI tem desempenhado, em coordenação com o Cerimonial e outras repartições do MRE, e da administração pública federal, na preparação e execução de tarefas relacionadas com a cobertura jornalística de visitas de dignitários estrangeiros ao Brasil. Foi igualmente atuante a participação da SEI nos deslocamentos do Senhor Ministro de Estado para o exterior, ocasiões em que se propiciou aos jornalistas acompanhantes o apoio necessário para uma correta informação e avaliação dos programas cumpridos.

Outra atividade permanente da SEI é a coleta e análise das notícias sobre o Brasil publicadas no exterior. Recebem-se, anualmente, cerca de 5 mil recortes de imprensa, que são devidamente catalogados e arquivados, constituindo-se então numa fonte única para o conhecimento da imagem brasileira no exterior. Em termos de aproveitamento imediato do material recebido, duas atividades estão sendo desenvolvidas. A primeira refere-se à própria disseminação do material, o que é feito através da publicação de um boletim semanal, que inclui as notícias dos principais órgãos de imprensa sobre o Brasil. O Boletim, embora necessariamente seletivo, dá uma idéia dos movimentos da cobertura externa, tanto em termos temáticos quanto valorativos, tendo dele resultado um guia interessante no processo de correção da imagem do Brasil. A segunda atividade é a análise do material recebido, que se tem procurado fazer de forma a servir como orientação concreta em diversas atividades da SEI, especialmente a de convite a jornalistas.

Finalmente, caberia assinalar que têm sido extremamente profícuos os resultados da inserção da SEI no quadro do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, cujo órgão central é a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Ao lado das diretrizes gerais que tem a ARP traçado para a projeção de uma adequada visão da imagem

brasileira no exterior, a Assessoria tem orientado diretamente a SEI em diversos momentos, especialmente no caso de encontros presidenciais. A entrevista que concedeu o Presidente da República à televisão venezuelana poucos dias antes da chegada do Presidente Perez, teve efeito decisivo na projeção da realidade brasileira naquele país vizinho. Outro momento importante da colaboração entre a SEI e a ARP aconteceu na entrevista que o Presidente da Repúblia concedeu a jornalistas econômicos franceses, entrevista que teve a mais relevante repercussão para as relações entre o Brasil e a França. Como órgão auxiliar dos setores diretamente responsáveis pela execução da política externa brasileira, a SEI continuará a perseguir os objetivos descritos no início do presente relatório em função (1) das iniciativas que venham a ser tomadas por aqueles setores e (2) das transformações que venham a operar-se no quadro interno.

INSTITUTO RIO BRANCO

Transferido para a Capital Federal durante o ano de 1976, o Instituto Rio-Branco passou a funcionar integralmente em Brasília a partir de 1977, quando os dois anos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram sediados em Brasília (Em 1976 só o 1° Ano do CPCD funcionou em Brasília; o 2° Ano foi mantido no Rio de Janeiro).

O Exame Vestibular para o CPCD foi realizado normalmente, entre março e julho; o número de candidatos inscritos (668) superou largamente o do ano anterior (500), (o que veio comprovar o continuado interesse da juventude brasileira pela Carreira de Diplomata) — conseqüência, provavelmente, da expansão da presença internacional do Brasil. Em parte, contudo, este acréscimo na oferta de candidatos se deve à campanha intensa de divulgação que é realizada pelo Instituto, diretamente e através dos meios noticiosos.

Nesse sentido, funcionários diplomáticos se deslocaram a várias cidades brasileiras para contatos com os meios universitários e jornalísticos. Foram sete missões de divulgação do Exame Vestibular que complementaram um esforço concentrado nos jornais, emissoras de rádio e televisão, em Brasília.

Concluiu-se o Vestibular, no fim de julho, com a aprovação de 32 candidatos, a serem admitidos no CPCD a ter início em fevereiro de 1978.

Foi também realizado um Concurso de Provas, nos meses de agosto a outubro. Inscreveram-se no Concurso 181 candidatos, dos quais 13 foram aprovados, tendo sido nomeados para a Classe Inicial em 1° de dezembro de 1977.

Houve também intensa divulgação do Concurso de Provas, que incluiu sete outras missões a várias cidades brasileiras, executadas por funcionários diplomáticos. Podem-se comparar do seguinte modo os resultados do Concurso de Provas de 1977 com aquele realizado em fins de 1975 e princípio de 1976:

	C. Provas 1975/76	C. Provas 1977
Candidatos inscritos:	293	181
Candidatos aprovados:	26	13

O quadro abaixo mostra a distribuição regional dos candidatos inscritos e aprovados no Exame Vestibular e no Concurso de Provas de 1977:

	E. Vestibular		C. Provas	
	inscritos	aprovados	inscritos	aprovados
Brasília	86	01	27	02
Fortaleza	25	00	04	00
Recife	25	00	10	01
Salvador	30	01	12	00
Belo Horizonte	22	02	05	00
Rio de Janeiro	172	19	39	05
São Paulo	168	05	50	04
Curitiba	52	03	10	00
Porto Alegre	78	01	24	01

A maioria dos candidatos que não obtiveram êxito, foram reprovados nas provas intelectuais da terceira fase, e sobretudo da primeira fase. Contudo, um certo número foi considerado inapto na chamada "fase intermediária" à qual o Instituto atribui a maior importância, já que as condições peculiares em que o funcionário diplomático deve exercer suas funções, sob o efeito de tensões e de choques culturais reiterados, exigem dos candidatos à diplomacia condições especiais de higidez mental e física.

No Exame Vestibular, 38,5% dos candidatos eram do sexo feminino; no Concurso de Provas, 35,9%. Considerando

apenas os candidatos aprovados, as porcentagens respectivas são: Exame Vestibular, 18,8%, Concurso de Provas, 23,0%.

O programa de bolsistas estrangeiros do CPCD continuou a ser executado, havendo sido recebidos, em 1977, sete estudantes estrangeiros, dos seguintes países: Bolívia, Costa do Marfim, El Salvador, Gana (dois), Honduras e Quênia. Elevou-se assim o número total desses bolsistas a dez. Três deles concluíram o CPCD (dois da Costa do Marfim e um do Equador), tendo regressado a seus países: são os primeiros diplomatas estrangeiros formados pelo Instituto Rio Branco. O programa em apreço foi executado, em 1977, com recursos fornecidos pela Secretaria de Cooperação Internacional (SUBIN) da SEPLAN. Nos termos do Convênio financeiro que apoiou o Programa, 50% dos custos operacionais já serão cobertos, em 1978, com recursos orçamentários do IRBr, que os absorverá integralmente a partir de 1979.

Foram realizados, em meados do ano, os contatos preliminares relativos à continuação do programa em 1978, havendo sido aceitos, para este fim, outros sete bolsistas, dos seguintes países: Barbados, Bolívia, Cabo Verde (dois), Costa do Marfim, Equador e Zâmbia.

No "Dia do Diplomata" de 1977, o Presidente da República assinou, no Palácio Itamaraty, o Decreto n° 79.556, que instituiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE), este último previsto em lei desde 1961, e nunca implementado. No mesmo dia 20 de abril, o Ministro de Estado das Relações Exteriores regulamentou, com as Portarias N° 450 e 451, o Decreto em questão, permitindo assim que o Diretor do Instituto Rio-Branco abrisse, por Edital, as matrículas para o Primeiro CAD e o Primeiro CAE.

No dia 15 de agosto tiveram início, oficialmente, os dois Cursos, com 25 Segundos-Secretários matriculados no I CAD, e 28 Conselheiros e Primeiros-Secretários (com mais de três anos de classe) inscritos no I CAE. Os nomes desses funcionários constam da Circular Postal n° 5.130, de 15/07/77.

O CAD e o CAE constituem um sistema de treinamento e qualificação profissional, na forma prevista pelo Artigo 6° da Lei n° 5.645, de 10 de dezembro de 1970. São também antigas aspirações do Itamaraty, como recordou, no Dia do Diplomata de 1976, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao anunciar o preparo dos respectivos projetos, que foram desenvolvidos, pelo Instituto Rio-Branco, no curso daquele

ano, graças à cooperação financeira da Secretaria de Cooperação Internacional (SUBIN), da SEPLAN.

Foi ampliado o programa de treinamento de funcionários, sobretudo no aprendizado de idiomas estrangeiros. Em virtude de entendimentos mantidos, para esse fim, com a Associação de Cultura Inglesa e o Instituto Goethe, 75 funcionários deste Ministério pagaram somente 40% de seus estudos naquelas instituições, tendo o IRBr custeado os restantes 60%.

No intuito de aperfeiçoar ainda mais o ensino de idiomas estrangeiros, foi instalado no IRBr, em fins de 1977, um laboratório de línguas com 20 cabines individuais, o que permitirá melhor aproveitamento do atual acervo de material audiovisual, destinado ao ensino, em diferentes níveis, de 25 idiomas.

Prosseguiu igualmente a execução do Programa de Incentivos a Estudos no Exterior, que permitiu a 34 funcionários — diplomáticos e administrativos — realizar estudos em 1977, em nível de graduação ou pós-graduação. O sistema em apreço prevê o custeio, pelo IRBr, de até 80% do valor dos estudos realizados, desde que em áreas consideradas prioritárias pelo Ministério.

Com vistas à sua futura instalação definitiva, participou o IRBr, em 1977, de reuniões preliminares do Grupo de Trabalho, que, sob a Presidência do Departamento Geral de Administração, estuda a ocupação do edifício Anexo, ora em construção. De acordo com as previsões já assentadas, deverá o Instituto Rio-Branco dispor, no referido Anexo, de uma área de cerca de 1000 m2, considerada suficiente para seu pleno funcionamento.

INSPETORIA GERAL DE FINANÇAS

Na área da Inspetoria Geral de Finanças, como órgão setorial, no Itamaraty, dos sistemas de administração financeira, de contabilidade e de auditoria da União, 1977 caracterizou-se como o ano da institucionalização de sua estrutura. A avaliação do trabalho desenvolvido pela IGF no atual Governo levou a Alta Administração do Ministério a considerar azado o momento da elaboração do novo RISE para nele acolher a estrutura prescrita pelo Regulamento das IGF's, aprovado pelo Decreto nº 64.135, de 25 de fevereiro de 1969.

Assim, o Regimento Interno da Secretaria de Estado, baixado com a Portaria nº 456, de 24 de outubro de 1977, do Senhor Ministro de Estado, incorporou, às Unidades da Secretaria, a Divisão de Administração Financeira, a Divisão de Contabilidade e a Divisão de Auditoria, órgãos que, com a Inspetoria Seccional de Finanças, criada pelo Decreto nº 74.439, de 21 de agosto de 1974, integram a Inspetoria Geral de Finanças.

A implantação das novas Divisões não acarretou necessidades maiores de pessoal técnico suplementar, eis que, desde o princípio do ano, graças às gestões da Divisão do Pessoal junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP — cerca de trinta Técnicos de Contabilidade, selecionados por concurso público, haviam sido nomeados para o Itamaraty, a fim de preencher a lotação prevista para a IGF.
a lotação prevista para a IGF.

Com o objetivo de assegurar uma rápida adaptação ao serviço, o Itamaraty organizou e levou a termo, durante o ano,

quatro cursos de treinamento para os Técnicos de Contabilidade recém admitidos. Posteriormente, parte dos novos funcionários foi designada para dar assistência específica a Unidades Gestoras.

Fato igualmente marcante, sob o ponto de vista do aperfeiçoamento técnico dos serviços, foi a série de estudos feitos e de medidas tomadas, durante o ano, para a instalação do Núcleo de Processamento de Dados da IGF. Com base na experiência haurida, desde fins de 1975, com a utilização de mini-computador para elaborar os balancetes das Unidades Gestoras de recursos e as demonstrações das contas que os integram, bem como para o controle da despesa orçamentária, considerou-se oportuna a adoção de equipamento eletrônico mais desenvolvido que permita a produção de novos e necessários serviços. Assim, em 1977 logrou-se a aprovação da CAPRE — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico para a locação de novo equipamento, contratada em fins do ano.

Simultaneamente com as gestões junto à CAPRE, foram elaborados os projetos básicos, a serem executados em 1978, correspondentes ao controle da renda consular e ao de bens sob a guarda do Almoxarifado Geral do Ministério.

Procurou a IGF, de um lado, caracterizar-se não apenas como órgão de acompanhamento da execução orçamentária e de controle da observância das normas de administração financeira, mas, sobretudo, como setor a que possam recorrer as Unidades Gestoras em busca de orientação para o desenvolvimento de suas atividades e projetos de acordo com as prescrições legais. De outro lado, atuar permanente para, sem prejuízo do alcance das metas fixadas para cada área, fossem rigorosamente obedecidos os preceitos relativos à licitação para a aquisição de bens e para a prestação de serviços ao Itamaraty.

A magnitude da tarefa de acompanhamento da execução orçamentária pode ser medida pela consideração de que o volume de recursos movimentados elevou-se, na despesa, consideradas as contribuições a organismos internacionais e variação cambial, de Cr$ 1.427.405.485,65 em 1976 para Cr$ 1.928.612.345,70 em 1977.

Setor particularmente ativo, também em 1977, foi o de contratos e convênios, ao qual cabe não só acompanhar a execução dos atos bilaterais que geram obrigações financeiras, assinados pelas Unidades Gestoras, mas também dar assis-

tência aos Ordenadores de Despesa, desde a fase da negociação, para que sejam obtidas cada vez melhores condições contratuais e plenamente atendidas as disposições legais pertinentes.

Foram elaboradas as instruções aos postos para a retirada de circulação de estampilhas consulares de alto valor, caídas em desuso, bem como para liberar os Consulados Honorários das responsabilidades e obrigações administrativas decorrentes da guarda dos valores correspondentes às estampilhas consulares.

Na área das atribuições técnicas específicas é de registrar-se que, como tem ocorrido na atual administração se procedeu, rigorosamente dentro do prazo legal, ao levantamento e auditoria das tomadas de contas de todos os ordenadores de despesa do Ministério para julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

Cumpre, do mesmo modo, assinalar que o balanço do Itamaraty, relativo ao exercício de 1976, com os demonstrativos pertinentes, foi elaborado e apresentado à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, como órgão central do sistema, antes mesmo da data fixada pela Presidência da República.

Em atendimento ao determinado pela legislação em vigor, continuou a se realizar, no decorrer de 1977, inspeções de administração financeira e de contabilidade nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Das inspeções participaram, em estreita colaboração, o Tribunal de Contas da União, o Departamento Geral de Administração, a Divisão de Orçamento e Programação Financeira e a Inspetoria Geral de Finanças.

EREERIO

O Escritório Regional do M.R.E. no Rio (ERERIO) incumbiu-se da representação oficial e protocolar do Ministro de Estado das Relações Exteriores no Rio de Janeiro e da administração das seções que ali funcionam, bem como da manutenção e conservação do antigo Palácio Itamaraty.

A seção de passaportes forneceu 209 passaportes diplomáticos e 4.018 passaportes de serviço.

A seção cultural teve uma média de atendimento diário de 30 pessoas, fornecendo-lhes informações sobre assuntos educacionais, tais como a realização de cursos no Brasil, revalidação de títulos estrangeiros, exposições no exterior e no Brasil.

A seção de assuntos comerciais atendeu, em média, três empresários por dia, fornecendo-lhes informações sobre feiras, exposições no exterior e oportunidades comerciais nos mercados externos.

A Biblioteca registrou 5.096 consultas no salão de leituras e 2.847 empréstimos de livros e periódicos.

O Museu Histórico e Diplomático recebeu 2.296 visitantes, inclusive estrangeiros.